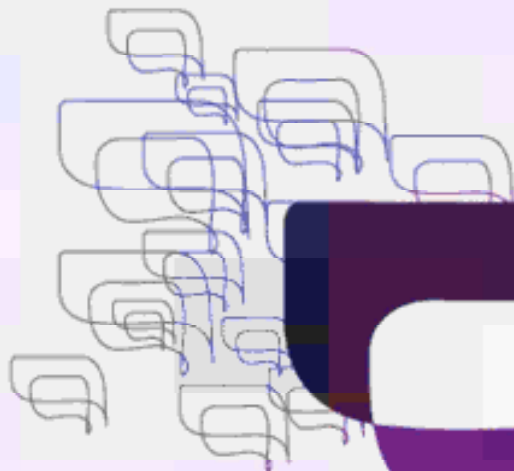


DIÁLOGOS & CIÊNCIA

Ano 15 • Nº 35 • Dezembro 2015 • ISSN 1678-0493



A importância do líder emocionalmente inteligente para as organizações contemporâneas

The importance of the emotionally intelligent leader for contemporary organizations

Luciano Sousa de Castro

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar as características que qualificam um líder emocionalmente inteligente. Para alcançar tal objetivo a problemática da pesquisa consistiu em apresentar as contribuições que a inteligência emocional pode oferecer para o líder na realização de suas atividades corporativas. A metodologia utilizada para elaboração desse trabalho foi a revisão de literatura acerca do assunto, onde se buscou embasamento teórico de autores conceituados na área da liderança e da inteligência emocional. Os resultados desta pesquisa evidenciam que liderar com inteligência emocional é de suma importância para o líder no atual cenário corporativo, uma vez que oferece subsídios essenciais na condução dos processos voltados para gestão de pessoas; auxiliam na administração das emoções e possibilita que os conflitos sejam encarados de uma forma mais coerente. Neste trabalho foram apresentadas também algumas das maiores dificuldades que o líder encontra na gestão de sua equipe no que tange o comportamento das pessoas, mostrando que através de uma postura emocionalmente inteligente é possível resolver ou administrar os problemas de uma forma mais equilibrada. O estudo da inteligência emocional apresenta características muito interessantes e que certamente são importantes para o sucesso organizacional. É importante registrar que por serem constituídas basicamente de pessoas, as organizações precisam dar atenção especial ao gerenciamento desse recurso uma vez certamente poderá auxiliá-la em seu crescimento.

Palavras-chave: Emoção. Inteligência Emocional. Liderança.

ABSTRACT

This study aims to identify the characteristics that qualify an emotionally intelligent leader. To achieve this goal the research problem was to present the contributions that emotional intelligence can offer to the leader in conducting their business activities. The methodology used for the elaboration of this work was to review the literature on the subject, where he sought theoretical foundation of respected authors in the area of leadership and emotional intelligence. The results of this research show that leading with emotional intelligence and critical to the leader in the current corporate scenario, since it offers subsidies essential in driving the processes aimed at managing people; assist in the management of emotions and enables conflicts to be seen in a more coherent way. This work was also presented some of the greatest difficulties that the leader is in the management of your team regarding people's behavior, showing that through an emotionally intelligent approach can resolve or manage problems in a more balanced way. The study of emotional intelligence has very interesting features which are certainly important to organizational success. It is important to note that

because they are composed primarily of persons, organizations need to focus on the management of this resource since it can certainly assist in their growth.

Key-Words: Emotion. Emotional Intelligence. Leadership.

1 Introdução

A liderança e a inteligência emocional são temas de grande relevância no cenário organizacional. No caso da liderança os estudos e reconhecimento acerca de sua relevância foram descobertos e realizados há muitos anos, desde a formulação da Teoria das Relações Humanas, onde o cenário da administração passou a ter uma preocupação maior com a gestão das pessoas nas empresas. Já a inteligência emocional é um tema novo no campo da administração, mas nem por isso menos importante e necessário para o sucesso organizacional.

Para Vizeu (2011) a crescente importância do tema da liderança na área de organizações pode ser medida pela força com que esse assunto se apresenta tanto na literatura acadêmica quanto naquela endereçada ao público executivo. Segundo Chiavenato (2011), a liderança é a influência interpessoal exercida numa situação e dirigida por meio de um processo de comunicação humana para consecução de um ou mais objetivos específicos. Já Maximiano (2011) afirma que a liderança é a realização de metas por meio da direção dos colaboradores. A pessoa que comanda com sucesso seus colaboradores para alcançar finalidades específicas é líder.

O aumento do interesse por trabalhos relacionados à liderança e a inteligência emocional aconteceu devido ao reconhecimento por parte das organizações de que os recursos humanos têm se mostrado como o principal diferencial competitivo no mercado. Sendo assim, a forma como as pessoas são lideradas nas organizações passou a ter um contexto especial e prioritário nas pesquisas na área de administração. Pelo fato das empresas serem basicamente constituídas de grupos, a sua coordenação precisa estar sob a responsabilidade de pessoas capacitadas e que possuam condições e qualificação para gestão. Para Davis e Newstrom (1992), a liderança é o processo de encorajar e ajudar os outros a trabalharem entusiasticamente na direção dos objetivos.

No atual cenário corporativo, o líder passou a ser cada vez mais exigido e cobrado, necessitando assim reunir características que o diferencie das demais pessoas da organização. Dentre essas características encontra-se a inteligência emocional e toda gama de recursos que ela oferece na administração de pessoas no trabalho.

Visando dar suporte ao comportamento do líder, o estudo no campo da inteligência emocional passou a ser um dos principais alicerces da liderança. Segundo Fiorelli, (2011), o verdadeiro líder desenvolve no liderado, a percepção de relacionamento interpessoal significativo.

A inteligência emocional é vista por Weinsinger (1997), como o uso inteligente das emoções de maneira que elas ajudem na busca do aperfeiçoamento profissional. Já para Cooper e Sawaf (1997) estudos realizados indicam que os profissionais com inteligência emocional mais desenvolvida tendem a resolver os conflitos e problemas com mais facilidade.

Segundo Santana (2003), inteligência emocional pode ser definida ainda de forma mais simples como a harmonia entre a razão e a emoção ou como a capacidade em lidar com a emoção de forma inteligente.

Segundo Roberts et al. (2002), a inteligência emocional é um dos conceitos psicológicos mais populares e recentes desta última década. Acredita-se que ela esteja associada à capacidade das pessoas de perceber e gerenciar suas próprias emoções assim como perceber e, porque não, conduzir as dos outros. Sua rápida absorção pela sociedade deve-se à crença de que a IE está relacionada tanto ao bem-estar do indivíduo quanto ao seu sucesso profissional.

De acordo com Weisinger (1997), as emoções desempenham um papel importante no local de trabalho. Da raiva à euforia, da frustração ao contentamento, todos os dias no escritório você se defronta com emoções - suas e alheias. O truque é usar suas emoções de maneira inteligente.

2 A liderança, o líder e sua importância no contexto organizacional

A liderança tem sido um dos mais importantes, fascinantes e estudados temas da administração. Tal importância dada a esse assunto está relacionada ao seu significado no contexto organizacional, que passou a entender que a gestão de equipes é indispensável para seu sucesso no cenário econômico competitivo e de forte disputa de mercado.

Por ser um tema tão importante nos meios organizacionais a liderança tem sido estudada constantemente, existindo farta bibliografia acerca do assunto. A liderança é um fenômeno de influência nas pessoas e de redução de incertezas nos grupos. O trabalho de gestão de um grupo é cercado de exigências e de obrigações. Para ter sucesso é indispensável que o líder tenha a capacidade de direcionar sua equipe na execução do trabalho. Não se pode falar sobre liderança sem apresentar como personagem principal a figura do líder, que se

constitui no agente responsável pela canalização dos esforços do grupo na obtenção do sucesso coletivo. Para Maximiano (2011), a liderança é o uso da influência para dirigir as atividades dos membros de um grupo e levá-los à realização de seus próprios objetivos.

Os líderes são pessoas que carregam em si forte significado e importância na organização, uma vez que tem grande influência entre os colaboradores. Eles precisam possuir uma grande sensibilidade, pois tem papel fundamental no comportamento do grupo.

É importante registrar que existe uma grande diferença entre ser chefe e ser líder. Para Kwasnicka (2004) a liderança é definida como um fenômeno complexo. O *líder* é a pessoa que tem habilidade de influenciar outros no trabalho ou em qualquer atividade na comunidade. O *chefe* é designado. Ele tem o poder legítimo e pode tanto premiar como punir. Sua habilidade em influenciar é baseada na autoridade formal inerente à sua posição. Em contraste, o líder pode tanto ser apontado como surgir naturalmente.

Ser chefe não transforma uma pessoa em líder, pois apesar de permitir que sejam dadas ordens, isso não garantirá a ele a condição de agregar sua equipe de forma harmoniosa na realização de uma determinada meta. Para Fiorelli (2011), muitas vezes o fato de o profissional exercer algum tipo de poder na Organização, gera no indivíduo a falsa crença de que é um líder.

O líder possui características que o qualificam, diferenciando-o sobremaneira do chefe. O líder entende o que motiva cada colaborador, vê seus pontos fortes e os pontos a serem desenvolvidos em sua equipe. Diante de tal afirmação é importante registrar que a liderança requer muito mais do que o poder institucionalizado do cargo, exigindo habilidades e elementos que tragam identificação com os liderados. A condução das atividades relacionadas à liderança pode ser realizada de diferentes formas, dependendo da condição enfrentada no momento, caracterizando-se como situacional. De acordo com Minicucci (1995), para que se entenda o processo da liderança, é necessário considerar a personalidade do líder em relação à personalidade do seguidor e as características da situação.

A teoria dos estilos de liderança, muito discutida no campo do comportamento organizacional define que a liderança pode ser realizada sob três pontos de abordagem, sendo elas a *democrática*, *autocrática* e *liberal*. Trata-se de posturas completamente distintas para a gestão de equipes, não existindo uma tida como genérica e que possa ser apresentada sempre.

- a) Democrática – Caracteriza-se pela participação dos líderes e liderados de forma democrática, onde existe um bom relacionamento e franqueza entre os agentes participantes. As relações costumam ser cordiais, já que geralmente a aplicação da

liderança democrática tende a acontecer quando existe um bom nível de maturidade no grupo. As principais características desse estilo de liderança é que ela tende a ser orientada para as pessoas, as ações são debatidas e decididas coletivamente.

- b) Autocrática - Tem uma gestão baseada na figura do líder, que estabelece as ações, metas e diretrizes sem a participação da equipe. Sua orientação é basicamente voltada para execução das tarefas, tendo como principal característica o posicionamento dominador do líder.
- c) Liberal – Também conhecido como *laissez-faire*; possui característica de permitir ao grupo uma liberdade ampla na decisão das atividades a serem realizadas, onde não existe participação do líder. As orientações são passadas pelo líder apenas quando perguntado. Muitos estudiosos sobre a liderança vêem nela uma estrutura permissiva e que tende a experiências que não serão satisfatórias para organização, uma vez que o trabalho realizado sob essa gestão acontece de forma desordenada e improdutiva.

Todos os estilos de liderança acima apresentados possuem importância no meio organizacional, mas sua aplicação requer habilidade e conhecimento por parte do líder. Esses estilos podem e devem ser aplicados no ambiente organizacional, desde que seja feito de forma moderada e analisando o contexto da situação a ser resolvida. O relacionamento estabelecido por ele precisa sempre levar em consideração o tempo que os funcionários têm de empresa e sua maturidade profissional, a complexidade da tarefa que será realizada e inclusive a cultura organizacional desenvolvida. Isso ocorre pelo fato de que uma tarefa de grande importância não pode ser entregue para um colaborador ainda imaturo na empresa e com pouco tempo de experiência organizacional; nestes casos a liderança Liberal não poderia ser aplicada, por exemplo.

Não existe, dentre os estilos apresentados acima, um que seja melhor que o outro, mas é importante deixar claro que o erro de sua aplicação pode ocasionar grandes problemas para organização. Portanto, os líderes precisam estar cientes que os excessos são a principal falha neste processo de gestão. Corroborando com essa afirmação Minucucci (1995) diz que a sabedoria da liderança está em saber quando usar tal e qual método. Seu problema é, aprender a variar de técnica de acordo com as diferentes condições e pessoas com as quais se defronta em seu trabalho.

Gerir equipes requer do líder a capacidade de entender as pessoas, sabendo que cada uma tem intrinsecamente os seus valores e desejos motivacionais. Porém, para entender as pessoas e de suma importância que o líder tenha um autoconhecimento bem desenvolvido.

Essa característica emocional permitirá ao líder enfrentar suas limitações e dificuldade, e ainda permitirá que ele valorize ao máximo suas principais virtudes e qualidades. De acordo com Fiorelli (2011) o autoconhecimento propicia uma melhor aceitação de críticas, à medida que o indivíduo aprende a reconhecer a influência de seus próprios conteúdos nas observações que lhe são trazidas por outros profissionais.

Ter habilidade interpessoal é outro ponto que pode agregar positivamente valor a atuação do líder perante sua equipe. Se relacionar bem, é indispensável não apenas para quem lidera como também para quem é liderado e o existindo esse pensamento a organização tende a sair ganhando, uma vez que todos estão trabalhando de forma mais tranquila. O líder que impõe sua vontade e valores tende a ter dificuldade de se relacionar com o grupo e por conseqüência existirão atritos e problemas organizacionais. Para Weisinger (1997), se apenas suas necessidades forem supridas, o relacionamento irá sofrer como conseqüência, e talvez até termine de vez; a fórmula para estabelecer um relacionamento sólido e produtivo é a reciprocidade.

É importante entender que o comportamento do líder reflete diretamente no comportamento do liderado e no clima organizacional. Se existe na empresa uma liderança mais dura e de comportamento imperativo, veremos no clima organizacional um ambiente mais carregado e tenso; se temos um líder equilibrado nas relações interpessoais a tendência é que haja maior harmonia.

3 A inteligência emocional e sua importância no perfil profissional do líder

A cada dia a inteligência emocional ganha mais importância no ambiente organizacional. Esse tema foi estudado inicialmente na década de noventa por Salovey e Mayer, pesquisadores da Universidade de Yale e New Hampshire, respectivamente; que introduziram no meio científico o assunto através de um artigo na revista *Imagination, Cognition and Personality*. A partir deste artigo o conceito de Inteligência Emocional vem passando por novas pesquisas e tem sofrido várias atualizações. No Brasil, o tema ganhou corpo e popularidade com os trabalhos de Daniel Goleman, psicólogo renomado da Universidade de Harvard que passou a observar e publicar pesquisas relacionados à importância da inteligência emocional na vida pessoal e profissional do indivíduo. Dentre seus trabalhos, o livro “Emotional Intelligence” é visto como um marco bibliográfico sobre o tema.

A importância da inteligência emocional pode ser bem percebida no contexto social se levarmos em consideração que seu estudo oferece subsídios para as pessoas em como enfrentar e resolver situações adversas. Em como podemos gerenciar as nossas emoções reagindo a elas de forma inteligente e sensata. Isso é algo extremamente importante, principalmente dentro do ambiente organizacional, onde os líderes precisam atuar com a maior ênfase no indivíduo.

A palavra emoção é definida por Cooper e Sawaf (1997), como a aplicação de movimento de forma metafórica e literal aos sentimentos fundamentais. No latim sua definição é feita através da expressão *motus anima*, que significa “o espírito que nos move”. Já a Grande Enciclopédia Larousse Cultural (1987) define a inteligência como “faculdade de aprender, de conceber, de compreender”.

No atual cenário globalizado as organizações estão enfrentando entre si uma forte concorrência pela sua consolidação no mercado, devido a isso não se pode negligenciar a satisfação e as necessidades dos colaboradores dentro do contexto organizacional, uma vez que são eles as molas propulsoras de toda a riqueza gerado nas empresas. Devido a isso agir com inteligência emocional pode corroborar para uma maior motivação dos colaboradores. Cooper e Sawaf (1997) definem a inteligência emocional como a capacidade de sentir, entender e aplicar de forma eficaz o poder das emoções como fonte para influenciar pessoas.

A inteligência emocional, apesar de muito importante para o sucesso organizacional é um assunto relativamente novo nas matrizes curriculares dos cursos de administração e gestão. Essa situação se deve inicialmente por uma visão nos aspectos de administração muito voltada para o resultado com foco no produto ou serviço, o que por conseqüência dava prioridade a formação do gestor baseada em conteúdos técnicos da atividade desenvolvida pela organização.

Somente após a constatação da importância da inteligência emocional no ambiente organizacional e que as Instituições de Ensino Superior passaram a perceber a importância do tema no perfil do administrador moderno, colocando-as na formação acadêmica dos estudantes de administração e cursos voltados à liderança. Para Weisinger (1997); nos últimos anos, muitas pesquisas foram feitas no campo da inteligência emocional, abrangendo entre outras áreas, a identificação de métodos para medir a inteligência emocional, determinar a importância do desenvolvimento das técnicas da inteligência emocional para a eficiência pessoal e aplicar e integrar a inteligência emocional em ambientes variados.

Mesmo com essa mudança na postura das instituições de ensino, ainda pode ser percebido que as pessoas dão pouca importância a necessidade de se ter níveis de inteligência emocional avançados; sendo necessário que haja avanços nesse sentido permitindo maior disseminação do assunto na sociedade.

Os autores são unânimes em admitir que a inteligência acadêmica pouco tem a ver com a vida emocional das pessoas. Uma pessoa possuidora de um bom currículo não necessariamente garantirá um sucesso profissional. Os mais brilhantes alunos podem se afundar em paixões e impulsos no decorrer da vida. Apesar disso as nossas escolas continuam concentrando-se na capacidade acadêmica e ignorando a educação emocional. A vida emocional é um campo que se pode lidar com maior ou menor habilidade. Alguns desenvolvem mais facilmente esse talento, outros precisam de maior empenho para desenvolvê-lo. (SANTANA, 2003).

Ser intelectualmente mais preparado e ter um quociente de inteligência (QI) maior não significa necessariamente que a pessoa terá mais sucesso nas organizações que outras. Essa afirmação acontece por conta da grande importância que as pessoas e os relacionamentos têm no ambiente organizacional; devido a isso não basta ao líder ter um QI alto para obter o sucesso, é de suma importância também que sua inteligência emocional esteja bem desenvolvida.

Desenvolver a inteligência emocional é uma tarefa que não requer grandes sacrifícios. Entretanto é importante que haja dedicação e principalmente que o interessado tenha entendimento no quanto esse tema pode contribuir para seu desenvolvimento profissional. Aspectos como autoconsciência, motivação e controle de suas emoções são indispensáveis na prática da inteligência emocional, uma vez que se trata das principais fatores que a compõem. Para navegar com eficiência no seu mundo de trabalho, para saber o rumo a tomar e como permanecer nele, você precisa de um giroscópio. Pense na sua autoconsciência como um giroscópio que o mantém centrado e o alerta imediatamente quando você se desvia do curso. (WEISINGER, 1997).

Para Rêgo (2005), a aplicação da inteligência emocional é diversificada, podendo ser aplicada tanto nos aspectos intrapessoais como também interpessoais, visando ajudar as pessoas.

Como citado anteriormente à motivação também é indispensável na Inteligência Emocional, uma vez que estando motivada a pessoa consegue definir uma tarefa, executá-la até a sua conclusão, administrando os problemas que se apresentem de forma coerente.

Outro ponto importante é que a pessoa com um bom nível de desenvolvimento da inteligência emocional consegue saber diferenciar as críticas que recebe, sem achar que todas visam apenas denegrir sua imagem e trabalho. Perceber que as críticas são instrumentos que podem auxiliar no crescimento, pode ser um importante termômetro para medir a satisfação organizacional.

Vale ressaltar que a inteligência emocional tem como foco de pesquisa principal o estudo das emoções e principalmente a forma como administrá-la. Diante dessa afirmação é importante identificar as emoções existentes e o tipo de comportamento que cada uma delas pode nos condicionar. Essas emoções estão divididas em Tristeza, Medo, Raiva, Afeto e Alegria.

Segundo Santana (2003) a tristeza compreende a emoção relacionada à perda de algo ou alguém, fazendo com que a pessoa tenha uma resposta comportamental que a leve ao isolamento. São sentimentos que derivam da tristeza: a solidão, amargura, desgosto, saudade e melancolia.

O medo se traduz numa reação humana ao estado de perigo ou percepção dele. O corpo humano costuma reagir a essa emoção com a apresentação de palidez no rosto, suor frio ou contração muscular.

A raiva surge quando algo acontece algo que nos impede de alcançarmos nossos objetivos, ou quando alguém nos impede de realizarmos alguma coisa. Essa emoção desperta no homem a necessidade de utilizar seu corpo de forma agressiva visando atacar o outro ou mesmo se defender.

A alegria que é vista como um estado de satisfação e acontece quando o homem alcança a realização de seus objetivos. Provoca no corpo uma inquietude e necessidade de realizar movimentos relacionados divertimento e brincadeiras.

O afeto é uma emoção de acolhimento, que leva o homem a uma aproximação do outro. Pode ser percebida nas relações de amizade, amor e de confiança.

A forma como as emoções são expressadas pelos colaboradores no ambiente organizacional devem ser bem analisadas pelos administradores e líderes de empresas, pois são de fundamental importância para uma melhor percepção do clima organizacional. Para isso é necessário observar principalmente o comportamento dos liderados, que darão sinais de como está se sentindo dentro do ambiente corporativo. Descobrir como controlar as ações é uma tarefa que requer do líder muita inteligência emocional, uma vez que as emoções

provocam no corpo vários sinais que podem denunciá-lo perante a equipe. O líder precisa estar preparado para encarar a situação da forma mais equilibrada possível, visando transmitir o menor nível possível de desgaste.

Um fator importante dentro dos estudos das emoções é a competência emocional, que corresponde à capacidade que a pessoa tem de transferir sua inteligência emocional para o trabalho, utilizando-a de forma que tal característica facilita suas ações no ambiente corporativo. Segundo Goleman (1999), apenas possuir inteligência emocional não assegura que a pessoa terá adquirido as competências que têm importância para o trabalho. Isso significa apenas que possui um excelente potencial para adquiri-las.

Esse tipo de situação é muito interessante se observarmos que o ser humano precisa entender que sua inteligência emocional deve ser potencializada para ser traduzida em competências que lhe nortearão no trabalho, ou seja, suas ações precisam ser bem pensadas buscando dentro da Inteligência emocional fatores que ofereça suporte profissional.

As competências emocionais se congregam em grupos, cada um baseado numa capacidade implícita de inteligência emocional. As capacidades implícitas da inteligência emocional são vitais para que as pessoas adquiram com êxito as competências necessárias para ter sucesso no trabalho. Se, por exemplo, forem deficientes em aptidões sociais, serão ineptas para persuadir ou inspirar outras pessoas, para liderar equipes ou catalisar mudanças. Se tiverem pouca autopercepção, não se darão conta de suas próprias deficiências e carecerão da autoconfiança que advém da certeza de suas próprias forças. (GOLEMAN, 1999).

A literatura acerca da Inteligência Emocional apresenta dois estilos de liderança: A Liderança Ressonante e a Liderança Dissonante. A forma como o líder trata e se comunica com sua equipe pode definir se haverá harmonia com o grupo ou se haverá um choque no relacionamento.

A liderança ressonante é percebida quando o líder trabalha com sua equipe em sintonia, identificando quais são os sentimentos que cada colaborador carrega no contexto organizacional. Essa percepção permite uma condução mais honesta das atividades desenvolvidas no ambiente corporativo, criando um relacionamento de empatia entre líder e liderado. O líder ressonante tem a capacidade de direcionar os sentimentos de sua equipe, extraindo dela o máximo empenho e vibração possível, pois sua energia, força e inteligência emocional trabalham perante a equipe de força latente. Para Goleman et al. (2002), a capacidade do líder de administrar e direcionar tais sentimentos de modo a ajudar o grupo a

cumprir suas metas depende de seu nível de inteligência emocional (IE). A ressonância ocorre naturalmente para os líderes inteligentes emocionalmente. Sua paixão e sua energia vigorosa ressoa por toda equipe.

Exercer a liderança ressonante desperta no colaborador um maior comprometimento com suas ações, já que ele percebe a preocupação do líder não apenas com seus interesses junto à empresa, mas também com o interesse dos colaboradores que estão sob a sua gestão. A gestão ressonante exige do líder um nível elevado de inteligência emocional, uma vez que será através dessa característica que ele fundamentará suas ações. Outro ponto importante está relacionado à necessidade de entender os anseios dos integrantes da organização para que haja bom entendimento no relacionamento. Esses fatores estão bem presentes em pessoas desenvolvidas emocionalmente.

Para Rêgo (2005), ao ser orientado por um líder com grande inteligência emocional, as equipes sentem conforto mútuo. Compartilhando e aprendendo uma com as outras.

Em contrapartida, o estilo de liderança dissonante é caracterizado justamente pela ausência de inteligência emocional, onde o responsável pela organização da tarefa não tem a capacidade de fazer com que sua equipe trabalhe de forma harmoniosa, despertando internamente a sua motivação. Nesses casos as tarefas passam a ser realizadas pelas equipes de forma mecânica não havendo superação de limites, uma vez que os colaboradores entendem não ser necessário dar o máximo de si no ambiente corporativo. Curiosamente, ao descrever dissonância Goleman et al. (2002) dizem que a dissonância, em seu sentido musical original, descreve um som desagradável e áspero, tanto em termos humanos quanto musicais, a dissonância refere-se a falta de harmonia. A liderança dissonante produz grupos em que reina a discrepância emocional, cujos membros têm a sensação de estar o tempo todo fora do tom.

A dissonância tende a fazer com que haja maior probabilidade de atritos entre os colaboradores, uma vez que o líder não consegue transmitir o sentimento de equipes para eles. Nos ambientes em que se configura a dissonância os líderes perdem a influência do carisma perante as pessoas, tornando-se um mero comandante na determinação de tarefas. Goleman et al (2002) afirma que há inúmeros tipos de líderes dissonantes, que não só são desprovidos de carisma (e, portanto, fora da sintonia com o grupo) como também transmitem tonalidades emocionais que quase sempre ressoam em um registro negativo. Em sua maioria, eles não pretendem ser tão discordantes; apenas faltam-lhe as habilidades críticas de IE que poderiam ajudá-los a liderar com ressonância.

Portanto, liderar de forma ressonante pode ser a chave para se alcançar o sucesso e para conquistar a simpatia e o respeito da equipe. O líder ressonante consegue interagir com sua equipe com maior facilidade e interação, proporcionando que as relações de trabalho sejam desenvolvidas com maior respeito e comprometimento.

Diante das informações apresentadas importante enfatizar a importância da inteligência emocional para as pessoas, especialmente no ambiente organizacional que vive constantemente sofrendo mudanças e administrando conflitos. O fato das empresas serem formadas por pessoas requerer que a gestão seja feita por líderes capacitados e com grande nível de competência interpessoal e inteligência emocional.

4 Liderando com inteligência emocional

Nos capítulos anteriores abordados aspectos relacionados à liderança e a inteligência emocional separadamente, estabelecendo apenas superficialmente uma relação entre eles. Entretanto, pode-se afirmar que existe uma forte relação entre a liderança e a inteligência emocional, de maneira tal que uma complementa a outra.

Imaginemos um “líder” que trata seus colaboradores com estupidez. Que em momentos de crise tenha ataques de histeria, deixando toda sua equipe assustada. Qual o conteúdo de inteligência emocional que essa pessoa tem? Ele realmente é um líder? Podemos dizer que ambas as situações não são verdadeiras, pois além de não ter inteligência emocional para conduzir sua equipe nas ações, essa pessoa não é verdadeiramente um líder.

Segundo Maximiano (2011) os líderes afetam profundamente as emoções de seus seguidores, encorajando-os e dando-lhes inspiração para que eles vejam os problemas de maneira diferente, dêem o máximo de si e apresentem novas ideias.

A liderança tem despertado interesse dos gestores desde o tempo da Teoria das Relações Humanas, que observou a influência que ela exercia no comportamento das pessoas. Mas a relação *Inteligência Emocional X Liderança* é algo relativamente novo no meio acadêmico. Liderar requer atitudes que sejam emocionalmente inteligentes como, por exemplo, capacidade de inspirar as pessoas e conduzi-las harmoniosamente para obtenção de uma meta comum.

Nos últimos anos, os líderes de organizações têm procurado entender melhor as facetas da inteligência emocional, pois sua contribuição organizacional tem se mostrado presente a cada dia.

Um traço que é extremamente marcante no perfil profissional de um líder é sua alegria. Estar de bem com o trabalho, transmitindo um bom humor pode estreitar o relacionamento com a equipe, fazendo com que ambos desenvolvam uma sinergia no cumprimento das rotinas de trabalho. Para Goleman et al. (2002), a alegria ocupa um lugar de destaque entre as ferramentas dos líderes de grande inteligência emocional.

É necessário que o líder tenha um índice elevado de inteligência emocional. Com essa característica ele poderá passar sua alegria de forma que contribua para o entusiasmo da equipe.

O bom desenvolvimento intrapessoal é indispensável no comportamento de um líder, uma vez que não se pode comandar um grupo de forma eficiente sem ter um autoconhecimento apurado.

Miranda (1999) define a inteligência intrapessoal como a habilidade para acessar os próprios sentimentos íntimos.

Os três pontos principais da inteligência intrapessoal são, segundo Weisinger (1997), a autoconsciência, o controle emocional e a capacidade de se motivar.

A necessidade da autoconsciência é de suma importância para as pessoas, pois permite um melhor entendimento e compreensão das suas emoções, auxiliando-a ainda nos momentos em que é necessário administrar suas respostas corporais a estas emoções. Para Fiorelli (2011) o autoconhecimento reveste-se de importância fundamental para quem pretende liderar pessoas, porque possibilita ao profissional *alguma* certeza de que não contamina, com seus conteúdos psíquicos, os comportamentos que manifesta e a interpretação que faz dos fenômenos que vivencia.

O controle das emoções é outra característica da inteligência intrapessoal muito importante para o líder. Trata-se de outra competência da intrapessoalidade. As emoções são extremamente influenciadoras do comportamento humano, criando muitas vezes situações difíceis de serem contornadas. Para Santana (2003), o saber lidar com as próprias emoções passa antes pela percepção dos sentimentos e como se processa o seu crescimento.

A capacidade de se motivar é outra característica da inteligência intrapessoal muito importante para os líderes, uma vez que é através dela que o desempenho no trabalho pode ser otimizado. Um líder motivado tem maior condição de desenvolver uma tarefa; essa motivação provoca no líder um comportamento mais proativo e que lhe assegura disposição para executar suas atividades profissionais. Para Weisinger (1997), no contexto da inteligência

emocional, motivar-se significa usar seu sistema emocional para catalisar todo esse processo e mantê-lo em andamento.

O líder motivado tem capacidade de provocar nos líderes um estado de movimentação na busca pelo resultado, pelas metas inicialmente propostas pela organização. Ao escrever sobre motivação Fiorelli (2011) afirma que quando ela acontece, as pessoas tornam-se mais produtivas, atuam com maior satisfação e produzem efeitos multiplicadores.

A inteligência intrapessoal e de suma para o líder devido às grandes facilidades que ela oferece nos aspectos de autoconhecimento e de controle das próprias emoções. O indivíduo que tem essa característica consegue entender melhor também os aspectos da interpessoalidade que aborda o relacionamento com outras pessoas e que será abordado no próximo tópico.

As organizações com o acirramento da concorrência passaram a dar maior importância para as pessoas dentro do seu contexto, uma vez que o fator humano passou a ser o diferencial competitivo. Como os grupos (formados por pessoas) são parte integrante das organizações manter um bom clima organizacional entre líderes e liderados e de grande importância para se alcançar sucesso. Devido a essa exigência o líder precisa ser hábil na administração do relacionamento que tem com a sua equipe, ou seja, ele precisa ter um bom relacionamento interpessoal. Segundo Miranda (1999), a inteligência interpessoal ou inteligência social é a habilidade de se relacionar com os demais.

Um ponto importante no relacionamento interpessoal no ambiente organizacional reside no fato de que o líder bem preparado ajuda sua equipe a desenvolver também a inteligência emocional. Ele percebe que o relacionamento interpessoal requer inteligência emocional de ambas às partes, ou seja, não apenas o líder, mas também o liderado é responsável pela manutenção do equilíbrio dos relacionamentos. A inteligência interpessoal deve ser encarada ainda como a chave para o sucesso nos relacionamentos. Por se tratar de uma característica que pode ser desenvolvida constantemente, nunca o líder deve achar que alcançou um nível suficientemente bom que permita negligenciar a atenção a essa competência.

A Inteligência emocional pode ser definida como nossa capacidade de nos relacionarmos de forma assertiva e positiva com as pessoas e caracteriza a maneira como as pessoas lidam com suas emoções e com as das pessoas ao seu redor. Isto implica autoconsciência, motivação, persistência, empatia e entendimento e características sociais como persuasão, cooperação, negociação e liderança. (RÊGO, 2005)

5 Conclusão

O presente trabalho apresentou as características que qualificam o líder como emocionalmente inteligente. Essas características permitiram responder a problemática da pesquisa, que visava justamente abordar as contribuições da Inteligência Emocional na liderança.

Ao analisar os temas apresentados neste trabalho acadêmico ficou evidenciado que:

O líder precisa a cada dia mais se capacitar para enfrentar as adversidades organizacionais, principalmente nos aspectos relacionados a gestão de sua equipe.

A fundamentação teórica observada no presente trabalho permitiu evidenciar ainda que a liderança para acontecer de forma eficiente e eficaz precisa ser conduzida por um líder que tenha um bom relacionamento com seus liderados e para que isso aconteça ele tem que fazer uso de vários recursos, como por exemplo, a Inteligência Emocional.

O estudo da Inteligência Emocional precisa ser encarado pelo líder como fator prioritário em sua formação profissional, uma vez que suas especificidades permitem uma melhor condução dos processos organizacionais que são realizados por pessoas. É indispensável que o líder tenha um bom relacionamento com os colaboradores da sua organização. O líder precisa ser admirado e respeitado para que sua atividade seja desenvolvida de forma mais harmônica possibilitando que haja um bom clima organizacional.

Percebe-se que a Inteligência Emocional fornece subsídios importantes no processo de liderança, como por exemplo, a Inteligência interpessoal que permite ao líder entender melhor os anseios e necessidades de sua equipe dando condições de administrar as situações identificadas.

No entendimento do pesquisador a liderança não pode ser exercida sem que haja Inteligência Emocional, pois a ausência da última facilitaria a geração de conflitos e ocasionaria problemas no relacionamento entre líder e colaborador. A liderança eficiente está sempre embasada na aplicação das competências emocionais de forma ampla nos processos de gestão da equipe. As organizações estão se interessando mais pela Inteligência emocional devido a uma nova percepção dos processos de liderança, que dão uma ênfase especial aos colaboradores.

O desenvolvimento dos processos organizacionais precisam analisar as características dos recursos humanos disponíveis, observando as principais qualidades e pontos a serem desenvolvidos e para isso o líder precisa fazer uso da Inteligência emocional. A inteligência

emocional é um tema de suma importância para sociedade e portanto precisa ser constantemente estudado e debatido nos cursos relacionados a formação de administração e de liderança. É importante ainda que seja fomentada a publicação de trabalhos acadêmicos relacionados ao estudo do tema. O estudo da inteligência emocional deixou de ter uma abrangência voltada apenas para área de Psicologia, passando a estar inserida nas diversas áreas, inclusive na administração.

O desenvolvimento deste trabalho teve a intenção de contribuir para o enriquecimento acadêmico e profissional dos estudantes e das pessoas interessadas nos temas de Liderança e Inteligência Emocional.

Referências

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Psicologia aplicada à administração de empresas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

COOPER, Robert; SAWAF, Ayman. **Inteligência Emocional na Empresa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DAVIS, Keith; NEWSTROM, John W. **Comportamento Humano no Trabalho – uma abordagem psicológica**. São Paulo: Pioneira, 1992.

FIORELLI, José Osmir. **Psicologia para Administradores – integrando teoria e prática**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas: A Teoria na Prática**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda, 1995.

GOLEMAN, Daniel. BOYATZIS, Richard; McKEE, Annie. **O poder da Inteligência Emocional, a experiência de liderar com sensibilidade e eficácia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

_____. **Trabalhando com a Inteligência Emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

_____. **Inteligência Emocional. A teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

KWASNICKA, Eunice Laçava. **Introdução a Administração**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 8ª ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 2011.

MINICUCCI, Agostinho. **Psicologia Aplicada à Administração**. São Paulo: Atlas, 1995.

MIRANDA, Roberto Lira. **Além da Inteligência Emocional**. Rio de Janeiro: Campus: 1999.

RÊGO, Claudia Carla de Azevedo Brunelli. **A Inteligência Emocional da Liderança e seu impacto na satisfação dos seus colaboradores**. Monografia apresentada ao CEPPEV – Centro de Pós-graduação e Pesquisa da Faculdade Visconde de Cairu. Salvador, 2005.

ROBERTS, Richard D.; FLORES-MENDOZA, Carmen E.; NASCIMENTO, Elizabeth do. Inteligência emocional: um construto científico?. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto , v. 12, n. 23, 2002 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2002000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2002000200006>

SANTANA, Gilson Vieira. **A Construção das Bases para o Desenvolvimento de Software CBT tendo como conteúdo central um teste de avaliação da Inteligência Emocional**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa. Florianópolis, 2003.

VIZEU, Fabio. Uma aproximação entre liderança transformacional e Teoria da Ação Comunicativa. RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online), São Paulo , v. 12, n. 1, fev. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712011000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712011000100003>.

WEISINGER, Hendrie. **Inteligência Emocional no Trabalho**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

WOYCIEKOSKI, Carla e HUTZ, Claudio Simon. **Inteligência emocional: teoria, pesquisa, medida, aplicações e controvérsias**. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2009.

ASPECTOS CLÍNICOS E EPIDEMIOLÓGICOS DA LESÃO POR ESFORÇO REPETITIVO (LER) / DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO (DORT) NA ÁREA DA SAÚDE

Daniela Ferreira Correa da Silva¹

Lais Stocco Buzzo²

Sônia Maria Marques Gomes Bertolini³

RESUMO

As Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) são por definição um fenômeno relacionado ao trabalho, causados por danos decorrentes da utilização excessiva, imposta ao sistema músculo-esquelético, e da falta de tempo para recuperação. Caracterizam-se pela ocorrência de vários sintomas concomitantes ou não e de aparecimento insidioso. Sua prevalência é elevada, sobretudo, em profissionais de atividades manuais e da área da saúde. O enorme contingente de diagnósticos LER/DORT existente no nosso país atinge proporções consideradas epidêmicas. Os principais fatores de risco são o próprio ambiente de trabalho, sob condições físicas, mecânicas e psíquicas adversas. O presente estudo teve como objetivo descrever a fisiopatologia da LER/DORT, bem como averiguar os fatores de risco e os métodos preventivos destes danos. Conclui-se que ações dos vários segmentos da sociedade trabalhista sejam responsáveis pelos fatores que vêm sustentando esse fenômeno e que maior atenção deve ser direcionada às posturas adotadas pelos trabalhadores a execução das atividades laborais, além de mobiliários adequados às execuções das tarefas, bem como se faz necessário disponibilizar instrumentos e equipamentos ergonomicamente idealizados, visando a redução da incidência das doenças relacionadas ao trabalho, garantindo segurança ao profissional e aos pacientes por ele assistidos.

Palavras chave: Lesões por esforço repetitivo; Distúrbios Osteomusculares relacionados ao trabalho; Ergonomia;

¹ Enfermeira do Trabalho, acadêmica do Mestrado de Promoção da Saúde, do UniCesumar; E-mail: dani_fcorrea@hotmail.com

² Enfermeira, acadêmica do Mestrado em Promoção da saúde, do UniCesumar; E-mail: laisstocco@hotmail.com

³ Fisioterapeuta, Doutora, Docente do Mestrado em Promoção da Saúde do UniCesumar, orientadora; E-mail: smmgbertolini@cesumar.br

ABSTRACT

The Repetitive Strain Injury (RSI) and Work-Related Musculoskeletal Disorders (MSDs) are by definition a phenomenon related to work, caused by damage from overuse, imposed on the musculoskeletal system, and the lack of recovery time. Characterized by the occurrence of various concomitant symptoms or not and insidious onset. Its prevalence is high, especially in manual activities and professional healthcare. The huge number of diagnoses RSI / WMSD existing in our country reaches epidemic proportions considered. The main risk factors are the work environment itself, under physical, mechanical and psychological adversas. The present study aimed to describe the fisopatologia the RSI / WMSD and ascertain risk factors and preventive methods such damage. We conclude that the actions of the various segments of society are responsible for labor factors that have sustained this phenomenon and that more attention should be directed to the postures adopted by workers to perform work activities, as well as securities adequate to executions of tasks, as well as is necessary to provide tools and equipment ergonomically devised, aimed at reducing the incidence of work-related diseases, ensuring the safety professional and the patients he assisted.

Keywords: Repetitive strain injuries, work-related musculoskeletal disorders, Ergonomics

1. INTRODUÇÃO

A dor relacionada ao trabalho é descrita desde a Antigüidade (DEMBE 1996), embora o registro clássico sobre a descrição de vários ofícios e danos à saúde a eles relacionados está contido em publicações do século XVII. Nelas, são citadas as afecções dolorosas decorrentes dos movimentos contínuos da mão realizados pelos escribas e notários, cuja função era registrar manualmente os pensamentos e desejos de príncipes e senhores, com atenção para não errar.

Com a Revolução Industrial, esses quadros clínicos, configuraram-se claramente como decorrência de um desequilíbrio entre as exigências das tarefas realizadas no trabalho e as capacidades funcionais individuais, tornando-se mais numerosos. A partir da segunda metade do século XX adquiriram expressão em número e relevância social, com a racionalização e inovação técnica na indústria, atingindo, inicialmente, de forma particular, perfuradores de cartão (RAMAZZINI, 2001).

Atualmente essas expressões de desgaste de estruturas do sistema músculo-esquelético atingem várias categorias profissionais e tem várias denominações, entre as quais Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), adotadas pelos ministérios da Saúde e da Previdência Social (BRASIL, 2006).

A elevada prevalência das LER/DORT tem sido explicada por transformações do trabalho e das empresas, cuja organização tem se caracterizado pelo estabelecimento de metas e produtividade, considerando suas necessidades, particularmente de qualidade dos produtos e serviços e aumento da competitividade de mercado, sem levar em conta os trabalhadores e seus limites físicos e psicossociais (TRACTEMBERG, 1999). Exige-se adequação dos trabalhadores às características organizacionais das empresas, pautadas pela intensificação do trabalho, aumento real das jornadas, prescrição rígida de procedimentos, impossibilitando manifestações de criatividade e flexibilidade. Às exigências psicossociais não compatíveis com características humanas, nas áreas operacionais e executivas adiciona-se o aspecto físico-motor, com alta demanda de movimentos repetitivos, ausência e impossibilidade de pausas espontâneas, necessidade de permanência em determinadas posições por tempo prolongado, atenção para não errar e submissão a monitoramento de cada etapa dos procedimentos, além de mobiliário, equipamentos e instrumentos que não propiciam conforto (RAMAZZINI, 2001).

Entre os vários países que viveram epidemias de LER/DORT estão a Inglaterra, os países escandinavos, o Japão, os Estados Unidos, a Austrália e o Brasil. A evolução das epidemias nesses países foi variada e alguns deles continuam ainda com problemas significativos, dentre os quais o Brasil, especialmente a partir de 1980. Em 2002, passaram de 19 mil casos - 91% dos registrados como doença do trabalho (FERNANDES, 2004), para 20 mil em 2006 e 117,5 mil em 2008, conforme Elkeles e Seligmann-Silva (2010). De acordo com INSS, as LER/DORT são, atualmente, a segunda causa de afastamento de trabalho em nosso país (BRASIL, 2003).

Diferentemente do que ocorre com doenças não ocupacionais, as doenças relacionadas ao trabalho têm implicações legais que atingem a vida dos pacientes. O seu reconhecimento é regido por normas e legislação, conforme a finalidade. A Portaria GM 777, do Ministério da Saúde, de 28 de abril de 2004, tornou de notificação compulsória vários agravos relacionados ao trabalho, entre os quais LER/DORT (BRASIL, 2006).

As LER/DORT, no Brasil, foram primeiramente descritas como tenossinovite do digitador, pois acometia esta classe. Foram apresentados, porém, no XII Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho em 1973, casos de tenossinovite ocupacional, também, em lavadeiras, limpadoras e engomadeiras, recomendando-se que fossem observadas pausas de trabalho daqueles que operavam intensamente com as mãos (BRASIL, 2003).

Reconhecidas pela Previdência Social em 1987, tem sido, nos últimos anos dentre as doenças ocupacionais registradas, as que mais prevalecem, segundo estatísticas referentes à população trabalhadora (BRASIL, 2003).

No campo social, sobretudo na década de 80, os sindicatos dos trabalhadores em processamento de dados travaram uma luta pelo enquadramento da tenossinovite como doença do trabalho. Nestes últimos anos, várias outras entidades nosológicas, além da tenossinovite passaram a ser incluídas entre as LER/DORT pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Previdência Social (BRASIL, 2000). A partir da década de 90, a saúde coletiva incorporou a saúde ambiental e com ela a saúde do trabalhador (CAMARA et al., 2003).

Em 28 de abril de 2004, o Ministério da Saúde publicou a Portaria 777/04, que tornou de notificação compulsória vários agravos à saúde relacionados ao trabalho, entre eles as LER/DORT (BRASIL, 2004)..

Segundo Salim (2003), as LER/DORT representam um dos grupos de doenças ocupacionais mais polêmicos no Brasil e em outros países, e vem assumindo um caráter epidêmico.

As LER/DORT são danos decorrentes da utilização excessiva, imposta ao sistema osteomuscular, e da falta de tempo para recuperação. Em geral, são caracterizadas pela ocorrência de vários sintomas, concomitantes ou não, de aparecimento insidioso, predominantemente nos membros superiores, tais como dor, parestesia, sensação de peso e fadiga. Abrangem quadros clínicos do sistema osteomuscular adquiridos pelo trabalhador submetido a determinadas condições de trabalho (BRASIL, 2006; INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS, 2003).

São conhecidas como doenças do sofrimento, incapacidade e afastamento laboral temporário ou permanente, tanto em homens como mulheres (BRASIL, 2000; BRASIL, 2003).

As mudanças de hábitos e estilo de vida também estão mudando e com isso o perfil das doenças também se altera. A exemplo disto, cita-se as máquinas duras e pesadas de escrever, depois veio a era das máquinas elétricas com toques rápidos e atualmente os computadores, os *notebooks* e etc. Moura (2000) comenta que nesta época de mudanças, os trabalhadores têm que se adaptar a novas tecnologias e se atualizar para fazer frente a um mercado cada vez mais restrito e competitivo.

Para Tractenberg (1999), o modelo de produção atual se caracteriza pela busca de maior produtividade, onde as empresas têm como meta a redução de custos como forma de aumentar seu poder de competitividade dentro de uma economia aberta e globalizada. No

mundo do trabalho percebemos a diminuição crescente dos empregos formais e conseqüentes crescimento do mercado informal do trabalho e do trabalho temporário; o que desperta insegurança no trabalhador em relação à sua capacidade e recursos para oferecer condições mínimas de subsistência à sua família.

Diante disto, este estudo tem como objetivo descrever a fisopatologia da LER/DORT bem como averiguar os fatores de risco e os métodos preventivos destes danos.

Para isto, realizou-se levantamento bibliográfico em bancos de dados nacionais e internacionais com os seguintes descritores: LER, Dort, fisopatologia, epidemiologia, fatores de risco, prevenção, tratamento e saúde do trabalhador.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Ergonomia X LER/DORT

Alguns autores referem que existem fatores de vital importância como objeto de estudo que interferem no processo de qualificação e atuação no mercado de trabalho. Estes fatores estariam classificados em diferenças biológicas entre homens e mulheres, dimensões antropométricas, força muscular, capacidade cardiovascular, psicomotricidade, funcionamento do aparelho reprodutor, dentre outros, conforme segue:

a) Antropometria:

Segundo Bowler (2001), é o estudo das medidas do corpo humano em termos de tamanho, forma, massa, propriedades articulares, força física e amplitude de movimentos articular. Os resultados incluem a aquisição de dados estatísticos que descrevam o tamanho, a massa e a forma humana. Há inúmeras considerações importantes a respeito de antropometria e ergonomia: como o desenho de assentos e ferramentas e a distribuição do espaço, tendem a ser direcionados aos 90% centrais da população, os 5% menores e os 5% maiores têm um maior risco de lesão e são mais propensos a ter problemas trabalhando no ambiente projetado para a maioria da população.

Conforme descreve Iida (1990) e Vieira (2000), estas medidas sofrem interferência de inúmeros fatores relacionados aos agravos ocupacionais, a saber:

b) Sexo:

Homens e mulheres apresentam diferenças antropométricas significativas, tanto em dimensões absolutas, como também nas proporções dos diversos segmentos corporais, normalmente são mais altos e as mulheres com mais excesso de peso; os homens possuem braços compridos, devido principalmente ao maior comprimento do antebraço; e as mulheres possuem mais tecido gorduroso em todas as idades, enquanto os homens possuem mais músculos esqueléticos.

c) Tempo/Idade/Crescimento/Desenvolvimento/Estatura:

Durante as diversas fases da vida, o corpo das pessoas sofre mudanças de forma e proporções. Essas mudanças são mais visíveis durante o crescimento na infância e adolescência. Elas resultam de três aspectos seguintes: cada parte do corpo tem uma velocidade diferente de crescimento, sendo que as extremidades crescem mais rapidamente; essas diferentes velocidades fazem com que as proporções entre as diversas partes do corpo sejam diferentes em cada idade; há diferenças individuais pronunciadas nas taxas anuais de crescimento, o que equivale a dizer que algumas pessoas crescem mais rapidamente que as outras. Mas, nem sempre as pessoas que crescem mais rápido atingem uma estatura final maior. Em geral, as mulheres são mais baixas (cerca de 12 cm) em relação aos homens, entretanto, se forem considerados os segmentos do corpo, nem sempre são menores que os homens, na mesma proporção da estatura. A estatura da pessoa começa a diminuir gradativamente depois dos 50 anos de idade. Os homens perdem cerca de 3 cm até os 80 anos de idade e, as mulheres cerca de 2,5 cm. Contudo, as maiores influências ocorrem nos dados de antropometria dinâmica: há uma redução dos alcances da flexibilidade, especialmente braços. A força muscular começa a declinar após os 40 anos de idade. Aos 50 anos, as mulheres conseguem exercer aproximadamente a metade da força dos homens de mesma idade.

d) Etnias/Origem Regional/Clima:

Alguns autores colocam que os povos que habitam regiões de clima quente tem o corpo mais fino e os membros superiores e inferiores relativamente mais longos, aqueles de clima frio tem o corpo mais cheio, são mais volumosos e arredondados.

e) Capacidade Física:

Em relação à capacidade física, Iida (1990), enfoca que as mulheres têm uma capacidade muscular de aproximadamente dois terços do homem. A capacidade pulmonar também é de 70% dos homens.

Em geral, elas possuem um coração menor e também menor concentração de hemoglobina no sangue, fazendo com que haja menos suprimento de oxigênio nos músculos. Assim, o limite para levantamento de peso e carregamento manual para as mulheres deve ser fixado em 20 kg no máximo.

f) Psicomotricidade:

Com a idade os movimentos se tornam mais lentos. Os tempos de reação para uma pessoa de 65 anos são 20% maiores do que os de um jovem de 20 anos e esta diferença tende a crescer em tarefas mais complexas, que exijam capacidade de discriminação entre vários estímulos diferentes (VIEIRA, 2000).

g) Capacidade Intelectual:

O homem perde cerca de 10% de sua inteligência não verbal entre os 20 e 60 anos de idade e essa perda chega a 20% nas mulheres. Contudo, parece que essas diferenças são devidas mais à condição social da mulher, que geralmente tem um menor índice de escolarização, vive mais tempo em ambiente doméstico, fraco em excitações, e enfrenta menores desafios que os homens.

h) Stress:

O stress é atualmente um fator empírico para traçar o perfil epidemiológico uma vez que as mulheres estão mais expostas ao risco de stress.

Moura (2000) relata que um dos grandes fatores de risco para LER/DORT é o diagnóstico de stress e que ele pode ser considerado uma reação de adaptação do indivíduo frente às constantes demandas diárias, para a busca de adaptação e restabelecimento da homeostase. Para esta adaptação do indivíduo, as alterações fisiológicas, cognitivas e emocionais ocorrem. A intensidade da reação de stress depende, em grande parte, da avaliação subjetiva feita pelo indivíduo sobre a gravidade ou importância de uma dada situação. Estresse recorrente e intenso pode levar a doença ou aumentar a incidência ou a severidade de alguns sintomas como angústia, irritabilidade, queda de desempenho, doenças e absenteísmo.

Estressores relacionados ao trabalho como elevada carga de trabalho, baixa autonomia na realização de atividades, excesso de pressão, ambiguidade em relação ao futuro, chefias rígidas e autoritárias e conflitos com colegas e superiores podem produzir resposta de estresse que aumentam o potencial para adoecimento (LIMA, 1997; VIEIRA, 2000).

Estas respostas podem ser emocionais (irritabilidade, insatisfação com o trabalho e angústia), fisiológicos (aumento da pressão arterial, da frequência cardíaca e da tensão muscular) e comportamentais (uso indevido da força, absenteísmo, uso abusivo de medicamentos) (LIMA,1997)

Sob estresse acentuado, os trabalhadores podem se envolver em atividades sem pausas para descanso, para manterem a produtividade alta ou usar a força e pressão para a realização de tarefas, havendo assim descompensação fisiológica como aumento das respostas neuromusculares periféricas e tensão muscular, contribuindo para desencadear LER/DORT (LIMA,1997).

2.2 Conceitos básicos sobre LER/DORT

A sigla LER foi utilizada durante vários anos, sendo ainda melhor identificada, frente a isso, ainda são muitos os autores que utilizam esta denominação, mesmo após a edição da atualização da Norma Técnica de 1997 do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Baseando-se no termo inglês “*work-related musculoskeletal disorders*”, foi proposta a sigla DORT, ficando desta forma enquadrada na categoria das doenças relacionadas ao trabalho proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Apesar, disto, estas siglas são denominações duplamente usadas e difundidas no Brasil e utilizadas como sinônimos (BRASIL, 2006).

As Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) são por definição um fenômeno relacionado ao trabalho (KUORINKA e FORCIER, 2005). São danos decorrentes da utilização excessiva, imposta ao sistema músculo-esquelético, e da falta de tempo para recuperação. Caracterizam-se pela ocorrência de vários sintomas concomitantes ou não, de aparecimento insidioso, geralmente nos membros superiores, tais como dor, parestesia, sensação de peso e fadiga. Abrangem quadros clínicos do sistema músculo-esquelético adquiridos pelo trabalhador submetido a determinadas condições de trabalho.

Recentemente, usa-se o termo DORT; mas o nome LER está consagrado e é conhecido mundialmente.

Para o INSS (BRASIL, 2003), LER/DORT é uma síndrome clínica, caracterizada por dor crônica, acompanhada ou não por alterações objetivas que se manifestam principalmente no pescoço, cintura escapular e/ou membros superiores em decorrência do trabalho. Por se tratar de um termo genérico, e o médico deve sempre procurar determinar o diagnóstico específico.

Segundo a Norma Técnica do Instituto Nacional do Seguro Social (BRASIL, 2003), sob o rótulo de “LER” abrigam-se formas clínicas como:

- As tenossinovites (CID 727.0/2) = tenossinovite dos extensores dos dedos e a tenossinovite de De Quervain;
 - As epicondilites (CID 726.3/0);
 - As bursites (CID 727.2/9);
 - A tendinite do supra-espinhoso (CID 726.1/3);
 - Tendinite bicipital (CID 726.2/1 ou 727.8/8);
 - Cistos sinoviais (CID 727.4/5);
 - Dedo em gatilho (CID 727.0/2);
 - Contratura de Dupuytren (CID 729.4/0);

- Compressão dos nervos periféricos:
 - Síndrome do Túnel do Carpo (CID 354.0/8);
 - Síndrome do Canal de Guyon (CID 354.2/4);
 - Síndrome do Pronador Redondo (CID 354.1/6);
 - Síndrome do Desfiladeiro Torácico (CID 723.4/6);
 - Síndrome da Tensão do Pescoço ou Mialgia Tensional (CID 723.8/9).

Diante do exposto, sabe-se que a LER/DORT não é uma doença aguda. Ela se desenvolve durante o exercício profissional e o quadro sintomatológico progride, às vezes, irregularmente. Em geral, a dor se inicia no final da jornada de trabalho ou quando há um esforço maior. Posteriormente perdura mesmo fora do trabalho, melhorando nos fins de semana. Às vezes, se atenua ou se acentua devido ao ritmo de trabalho. Passa depois a perturbar o sono e se manifesta por desconforto, às vezes formigamentos nas extremidades e perda de força.

O paciente nota interferência dos sintomas nos atos da vida diária, como dificuldade para usar secador de cabelo, pegar vidro de água na geladeira, usar chave de fenda para

pequenos reparos ou trabalhos que necessitam de “pinças finas”; tem dificuldade para abrir maçanetas de porta, deixam com frequência cair objetos e ainda tem dificuldades para mudar a marcha do carro.

As principais doenças que fazem parte do estudo afim de definir o que poderia ser classificado como LER/DORT e suas possíveis causas pela realização do diagnóstico diferencial HELFENSTEIN (2000):

- a) **Bursite do cotovelo e do ombro:** Pode ser ocasionado por traumas repetitivos ou trauma único de grande intensidade;
- b) **Neuropatias compressivas periféricas:** Síndrome do Túnel do Carpo (compressão do nervo mediano); Síndrome do Desfiladeiro Torácico; Síndrome do canal de Guyon; Tendinite do músculo pronador redondo (antebraço) podendo dar compressão do nervo mediano; Compressão do nervo ulnar em nível do cotovelo, principalmente em pessoas que trabalham com cotovelo apoiado em superfícies duras (mesas); Fraturas, etc;
- c) **Mialgias:** Miosites (inflamação) dos músculos da mão; Casceíte (inflamação das fállicas) da face ventral da mão; Na sua abordagem considerar ambiente externo e ocupacional;
 Vícios posturais = dor muscular; etc;
- d) **Fibromialgia ou Síndrome Dolorosa Miofascial:** É uma afecção algica do aparelho músculo tendíneo – ligamentar que acomete músculos, tendões, fâscias e ligamentos: Síndrome da Tensão Cervical (dor muscular do pescoço), etc;
- e) **Tendinite Estenossante:** Tendinite de Quervain (tendinite dos tendões abductor longo e tendão extensor curto do polegar); Tendinite dos finos tendões dos dedos das mãos, podendo dar formação de cistos que podem dar o conhecido “dedo em gatilho”; etc;
- f) **Tenossinovite ocupacional:** Tendinite e tenossinovite dos músculos do antebraço; Tendinite do músculo bíceps; Tendinite do músculo supra-espinhoso do ombro, etc;
- g) **Epicondilites (medial e lateral):** o quadro clínico comum a todas estas lesões é manifestado por: dor, limitação para os movimentos, Incapacidade laboral – temporária ou permanente e alterações psicológicas como ansiedade, insônia e depressão.

2.3 Epidemiologia da LER/DORT

A diversidade de conceitos observados na literatura dificulta a obtenção concreta de dados para o estudo da incidência e da prevalência dos diferentes tipos de doenças e das

condições clínicas das chamadas LER/DORT, que costumam surgir em rápidas escaladas na forma de surtos.

Outra dificuldade é que os estudos na sua grande maioria não tem a colaboração de empresas e seus empregados pelo medo de exposição e o risco de demissões de seus cargos.

Segundo Moreira e Carvalho (2001), as estatísticas do Conselho Nacional de Segurança dos EUA, a indenização referente aos DORT é 50% mais custosa que a reivindicada por trauma agudo (acidente de trabalho). O tempo perdido de trabalho nos pacientes com DORT nos EUA é extremamente maior do que com os outros distúrbios músculo-esqueléticos, como, por exemplo, a dor lombar.

Existem inúmeros trabalhadores com queixas de dor atribuída a seu trabalho. A patologia é reconhecida pela atual legislação brasileira gerando grande interesse nos meios médicos. O ônus gerado ao governo, às indústrias e aos trabalhadores, levam os meios médicos a realizar estudos e discussões que possam contribuir para uma melhor compreensão dessa patologia já considerada como epidemia na saúde brasileira (NAKACHIMA, 2002).

No Brasil, os dados dessas afecções são deficientes, mas a quantidade de diagnósticos de LER/DORT tem dimensões muito altas. Considerando assim que na última década nosso país presenciou uma situação epidêmica com relação aos DORT, tornando-se esta patologia a segunda maior causa de afastamento do trabalho no Brasil. Somente nos últimos 5 anos foram abertos 532.434 CATs (Comunicação de Acidente de Trabalho) geradas pelas LER/DORT. A cada 100 trabalhadores da região Sudeste do Brasil, 1 é portador de LER/DORT (AMERICANO, 2001).

Em estudo realizado na cidade de São Paulo, onde foram examinados 1.560 pacientes, o sexo feminino representou 87% dos casos; sendo que a faixa etária mais afetada oscilava entre 26 e 35 anos (MOREIRA E CARVALHO, 2001).

Em outro estudo realizado pela Cassi (Caixa de Assistência aos Funcionários do Banco do Brasil) no ano de 2000, 26,2 % dos funcionários do Banco do Brasil apresentaram algum sintoma que está relacionado à LER/DORT (NAKACHIMA, 2002).

Dentre as profissões da área da saúde, a enfermagem, em particular, tem sido especialmente afetada pelo distúrbio musculoesquelético. Pesquisas realizadas em vários países, exibem prevalências superiores a 80% de ocorrência de distúrbios musculoesqueléticos em trabalhadores de enfermagem (ANDO et al., 2000; ERIKSEN, 2004). Estudos regionalizados brasileiros mostram prevalências entre 43 a 93% desses distúrbios (ROCHA et al., 2001; GURGUEIRA et al., 2003).

2.4 Etiologia da LER/DORT

A etiologia das LER/DORT é multifatorial (DEMBE, 1996; HELFENSTEIN, 2000). Os fatores de risco não são independentes, interagem entre si e devem ser sempre analisados de forma integrada. Envolvem aspectos biomecânicos, cognitivos, sensoriais, afetivos e de organização do trabalho, conforme segue:

- Herança Familiar: Laxidão ligamentar (estado articular no qual, devido a elasticidade dos ligamentos, as articulações ficam muito flexíveis);
- Sedentarismo: Quanto ao trabalho sedentário das mulheres em locais como exemplo em excesso, particularmente em cadeiras mal projetadas e com pouco ajuste, pode levar a dores nas costas. O trabalho sedentário, se não for compensado por circulação de sangue na porção inferior do corpo, pode ser comprometida pelo tempo excessivo na posição sentada (BOWLER, 2001).
- Lesões preexistentes: fraturas ou torções sérias que necessitaram tratamento ortopédico com imobilizações prolongadas e com cirurgias, deslocamentos (luxação);
- Doenças Gerais: Reumatismo, osteoporose e doenças hormonais;
- Repetitividade dos movimentos dos membros superiores;
- Desvios de postura (pessoas que trabalham em posturas erradas e/ou e ou manutenção de postura inadequadas por tempo prolongado);
- O posto de trabalho. Embora as dimensões do posto de trabalho não causem distúrbios músculo-esqueléticos por si, elas podem forçar o trabalhador a adotar posturas, a suportar certas cargas e a se comportar de forma a causar ou agravar afecções músculo-esqueléticas. Ex.: mouse com fio curto demais, obrigando o trabalhador a manter o tronco para frente sem encosto e o membro superior estendido; reflexos no monitor atrapalham a visão, o que obriga o trabalhador a permanecer em determinada postura do corpo e da cabeça para vencer essa dificuldade.
- Exposição a vibrações. As exposições a vibrações de corpo inteiro, ou do membro superior, podem causar efeitos vasculares, musculares e neurológicos.
- Exposição ao frio. A exposição ao frio pode ter efeito direto sobre o tecido exposto e indireto pelo uso de equipamentos de proteção individual contra baixas temperaturas (ex. luvas).
- Exposição a ruído elevado. Entre outros efeitos, a exposição a ruído elevado pode produzir mudanças de comportamento.

- A pressão mecânica localizada. A pressão mecânica provocada pelo contato físico de cantos retos ou pontiagudos de objetos, ferramentas e móveis com tecidos moles de segmentos anatômicos e trajetos nervosos provocando compressões de estruturas moles do sistema musculoesquelético.

A elevação e transporte são considerados como riscos ocupacionais para um número significativo de mulheres trabalhadoras. As lesões (dores) nas costas são as principais lesões ocupacionais na área de cuidados de saúde, que é dominada por mulheres, e a principal causa de incapacidade em ambos os sexos. O manuseio de pacientes é o principal fator que causa dores nas costas, frequentemente sem um treinamento adequado e com equipamentos impróprios. As que trabalham em cuidados infantis podem ter que carregar crianças pequenas, porém, relativamente pesadas. Na média, as mulheres têm uma estrutura menor do que os homens. As mulheres sem treinamento, em média, não podem elevar tanto peso quanto o homem médio. Com o treinamento adequado, a capacidade de elevar e transportar pode ser consideravelmente melhor. Os dados disponíveis são pouco adequados para avaliar os limites de elevação de peso para cada sexo. De um modo geral, métodos automatizados e/ou assistidos de elevação e transporte são preferíveis para ambos os sexos (BOWLER, 2001).

Além disso, fatores organizacionais e psicossociais ligados ao trabalho também se caracterizam como fatores de risco devido a exigência de pressão, autoritarismo das chefias, mecanismos de avaliação de desempenho baseados em produtividade, tudo isso desconsiderando a diversidade própria de homens e mulheres. Há, ainda, os fatores externos que contribuem para o agravamento como exemplo, a atividade doméstica (lavar e passar roupas, cozinhar), cuidados com os filhos, principalmente os pequenos, costurar e tricotar e a prática de exercícios.

Considera-se, também, como riscos os fatores ocupacionais a repetitividade de movimentos estereotipados e esforço físico.

Conforme Oliveira et al. (1998), além dos fatores biomecânicos no desenvolvimento da LER/DORT, o ambiente psicossocial do trabalho levando ao estresse psicológico, equiparando-se e associando-se aos fatores ergonômicos, constituem a base multifatorial da LER/DORT.

2.5 Fisiopatologia da LER/DORT

A fisiopatologia da LER/DORT ainda é objeto de estudo, pois as alterações encontradas no músculo ou outros sintomas em estruturas são comuns a outras patologias.

Essa teoria se confirma quando Dennett e Fry (1988) relatam que em experiência através de biópsia em mulheres operadoras de terminais com dor crônica e perda de função de vários músculos da mão, observou-se que estas alterações eram mais evidentes na contagem das fibras musculares, além de discretos sinais inflamatórios.

Conforme Mendes (1995), A LER/DORT é provocada por alteração no aporte de nutrientes devido ao espessamento do líquido que reveste o espaço entre a bainha e o tendão cuja função é impedir o atrito durante o movimento. Em determinadas situações, ao realizar esforços repetitivos pode ocorrer espessamento do próprio tendão ou bainha e o líquido adquire aspecto inflamatório;

Fadiga muscular, estresse mecânico sobre a cartilagem, os movimentos repetitivos e as contrações dinâmicas musculares contínuas transferem o fluxo sanguíneo das inserções para os músculos, levando a isquemia local, manifestando-se por dor difusa, cansaço e desconforto de membros superiores e região cervical (MENDES, 1995).

Ainda segundo o mesmo autor, ocorrem, também, alterações fisiológicas (metabólicas e circulatórias) que pode ser por obstrução ao fluxo sanguíneo e privação de nutrientes, dependendo da intensidade, duração e frequência no tendão.

2.6 Diagnóstico da LER/DORT

Segundo o Protocolo de investigação, diagnóstico, tratamento e prevenção de LER/DORT (BRASIL, 2006), o rastreamento deve ser feito por meio de:

- a) Avaliação da história da doença atual: como queixas, sinais e sintomas relatados que podem ser dor (insidiosa, de início remoto, sem data precisa de instalação); desconforto; fadiga; sensação de peso; formigamento; dormência ou parestesia (traduz a compressão nervosa); sensação ou diminuição de força; edema; choque; enrijecimento articular; falta de firmeza nas mãos; sudorese excessiva; alterações subjetivas de temperatura; cefaléia tensional; instabilidade funcional (ansiedade, instabilidade, alterações de humor, distúrbio do sono), sinais flogísticos (principalmente na fase aguda) e presença de cistos sinoviais.
- b) Interrogatório sobre diversos aparelhos: traumas; doenças reumáticas; ooforectomia; diabetes *mellitus*; distúrbios de tireóide; distúrbios hormonais; gravidez e menopausa;
- c) Atividades exercidas fora do ambiente de trabalho – história ocupacional – relação com atividades extra ocupacionais: uso excessivo de computador em casa, lavagem manual de roupas ou ato de passar grandes quantidades de roupas, costurar ou tricotar, praticar atividades físicas que necessite o uso de membros superiores;

- d) Informação sobre duração da jornada de trabalho; existência e duração de pausas; forças exercidas; execução de movimentos repetitivos; existência de sobrecarga estática; pressão de chefias; exigência de produtividade; mudanças no ritmo de trabalho; organização do trabalho; existência de ambiente estressante e insatisfação.
- e) Identificação de outros fatores de risco como: temperatura ambiental, iluminação e ruídos inadequados e relato de empregos anteriores.
- f) Exames complementares: avaliação laboratorial (incluem as provas de atividade inflamatória, Fator reumatóide (FR), Fator antinuclear (FAN), Anti-estreptolisina O (ASLO) e Ácido úrico. Também é comum o uso de exames baseados em imagem como ultrassonografia, radiografia simples e ressonância magnética.

Em relação ao diagnóstico, Helfenstein (1997) coloca que as lesões específicas dos tecidos moles do aparelho locomotor apresentam alta incidência, assim como os distúrbios dolorosos inespecíficos como dores musculares, tendíneas e coluna vertebral. Há diversas possibilidades etiológicas que desencadeiam estas condições, portanto nenhuma condução pode ser referida como doença ocupacional sem que antes o rastreamento para o diagnóstico diferencial seja concluído.

2.7 Tratamento da LER/DORT

O tratamento deve ser baseado em alívio dos sintomas apresentados pelo paciente; avaliação das incapacidades ou limitações do paciente; preenchimento da CAT – INSS – para afastamento das atividades ou, se for o caso de gravidade, afastamento integral do trabalho; orientações para manter suas atividades fora do ambiente de trabalho de forma a colaborar com o tratamento específico; tratamento medicamentoso; fisioterapia e tratamento cirúrgico, se necessário (BRASIL, 2006; HELFENSTEIN, 1997)

Além disso, Livramento et al. (2010) recomendam como forma de tratamento ajunto, terapias alternativas como ginástica laboral (com técnicas de relaxamento, alongamento, automassagem, fortalecimento muscular e correção de postura); Acunputura; Yoga; Homeopatia; Terapia ocupacional; e até mesmo, Psicologia ativa. Desta forma, entende-se que o tratamento não é exclusividade médica. É desejável a participação de outros profissionais da saúde, tais como fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, enfermeiro, assistente social, psicólogo, profissional de terapias complementares, terapeuta corporal com domínio de técnicas diversificadas para se obter a efetividade no tratamento.

2.8 Prevenção da LER /DORT

É importante considerar a natureza das atividades, do treinamento do trabalhador, da disponibilidade de relações de assistência e supervisão, que podem afetar a exposição, a satisfação, a atitude e o comportamento. No aspecto organizacional, as políticas e os procedimentos da empresa podem afetar a exposição, por meio da definição de projetos de cargos, através da especificação da duração do tempo gasto no trabalho e estabelecendo o clima psicológico em relação à socialização, à carreira e à segurança no emprego. Esses fatores podem influenciar a disposição psicológica que afeta a motivação, a atitude, o comportamento e a saúde numa base holística. Seus efeitos podem influenciar a suscetibilidade para o desenvolvimento de LER/DORT (SMITH, 1996).

Para Assunção (2001), os princípios da prevenção de LER/DORT são as reestruturações do processo produtivo que resultem em melhoria da qualidade de vida no trabalho, proporcionando maior identidade com a tarefa, maior autoridade sobre o processo, ciclos completos e a eliminação de posturas extremamente rígidas normalmente existentes nas relações de trabalho.

Para Lima (1997), o problema LER/DORT não pode ser resumido às condições físicas, o que configura uma abordagem reducionista da situação de trabalho, baseada na ergonomia tradicional anglo-saxônica. Neste enfoque, segundo o autor, é considerado o trabalho em si, o homem que trabalha enquanto trabalha. A aplicação dos resultados por sua vez, pretende ser pontual e definitiva, não envolvendo também os trabalhadores, a não ser para dar-lhes instruções de como devem se sentar, regular as cadeiras, fazer pausas ou ginásticas. Já a chamada Ergonomia Francesa, desenvolve seus conhecimentos a partir da análise da atividade de trabalho. Considera o comportamento do homem quando trabalha, bem como os determinantes das situações em que trabalha, envolvendo as características psicofisiológicas gerais do homem e a organização em que se dá a atividade de trabalho. Como os distúrbios estão vinculados sobremaneira ao trabalho, os programas de prevenção e tratamento precisam priorizar este aspecto. Nesta perspectiva, LER/DORT é um verdadeiro fenômeno gerado pelo trabalho. Assim, as ações preventivas devem atuar a partir do adoecimento da própria condição de trabalho, buscando o saneamento e aprimoramento das condições ergonômicas (OLIVEIRA et al, 1998).

Para Assunção (2001), a abordagem ergonômica cujo objeto é o trabalhar e as regulações decorrentes desta prática, os resultados produtivos só podem ser obtidos graças à capacidade de regulação da atividade desenvolvida pelos sujeitos. Atuando de um lado, para

administrar as variações das condições externas e internas da atividade e de outro, para dar conta dos determinantes da atividade. A Análise Ergonômica do Trabalho se justifica por várias razões, entre elas, de que está centrada sobre a análise da atividade, podendo identificar as condições que determinam esta atividade. Assim, ela ultrapassa as relações simplistas, uma causa um efeito, dentro da explicação das origens e das consequências das LER/DORT, e pela mesma forma, ultrapassa as abordagens biomecânicas predominantes neste assunto.

Além disso, a empresa deve possuir pelo menos um dos seguintes serviços:

- a) **SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO (SESMT)**, estabelecido no artigo 162 da Consolidação das Leis do Trabalho e é regulamentado pela Norma Regulamentadora 04 (BRASIL, 2008);

- b) **COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CIPA)** tem suporte legal no artigo 163 da Consolidação das Leis do Trabalho e na Norma Regulamentadora nº 5 (NR 5), aprovada pela Portaria nº 08/99 da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; que atua dentro das empresas por meio de uma equipe de profissionais da saúde, para proteger a integridade física dos trabalhadores (BRASIL, 2011);

- c) **PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO)** criado pelo Ministério do Trabalho pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 e atualizada em Portaria Nº 485, DE 11 de novembro de 2005 para serviços de saúde. O PCMSO é um procedimento legal estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho, no Brasil, mediante a Norma Regulamentadora 32, visando proteger a Saúde Ocupacional dos trabalhadores da saúde por meio da realização de exames médicos ocupacionais, principalmente periódicos (BRASIL, 2005).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enorme contingente de diagnósticos LER/DORT existente no nosso país atinge proporções consideradas epidêmicas. Além disso, tem implicações legais que atingem a vida dos profissionais bem como dos pacientes por eles assistidos.

Os princípios da prevenção de LER/DORT devem ser as reestruturações do processo produtivo que resultem em melhoria da qualidade de vida no trabalho, proporcionando maior identidade com a tarefa, maior autoridade sobre o processo, ciclos completos e a eliminação de posturas extremamente rígidas normalmente existentes nas relações de trabalho.

A prevenção dos sintomas osteomusculares deve ser uma tarefa interdisciplinar. A implementação de programas de assistência à saúde do trabalhador, com o intuito de minimizar precocemente os efeitos deste problema a partir da identificação de erros posturais, tarefas repetitivas, sinais e sintomas.

Do mesmo modo, ações educativas devem ser incentivadas, bem como disponibilização de recursos técnicos, instrumentos e equipamentos ergonomicamente idealizados; a redução da atividade repetitiva e o incentivo ao rodízio de atividades do dia-a-dia a fim que o trabalhador possa garantir a sua saúde, tornar o trabalho mais produtivo e satisfatório, garantindo segurança ao profissional e aos pacientes por ele assistidos.

REFERENCIAS

ANDO, S., et al. Associations of self estimated workloads with musculoskeletal symptoms among hospital nurses. **Occup Environ Med**; 57: 211-6, 2000.

ASSUNÇÃO, A. A. **As modalidades de gestão das situações de trabalho para compensar as deficiências dos membros do coletivo**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BOWLER, R. M.; CONE, J. E. **Segredos em medicina do trabalho: respostas necessárias ao dia-a-dia em rounds**, na clínica, em exames orais e escritos. Porto Alegre: Editora Artmed, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de Investigação: Tratamento e Prevenção de Lesão por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho**. Brasília: Ministério da Saúde; 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde; 2001.

BRASIL. Instrução Normativa INSS/DC, Nº 98 de 5 de dezembro de 2003. **Atualização clínica das Lesões por Esforços Repetitivos (LER)/ Distúrbios Osteomusculares Relacionados Ao Trabalho (DORT)**. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 dez. 2003. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/imagens/paginas/38/inss-dc/2003/anexos/IN-DC-98-ANEXO.htm>>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 777, de 28 de abril de 2004. Dispõe sobre os procedimentos técnicos para a notificação compulsória de agravos à saúde do**

trabalhador em rede de serviços sentinela específica, no Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Poder executivo, Brasília, DF, 29 abr. 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde.** Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 e atualizada em portaria N° 485, DE 11 de novembro de 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. Área técnica de saúde do trabalhador. **Lesões por Esforços Repetitivos (LER)/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT): Dor relacionada ao trabalho.** Protocolos de atenção integral à Saúde do Trabalhador de Complexidade Diferenciada. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Consolidação das Leis do Trabalho Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de maio de 1943.** Rio de Janeiro, 1943. Norma regulamentadora – NR 04 disposta na Portaria SIT n.º 76, de 21 de novembro de 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR 5 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.** Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978, atualizada pela Portaria SIT n.º 247, de 12 de julho de 2011.

CÂMARA VM, TAMBELLINI AT, CASTRO HA, Waissmannw. Saúde ambiental e saúde do trabalhador: epidemiologia das relações entre a produção, o ambiente e a saúde. In: Rouquayrol MZ, Almeida Filho N, organizadores. **Epidemiologia & Saúde.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Medsi; 2003.

DEMBE, AE. **Occupational and disease. How social factors affect the conception of work-related disorders.** New Haven and London: Yale University Press; 1996.

DENETT, X. ; FRY, H. J. H. **Overuse syndrome: a muscle biopsy study.** Lancet: I:905-8, 1988.

ELKELES, T.; SELIGMANN-SILVA, E. Trajetórias recentes dos distúrbios osteomusculares em dois contextos nacionais - Brasil e Alemanha. In: GLINA, D.; ROCHA, L. (Org.). **Saúde mental no trabalho: Da teoria à prática.** São Paulo: Roca, 2010.

ERIKSEN, W. Work factors as predictors of intense or disabling low back pain: a prospective study of nurses' aides. **Occup Environ Med**; 61: 398-404, 2004.

FERNANDES, R. **Distúrbios músculo-esqueléticos e trabalho industrial.** 2004. 287 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva)-Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

GURGUEIRA, GP et al. Prevalência de sintomas musculoesqueléticos em trabalhadores de enfermagem. **Rev Latino-am Enfermagem**; 11(5): 608-13, 2003.

HELFENSTEIN, H. Jr. **Fascículos de atualização: lesões por esforços repetitivos - diagnóstico diferencial.** São Paulo: Laboratório Merk Sharp & Dome, 2000.

IIDA, I. **Ergonomia: projeto e produção.** São Paulo: Edgar Blücher. 1990.

- KUORINKA I, FORCIER L. **Work-related musculoskeletal disorders (WMSDs): a reference book for prevention**. Great Britain: Taylor & Francis; 2005.
- LIMA, M. E. A.; ARAÚJO, J. N. G.; LIMA, F. P. A. **LER – Lesões por Esforços Repetitivos – Dimensões Ergonômicas e Psicossociais**. Belo Horizonte: Health, 1997.
- LIVRAMENTO, G.; et al. A ginástica terapêutica e preventiva chinesa Lian Gong/Qi Gong como um dos instrumentos na prevenção e reabilitação da LER/DORT. **Rev. bras. saúde ocup.** São Paulo, 35 (121): 74-86, 2010.
- MENDES, R. **Patologia do trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. Ateneu, 1995.
- MOREIRA, C.; CARVALHO, M. **Reumatologia Diagnóstico e Tratamento**. 2 ed., 2001.
- MOURA, R. J. **Aspectos psicossociais complicados da reabilitação em DORT**. In Apostila do III Simpósio Multidisciplinar de Afecções Relacionadas ao Trabalho e às Atividades Físicas. São Paulo, 2000.
- NAKACHIMA, LR. **Lesões por Esforços Repetitivos ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho**. Disponível em: www.fundacentro.gov.br/CTN/forum_maos_ler_dort.htm.
- OLIVEIRA, C. R.; et al. **Manual prático de LER – Lesões por Esforços Repetitivos**. Belo Horizonte: Health, 1998.
- RAMAZZINI, B. **As doenças dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Ed. Teoria e Prática, 2001.
- ROCHA, RM et al. Central de transporte de pacientes em hospital: um estudo postural e ergonômico realizado com seus trabalhadores. **Rev Enferm UERJ**; 9(2): 125-31, 2001.
- SALIM, CA. Doenças do trabalho: exclusão, segregação e relações de gênero. São Paulo **Perspect**; 17(1):11-24, 2003.
- SMITH, M. J. **Considerações Psicossociais Sobre os Distúrbios ÓsteoMusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) nos Membros Superiores**. Proceeding of the Human Factors and Ergonomics Society 40th Annual Meeting, 1996. p. 776-780.
- TRACTEMBERG, L. A complexidade das organizações: futuros desafios para o psicólogo frente à reestruturação competitiva. **Psicologia, ciência e profissão**; 19(1): 14-29, 1999.
- VIEIRA, S. I. **Manual de saúde e segurança do trabalho**. Florianópolis: Mestra, v.I, 2000.

Atenção a saúde da mulher presidiária no pré-natal, parto e puerpério: Um estudo de caso

Nedson Lopes Bastos Junior ¹
Gléssia Carneiro Guimarães ²
Manuel Alves de Sousa Junior ³

¹Enfermeiro da prefeitura municipal de Conceição do Jacuípe/BA. e-mail:nedson_lopes@hotmail.com

² Enfermeira, Mestranda em Enfermagem, Especialista em enfermagem obstétrica

³Biólogo, Mestre em Bioenergia, Professor e Pesquisador em Biologia e Educação – IFBA Campus Santo Amaro.

Resumo:

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) é um programa que tem como objetivo abranger todas as mulheres e que deixa lacunas graves no cuidado a estas dentro de um contexto de vidas diversas, a exemplo da mulher em situação de reclusão. E com isso, tem-se como o objetivo do estudo: analisar a atenção à saúde da mulher presidiária em uma cidade caso à luz da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) no pré natal, parto e puerpério. Utilizou-se como percurso metodológico, um estudo do tipo exploratório com abordagem de dados qualitativos e alguns dados com a abordagem quantitativa. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética na Pesquisa da Faculdade de Tecnologia e Ciências e foi realizado no Conjunto Penal de Feira de Santana (CPFS), tendo como sujeitos da pesquisa o gestor do CPFS, os profissionais de saúde e as mulheres privadas de liberdade. Utilizou-se como instrumento de pesquisa, o questionário que foi aplicado aos participantes. Após análise e discussão dos dados, foi possível perceber que a assistência de saúde prestada a mulher em condição de cárcere, no CPFS, ainda se encontra fragmentada por não cumprir em alguns aspectos, pela omissão do Estado e da justiça, os objetivos a as leis estabelecidas pelo PAISM, Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário e as Leis de Execução Penal. O desenvolvimento desse estudo foi de grande relevância científica e social, pois possibilitou uma análise crítica a respeito do discriminação sofrida por estas mulheres.

Palavras Chave: Políticas de Saúde; Presidiárias; Saúde da Mulher; Pré-natal; Parto; Puerpério.

Introdução:

Dentro do contexto histórico das políticas públicas voltadas para a saúde da mulher no Brasil do século XX, os movimentos sociais tiveram um papel muito importante para melhorar a saúde coletiva no cenário nacional, principalmente o movimento feminista que articulou a inclusão das questões de gênero como mediador das diretrizes dos programas ministeriais. O movimento sanitarista, juntamente com o movimento feminista promoveram a valorização da saúde da mulher no país alavancasse nos anos 80, após a criação do Programa de Assistência Integral a Saúde da mulher (PAISM), elaborado pelo Ministério da Saúde (MS), no ano de 1983 (COSTA; HAMAN; TAJER, 2000; BRASIL, 2004).

Aprovado pelo senado, o PAISM buscava melhor atender às necessidades das mulheres brasileiras. Não somente sendo, um programa gratuito e respaldado dentro das preconizações estabelecidas pelo MS, ele foi elaborado para garantir também, uma assistência de qualidade de forma igualitária para todas as clientes que procurarem os serviços, tais como: assistência ao ciclo gravídico e puerperal (pré-natal, de baixo e alto risco, parto e puerpério), prevenção do câncer de mama e de colo uterino, assistência ao abortamento, assistência a concepção e anticoncepção, assistência ao climatério, assistência as doenças ginecológicas que mais acometem as mulheres, prevenção e tratamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), e assistência a mulher vítima de violência (BRASIL, 2004).

O PAISM virou um marco na história das políticas públicas, porque priorizou mais a promoção à saúde das mulheres e, não somente de seus filhos, onde a mulher teve o direito de opinar no planejamento, implantação e acompanhamento do mesmo, e viabilizou o controle da fertilidade como um direito dentro da sociedade, além de perceber que a mulher merece uma atenção mais integral, não apenas no campo reprodutivo. Além disso, esse programa buscava romper com programas verticais e centralizados, objetivando absorver as proposições da Reforma Sanitária (SILVA; LAGO; RAMOS, 1999).

Esse estudo se justifica através dos documentos existentes pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Justiça e que ainda, infelizmente, encontra-se um déficit muito significativo no que se refere às publicações sobre esse tema, além de não ser perceptiva a presença (assídua) dessas mulheres inseridas nos serviços públicos, que são voltados para a saúde da mulher e, na sua teoria, tanto defendem a inclusão de todas elas independente do seu valor social.

Tendo esse estudo como objetivo, analisar a atenção à saúde da mulher presidiária em uma cidade caso à luz da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) no pré natal, parto e puerpério.

Metodologia:

Esta pesquisa foi do tipo exploratória, com abordagem qualitativa, tendo como objeto de estudo: a atenção à saúde da mulher presidiária à luz da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher sob a ótica do pré natal, parto e puerpério.

O presente estudo foi realizado em Feira de Santana, uma cidade localizada no estado da Bahia, sendo a segunda cidade mais populosa do estado.

Com relação ao campo empírico, o presente estudo será realizado no Conjunto Penal de Feira de Santana-BA, inaugurado em 12 de fevereiro de 1982, no governo de Dr. Antônio Carlos Magalhães, sendo Secretário da Justiça, na época, o Des. Plínio Moriani Guerreiro, e dirigido, atualmente, pelo diretor E.M.D. localizado na Av. Senador Quintino, na estrada do Aviário sem nº.

Esse conjunto Penal é constituído por nove pavilhões, sendo oito masculinos e um feminino. Conta com uma ala hospitalar contendo um consultório médico, um consultório de enfermagem, um consultório odontológico e um consultório de psicologia. Além de possuir, uma sala de curativo, uma sala de estufa, uma farmácia e três enfermarias, sendo uma feminina com um leito, uma masculina com seis leitos e uma para doenças infecto-contagiosas com dois leitos.

Também conta, com um quadro multiprofissional, no que tange os profissionais da área de saúde, médicos, dentistas, psicólogo, enfermeiras, técnicas de enfermagem, assistente social e técnica de nutrição.

O pavilhão feminino, que foi de grande importância para esse estudo, abriga, atualmente, 101 presas que são distribuídas pelas 36 celas existentes, ficando em média três reclusas por cela. Ressaltando que sempre há uma desses recintos reservada para as puérperas.

Participaram deste estudo, o diretor do CPFs, a enfermeira e as presidiárias (n = 22). O dentista e a médica não participaram porque não foram encontrados no momento das visitas técnicas realizadas.

Esse estudo seguiu os preceitos que exige a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que versa sobre os princípios éticos da pesquisa a ser realizada, com

relação a criação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a ponderação entre os riscos e os benefícios, a garantia de que danos previsíveis serão evitados e a relevância social da pesquisa e anonimato.

Este projeto foi encaminhado para o Comitê de Ética na Pesquisa da Faculdade de Tecnologia e Ciências, campus de Salvador-BA, para sua apreciação e após aprovado com protocolo número 3797, a pesquisa teve início e foi conduzida de acordo com os padrões éticos exigidos.

Resultados e Discussões:

Os estudos feitos pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) mostraram que o número de mulheres presas vem aumentando diariamente e que a quantidade de Departamentos Penitenciários Femininos não conseguem acompanhar esse crescimento, tendo em seu total somente 58 departamentos exclusivos para esse público no Brasil (BRASIL, 2008).

Situação esta, que implica num cárcere sem estrutura física adequada e sem condições básicas de saúde para que essas mulheres cumpram a sua pena. Acarretando num amontoado de pessoas dentro das celas, num ambiente hostil e insalubre, propícios à disseminação de doenças contagiosas, em especial as hepatites, sarna, tuberculose, hanseníase e HIV/AIDS. Ficando-as, em sua maioria, em presídios mistos, dentro de celas adaptadas, sem direito a creches e berçário para acolher os seus filhos. Infelizmente, até o ano de 2008, apenas 16,13% dos estabelecimentos penais femininos possuíam creches (BRASIL, 2008; DIUMA *et al.*, 2008).

Essa realidade pode ser percebida no Complexo Penal de Feira de Santana (CPFS), por se tratar de um complexo penal misto e que não atende as necessidades estruturais estabelecidas pelas Leis de Execução Penal (LEP) em seu artigo 83, § 2º, que traz a existência de berçários em todos os estabelecimentos penais para as mulheres amamentarem os seus filhos (BRASIL, 2008).

O Complexo Penal de Feira de Santana (CPFS) não possui creche, berçário, espaço para gestante e nem estrutura de atendimento a criança. Porém, o diretor, em uma das respostas à entrevista, vislumbrou um projeto futuro, quando disse: “[...] *construção de um novo presídio só para mulheres com berçário e espaço para os filhos ficarem. Será construído ao lado deste[presídio]*”.

A falta dessa estrutura física dentro desses departamentos, de certo modo, inflige o direito dessa mulher a ter uma condição digna para cumprir a sua pena e ao seu direito reprodutivo. Ressaltando, que o seu corpo não pode ser condenado pela justiça e limitado pelas condições insalubres, se tornando vítima, de certa forma, da falha do sistema prisional.

Das 101 mulheres privadas de liberdade lotadas no CPFS, a enfermeira informou que só haviam 3 gestantes, dessas, uma estava com suspeita de hanseníase e aguardava o diagnóstico médico para ser encaminhada para cela de isolamento, porém continuava dividindo a cela com outras presas, aumentando dessa forma a probabilidade de disseminação dessa doença. Já a outra, estava na iminência de ser libertada. Valendo ressaltar, que essas duas gestantes não quiseram participar do estudo.

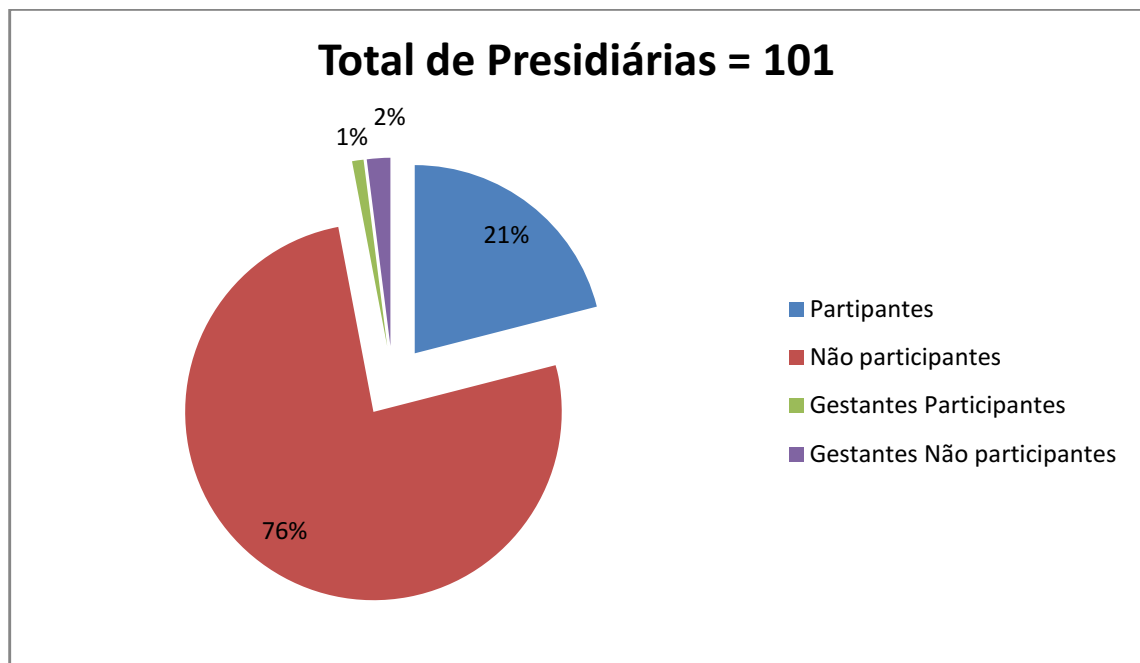


Gráfico 1–Perfil das Presidiárias do CPFS de acordo com sua participação no estudo

Como se verifica no gráfico 1, das 101 presidiárias, somente 22 presidiárias participaram do estudo, e das 3 gestantes, apenas 1 participou do estudo voluntariamente, correspondendo dessa forma, a 4,54% dos sujeitos do estudo (gráfico 2), seguia com a sua gestação fazendo o pré-natal com equipe de saúde do CPFS.



Gráfico 2 - Perfil das Presidiárias participantes do estudo

Com relação a essa gestante participante da pesquisa, a mesma faz o pré-natal no CPFS, sendo acompanhada pela enfermeira, pela médica e pelo dentista. Esse acompanhamento segue o modelo da Atenção Básica, proposto pelo Ministério da Saúde, com preenchimento das fichas para alimentar os dados do sistema, pois a saúde da mulher presidiária está inserida nos programas ministeriais, principalmente no PNAISM. Sendo evidenciada nas respostas da enfermeira que relata: “[...] *as detentas possuem atendimento integral dentro da unidade de saúde, com encaminhamento para a rede quando necessário, quando de(alto risco), são encaminhadas ao Hospital Geral Cleriston Andrade (HGCA) (sífilis, HIV +).*”

No atendimento de pré-natal, o CPFS se diferencia de forma positiva da grande maioria dos cárceres brasileiros, por proporcionar um atendimento de qualidade às grávidas, pois existem penitenciárias que nem sequer desenvolvem assistência ao pré-natal e a enfermeira deste complexo dá assistência periódica às gestantes, com a ajuda das agentes penitenciárias que realizam a busca ativa.

A grande maioria das mulheres gestantes em situação de prisão no Brasil, não recebe nenhum acompanhamento de pré-natal durante a gestação no cárcere, descobrindo, em algumas situações, que são portadoras de doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis, responsável pela sífilis congênita (BRASIL, 2007).

A encarcerada gestante quando entra em trabalho de parto, é auxiliada pelas colegas de cela que chamam pela agente penitenciária, que por sua vez, aciona o profissional de saúde. Se essa gestante entrar em trabalho de parto após as 17h, horário que o posto de saúde do CPFS fecha, a mulher é encaminhada para a maternidade na companhia da

agente penitenciária e de um policial sem a companhia da técnica de enfermagem, e a mesma é regulada para os hospitais da cidade. O encaminhamento durante o horário de expediente é feito da seguinte forma: “*Em caso de trabalho de parto são encaminhadas para o Hospital Geral Clériston Andrade ou Hospital da Mulher, com acompanhamento de técnico de enfermagem + agente penitenciário + policial militar.*”

Após o parto, a presa regressa para o complexo penal e sofre mais uma vez com os descumprimentos das Leis de Execução Penal, por não possuir nesse complexo um ambiente que acolha de forma humanizada a mãe e o filho. Sem o berçário e sem a creche, essa puérpera deverá acomodar seu filho em sua cama e adaptará a sua cela. Situação vivenciada por uma das presidiárias entrevistadas que cuidou do seu filho, após regressar da maternidade, na cela adaptada e o acomodou em sua cama durante os seis primeiros meses.

Essa realidade, de celas adaptadas, corresponde a 51,61% dos estabelecimentos penais femininos no Brasil (BRASIL, 2008).

O aleitamento materno é de grande importância para a nutrição, para o desenvolvimento intelectual da criança, além do vínculo afetivo mãe e filho, principalmente nos primeiros seis meses de vida exclusivamente preconizado pelo Ministério da Saúde. Ressaltando que, 58,09% dos estabelecimentos penais asseguram a permanência de criança até os seis meses de vida (BRASIL, 2008).

De acordo com o gráfico 3, das 22 participantes do estudo, 72,72% (n = 16) eram mães e tiveram seus filhos fora do CPFS (quando ainda livres) e amamentaram, destas, 54,54% (n = 12) amamentaram suas crianças no período mínimo de seis meses de vida, período preconizado pelo MS e 13,73% (n = 3) amamentaram por menos de 6 meses. Já 4,45% (n = 1) disse ter amamentado no referido complexo penal, também no período de seis meses.

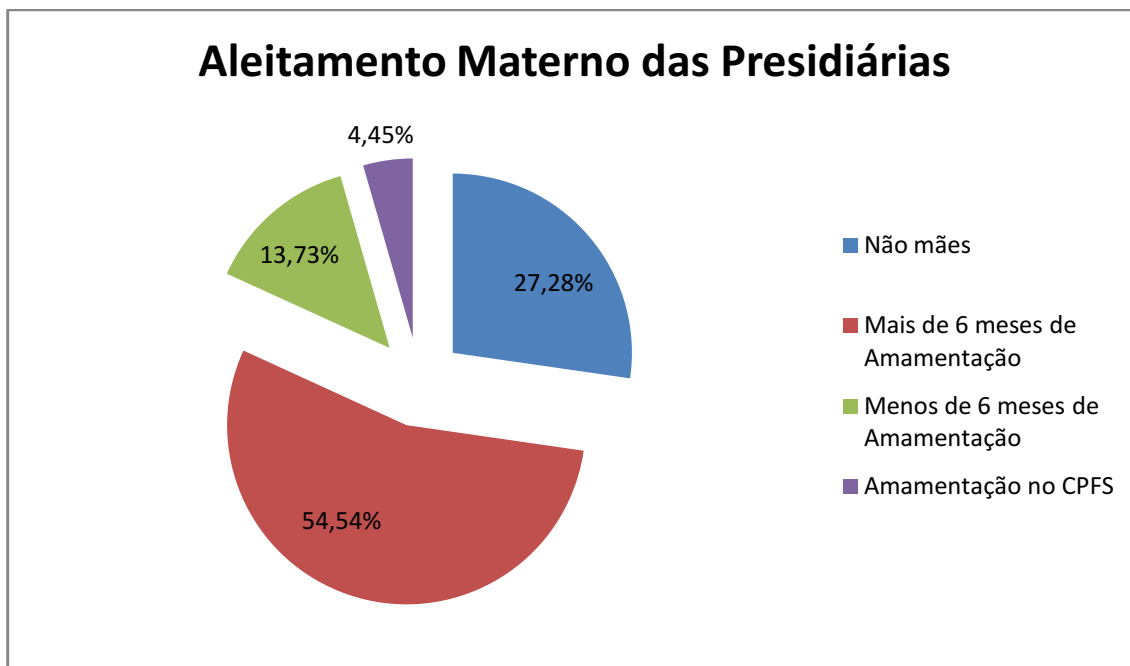


Gráfico 3 - Perfil do Aleitamento materno das presidiárias participantes do estudo.

A lactação no CPFS é ofertada para criança dentro da cela adaptada, no período correspondente aos 6 meses de vida do menor, priorizando a amamentação exclusiva. A enfermeira disse que: *“durante 6 meses a criança fica em companhia da lactente(sic), depois segue para a família.”*

Porém, mesmo existindo em algumas unidades prisionais do país uma possibilidade da criança ficar com a mãe além dos seis meses de amamentação (BRASIL, 2007), sendo uma realidade divergente vivenciada pelo CPFS, a separação mãe e filho em um determinado tempo é irrevogável. Tornando o destino de algumas crianças incerto, cabendo a justiça traçar a sua vida. E o pior disso tudo é perceber que de alguma forma, os laços familiares vão se desfazendo ao longo do tempo, por conta da institucionalização da genitora.

A atenção às puérperas no CPFS, segunda a enfermeira, é dada da seguinte forma: *“Agendada consulta semanalmente nos primeiros 15 dias/busca ativa, feita pela agente penitenciária. E no 1º dia do retorno do hospital. Não aguardando os 45 dias propostos pelo MS.”*

Curiosamente, notou-se na pesquisa que o agente penitenciário, de alguma forma, desenvolve tarefas que se assemelham com as realizadas pelo Agente Comunitário de Saúde (ACS) da Unidade Básica de Saúde (UBS), por servir como ponte entre as reclusas e o serviço de saúde.

Esse aspecto pode ser visto de maneira positiva, pelo fato da presidiária estar sempre sendo “assistida”, tanto pela agente penitenciária, que sinaliza as alterações ao serviço de saúde, como pela enfermeira. Diferente da UBS, que de alguma forma, espera que a puérpera vá até o serviço de saúde voluntariamente, no período preconizado de 45 dias, caso contrário, o ACS fará a busca ativa, mas sempre esperando a boa vontade da mesma aceitar ou não a assistência oferecida.

Considerações Finais:

As políticas de saúde voltadas para as mulheres brasileiras são presentes no território nacional e são pautadas em normas, diretrizes, objetivos e princípios. Na teoria, essas políticas proporcionam a integridade física e psíquica dessas mulheres. Porém, essas políticas não passam por fiscalização minuciosa que vise o cumprimento das questões preconizadas.

Sem uma fiscalização rigorosa, as mulheres ficam a mercê de uma assistência desarticulada e de péssima qualidade. Sendo restritas as questões sexuais e reprodutivas. Distante de uma atenção multiprofissional em certos estabelecimentos.

Os dados também nos levaram a perceber que o diretor do CPFS, não detém um conhecimento embasado a respeito da questão “saúde” da instituição e da atenção dada as mulheres lá encarceradas. O mesmo acredita, de forma bastante limitada, que a saúde dessas mulheres irá melhorar com a nova construção do pavilhão feminino, que disponibilizará de certo conforto além da creche e berçário, não percebendo ele, que a saúde da mulher vai além da questão sexual e reprodutiva.

Estudos revelam que a atenção à saúde da mulher presidiária no pré-natal, no parto e no puerpério no CPFS, não é realidade diferente vista em diversos presídios brasileiros (BRASIL, 2008). A falta de uma estrutura física adequada no CPFS inflige o direito reprodutivo das mulheres. As presidiárias do CPFS, como as que estão presas em outros estabelecimentos penais brasileiros não são assistidas de forma coerente aos seus direitos estabelecidos por lei. A falta de assiduidade dos profissionais na unidade possivelmente limita a assistência às mulheres reclusas e limitou o estudo, onde nas visitas realizadas, o dentista e a médica não foram encontrados.

Referências:

COSTA, Ana Maria; MERCHÁN-HAMANN, Edgar; TAJER, Débora. **Saúde, equidade e gênero**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

BAHIA. Prefeitura Municipal de Saúde de Feira de Santana. **Relatório de Gestão 2007**. Feira de Santana: Secretaria Municipal de Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Mulheres Encarceradas. Diagnóstico Nacional**. Consolidação Dos Dados Fornecidos Pelas Unidades Da Federação. Brasília: Ministério da Justiça, 2008

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**. Brasília, ed. 1º, 2004;

SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. **Falas de gênero**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Mulheres Encarceradas. Diagnóstico Nacional**. Consolidação Dos Dados Fornecidos Pelas Unidades Da Federação. Brasília: Ministério da Justiça, 2008.

DIUANA, Vilma. et al. **Saúde em prisões: representações e práticas dos agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro**, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(8):1887-1896, ago, 2008

DISTROFIA MUSCULAR DE DUCHENNE: QUANDO SUSPEITAR, COMO INVESTIGAR. DUCHENNE MUSCULAR DYSTROPHY : WHEN YOU SUSPECT, HOW INVESTIGATE.

Viviane Silva Oliveira¹
Luis Cesar Maffei Sartini Paulillo²

RESUMO

A distrofia muscular de Duchenne é uma desordem genética, recessiva, considerada a mais comum e mais grave distrofia muscular. É causada por mutações no gene da distrofina, localizado no cromossomo X, região Xp21. A distrofina é uma proteína do citoesqueleto encontrada na superfície das fibras musculares. A sua presença em quantidades extremamente reduzida ou ausente caracteriza a doença. O diagnóstico é baseado nas manifestações clínicas, investigação genética de mutações no gene e biópsia muscular. O objetivo dessa revisão foi abordar as principais formas de diagnóstico da DMD. O presente estudo é descritivo, baseado na revisão de literatura, no qual foram utilizados periódicos referentes ao tema. Os artigos científicos foram selecionados a partir do levantamento das publicações em base de dados como MEDLINE, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Para o diagnóstico definitivo da DMD é preciso observar os sinais clínicos do paciente, a história familiar e os exames complementares. A dosagem sanguínea da enzima creatinofosfoquinase (CK), destaca-se por estar sempre em níveis muito elevados. O exame de DNA permite não só o diagnóstico do afetado como também a detecção das mulheres portadoras. A biópsia muscular é especialmente útil nos casos em que o exame de DNA não identifica alterações do gene da distrofina. Espera-se contribuir desta forma para o diagnóstico precoce da doença, possibilitar melhor prognóstico do paciente afetado, auxiliar na identificação de portadoras na família, prevenindo a ocorrência de novos casos.

Palavras chave: Duchenne, distrofia muscular, distrofina, diagnóstico.

ABSTRACT

The Duchenne muscular dystrophy is a genetic disorder, recessive, considered the most common and severe muscular dystrophy. It is caused by mutations in the dystrophin gene, located on chromosome X, Xp21 region. The dystrophin is a cytoskeletal protein found on the surface of the muscle fibers. Its presence in very small amounts or not present characterizes the disease. Diagnosis is based on clinical manifestations, genetic research and gene mutations in the muscle biopsy. The objective of this review was to discuss the main forms of diagnosis of DMD. This study is descriptive, based on the literature review, which were used journals on the subject. The papers were selected from the survey of publications in databases such as MEDLINE, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) and Latin American and Caribbean Health Sciences (LILACS). For a definitive diagnosis of DMD is necessary to observe the clinical signs of the patient, family history and additional tests. Blood dosage of creatine kinase (CK) stands out for always being at very high levels.

¹ Bacharel em Biomedicina da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Salvador-BA (FTC).

² Docente da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Salvador-BA (FTC). Doutor em Biologia Molecular pelo Centro de Energia Nuclear na Agricultura (USP). Mestre em Genética e Melhoramento de Plantas pela Universidade de São Paulo (USP).

Endereço para correspondência: Viviane Silva Oliveira. Rua Nossa Senhora do Resgate, 1021, Bl 22 Apt 101, Cabula, Salvador-BA, CEP: 41.150-100, Brasil; e-mail: vivianeoliveira61@gmail.com.

The DNA test allows not only the diagnosis of the affected as well as the detection of women with. The muscle biopsy is especially useful in cases in which the DNA test does not identify changes in the dystrophin gene. Expected to contribute in this way for early diagnosis of the disease, allowing for better affected the outcome, assist in carrying identification in the family preventing the occurrence of new cases.

Key words: Duchenne, muscular dystrophy, dystrophin, diagnosis.

INTRODUÇÃO

A distrofia muscular do tipo Duchenne (DMD) é uma doença caracterizada pela perda progressiva da força muscular. Trata-se de uma desordem recessiva ligada ao cromossomo X sendo a mais comum dentre as distrofias musculares. É decorrente de uma mutação no gene responsável pela expressão de uma proteína chamada distrofina. Os sinais e sintomas aparecem aproximadamente no segundo ou terceiro ano de vida, evoluindo de forma progressiva e irreversível com fraqueza muscular, contraturas, deformidades e conseqüentemente redução da capacidade respiratória. Apesar de atingir principalmente os músculos esqueléticos, o portador pode ainda apresentar comprometimento cardíaco e do sistema nervoso (RAMOS et al., 2008).

A doença foi descrita primeiramente pelo médico inglês Meryon em 1851, que a reconheceu como sendo de origem familiar, afetando preferencialmente o sexo masculino com curso progressivo e fatal. Mais tarde, em 1858 Duchenne, que deu nome a doença, publicou um estudo detalhado de 13 casos com informações de origem histológicas obtidas através de biópsias musculares (MELANDA et al., 2011).

A distrofina é uma proteína estrutural que auxilia ancorando um complexo multiproteico sobre a membrana celular chamado DGC (complexo distrofina-glicoproteínas), conforme figura 1. É encontrada principalmente no músculo esquelético e atua como elo entre o citoesqueleto e a matriz extracelular, mantendo a integridade da membrana muscular (CHAUSTRE e CHONA, 2011).

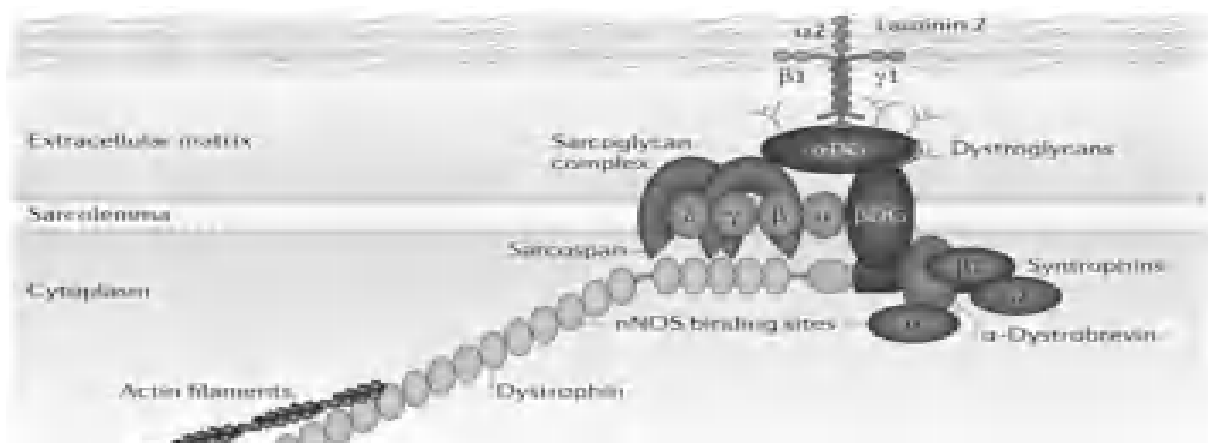


Figura 1: Distrofina associada ao complexo glicoproteico.

Fonte: FAIRCLOUGH et al., 2013.

Na DMD, a ausência de distrofina conduz a um decréscimo em todas as proteínas associadas a ela, provocando a ruptura da ligação entre o citoesqueleto subsarcolemal e a matriz extracelular, o que pode tornar as células sensíveis à necrose do músculo (MATSUMURA et al., 1993).

O gene da distrofina está localizado no braço curto do cromossomo X, região p21 (Figura 2). É composto por 7 regiões promotoras e 79 exóns. É considerado o maior gene encontrado no genoma humano com tamanho equivalente a 0,1% do seu total. A DMD

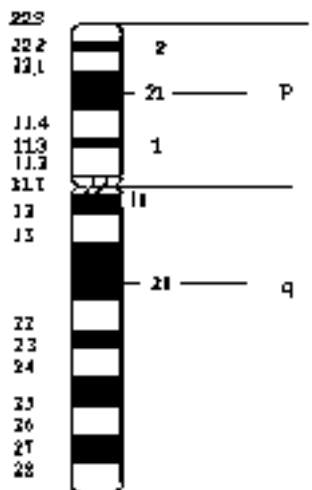


Figura 2: Diagrama esquemático do cromossomo X, região Xp21.

é causada por diferentes mutações no gene da distrofina. Aproximadamente 72% dos pacientes apresentam deleções, 20% mutações pontuais e 7% possuem duplicações de um ou mais exóns. Quanto às deleções ocorrem principalmente entre os exóns 44 e 55. Essas alterações podem resultar na redução grave ou mesmo na ausência completa da distrofina, o que desencadeia danos mecânicos do sarcolema, perda do equilíbrio do cálcio e degeneração progressiva das fibras musculares (BEYTÍA et al., 2012).

A DMD afeta em média um em cada 3.600 meninos nascidos vivos. A primeira manifestação é o atraso no desenvolvimento motor na infância. A criança apresenta dificuldade de correr, pular e sofre quedas com frequência. O comprometimento respiratório aparece após os 10 anos com redução de 8 a 12% ao ano da capacidade vital forçada. Aproximadamente entre 11 e 12 anos ocorre a perda da marcha, e a escoliose que aparece em praticamente todos os pacientes tende a acentuar-se. Essa curvatura alterada também contribui de forma considerável para a piora na

capacidade respiratória. Além do atraso motor, observa-se também entre os pacientes atraso na linguagem, distúrbios cardíacos como cardiomiopatia e distúrbios de condução e ritmo (NARDES et al., 2012).

Devido à constituição aloossômica XX da mulher, cerca de 90% das portadoras da mutação no gene DMD é assintomática. Embora de ocorrência rara, a mulher portadora da mutação pode ser acometida pela DMD como consequência de mudanças no padrão de inativação do cromossomo X. O conhecimento sobre a condição de portadora da mutação patogênica é de grande valia para o aconselhamento genético, considerando que a metade dos filhos de portadoras deverão ser acometidos pela doença e metade das filhas serão portadoras da mutação (SARLO et al., 2009).

Muitas vezes a história familiar de ocorrência da doença abrevia o diagnóstico definitivo de DMD, porém é importante ressaltar que nem sempre essa relação ocorre. Sabe-se que 2/3 dos casos são herdados da mãe portadora assintomática do gene e que no restante dos casos ocorre uma mutação espontânea, ou seja, não se observa casos anteriores na família, podendo ainda tratar-se de novas mutações do gene (MOREIRA e ARAÚJO, 2009).

A DMD é uma doença degenerativa progressiva. Desta forma, quanto antes houver uma intervenção melhor será o prognóstico. Para isso, torna-se indispensável o diagnóstico precoce. As intervenções realizadas precocemente a exemplo da fisioterapia e o uso de órteses melhoram a qualidade de vida do paciente, tornando a criança menos dependente do cuidador, melhorando a sua auto-estima. No Brasil, o diagnóstico é considerado tardio, pois ocorre entre o sétimo e oitavo ano de vida da criança. Os principais métodos usados são o exame clínico, a dosagem da creatinofosfoquinase (CK) e a análise molecular e/ou biópsia muscular com imunohistoquímica. Quanto à demora na descoberta da doença, várias causas são atribuídas, dentre elas estão a negligência aos sinais clínicos e a dificuldade de acesso aos centros de diagnóstico (CARBONERO et al., 2012).

Os avanços da genética molecular contribuíram de forma decisiva para simplificar o diagnóstico e o aconselhamento genético, possibilitando inclusive o uso de técnicas para o diagnóstico fetal. No que tange ao tratamento os mais comuns são os paliativos que visam à

reabilitação motora e corticoterapia. Outro tratamento possível são cirurgias ortopédicas corretivas, que reparam as retrações fibrotendíneas e deformidades esqueléticas. Diversos estudos são realizados para tentar descobrir métodos de tratamento efetivo como a terapia gênica e transplante de mioblastos (REED, 2002).

Essa pesquisa teve por objetivo abordar as principais formas de diagnóstico da DMD, destacando desde os sinais clínicos, exames laboratoriais, até o diagnóstico molecular. Espera-se contribuir desta forma para o diagnóstico precoce da doença, possibilitando assim melhor prognóstico para os portadores da doença.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo de revisão bibliográfica. Realizou-se consulta a periódicos referentes ao tema. Os artigos científicos foram selecionados a partir do levantamento das publicações em base de dados como MEDLINE, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). A busca nos bancos de dados foi realizada utilizando às terminologias cadastradas nos Descritores em Ciências da Saúde criados pela Biblioteca Virtual em Saúde desenvolvido a partir do *Medical Subject Headings da U.S. National Library of Medicine*, que permite o uso da terminologia comum em português, inglês e espanhol. Os descritores usados na busca foram distrofia muscular, distrofina e Duchenne.

Foram considerados critérios de inclusão artigos publicados sobre DMD em humanos. Não foi limitada a data de publicação dos periódicos, sendo que esta variou de 1992 à 2013. Não foi necessária a submissão do presente trabalho ao comitê de ética da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS



Figura 3: Pseudohipertrofia dos gastrocnêmicos.

Fonte: CHAUSTRE & CHONAS, 2011.

O quadro clínico característico da doença aparece normalmente quando a criança começa a andar, ou mesmo por só conseguir andar tardiamente. Depois sofre quedas frequentes, e caminha apoiada na ponta dos pés, como consequência de contraturas nos tendões de Aquiles. A atrofia precoce dos músculos abdutores do quadril impede o correto alinhamento da pelve acentuando o balanço do corpo durante a marcha, essa característica é denominada marcha anserina, pendular ou de balanço. Para se adaptar à atrofia dos músculos extensores do quadril e manter a postura vertical o paciente desenvolve

mecanismos compensatórios, para manter seu centro de gravidade. A postura ereta típica é hiperlordótica com abdome protuso (barriga para frente) e aumento da base de sustentação (ombros para trás). Ao exame físico é possível notar ainda a pseudohipertrofia dos gastrocnêmicos, evidenciada na figura 3 (MORAES, 2011).

Outra característica particular é o Sinal de Gowers (Figura 4), que se refere ao modo como as crianças se levantam. Realizam um rolamento, ficando de joelhos e, com os antebraços estendidos, apoiam-se no chão, com o intuito de levantar as nádegas e os joelhos para poderem se erguer. Esse sinal também é chamado de levantamento miotático. A fraqueza inicial evolui para incapacidade de andar, e o quadro continua se agravando até atingir toda a musculatura esquelética. Como decorrência de alterações principalmente no diafragma surgem problemas respiratórios (RABONI et al., 2012).

Outro indicativo da DMD são as perdas sensoriais. Em um estudo que utilizou vários testes para avaliação da visão de cores, verificou-se que a proporção de pacientes com DMD com defeito no eixo verde-vermelho foi maior do que o registrado na população geral. Essa alteração na retina parece ter ligação com a deficiência de uma isoforma da distrofina (COSTA et al., 2007).



Figura 4: Sinal de Gowers.

Fonte: NETTER IMAGES

Quanto ao perfil intelectual, os pacientes com DMD apresentam considerável diversidade, tanto podem apresentar função intelectual preservada quanto serem acometidos por retardo mental severo. A média de QI (quociente intelectual) desses pacientes concentra-se em torno de 80, o que corresponde a um desvio padrão abaixo da população geral. Na abordagem de crianças de três a seis anos, verificou-se atraso no desenvolvimento da comunicação, socialização e habilidades motoras. Outras alterações quanto à memória e fluência verbal também foram apontadas em outros estudos (ZACHI et al., 2012).

A mortalidade ocorre em média antes da segunda década de vida, principalmente devido a complicações respiratórias e em cerca de 10% dos casos devido a problemas cardíacos. O comprometimento cardíaco ocorre de forma concomitante com o muscular esquelético fazendo com que pacientes com diagnóstico recente ou tardio exibam o mesmo padrão eletrocardiográfico. Essas afecções atingem o miocárdio e evoluem principalmente para uma disfunção ventricular (SANTOS et al., 2009).

DIAGNÓSTICO

As técnicas moleculares são extremamente úteis para o diagnóstico de diversas doenças. No caso da DMD a análise em DNA permite o diagnóstico diferencial entre as

diversas distrofias musculares e evita a utilização de procedimentos invasivos como a biópsia muscular e inespecíficos como a eletroneuromiografia. Em termos práticos, os casos suspeitos podem ser triados primariamente com a dosagem de CK no soro, que quando aumentada sugere distrofia muscular. O passo seguinte, refere-se à análise em DNA, pesquisando deleções no gene da distrofina. A presença desta confirma o diagnóstico de DMD ou DMB (distrofia muscular de Becker). A biópsia muscular é o último passo e possibilita o diagnóstico diferencial entre DMD e DMB. A utilização desta técnica poderá ser realizada também em crianças que são casos isolados e nas quais não exista história familiar da doença (ZATZ, 2002).

DOSAGEM DE CREATINA QUINASE (CK) E OUTRAS ENZIMAS

Alguns exames laboratoriais podem auxiliar no diagnóstico inicial da DMD. Os principais incluem dosagens séricas das enzimas creatina fosfoquinase (CPK/CK), aspartato aminotransferase (AST), alanina aminotransferase (ALT), além de desidrogenase láctica (LDH), enolase e anidrase carbônica III. O aumento da CPK, na proporção de 20 a 100 vezes, por exemplo, constitui um forte indicativo da patologia e pode ser utilizado para fins diagnósticos (GOMES et al., 2011).

Em uma macroanálise realizada no País de Gales, Reino Unido, foi constatada a eficácia da dosagem de CK sérica na triagem neonatal para DMD. Os objetivos principais foram de reduzir o atraso no diagnóstico, permitir a escolha reprodutiva e planejar os cuidados e terapias disponíveis para o menino afetado. Durante o período de 1990-2011, 369.780 cartões *Bloodspot* (manchas de sangue) foram recebidos a partir de nascidos do sexo masculino. Destes, 343.170 (92,8%) foram pesquisados utilizando uma *Bloodspot* creatina quinase (CK). Conforme demonstrado na figura 5, os resultados encontrados foram: um total de 145 casos tiveram valores alterados de CK, ou seja, maiores ou iguais a 250 unidades por litro (U/L). Após as 6 semanas de idade, 79 casos tiveram CK normal e 66 casos eram de CK sérica elevada. Através dos estudos de genotipagem e biópsia muscular, o diagnóstico de DMD foi confirmado em 56 casos, distrofia muscular de Becker em 5 casos e outras formas mais raras de distrofia muscular em 5 casos (MOAT et al., 2013).

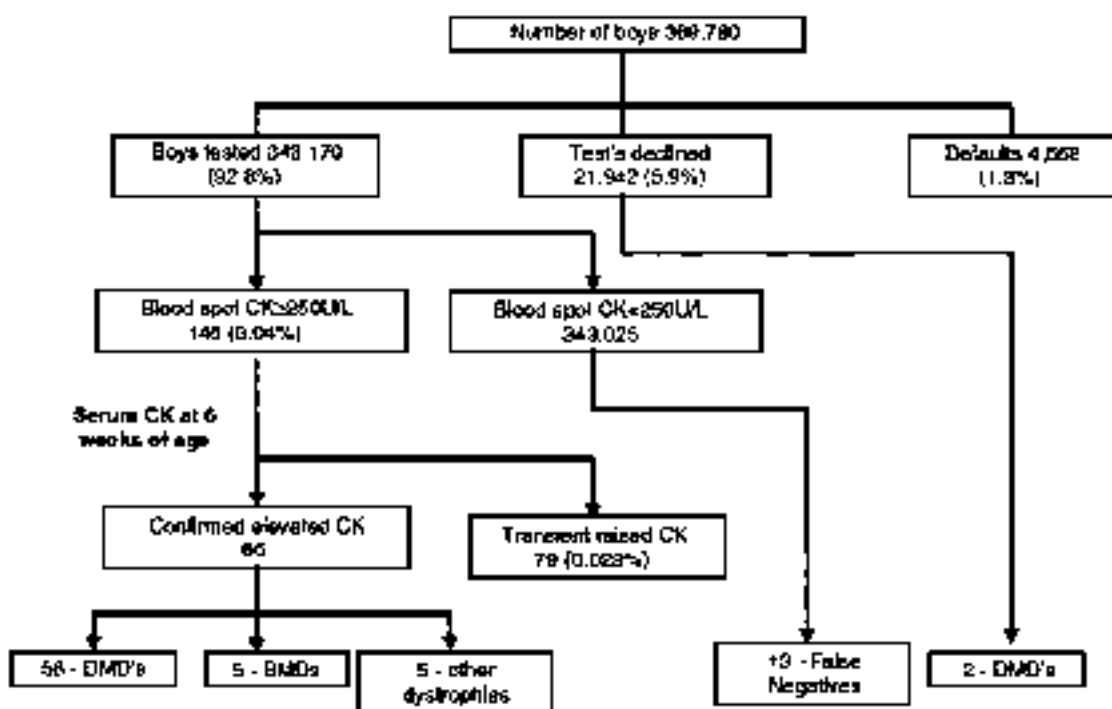


Figura 5: Visão geral dos resultados do programa de triagem neonatal para DMD, País de Gales (1990-2011).

Fonte: MOAT et al., 2013.

Outras enzimas usadas amplamente na prática clínica são as transaminases glutâmico oxalacética (TGO) e a glutâmico pirúvica (GPT), também chamadas de aspartato aminotransferase (AST) e alanina aminotransferase (ALT). Elas são produzidas em vários tecidos do corpo, inclusive no músculo estriado. O aumento de sua concentração pode estar relacionado tanto às patologias hepáticas como a outras doenças. Nos pacientes com DMD essas enzimas encontraram-se elevadas juntamente com a CK, demonstrando a importância da correlação da hipertransaminasemia com distrofias musculares (AVARIA et al., 2012).

DIAGNÓSTICO PRÉ-NATAL

O diagnóstico pré-natal justifica-se pela possibilidade de interrupção da gestação, em alguns casos, e pela programação da assistência perinatal. Além disso, as contribuições do diagnóstico genético envolvem desde a referência para o especialista, intervenção terapêutica para síndromes específicas até o rastreamento de outras malformações. Para a família, o principal objetivo do diagnóstico é proporcionar adequado aconselhamento de risco genético e planejamento para os próximos filhos ou para as gerações seguintes (MACHADO et al., 2012).

O estudo do DNA fetal para o diagnóstico da DMD pode ser realizado a partir de amostras de líquido amniótico ou das vilosidades coriônicas, dependendo do período gestacional. As primeiras técnicas desenvolvidas para esta finalidade foram as baseadas na análise de ligação com marcadores polimórficos (RFLP- *restriction fragment length polymorphism* / polimorfismos de comprimento de fragmentos de restrição). A análise direta é realizada quando a natureza da alteração genética responsável pela doença é previamente conhecida (RODRIGUEZ et al., 1996).

No México o diagnóstico pré-natal foi usado com sucesso para determinação de caráter de portador de um feto do sexo feminino. O estudo baseia-se no caso clínico de uma mulher de 33 anos, com sete semanas de gestação, portadora do gene da distrofia muscular de Duchenne e com dois filhos afetados. A opção pelo diagnóstico pré-natal foi feita, pois nos filhos anteriores mesmo após exame genético não foi possível detectar o tipo exato de mutação. O material genético fetal foi obtido através de biópsia de vilosidades coriônicas. A atribuição pré-natal do sexo foi feita pela ultrassonografia e por análise da Reação em Cadeia da Polimerase (*Polymerase Chain Reaction - PCR*), atribuindo sexo feminino. A detecção do haplótipo de risco no feto foi realizada com as análises de marcadores intragênicos bialélicos tipo RFLP pERT87.8/TaqI e pERT87.15/Xmnl (Figura 6). As análises comparativas dos marcadores revelaram que o haplótipo de risco (materno) foi herdado (Figura 6). Todos os resultados moleculares foram confirmados com testes de DNA da mucosa oral ao nascimento. O diagnóstico pré-natal molecular é uma opção de prevenção reprodutiva precoce em mulheres portadoras do gene da distrofia muscular de Duchenne (ALCÁNTARA et al., 2009).

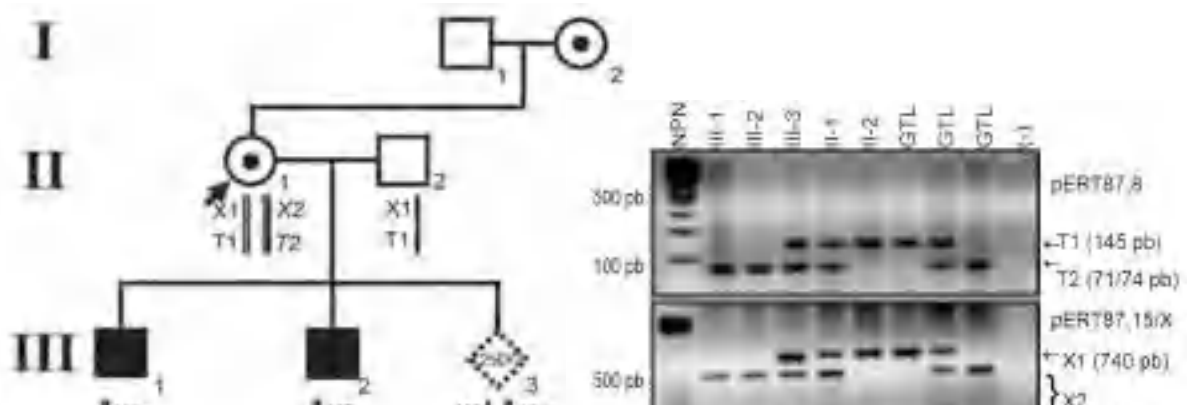


Figura 6: Análise de marcadores intragênicos pERT87.8/TaqI e pERT87.15/Xmnl.

Fonte: ALCÁNTARA et al., 2009.

Em um outro estudo realizado na Holanda por Helderman-van den Enden et al., 2013, buscou-se investigar os impactos causados pelo diagnóstico pré-natal da DMD, desde a sua implantação em 1984 até 2009. Concluiu-se que não houve mudança significativa na incidência de distrofinopatias na Holanda como resultado de testes de pré-natal e aconselhamento genético. Porém, foram encontradas evidências de que o teste pré-natal tem sido usado por famílias para evitar o nascimento de um segundo menino afetado. Na análise referente ao período do estudo, houve o aborto de 145 fetos do sexo masculino e 174 rapazes não afetados nasceram com a ajuda destes testes. O estudo ainda revelou a existência de dois problemas: a alta proporção de famílias com mutações de novo no gene DMD e a não realização de testes em fetos do sexo feminino. Para melhorar as chances de prevenção e diagnóstico precoce da DMD o estudo defende a introdução de dosagem de CK na triagem neonatal do sexo masculino e a possibilidade de testar as meninas com risco de ser portadoras da mutação mesmo antes da idade adulta (HELDERMAN-VAN DEN ENDEN et al., 2013).

ANÁLISE EM DNA

Existem cerca de 4.000 variações conhecidas do gene DMD das quais as mais importantes envolvem a deleção de um ou mais exóns que correspondem a 65% das causas de DMD. Entre 5-10% desses são causados pela duplicação de um ou mais exóns. No caso de mutações pontuais, pequenas deleções, ou inserções variam de 25-30% da incidência total. Nos genes existem pontos nos quais as mutações ocorrem com uma frequência excepcionalmente alta, são os chamados *hotspots*. No gene da distrofina as regiões com maior probabilidade de deleções estão entre os exóns 44 e 53 e entre os exóns 2 e 20. Desde 1987 estudos apontam que a maioria das mutações ocorre em 18 regiões do gene. Esse dado é extremamente útil no que se refere ao diagnóstico, permitindo a aplicabilidade de diversas técnicas (GARCIA et al., 2014).

O diagnóstico genético pode ser usado tanto para a identificação direta da mutação patogênica no gene da distrofina como para análise indireta. Em famílias com casos confirmados, pode ser realizado um estudo a partir da ligação de marcadores polimórficos de DNA localizados dentro ou adjacente ao gene afetado. O objetivo é verificar a co-segregação de marcadores fisicamente e geneticamente ligados com a mutação presente no familiar acometido. Dentre os marcadores estão o VNTR (*variable number tandem repeat*, repetição de número variável em tandem), e o STR (*short tandem repeat*, repetição curta em tandem ou microssatélite). Estes *locus* são extremamente polimórficos e podem ser tipados pela técnica de PCR (*Polymerase Chain Reaction*- Reação em cadeia da polimerase) e posteriormente proceder a análise dos produtos por eletroforese. Essa abordagem requer a elaboração de um heredograma (Figura 7), contendo informações das linhagens ascendentes e descendentes para que possa ser traçado o perfil de cada membro da família (SARLO et. al., 2009).

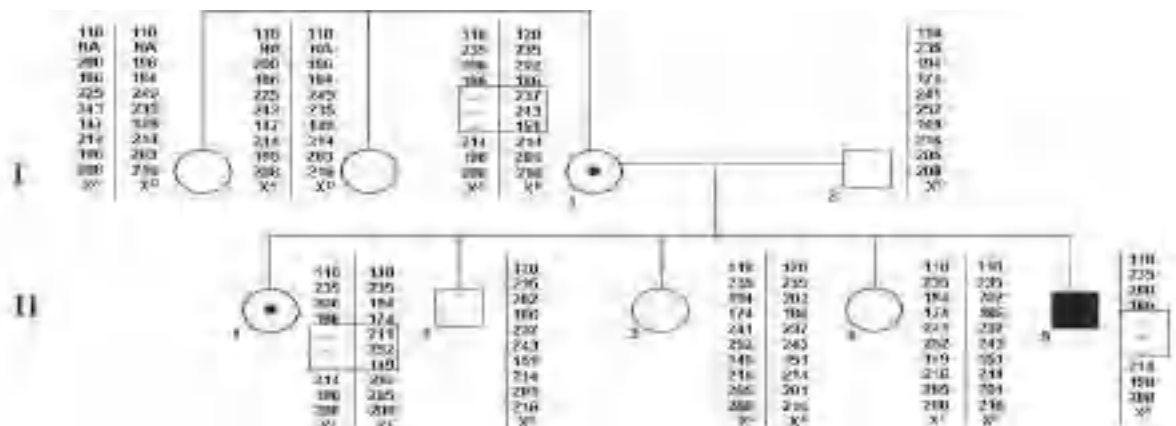


Figura 7: Exemplo do heredograma ou árvore genealógica.

Fonte: FONSECA et al., 2008.

Os STRs correspondem a uma sequência de 2 a 6 nucleótidos que se repetem um após o outro (por exemplo, ATCATCATCATCATC). Eles são herdados, e caracterizados por uma grande variabilidade dentro da mesma população, sendo assim passíveis de serem utilizados na identificação humana, medicina forense, microbiologia molecular, entre outros. Os STRs no gene da distrofina (Figura 8) auxiliam no diagnóstico de mulheres portadoras da DMD, realizando a pesquisa para identificar a ausência de um dos dois alelos que deveriam estar presente em uma mulher normal (FONSECA et al., 2008).

A técnica de PCR multiplex combina a amplificação de vários exons. É comumente usada para procurar deleções no gene DMD dos pacientes afetados. Essa metodologia permite a observação simultânea dos exons com maior probabilidade de sofrer mutações. Porém não é útil na identificação de portadoras do sexo feminino, pois o cromossomo X normal poderia mascarar a possível mutação (GILBERTO et al., 2003).

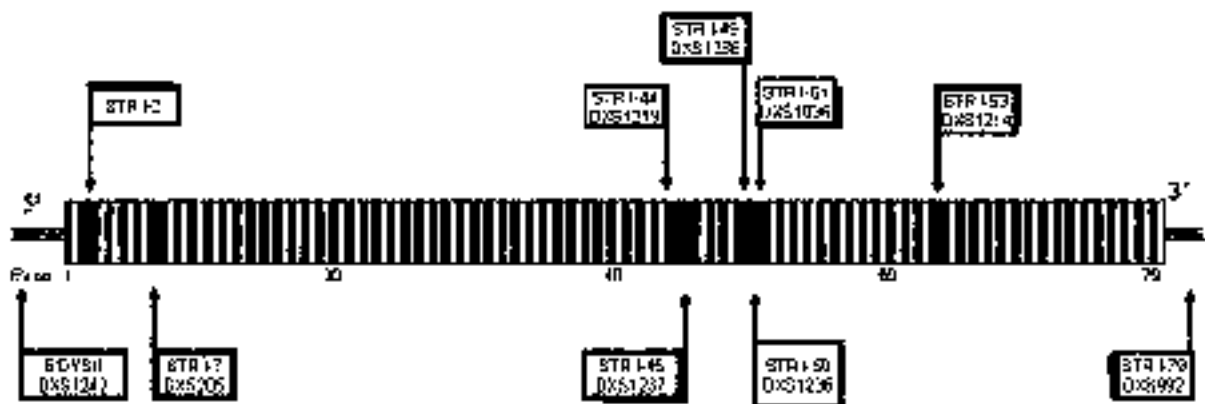


Figura 8: Distribuição dos STRs estudados no gene da distrofina. Intragênicos oito STRs, distribuídos entre o íntron 2 (STR I-2) e o 63 (STR I-63) e dois extragênicos, um localizado em 5'(DYSII) e o outra na extremidade 3' (STR I-79).

Fonte: FONSECA et al., 2008

A variação de PCR multiplex mais usada é a de Chamberlain, 1990, que desenvolveu reação que amplifica os exons 45, 48, 19, 17, 51, 8, 12, 44, 4, detectando aproximadamente 80% das deleções em pacientes. Um outro conjunto proposto foi o de Beggs et al., 1990, que propôs a amplificação dos exons 3, 43, 50, 13, 6, 47, 60, e 52 (ROJAS et al., 2012). O produto resultante da reação é posteriormente separado por eletroforese. A união das duas metodologias permite detectar através da PCR multiplex cerca de 98% das deleções do gene. Essa técnica é amplamente utilizada pela sua simplicidade, rapidez e custo reduzido. O conhecimento de deleções do gene fornece informações precisas para o aconselhamento genético e permite também a possibilidade do diagnóstico pré-natal (SBITI, et al., 2002).

A PCR multiplex tem sido amplamente utilizada no diagnóstico genético da DMD, porém esta técnica não consegue cobrir todos os exons. Além disso, outra desvantagem é que aproximadamente 10% dos pacientes com mutações terão duplicação no gene e não serão diagnosticados pela técnica. Em 2002, foi inventada por Schouten a *Multiplex Ligation-dependent Probe Amplification* (MLPA), amplificação de múltiplas sondas dependente de ligação. Para este procedimento realiza-se uma hibridização com sondas para cada exon, as sondas uma vez hibridizadas se unem (ligação-dependente) e amplificam-se simultaneamente. Com isso a MLPA, possui a capacidade de quantificar todos os 79 exons em apenas duas reações, o que facilita o diagnóstico da DMD (CHEN et al., 2013).

A MLPA é um método de alto rendimento e de execução relativamente simples com a capacidade de identificar mutações sutis, sendo atualmente considerada uma técnica de

primeira linha para detectar deleções e duplicações no diagnóstico genético DMD (KERR et al., 2013).

Mesmo com a utilização de técnicas de biologia molecular em alguns casos o exame genético não consegue determinar o diagnóstico da doença. Em um estudo realizado por FREUND et al. no período de 1999 a 2005 foram selecionados 106 casos com a suspeita diagnóstica de DMD. Foram realizadas análises de 20 exóons do gene da distrofina no sangue e também biópsia muscular com imunohistoquímica para distrofina. Constatou-se que apesar do exame genético não apontar deleções, alguns pacientes apresentavam deficiência de distrofina. Desta forma, pode-se inferir que a biópsia muscular com análise imunohistoquímica para distrofina é o método com maior especificidade para diagnóstico de DMD/DMB, principalmente quando não são encontradas alterações no gene da distrofina (FREUND et al., 2007).

BIÓPSIA MUSCULAR

A biópsia muscular mostra-se como um recurso eficaz tanto para o diagnóstico quanto para diferenciação entre DMD e DMB. O diagnóstico diferencial precoce é importante, pois irá orientar o médico e direcionar o aconselhamento genético da família. Em um estudo realizado há 24 anos, a biópsia muscular já se mostrava eficaz sendo considerada diagnóstica em 52,7% dos casos de DMD e em 69,2% dos de DMB (WERNECK et al., 1992).

A análise das fibras musculares por métodos de histoquímica em pacientes com distrofia muscular de Duchenne (DMD) revela atrofia das fibras musculares, fibrose e deposição de tecido adiposo (CAVALCANTI et al., 2011). Já o estudo imunohistoquímico (Figura 10) consiste na utilização de anticorpos antidistrofina contra o complexo DGC (Complexo distrofina-glicoproteínas). Tem por objetivo avaliar a quantidade da distrofina e de outras proteínas a ela associada. A ausência da distrofina ou a presença em valores menores que 3% caracterizam o fenótipo da distrofia muscular de Duchenne (SILVA et al., 2005).

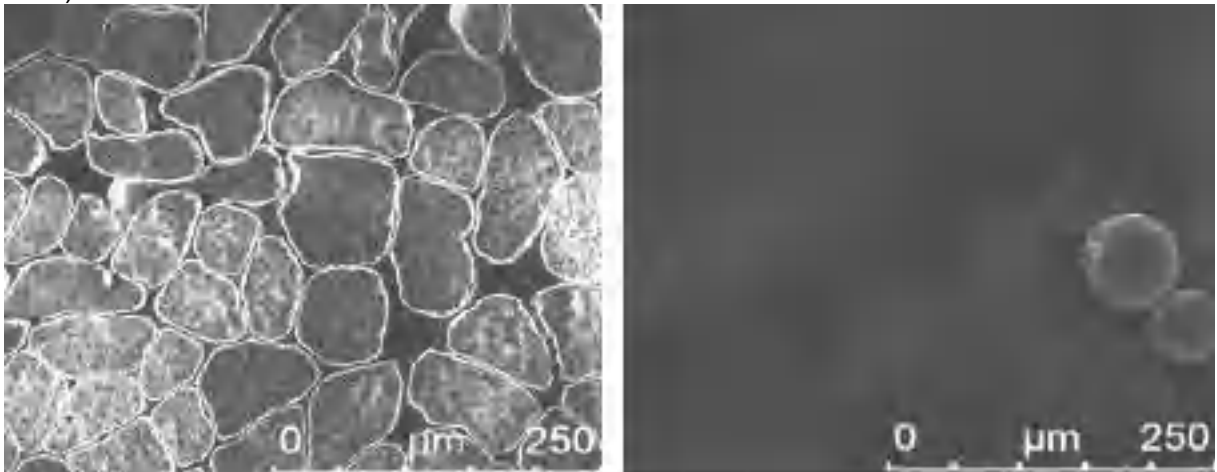


Figura 9: Biópsia muscular com imunohistoquímica. À esquerda músculo normal e à direita paciente afetado pela DMD.

Fonte: Adaptado LAM et al., 2014.

A biópsia muscular é dispensável nos casos em que o diagnóstico genético for estabelecido primeiramente. É preciso ressaltar que em caso de resultado positivo da biópsia para DMD o exame genético será obrigatório, visando determinar o tipo de mutação e viabilizar o diagnóstico pré-natal e o aconselhamento genético (BUSHBY, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que a suspeita da DMD deve ser considerada independente da história familiar e que para o diagnóstico definitivo é preciso observar os sinais clínicos do paciente e os exames complementares. A dosagem sanguínea da enzima creatinofosfoquinase (CK) destaca-se por se encontrar sempre em níveis muito elevados. O exame de DNA para pesquisa de mutações no gene da distrofina permite não só o diagnóstico do afetado como também a detecção das mulheres portadoras. Isso possibilita o aconselhamento genético e em uma futura gestação o diagnóstico pré-natal. A biópsia muscular, para o estudo quantitativo da proteína distrofina no músculo do paciente, é especialmente útil nos casos em que o exame de DNA não identifica alterações do gene da distrofina ou no diagnóstico diferencial com outras distrofias.

Embora existam inúmeras pesquisas internacionais em andamento, ainda não foi possível encontrar a cura da DMD. Somente o diagnóstico preciso vai permitir intervenções fisioterápicas e medicamentosas precoces o que possibilitará um melhor prognóstico e melhoria da qualidade de vida dos pacientes afetados pela doença, além de possibilitar o aconselhamento genético da família afetada.

A dosagem da enzima creatinoquinase (CK) para todos os nascidos do sexo masculino pode ser implantada como forma de triagem neonatal para DMD. Essa medida simples possibilitaria o direcionamento para o diagnóstico das diversas distrofias musculares. Para evitar o surgimento de novos casos seria necessário tornar obrigatória a realização de exames genéticos para mulheres pertencentes à famílias com histórico prévio da doença.

REFERÊNCIAS

- ALCÁNTARA, O.M.A. et al. Diagnóstico prenatal molecular de un feto femenino portador del alelo de riesgo para distrofia muscular de Duchenne por biopsia de vellosidades coriônicas. Reporte de un caso y revisión bibliográfica. **Ginecol Obstet Mex**, v.77, n.2, p.103-109, 2009.
- AVARIA, M. de los A. et al. Aumento de transaminasas: una manifestación de distrofia muscular de Duchenne. **Revista Chilena de Pediatría**, v.83, n.3, p.258-261, 2012.
- BEYTÍA, M. et al. Drug treatment of Duchenne muscular dystrophy: available evidence and perspectives. **Acta Myologica**, v.31, n.1, p. 4-8, 2012.
- BUSHBY, K et al. Diagnosis and management of Duchenne muscular dystrophy, part 1: diagnosis, and pharmacological and psychosocial management. **Lancet Neurol.**, v.9, n.1, p.77-93, 2010.
- CARBONERO F.C.; ZAGO G.M.; CAMPOS D. Tecnologia Assistiva na Distrofia Muscular de Duchenne: aplicabilidade e benefícios. **Rev Neurociência**, v.20, n.1, p.109-16, 2012.
- CAVALCANTI, G. M. et al. Histochemistry and Morphometric Analysis of Muscle Fibers from Patients with Duchenne Muscular Dystrophy (DMD). **Int. J. Morphol.**, Temuco, v.29, n.3, p.934-938, 2011.
- CHAUSTRE, R.D.M.; CHONA, S.W. Distrofia muscular de duchenne: perspectivas desde la rehabilitación. **Rev.fac.med**, Bogotá, v.19, n.1, p.37-44, 2011.

CHEN, W.J. et al. Molecular analysis of the dystrophin gene in 407 Chinese patients with Duchenne/Becker muscular dystrophy by the combination of multiplex ligation-dependent probe amplification and Sanger sequencing. **Clinica Chimica Acta**, v.423 p.35–38, 2013.

COSTA, M.F. et al. Red-green color vision impairment in Duchenne muscular dystrophy. **The American Journal of Human Genetics**, v.80, n.6, p.1064-1075, 2007.

FAIRCLOUGH, R.J.; WOOD, M.J.; Davies, K.E. Therapy for Duchenne muscular dystrophy: renewed optimism from genetic approaches. **Nature Reviews Genetics**, v.14, n.6, p.373-378, 2013.

FONSECA, D. et al. Identificación de delecciones en portadoras de distrofia muscular de Duchenne. **Acta Med Colomb**, Bogotá, v. 33, n. 2, p.63-67, 2008.

FREUND, A. et al. Duchenne and Becker muscular dystrophy: a molecular and immunohistochemical approach. **Arq. Neuro-Psiquiatr.**, v.65, n.1, p.73-76, 2007.

GARCIA S. et al. Identification of de novo Mutations of Duchennè/Becker Muscular Dystrophies in Southern Spain. **Int J Med Sci.**, v.11, n.10, p.988-993, 2014.

GILIBERTO, F. et al. Direct Deletion Analysis in Two Duchenne Muscular Dystrophy Symptomatic Females Using Polymorphic Dinucleotide (CA)_n Loci within the Dystrophin Gene. **Journal of Biochemistry and Molecular Biology**, v.36, n.2, p.179-184, 2003.

GOMES A.L.O. et al. Desempenho motor e funcional na Distrofia Muscular de Duchenne: estudo de um caso. **J Health Sci Inst.**, v.29, n.2, p.131-135, 2011.

HELDERMAN-VAN DEN ENDEN, A.T.J.M. et al. An urgent need for a change in policy revealed by a study on prenatal testing for Duchenne muscular dystrophy. **European Journal of Human Genetics**, v.21, n.1, p.21-26, 2013.

KERR, R. et al. Genetic testing for Duchenne / Becker muscular dystrophy in Johannesburg, South Africa. **S Afr Med J**, v.103, n. 12, p.999-1004, 2013.

LAM, L.T. et al. Monoclonal antibodies for clinical trials of Duchenne muscular dystrophy therapy. **Neuromuscular Disorders**, v.24, n.3 p.195-200, 2014.

MACHADO I.N.; HEINRICH-MUÇOUÇAH J.K.R.; BARINI R. Testes genéticos em diagnóstico pré-natal: onde estamos, para onde vamos. **Femina**, v.40, n.2, p.87-96, 2012.

MATSUMURA, K. et al. Deficiency of dystrophin-associated proteins in Duchenne muscular dystrophy patients lacking COOH-terminal domains of dystrophin. **J Clin Invest.**, v.92, n.2, p. 866–871, 1993.

MELANDA, A. G. et al. Avaliação de pacientes com distrofia muscular de Duchenne em laboratório computadorizado de marcha através do índice de alteração da marcha. **Rev. bras. ortop.**, São Paulo, v.46, n.4, p.10-13, 2011.

MOAT, S.J. et al. Newborn bloodspot screening for Duchenne Muscular Dystrophy: 21 years experience in Wales (UK). **European Journal of Human Genetics**, v.21, n.10, p.1049–1053, 2013.

MORAES, F.M., et al. Distrofia Muscular de Duchenne: relato de caso. **Revista Científica da FMC**, v.6, n.2, p.11-15, 2011.

MOREIRA, A.S.S.; ARAÚJO, A.P.Q.C. Não reconhecimento dos sintomas iniciais na atenção primária e a demora no diagnóstico da Distrofia Muscular de Duchenne. **Rev Bras Neurol**, v.45, n.3, p.39-43, 2009.

NARDES, F.; ARAÚJO, A.P.; RIBEIRO, M.G. Mental retardation in Duchenne muscular dystrophy. **J Pediatria**, Rio de Janeiro, v.88, n.1, p.6-16, 2012.

Netter images. Duchenne's Muscular Dystrophy. Disponível em <www.netterimages.com>. Acesso em: 18/09/2014.

RABONI, T.E.C.R.; SILVA, M.F.M.; PFEIFER, L.I. Intervenção Terapêutica Ocupacional junto à criança com Distrofia Muscular de Duchenne (DMD): um estudo de caso. **Cad. Ter .Ocup. UFSCar**, São Carlos, v.20, n.1, p.121-127, 2012.

RAMOS, F.A.B. et al. Força muscular e peak flow em pacientes com distrofia do tipo Duchenne. **Pulmão**, Rio de Janeiro, v.17, n.2-4, p.81-86, 2008.

REED, U.C. Doenças neuromusculares. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v.78, Supl.1, p.89-103, 2002.

RODRIGUEZ, M. et al . Diagnóstico de distrofia muscular de Duchenne mediante análisis del ácido desoxinucleotico y su aplicación en la prevención. **Rev Cubana Pediatr**, Ciudad de la Habana, v.68, n.1, p.10-20, 1996.

ROJAS, D. et al. Implementación de la Prueba del Multiplex PCR para el Gen DMD en Pacientes con sospecha de Distrofia Muscular de Duchenne/Becker y la identificación de una delección de los exones 48-51. **Rev Horiz Med**, v.12, n.3, p.6-13, 2012.

SANTOS, M.A.B. et al. Distrofia muscular de Duchenne: análise eletrocardiográfica de 131 pacientes. **Arq. Bras. Cardiol.**, São Paulo, v.94, n.5, 2010.

SARLO, L.G. et al. Diagnóstico molecular da distrofia muscular Duchenne. **Revista Científica da FMC**. v.4, n.1, p.2-9, 2009.

SBITI, A. et al. Analysis of Dystrophin Gene Deletions by Multiplex PCR in Moroccan Patients. **Journal of Biomedicine and Biotechnology**, v.2, n.3, p.158–160, 2002.

SILVA, C.T. et al. Distrofia muscular de Duchenne y Becker: Una visión molecular. **Acta Med Colomb**, Bogotá, v.30, n.3, p.112-116, 2005.

WERNECK, L.C.; FERRAZ, L.E.; SCOLA, R.H. Diferenciação precoce entre distrofia muscular de duchenne e de becker estudo clínico, laboratorial, eletrofisiológico, histoquímico e imuno-histoquímico de 138 casos. **Arq. Neuro-Psiquiatr.**, São Paulo, v.50, n.4, 1992.

ZACHI, E.C.; TAUB, A.; VENTURA, D.F. Perfil comportamental e competência social de crianças e adolescentes com distrofia muscular de Duchenne. **Estud. psicol.**, Natal, v.17, n.1, p.179-186, 2012.

ZATZ, M. A biologia molecular contribuindo para a compreensão e a prevenção das doenças hereditárias. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.7, n.1, p.85-99, 2002.

GOVERNANÇA PÚBLICA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA BAHIA

Parte 01: A Pesquisa

Jerisnaldo Matos Lopes¹

Resumo

Esse artigo, é um recorte da pesquisa feita na tese de doutorado do autor, intitulado Governança Pública - Modernização da Administração Pública na Bahia. Onde foi feito uma parceria com um termo de colaboração mutua entre o pesquisador e o Governo do Estado da Bahia nos anos de 2013 e 2014. Desta forma os dados aqui apresentados são de acesso público. Esse artigo é o primeiro de uma série de três publicações.

1 INTRODUÇÃO

A ideia de governança pública normalmente está associada à política, economia, administração, direito ou meio ambiente. Porém, torna-se mais complexo quando o Agente público, que deveria ter noções sobre os temas acima apresentados, mal conhece as disciplinas básicas sobre português, matemática, geografia, história, ou noções de contabilidade.

Nesse sentido, essa complexidade do sistema social e político revela que basta o individuo ser populista para levar consigo uma massa de votantes que não consegue observar o que de fato esse agente público tem a oferecer para transformar o sistema de governo, a realidade de uma economia local, regional, estadual. Em observância ao tema abordado na tese e, essencialmente, na metodologia, são citados os autores como Costa (2001), Barros (1986), Cervo e Bervian (1983), Chizzotti (1991), Donaire (1997), Gil (1989), Köche (1997), Lakatos e Marconi (1991), Lüdke (1986), Oliveira (1997), Severino (2007), Silva e Menezes (2005), Asti Vera (1979), Vergara (2000).

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS). Professor do Mestrado Profissional em Bioenergia (FTC). CV: <http://lattes.cnpq.br/5299026831471496>. (jerislopes@hotmail.com)

Na tentativa de mostrar as dimensões orientadas para o objeto de estudo, sistematizando os resultados, são consideradas as ideias de Lukács (1979), Marx e Hegel (2007) na política, na administração pública e, por fim, no ideário de governança pública.

A metodologia é a ciência que estuda os métodos utilizados no processo de conhecimento. É, portanto, “[...] uma disciplina que se relaciona com a epistemologia e consiste em estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, identificando suas limitações ou não no âmbito das implicações de suas aplicações” (COSTA, 2001, p. 4). Fundamenta-se essa pesquisa no método da dialética proposta por Hegel (2007), na qual as contradições se transcendem, dando origem a novas contradições que passam a requerer novas soluções, até que cessem as mudanças qualitativas e quantitativas da abordagem. É um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade. Entende-se que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto histórico, social, político e econômico.

Observando os autores e suas taxonomias, a pesquisa (Parte 01) está classificado quanto à natureza, à abordagem do problema, aos objetivos e aos procedimentos técnicos adotados para execução da pesquisa (GIL, 2006; SILVA; MENEZES, 2005; VERGARA, 2000; GODOY, 1995; EISENHARDT, 1989).

Quanto à natureza, esta pesquisa é aplicada, pois objetiva produzir conhecimentos relacionados à Governança Pública, cujo conceito é muito falado, mas pouco entendido.

Quanto à abordagem do problema, a busca de uma explicação implica na exploração e na análise de dados quantitativos e qualitativos que fornecerão um elemento básico para o emprego da dialética. A pesquisa cessa quando não ocorrer mais mudanças quantitativas ou qualitativas entre tese e antítese. Na pesquisa da tese, foi adotada a pesquisa qualitativa.

Dos objetivos, a pesquisa classifica-se como: explicativa, em que a dialética se baseia no método histórico para explicar uma determinada “disfunção” do organismo social e, por isso, aponta uma possível solução; e descritiva que envolve técnicas uniformizadas de coleta de dados (ver Formulário de Levantamento de Informações Institucionais). As pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral sobre determinado fato, sendo realizadas especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses a respeito do mesmo.

Dos procedimentos, esta pesquisa configura-se como bibliográfica por se tratar de um estudo desenvolvido com base em material publicado como Leis e outros, visando obter a fundamentação teórica para o desenvolvimento do trabalho e contribuir para o aprimoramento da discussão do objeto de estudo.

1.1 O PROBLEMA DE PESQUISA

As modificações e modernizações da estruturas do Estado da Bahia a partir da Constituição Estadual de 1989 sinalizam a evolução para uma governança pública voltada para atender os interesses da população?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é analisar a evolução da governança pública, mediante os diferentes períodos de governo após a reestruturação do Estado da Bahia, de 1989 até 2014, quanto aos instrumentos de gestão utilizados para a modernização das estruturas do Estado em atendimento aos interesses dos seus cidadãos.

1.2.2 Objetivos específicos

Definir os conceitos de administração pública.

Relatar as estruturas da administração pública do Estado da Bahia.

Relatar as estruturas da Governança Pública no Estado da Bahia.

2. A DIALÉTICA E O MÉTODO DE ANÁLISE QUALITATIVA

2.1 MÉTODO DE ANÁLISE QUALITATIVA: Análise de Conteúdo Sumarização

Ao definir os novos alinhamentos da Tese, houve a necessidade de informações de dentro da estrutura de Governo do Estado da Bahia. Ao pesquisar na Biblioteca da

Câmara Estadual da Bahia, percebeu-se que, apesar das Leis ficarem guardadas no legislativo, o estudo dessas leis ainda era superficial para uma análise aprofundada. Assim, o pesquisador obteve, na Governadoria do Estado, apesar da resistência por parte de alguns servidores públicos, mas com a compreensão de outros servidores, o acesso disponibilizado de um acervo para levantamentos iniciais a respeito do objeto desse estudo.

Ao se fazer o levantamento de todos os "Atos Públicos": Lei, Decreto, Deliberação, Resolução, houve a necessidade de propor uma metodologia direcionada para a descrição dos elementos históricos de cada Secretaria Estadual.

Com a continuidade desses levantamentos, a Governadoria do Estado da Bahia percebeu, então, a possibilidade de informações valiosas quanto às referências históricas das Secretarias Estaduais. Portanto, houve a imposição de um "Termo de Colaboração Mutua", em que toda e qualquer informação produzida por qualquer das Secretarias Estaduais seria analisado pela Governadoria e seria de domínio da mesma, ficando, assim, ligada diretamente à deliberação da Governadoria.

Ao término do ano de 2013, com a mudança de servidores públicos nas Secretarias do Estado da Bahia, percebeu-se a necessidade de criar, bem como utilizar uma metodologia, cujo método servisse, com o passar do tempo, para entrada e saída de servidores, em função da execução e desenvolvimento da pesquisa, e o seu andamento não fosse comprometido pela idiosincrasia do servidor respondente quanto a esse levantamento.

A partir do estabelecimento das técnicas de levantamento das Lei, Decreto, Deliberação e Resolução associados à criação histórica e mudanças nas Secretarias Estaduais, os servidores escreveram textos que variavam de 01 a 07 páginas, relatando o que eles consideravam importante, conforme apresentado no Formulário 01: Levantamento de Informações Institucionais.

Formulário 01: Levantamento de Informações Institucionais

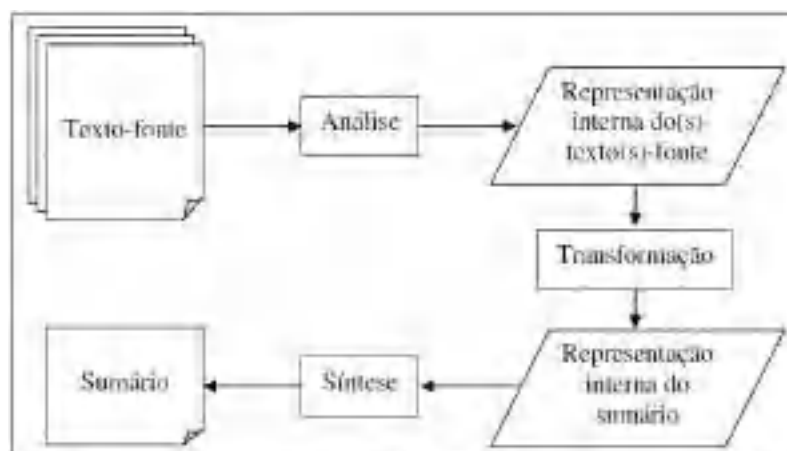
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	
Secretaria:	
Função:	
Natureza:	
Lei:	
Decreto:	
Deliberação:	
Resolução:	
ELEMENTOS HISTÓRICOS	

Fonte: autor da Tese.

O que se percebe, nesse processo de levantamento histórico/legislação, a partir dessas técnicas preestabelecidas, é que a grande maioria das Secretarias tem algo em comum, mas, ao mesmo tempo, uma distinção modular na forma de descrever os fatos históricos e deliberativos que envolvem a Secretaria, porém o que mais chama a atenção é que todas elas querem demonstrar a importância da sobrevivência (não extinção) daquela Secretaria.

A estrutura de levantamento desenvolveu-se em etapas de um processo de sumarização de acordo com Mani e Maybury (1999):

Figura 04: Fluxo de Sumarização



Fonte: Adaptado de Maybury (1999)

Após estabelecido os critérios de levantamento dos dados para as Secretarias, facilitou-se a indicação da forma como deveria ser feita a descrição dessas informações.

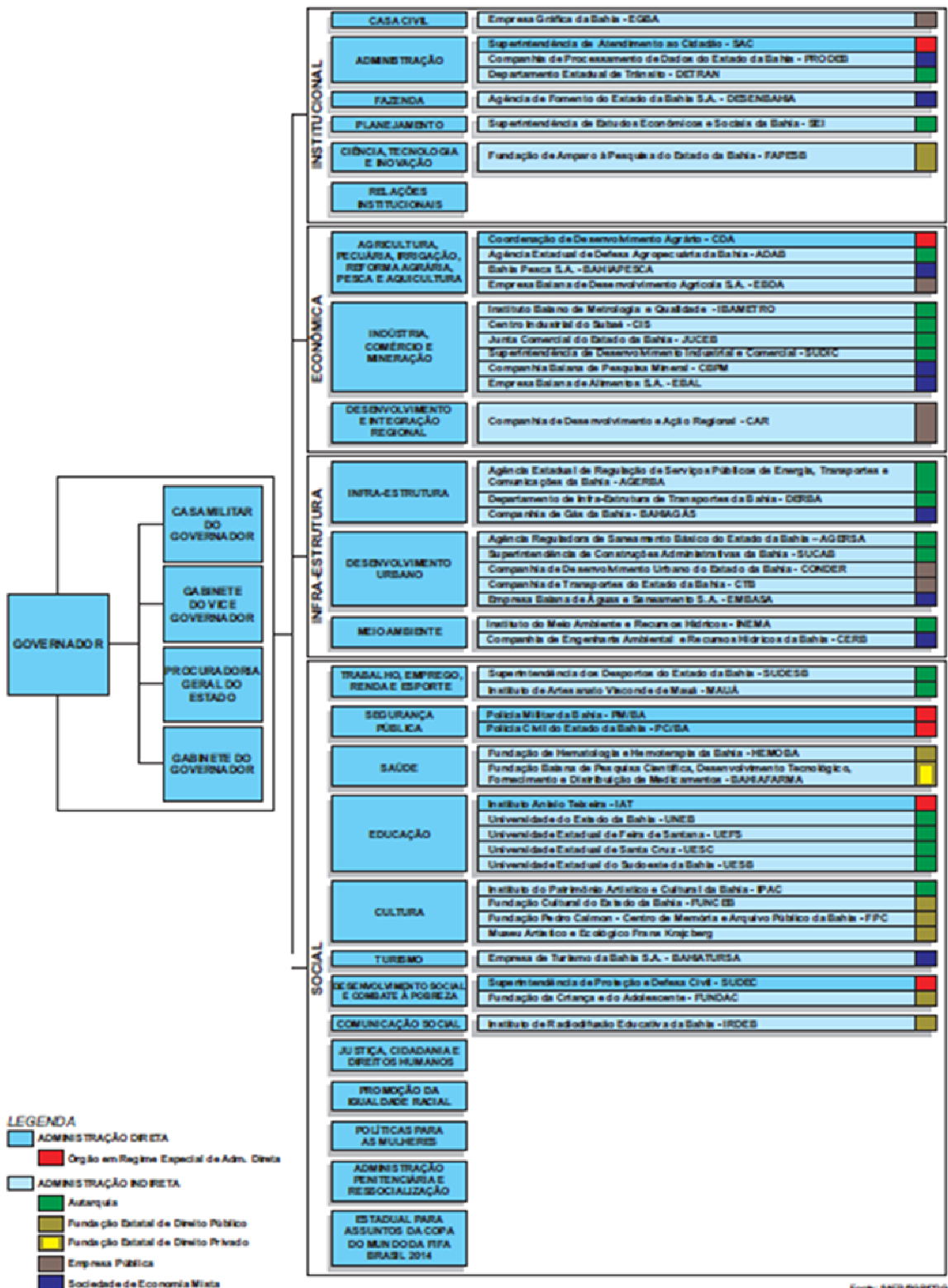
Nesse sentido, optou-se por sumários indexadores, pela extensa de quantidades de Leis, Decretos, Deliberações, e Resolução nos atos públicos. Mas, no corpo do próprio sumário, são citadas quais ou qual a Lei, Decreto, Deliberação e Resolução, referentes àquele assunto, proporcionando a obtenção e recuperação rápida da informação completa. Dentro da classificação de sumários científicos apresentada por Hutchins (1987), são utilizados sumários indicativos, apresentando apenas passagens particulares dos textos (atos públicos - Lei, Decreto, Deliberação e Resolução).

Hutchins (1987) sugere quatro macro-regras que generalizam e condensam um texto: 1 – Delicção é a exclusão de propriedades e atributos, ou até de cláusulas completas, considerados irrelevantes; 2 – Generalização é a substituição de hipônimos por seus hiperônimos ou de detalhes por uma idéia ou frase mais abstrata, que envolva os detalhes, deixando-os implícitos; 3 – Construção é a regra, semelhante à de generalização, que age como seu complemento sintagmático enquanto a generalização é basicamente pragmática, portanto a construção depende da microestrutura textual e, assim, neste caso, a macro-proposição construída é resultante de uma sequência de micro-proposições; 4 - A Composição delicção-construção consiste em delitar sentenças que expressam pré condições ou motivações para a descrição de ações. Como resultado da delicção, faz-se necessário rever – ou reconstruir – o texto.

As técnicas de análise qualitativa utilizadas foram a análise de conteúdo e a forma básica de análise de conteúdo qualitativa do tipo sumarização (MAYRING, 2004).

Para o alinhamento da pesquisa do capítulo corrente, tem-se como base a estrutura organizacional do Governo do Estado da Bahia do ano de 2014, conforme Organograma cedido pela Governadoria (ver ANEXO A).

Figura 05: Organograma do Estado da Bahia, ano 2014.



Fonte: Governo do Estado da Bahia (2014).

3 A PESQUISA

3.1 ELEMENTOS HISTÓRICOS

Com o levantamento e com os elementos históricos da pesquisa até aqui desenvolvida, decidiu-se pela análise dos anos de 1991 a 2014 dos Governos do Estado da Bahia, sendo o ano de 1991, por se tratar do primeiro governo eleito, após a Constituição Estadual de 1989; e 2014, por se tratar do último governo em que houve acesso às informações, conforme organizado abaixo:

Tabela 04: Governadores dos anos de 1991 a 2014.

Antônio Carlos Magalhães 15 de março de 1991 a 2 de abril de 1994	Paulo Souto 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 1999	César Borges 1º de janeiro de 1999 a 6 de abril de 2002	Paulo Souto 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2007	Jaques Wagner 1º de janeiro de 2007 a 1º de janeiro de 2011	Jaques Wagner 1º de janeiro de 2011 a 1º de janeiro de 2015
---	---	---	---	---	---

Fonte: autor da Tese

A crítica descrita, nesse capítulo da Tese, transcurrará sobre as estruturas de governo utilizadas por cada Chefe do Executivo do Estado da Bahia nos anos acima citados. E, no capítulo da conclusão, demonstrar-se-á como poderá ser uma estrutura eficiente e enxuta para o atendimento das exigências legais e da população ao que tange às políticas públicas e seus serviços essenciais. Assim apresentando um modelo de governança que seja mais próxima ao atendimento dos interesses da população.

3.2 SECRETARIAS: função Institucional (ver ANEXO A)

3.2.1 Casa Civil

A Secretaria de Governo sofreu reorganização em 1989 (Lei nº 5.121/06 jul.), tendo sido reestruturada em 1991 (Lei nº 6.074/22 maio, Lei nº 6.317/09 ago.). Com a promulgação da Lei nº 6.074, foram extintas da Pasta a Coordenação Especial de

Acompanhamento e Coordenação de Assuntos Municipais, sendo suas atividades e acervo transferidos para a Coordenação de Acompanhamento, e para o Centro de Desenvolvimento Municipal e Urbano, respectivamente, ambos da estrutura da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia; a Assessoria Especial de Assuntos da Comunidade, sendo suas atividades e acervo transferidos para o Departamento de Ação Social da Secretaria do Trabalho e Ação Social; o Conselho de Desenvolvimento do Estado.

Seriam, também, extintos, progressivamente, os órgãos em regime especial de administração direta, Estâncias Hidrominerais de Dias D'Avila, Olivença e Caldas do Jorro, que pertenciam à estrutura da Secretaria, assim como as Assessorias para Assuntos de Administração Civil e para Assuntos Políticos, que passaram a denominar-se Coordenação de Assuntos Administrativos e Coordenação de Assuntos Legislativos; e seria criada a Assessoria Geral de Comunicação Social - AGECOM, que passa a compor a estrutura da Secretaria de Governo.

Com a Lei nº 7.310, de 02.02.98, foi alterada a denominação do Centro de Informação para Centro Informatizado de Legislação e Documentação, com a finalidade de receber, organizar, coordenar, promover tratamento e disseminar as informações e normas legais do Estado.

Em 1998, (Lei nº 7.349/12 jul.), fica autorizado pelo Poder Executivo a transformação da Empresa Gráfica da Bahia - EGBA, empresa pública vinculada à Secretaria de Governo, em sociedade de economia mista.

A Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998 introduziu modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, criando as Diretorias Gerais nas Secretarias de Estado e na Procuradoria Geral de Estado para coordenar os órgãos setoriais e seccionais dos Sistemas formalmente instituídos, denominados Diretoria de Orçamento Público, Diretoria Administrativa, Diretoria de Finanças e Coordenação de Modernização. Nesta mesma Lei, foram criadas as Superintendências, suas Diretorias e Coordenações, com o objetivo de executar o controle das atividades finalísticas das Secretarias.

Com a Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002, que modificou a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, foram criadas, na SEGOV, a Assessoria Especial do Governador, com a finalidade de prestar apoio técnico ao Chefe do Poder Executivo e a Ouvidoria Geral do Estado, subordinada diretamente ao Governador, visando ampliar os canais de interlocução com a sociedade, com a

função de receber, encaminhar e acompanhar denúncias, reclamações e sugestões dos cidadãos, relativas à prestação de serviços públicos, em geral, assim como representações contra o exercício negligente ou abusivo dos cargos, empregos e funções na Administração Pública Estadual.

A reforma administrativa introduzida pela Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006, modificou a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, alterando a denominação da Secretaria de Governo – SEGOV- para Casa Civil. Passam a integrar a sua estrutura organizacional algumas unidades da extinta Secretaria de Governo, bem como o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FUNCEP, a Diretoria Executiva do Fundo, o Conselho de Políticas de Inclusão Social e a Câmara Técnica de Gestão de Programas, que foram transferidos da antiga Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP.

A Lei nº 10.955, de 21.12.07, alterou a estrutura organizacional e de cargos em comissão desta Pasta e criou, com o objetivo de aprofundar o processo de integração das ações de governo, a Coordenação de Articulação e Monitoramento das ações e programas prioritários de governo e a Coordenação de Acompanhamento de Políticas Governamentais. Como desafio estratégico similar, criou-se, também, a Assessoria de Gestão Estratégica de Tecnologias da Informação e Comunicação, com o objetivo de formular políticas e disseminar o processo de desenvolvimento tecnológico nos órgãos e entidades da Administração do Poder Executivo Estadual e o Conselho de Informática Governamental, órgão colegiado, com funções normativas e deliberativas, com a finalidade de apreciar e deliberar sobre propostas de políticas e diretrizes de Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, para a Administração Pública Estadual.

A Reforma Administrativa introduzida pela Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011, promoveu alterações na estrutura da Casa Civil, tais como a criação da Coordenação de Acompanhamento de Políticas de Infraestrutura e da Coordenação de Acompanhamento de Políticas Sociais, bem como a extinção da Coordenação de Acompanhamento de Políticas Governamentais e da Assessoria Geral de Comunicação Social – AGEKOM, passando as atividades de comunicação social do Estado para a Secretaria de Comunicação Social – SECOM, criada por esta Lei.

O Decreto Autônomo nº 15.348, de 06.08.14, extinguiu a Assessoria de Gestão Estratégica de Tecnologias da Informação e Comunicação – AGETIC, da estrutura

da Casa Civil e transferiu a sua finalidade e competências para a Secretaria da Administração, remanejando, internamente, os cargos em comissão, criados pela Lei nº 10.955/2007, da extinta AGETIC para o Gabinete do Secretário da Casa Civil.

3.2.2 Secretaria da Administração - SAEB

Com a transformação do Departamento de Administração Geral - DAG em Secretaria da Administração, a finalidade da Pasta foi ampliada, passando a atender, além das atividades de administração geral, a formulação e execução de políticas de previdência social, de desburocratização e valorização do servidor público.

Em 1987, as modificações ocorridas na estrutura da Administração Pública Estadual, (Lei nº 4.697/15 Jul.), extinguiram o Centro de Prevenção, Perícia e Acompanhamento Médico, o Departamento de Edificações Públicas e o Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Organizacionais e levaram à criação da Fundação para o Desenvolvimento do Servidor Público - FUNDESP.

Em 1988, estabeleceu-se o Regulamento do Sistema de Informática do Estado (Dec. nº 1.528/31 ago.), tendo por finalidade o desenvolvimento articulado das atividades de informatização em toda a Administração Pública Estadual mediante a definição, o planejamento, a coordenação e a execução das ações de automatização no Serviço Público Estadual. No ano seguinte, houve a indicação da composição do Conselho de Política de Pessoal (Lei nº 5.466/13 out.). Diante da necessidade de contenção e controle de custos operacionais, a Pasta foi autorizada a proceder a redistribuição do pessoal excedente dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual (Dec. nº 3.666, de 22.05.90). No mesmo ano, estabeleceu-se o Sistema Unificado de Protocolo (Dec. nº 4.194/14 nov.).

A modificação da estrutura organizacional, ocorrida em 1991, no âmbito da Administração Pública Estadual, extinguiu, nesta Secretaria, a Coordenação de Desenvolvimento da Administração Estadual, o Centro de Desenvolvimento de Informática Pública e o Departamento de Encargos Auxiliares; alterou a denominação do Conselho Estadual de Informática e o Conselho de Política de Pessoal para Conselho de Modernização e Informática e Conselho de Política de Recursos Humanos (Lei nº 6.074/22 maio).

As atividades e acervos desses órgãos extintos foram transferidos, conforme a afinidade, para o Centro de Desenvolvimento da Administração, o Departamento de Material e o Departamento de Patrimônio. Essa reforma proporcionou à Secretaria a montagem do Subsistema de Desenvolvimento da Administração, com a finalidade de coordenar, supervisionar e executar, de forma integrada, as atividades de modernização, informática e recursos humanos, no âmbito das Secretarias, em estreita articulação com o órgão central (Dec. nº 1.314, de 01.07.92).

Em 1992, houve a alteração da denominação do Departamento de Material para Departamento de Material e Serviços, e estruturada a Comissão Central de Licitação, vinculada ao Gabinete do Secretário, dando-lhe mais autonomia (Lei nº 6.420/16 out.).

Em 1996, alterou-se a denominação do Departamento de Pessoal para Departamento de Recursos Humanos, ficando acrescidas as suas competências. O Departamento de Patrimônio incorporou-se ao Departamento de Material e Serviços, passando a denominar-se Departamento de Serviços Administrativos. Também, houve a criação da Coordenação Central de Licitação com a finalidade de orientar, normatizar, acompanhar e avaliar os procedimentos licitatórios no âmbito do Poder Executivo Estadual, (Lei nº 6.932/19 jan.). No mesmo ano (Lei nº 6.974/24 jul.), foi criada a Coordenação do Serviço de Atendimento ao Cidadão, órgão em regime especial de administração direta, com a finalidade de coordenar, planejar, acompanhar, promover, avaliar e supervisionar as atividades necessárias à manutenção e ampliação dos Postos do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC, implantados, e administrados pela Secretaria da Administração, desde 1995.

Em 1997, mediante (Dec. nº 5.491/17 jun.), houve o estabelecimento do Programa de Gestão na Administração Pública do Estado da Bahia - PROGERIR, com o objetivo de promover maiores níveis de eficiência, eficácia e efetividade, proporcionando melhores resultados para os órgãos e entidades do Estado.

Mediante a Lei nº 7.141/30 jul., houve a criação da Coordenação Executiva do Programa de Gestão na Administração Pública do Estado da Bahia, vinculada ao Gabinete do Secretário, com a finalidade de planejar, orientar e avaliar as atividades do referido Programa. Ainda, no mesmo ano, foi instituído o Sistema de Administração de Patrimônio para controle e gerenciamento dos bens móveis pertencentes ao Estado e às entidades integrantes da Administração Pública Estadual do Poder Executivo (Dec. nº 6.885/14 out.).

Com a Lei nº 7.249, de 07.01.98, foi extinto o Instituto de Assistência e Previdência do Servidor do Estado da Bahia – IAPSEB. Como consequência disso, houve a reestruturação da Secretaria da Administração para absorver as atividades de saúde ocupacional, perícias médicas, assistência à saúde e concessão de benefícios prestados pelo Estado aos seus servidores e pensionistas e o seu patrimônio incorporado ao FUNPREV (Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia), o qual será gerido pela Coordenação Executiva do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, unidade da estrutura da Secretaria da Fazenda.

Esta mesma Lei proporcionou a criação do Conselho Previdenciário do Estado - CONPREV, órgão consultivo, deliberativo e de supervisão superior vinculado à Secretaria da Administração, tendo por finalidade à formulação de normas e diretrizes para execução da política previdenciária do Estado para seus servidores e pensionistas. Ainda, neste mesmo ano, mediante a Lei nº 7.349, de 12/jul, foi autorizado pelo Poder Executivo a extinção da Escola de Serviço Público - FUNDESP e instituir a Fundação Luis Eduardo Magalhães - Centro de Modernização e Desenvolvimento da Administração Pública, fundação com personalidade jurídica de direito privado.

A Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, introduziu modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, criando as Diretorias Gerais nas Secretarias de Estado e Procuradoria Geral do Estado para coordenar os órgãos setoriais e seccionais dos Sistemas formalmente instituídos, denominados Diretoria de Orçamento Público, Diretoria Administrativa, Diretoria de Finanças e Coordenação de Modernização, bem como as Superintendências, suas Diretorias e Coordenações, com o objetivo de executar o controle das atividades finalísticas das Secretarias e autorizada a transferência das atividades e patrimônio do Serviço de Construções Escolares - CONESC e do Serviço de Engenharia e Manutenção de Unidades de Saúde - SEMUS, respectivamente órgãos em regime especial da Secretaria da Educação e da Saúde, para a Superintendência de Construções Administrativas da Bahia - SUCAB.

Nesta mesma Lei, a Coordenação do Serviço de Atendimento ao Cidadão – CESAC passa a denominar-se Superintendência do Desenvolvimento do Serviço Público e Atendimento ao Cidadão – SESAC, absorvendo as atividades de capacitação e desenvolvimento do servidor, antes exercidas pelo Departamento de Recursos

Humanos da SAEB e criou-se o Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – FUNSERV, com a finalidade de prover recursos necessários à manutenção do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – PLANSERV.

Por força da Lei nº 7.880, de 04.07.01, regulamentada pelo Dec. nº 8.006, de 31.07.01, a SESAC tem sua organização interna alterada, sendo suprimida as competências referentes a capacitação e desenvolvimento do servidor que passam a ser de responsabilidade da SAEB. Ainda no mesmo ano, a Lei nº 7.936, de 09.01.01, proporcionou a criação da Coordenação de Assistência à Saúde do Servidor, com a finalidade de exercer a gestão da assistência à saúde dos servidores públicos do Estado.

No ano de 2002, a Lei nº 8.485, de 13.11, proporcionou a criação da Coordenação de Gestão de Tecnologias da Informação e Comunicação, com a finalidade de planejar, coordenar, promover, supervisionar, controlar e avaliar as ações de desenvolvimento e modernização tecnológicos do setor público.

Mediante a Lei nº 8.628, de 05 de junho de 2003, a Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – SUCAB, autarquia desta Secretaria, passa a integrar a estrutura da administração indireta da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. No mesmo ano, a Lei nº 8.647, de 29 de julho criou, na estrutura da SAEB, o Conselho de Gestão das Organizações Sociais - CONGEOS, com a finalidade de planejar, coordenar, acompanhar e implementar as ações do Programa Estadual de Organizações Sociais.

Pela Lei nº 9.436, de 23 de março de 2005, o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN (Autarquia) e o Conselho Estadual de Trânsito – DETRAN (Colegiado) deixam de vincular-se à Secretaria da Segurança Pública, passando a integrar a estrutura da Secretaria da Administração.

A Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, reorganizou o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais e criou o Conselho de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, com a finalidade de propor diretrizes estratégias e políticas de assistência à saúde dos servidores públicos estaduais.

A reforma administrativa implementada pela Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, alterou a estrutura organizacional e de cargos em comissão desta Secretaria, mediante a criação da Superintendência de Previdência, com a finalidade de gerir, administrar e operacionalizar o Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Públicos do Estado da Bahia, incluindo a arrecadação e gestão dos recursos e a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários e extinguiu a Diretoria da Previdência, anteriormente vinculada à Superintendência de Recursos Humanos. Também houve a criação da Corregedoria Geral, com a finalidade de fiscalizar e controlar a atuação funcional e a conduta dos servidores do Poder Executivo, em coordenação com as Corregedorias instituídas nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Ainda pela citada Lei, foram disciplinados o Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – FUNPREV, que teve sua denominação e vinculação alteradas, passando sua gestão da SEFAZ para SAEB e criado o Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – BAPREV.

Houve a modificação da denominação da Coordenação de Gestão de Tecnologias da Informação e Comunicação para Coordenação de Tecnologias Aplicadas à Gestão Pública, a extinção do Conselho de Modernização e Informática – COMIN e alteração da composição do Conselho Previdenciário do Estado – CONPREV, que passou a ter suas competências ampliadas, ficando responsável por estabelecer as diretrizes gerais e os programas de investimentos dos recursos dos Fundos e participar, acompanhar e avaliar a sua gestão.

3.2.3 Secretaria da Fazenda – SEFAZ

Em 1916, a Secretaria do Tesouro e Fazenda do Estado passou à denominação Secretaria da Fazenda e Tesouro do Estado (Lei nº 1.129/23 mar.).

Em 1972, a Secretaria sofreu reorganização (Lei nº 3.017/15 jun.). Em 1978, foram criadas pela Lei nº 3.640, de 05 de janeiro, a Escola de Administração Fazendária e as Inspetorias Setoriais de Finanças que, a partir de 1981, ficariam sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica da Inspetoria Geral de Finanças (Dec. nº 28.187/31 ago.). No ano seguinte, a Comissão de Integração do Sistema Financeiro Estadual sofreu reestruturação (Dec. nº 26.802/31 jul.), sendo regulamentado o Sistema de Caixa Único do Estado (Dec. nº 27.150/26 dez.).

Em 1980, a Comissão de Integração do Sistema Financeiro Estadual, órgão colegiado presidido pelo Governador do Estado, sofreu reestruturação e passou a

denominar-se Comissão de Integração da Política Financeira Estadual (Dec. nº 27.552/22 set.).

Em 1983, passaram a compor a estrutura fazendária a Auditoria Geral do Estado e, novamente, a Loteria Estadual da Bahia - LOTEBA (Lei Delegada nº 26/10 jan.).

Com as modificações ocorridas na estrutura da administração pública estadual em 1987, houve a extinção da Escola de Administração Fazendária (Lei nº 4.697/15 jul.). Ainda no mesmo ano, o Governo do Estado decidiu pela interiorização da Procuradoria Fiscal da Secretaria da Fazenda, por intermédio da implantação de representações regionais nas áreas territoriais das regiões fiscais da Bahia (Dec. nº 651/09 dez.).

Em 1989, ocorreram as alterações na estrutura da administração pública do Estado, extinguindo-se a Loteria do Estado da Bahia, autarquia vinculada à Secretaria (Lei nº 5.121/06 jul.).

Em 1991, com as novas modificações ocorridas na Administração Pública (Lei nº 6.074/22 maio), o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A. - DESENBANCO e o Banco do Estado da Bahia S.A. - BANEBA, passaram a ser entidades da administração indireta da Secretaria. Pelo Dec. nº 6.131, de 27/12/96, foi extinto o Sistema de Contabilidade Estadual - CE e instituído o Sistema de Informações Contábeis e Financeiras - SICOF, tendo a Secretaria da Fazenda como órgão gestor, mediante a Inspeção Geral de Finanças.

No ano de 1997, a Lei nº 7.249 de 07/jan. permitiu a criação do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - FUNPREV, com a finalidade de prover recursos para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, reserva remunerada, reforma, pensão, pecúlio, auxílio funeral e auxílio reclusão aos segurados oriundos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos Tribunais de Contas, do Ministério Público, das autarquias e das fundações instituídas e mantidas pelo Estado, bem como aplicar recursos proveniente das contribuições e transferências do Estado e das contribuições dos seus segurados.

Ainda neste ano, a Lei nº 7.133, de 21/jul., autorizou o Poder Executivo a promover a venda do controle acionário do Banco do Estado da Bahia S.A. – BANEBA, cujo leilão de privatização aconteceu em 22 de junho de 1999, arrematado pelo Bradesco.

A Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, introduziu modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, criando as Diretorias Gerais nas Secretarias de Estado e na Procuradoria Geral de Estado para coordenar os órgãos

setoriais e seccionais dos Sistemas formalmente instituídos, denominados Diretoria de Orçamento Público, Diretoria Administrativa, Diretoria de Finanças e Coordenação de Modernização. Esta mesma Lei proporcionou a criação das Superintendências, das suas Diretorias e Coordenações, com o objetivo de executar o controle das atividades finalísticas das Secretarias.

Em 09 de outubro de 2001, houve a alteração do objeto social do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A. – DESENBANCO, sociedade de economia mista, que passa a denominar-se Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. – DESENBÁHIA, transformado em agência de fomento, conforme autorização do art. 3º da Lei nº 7.133, de 21 de julho de 1997.

Houve a criação, na estrutura da Secretaria da Fazenda, mediante a Lei nº 8.596, de 28 de abril de 2003, da Corregedoria com a finalidade de inspecionar as atividades técnico-administrativas dos órgãos da Secretaria e apurar a responsabilidade administrativa nos ilícitos contra a Fazenda Pública Estadual.

Em 2003, mediante a Lei Complementar nº 19, de 23 de julho, a Procuradoria da Fazenda Estadual foi extinta, passando suas atividades, em matéria tributária, à competência da Procuradoria Fiscal, criada por esta Lei, na estrutura da Procuradoria Geral do Estado.

Mediante o Decreto nº 9.533, de 31 de agosto de 2005, houve, na estrutura organizacional da SEFAZ, da Universidade Corporativa do Serviço Público – Unidade Fazenda, com a finalidade de promover, coordenar e executar ações de capacitação, desenvolvimento e avaliação do quadro de pessoal da Secretaria.

Pelo Decreto nº 9.621, de 01 de novembro de 2005, também, houve a criação, na estrutura organizacional da SEFAZ, da Coordenação de Modernização, com a finalidade de coordenar o programa de modernização da Secretaria.

A reforma administrativa introduzida pela Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, alterou a estrutura organizacional e de cargos em comissão desta Pasta, extinguindo o Comitê Deliberativo do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia e a Diretoria do FUNPREV, passando a gestão do Fundo a ser exercida pela Secretaria da Administração - SAEB e a denominação alterada para Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia.

Mediante o Decreto nº 14.216, de 26 de novembro de 2012, que altera o Regimento da SEFAZ, são definidas as competências e alteradas as nomenclaturas das

Gerências da Diretoria de Atendimento para Gerência de Atendimento à Distância e Gerência de Atendimento Presencial, sendo esta estruturada em 03 (três) Coordenações: Coordenação de Atendimento Presencial da Região Metropolitana, Coordenação de Atendimento Presencial da Região Norte e Coordenação de Atendimento Presencial da Região Sul. Estabelece competência e altera nomenclatura de Gerências da Diretoria de Tecnologia da Informação para Gerência de Desenvolvimento de Sistemas, Gerência de Tecnologia, Gerência de Padrões e Políticas da Informação e Gerência de Serviços de TI, acrescentando à Diretoria a Assessoria de Segurança da Informação. Acresce à Diretoria de Arrecadação, Crédito Tributário e Controle, vinculadas à Gerência de Cobrança do Crédito Tributário a Coordenação de Crédito e Cobrança da Região Metropolitana de Salvador, Coordenação de Crédito e Cobrança da Região Norte e Coordenação de Crédito e Cobrança da Região Sul. Dá nova redação à Gerência de Cobrança do Crédito Tributário, às Coordenações regionais de Atendimento Presencial e às Coordenações Regionais de Crédito e Cobrança.

Dá-se nova redação ao art. 12 do Decreto nº 8.047, de 04.10.2001, definindo unidades competentes para decidir sobre o pedido de parcelamento de débitos tributários. Dá-se, também, nova redação aos arts. 7º, 86 e 90, e inciso XII do art. 131 do Decreto nº 7.629, de 09.07.1999, que aprova o Regulamento do Processo Administrativo Fiscal. E dá-se nova redação ao caput do art. 5º do Decreto nº 902 de 30.12.1991, que aprova o Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

3.2.4 Secretaria do Planejamento - SEPLAN

A execução da política do Estado no campo da Ciência e Tecnologia, definida nos termos da Lei nº 2.751, de 1º de dezembro de 1969, sofreu ampliação institucional com a criação da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, em 1971 (Lei nº 2.925/3 maio).

A ênfase dada à elaboração de planos, programas e projetos de desenvolvimento deslocou a função planejamento da especificidade Ciência e Tecnologia, buscando o atingimento de metas a médio e a longo prazos. A preocupação com o controle da poluição ambiental deu como resultado, em 1973, a instituição do Conselho Estadual

de Proteção Ambiental (Lei nº 3.163/04 out .), denominando poluição qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente (solo, água e ar), causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que seja nociva ou ofensiva à saúde, à segurança e ao bem-estar das populações, bem como à criação de condições inadequadas para fins domésticos, agropecuários, comerciais, industriais e públicos, assim como ocasione danos à fauna e à flora.

Em 1973, com a divisão do Estado em 17 Regiões Administrativas, houve a criação, integrando a estrutura da Secretaria, como órgãos da administração centralizada, dos Centros Regionais Integrados - CERIN, localizados nas sedes das referidas regiões (Lei nº 3.247/21 de z.).

À reorganização da Pasta, em 1974, seguiram-se modificações em sua estrutura (Lei nº 3.385, de 06.06.75), extinguindo-se a Superintendência do Centro Administrativo da Bahia e a Coordenação da Assistência Técnica, e instituindo a participação da Associação Comercial da Bahia no Conselho Estadual de Proteção Ambiental (Lei nº 3.396, de 09/jul.). Ainda no mesmo ano (Lei nº 3.413/01 dez.), a alteração na Lei Delegada nº 08, de 09.06.74, que leva à criação da Subsecretaria de Planejamento e Subsecretaria de Ciência e Tecnologia.

Em 1977, considerando a sua contribuição para a formação de novas gerações, foi instituído o Museu de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, mediante o Decreto nº 25.663/01 maio.

A conservação, defesa e melhoria do ambiente, em benefício da qualidade de vida, levou à instituição do Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais (Lei nº 3.858 de 03.11.80), tendo como órgão central o Conselho Estadual de Proteção Ambiental. Ainda, em 1980, criava-se o Centro de Planejamento e Estudos, observando as atividades das extintas Fundações Centro de Pesquisas e Estudos e Centro de Planejamento da Bahia (Lei Delegada nº 12/30 dez.).

Em 1981, o Decreto nº 27.850 incumbiu à Secretaria a Coordenação do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Nordeste da Bahia, participante do POLONORDESTE. A necessidade, entre outras, de promover o desenvolvimento da tecnologia no Estado levou à criação da Comissão Interinstitucional de Ciência e Tecnologia (Lei Delegada nº 74, de 03.06.83), como órgão da administração centralizada da Pasta; e à instituição do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia. Para coordenar as atividades de informática no âmbito da administração pública

estadual foi instituída, em 1986, integrada à estrutura da Secretaria, a Comissão Especial de Informática, (Decreto nº 32.914/06 fev.).

Em 1987, as alterações estruturais na administração estadual levaram à extinção do Centro de Desenvolvimento da Administração Pública, do Centro de Projetos e Estudos, e dos Centros Regionais Integrados; à dissolução da Companhia de Desenvolvimento Urbano e Articulação Municipal; à criação da Fundação Centro de Projetos e Estudos; à fusão do Conselho de Desenvolvimento do Estado e Conselho Estadual de Planejamento, sob a denominação de Conselho de Desenvolvimento do Estado (Lei nº 4.697/15 jul.).

A criação do Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano, sob a Coordenação da CPE, CAR, DESENBANCO e da Coordenação de Acompanhamento da Secretaria do Governo e, em 1987, (Decreto nº 533/07 nov.), viria representar o reconhecimento da grande responsabilidade do Governo com a expansão de fronteiras econômicas.

Em 1989, apesar da vinculação formal do COMCITEC e do CEPED, órgãos que passaram a ser coordenados pelo Secretário de Ciência, Tecnologia e Modernização Administrativa (Decreto nº 1.930/88), a Pasta perdeu, apenas em sua denominação, a Ciência e Tecnologia, passando a Secretaria do Planejamento (Lei nº 5.121 /6 jul.).

A modificação da estrutura organizacional da administração estadual, ocorrida em 1991 (Lei nº 6.074/22 maio), fez voltar à antiga denominação de Planejamento, Ciência e Tecnologia; e extinguiu a Comissão Interinstitucional de Ciência e Tecnologia, criando o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Em 1995, houve a autorização para a extinção dos órgãos em regime especial de administração direta: a Estância Hidromineral de Olivença (Decreto nº 3.960, 01 jan.) e a Estância Hidromineral de Caldas do Jorro (Decreto nº 3.961, de 01 jan.). No mesmo ano, em função da Lei nº 6.812, de 18 jan., houve a criação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia sob a forma de autarquia, mediante fusão da Fundação Centro de Projetos e Estudos e da autarquia Centro de Estatística e Informações, com a finalidade de elaborar estudos e projetos, bem como prover a base e difundir as informações, estatísticas e geográficas visando a formulação de políticas públicas, planos e programas de desenvolvimento do Estado, ficando extinto o Centro de Desenvolvimento Municipal e Urbano - CEMUR.

Pelo Decreto nº 7.087, de 05.12.97, houve a criação da Rede Baiana de Tecnologias para o Desenvolvimento, com a finalidade de implantar e gerenciar uma rede de telecomunicações e informática no Estado, articulado com a Rede Nacional de Pesquisa - RNP, envolvendo o uso do serviço da INTERNET.

A Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, introduziu modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, criando as Diretorias Gerais nas Secretarias de Estado e na Procuradoria Geral de Estado para coordenar os órgãos setoriais e seccionais dos Sistemas formalmente instituídos, denominados Diretoria de Orçamento Público, Diretoria Administrativa, Diretoria de Finanças e Coordenação de Modernização. Nesta mesma Lei, foram criadas as Superintendências, suas Diretorias e Coordenações, com o objetivo de executar o controle das atividades finalísticas das Secretarias e autorizada a extinção do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CEPED, transferindo-se suas atividades e acervo para a Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Ainda nesta Lei, foi autorizada a liquidação da Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S.A. – URBIS, transferindo suas competências e patrimônio à Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – CONDER, que passa a denominar-se Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER.

Em 27 de agosto de 2001, a Lei nº 7.888 autorizou a instituir a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, portanto foram criadas, na estrutura da SEPLANTEC, a Superintendência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e a Coordenação de Ciência e Tecnologia e extinta a Superintendência de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002, que alterou a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, criou nesta Pasta o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, com a finalidade de propor, apreciar e articular políticas, planos, programas e medidas voltadas para o planejamento integrado e a promoção do desenvolvimento; os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, com a função de articular e fomentar os programas e ações de interesse regional, em consonância com a política de desenvolvimento do Estado, a Superintendência de Cooperação Técnica e a Assessoria de Assuntos Econômicos. Houve remanejamento para a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o Centro de Recursos Ambientais – CRA e o Conselho Estadual de Meio Ambiente e

Recursos Hídricos; e para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER.

Mais recentemente, a Lei nº 8.631, de 12 de junho de 2003, alterou a denominação desta Secretaria para Secretaria do Planejamento – SEPLAN, considerando o disposto no Decreto nº 8.414, de 02 de janeiro de 2003, que dispõe sobre as atribuições do Secretário Extraordinário para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação, que desenvolve as atividades relacionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Mediante a Lei nº 8.897, de 17.12.2003, houve a criação, de forma efetiva, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, ficando excluídas a finalidade e competências da SEPLAN, bem como a execução das funções de ciência e tecnologia.

Houve a extinção, na estrutura organizacional da SEPLAN, da Coordenação de Ciência e Tecnologia e remanejados, desta Secretaria para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, a vinculação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB e o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

A Reforma Administrativa do Estado, introduzida pela Lei nº 10.549, de 28.12.06, transferiu os Conselhos Regionais de Desenvolvimento e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR para a Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR, ora criada.

Com a Lei nº 11.173, de 05.12.2008, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CODES, órgão de assessoramento direto do Governador passa a vincular-se à Secretaria de Relações Institucionais – SERIN. Mediante o Decreto nº 12.354, de 25.08.2010, houve a criação do Programa Territórios de Identidade e do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – CEDETER, fórum permanente de caráter consultivo, com a finalidade de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas e estratégias integrantes do referido Programa, tendo como uma das suas competências a criação dos procedimentos para homologação dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETER,s (art. 3º e 4º).

3.2.5 Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI

O cargo de Secretário Extraordinário foi criado pela Lei nº 6.074/1991 e os demais cargos integrantes de seu Gabinete, pela Lei nº 6.812/1995. A Lei nº 6.074, além de estabelecer o caráter transitório à missão do Secretário Extraordinário, delega ao Poder Executivo definir, por Decreto, a forma como se dará o exercício das suas atribuições.

O Decreto nº 8.414, de 02 de janeiro de 2003, dispõe sobre as atribuições do Secretário Extraordinário para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação, compreendendo a coordenação, direção, formulação e implantação da política estadual de desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação, cabendo-lhe, para tanto, exercer as atribuições previstas no art. 109 da Constituição Estadual sendo, ainda, atribuição do Secretário Extraordinário, enquanto perdurar a missão, presidir o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia – CONCITEC e o Conselho Curador da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

O CONCITEC, a FAPESB e a Coordenação de Ciência e Tecnologia (integrantes da SEPLANTEC), em seu conjunto, identificam a Secretaria Extraordinária de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Durante todo o ano de 2003, a SECTI existiu como Secretaria Extraordinária (Dec. nº 8.414, de 02.01.03), à frente de diversos programas e projetos, envolvendo ações governamentais na melhoria das condições para o desenvolvimento sustentável e promovendo a interação entre o Estado, a academia e a sociedade, tendo seu Regimento publicado mediante o Decreto nº 8.427, de 29.01.03.

A experiência de sucesso levou o Governador a criar, mediante a Lei nº 8.897, de 17 de dezembro de 2003, de forma efetiva, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e, automaticamente, extinta a vigência da Secretaria Extraordinária.

A Lei nº 9.427, de 01.02.05, alterou a estrutura organizacional e de cargos em comissão da SECTI. A reforma administrativa introduzida pela Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, criou a Coordenação de Gestão do Parque Tecnológico, com a finalidade de gerenciar, promover, incentivar e apoiar iniciativas do Parque Tecnológico – TECNOVIA.

No ano de 2009, mediante o Decreto nº 11.457, de 06 de março – Regimento, a SECTI teve sua estrutura organizacional alterada. E mediante o Decreto Autônomo nº 14.719, de 26.08.2013, houve a modificação da vinculação estrutural do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento – CEPED e do Museu de Ciência e Tecnologia –

MCT da UNEB para SECTI, bem como remanejamento dos cargos em comissão para operacionalização destas Unidades.

3.2.6 Secretaria de Relações Institucionais - SERIN

A Reforma Administrativa, introduzida pela Lei nº 10.549, de dezembro de 2006, criou a Secretaria de Relações Institucionais – SERIN, tendo por finalidade a coordenação política do Poder Executivo e de suas relações com os demais Poderes das diversas esferas de Governo, com a sociedade civil e suas instituições. Em 21.10.2008, o Decreto nº 11.261 criou o Conselho Estadual de Juventude, de caráter consultivo, vinculado a SERIN.

A Lei nº 11.173, de 05.12.2008, dispõe sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CODES, órgão de assessoramento imediato do Governador, vinculado a SERIN, com a finalidade de debater, propor políticas e diretrizes específicas, voltadas à promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado da Bahia, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimentos, com vistas à articulação das relações de Governo com representantes da sociedade civil, bem como a criação da Assessoria Especial da Secretaria Executiva do CODES, na estrutura desta Pasta.

Mediante a Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011, ocorreu a criação, na estrutura desta Pasta, da Coordenação de Políticas de Juventude, com a finalidade de coordenar, articular e integrar os programas e ações do Governo do Estado, voltados à população jovem.

Em 2014, pelo Dec. nº 14.950, de 31 de janeiro, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CODES e a Assessoria Especial da Secretaria Executiva do CODES passam a vincular-se à estrutura organizacional do Gabinete do Governador.

3.3 SECRETARIAS: função Econômica

3.3.1 Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma agrária, Pesca e Aquicultura – SEAGRI

A Lei nº 115, de 16.08.1895, estabeleceu a criação da Secretaria da Agricultura, Viação, Indústria e Obras públicas. Em 1916, pela Lei nº 1.129, de 23.03, passou a denominar-se Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Em 1938, mediante o Decreto 10.733, de 22.04, houve o desdobramento para 2 Secretarias distintas: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio; e Secretaria da Viação e Obras Públicas. Em 1966, mediante a Lei nº 2.321, de 11.04, passa a denominar-se Secretaria da Agricultura.

Após a sua desvinculação institucional da Indústria e Comércio, a função agricultura criou, no âmbito de sua Pasta, o Conselho de Pesca do Estado da Bahia (Decreto nº 27.498, de 27.08.80). No ano seguinte (Decreto nº 28.311/15 out.), seria criado o Programa Estadual para Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis, com a finalidade de promover o aproveitamento racional e gradativo de áreas de várzeas, a nível de propriedade rural.

Em 1985, a Secretaria, em sua participação na execução do Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste - Projeto Nordeste e do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP, definiu como órgãos executores o Instituto Baiano de Fomento Agrícola - IBF, Instituto Biológico da Bahia - IBB, Instituto de Terras da Bahia - INTERBA, Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia S/A - EPABA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia - EMATERBA, Centrais de Abastecimento da Bahia S/A - CEASA, e Companhia de Adubos e Materiais Agrícolas da Bahia - CAMAB (Decreto nº 31.700/20 mai) para a implantação e coordenação de política de pesquisa, produção, comercialização e distribuição de sementes e mudas, no Estado, e isso levaria à criação da Comissão Coordenadora da Política Estadual de Sementes e Mudas (Dec. nº 31.744/30 maio).

Considerando a destacada importância do setor pecuário, o Conselho Coordenador da Política Pecuária do Estado (Dec. nº 33.064, de 30.04.86), vinculado à Pasta, passou a congregar as diversas entidades ligadas ao setor.

A Lei nº 4.697, de 15.06.87, que dispôs sobre modificações na estrutura da administração pública do Estado levou à extinção, na Secretaria, a Coordenação de Programas Especiais de Desenvolvimento, os Centros Regionais de Informações Agrícolas, e a Fundação Cruzeiro do Mucó, bem como à alteração da denominação da Coordenação de Desenvolvimento Agrário para Coordenação de Desenvolvimento Agrícola, e da autarquia Instituto Baiano de Fomento Agrícola para Instituto Baiano de Desenvolvimento Florestal e Recursos Naturais.

A instituição, em 1988, da Comissão Estadual de Microbacias Hidrográficas (Dec. nº867/18 jan), surgiria com o objetivo de possibilitar a aplicação, no Estado, do Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas, mediante a formulação e implementação do Plano Estadual de Microbacias Hidrográficas.

Em 1989, seriam extintos o Instituto Bahiano de Desenvolvimento Florestal e Recursos Naturais e a Fundação Centro de Planejamento Agrícola - CEPA, em decorrência de alterações na estrutura da administração pública do Estado (Lei nº5.121, de 06.07.89) e criado o Conselho Estadual de Agropecuária e Abastecimento (Lei nº5.469/13 out.).

Com as modificações estruturais proporcionadas, mediante a Lei nº6.074, de 22.05.91, a Pasta passaria a denominar-se Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, sendo extintas a Coordenação de Desenvolvimento Agrícola, Coordenação de Produção Agrícola, Serviço de Parques e Eventos, Departamento de Desenvolvimento Florestal, Departamento de Desenvolvimento Agro-industrial, Conselho Estadual de Agropecuária e Abastecimento e o Instituto Biológico da Bahia, sendo suas atividades, acervo e obrigações transferidos para a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. - EBDA.

Em 1995, pela Lei 6.812, 18/jan., houve a criação dos Departamentos de Defesa Agropecuária com a finalidade de promover e executar a defesa sanitária animal e vegetal, o controle e a inspeção dos produtos de origem animal e vegetal e o Departamento de Desenvolvimento Florestal com a finalidade de coordenar, supervisionar e executar a política florestal, no âmbito do Estado.

A Coordenação de Reforma Agrária e Associativismo transformou-se em órgão, em regime especial de administração direta, com a finalidade de executar as atividades e procedimentos que lhes forem delegadas ao Estado, pela União, visando à agilização do processo de execução da reforma agrária (Lei nº 7.311, de 02.02.98).

A Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, introduziu modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, criando as Diretorias Gerais nas Secretarias de Estado e na Procuradoria Geral de Estado para coordenar os órgãos setoriais e seccionais dos Sistemas formalmente instituídos, denominados Diretoria de Orçamento Público, Diretoria Administrativa, Diretoria de Finanças e Coordenação de Modernização. Nesta mesma Lei, houve a criação das Superintendências, das suas Diretorias e Coordenações, com o objetivo de executar

o controle das atividades finalísticas das Secretarias e autorizada a extinção do Instituto de Terras da Bahia – INTERBA.

Posteriormente, mediante o Decreto nº 7.538, de 08 de março de 1999, a Coordenação de Reforma Agrária e Associativismo – CORA passa a chamar-se Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA, absorvendo as funções do extinto INTERBA. Com a Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002, que alterou a estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, houve a extinção da Diretoria de Desenvolvimento Florestal, transferindo suas atividades para a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ora criada. Pela mesma Lei, a Empresa Baiana de Alimentos S.A. – EBAL foi remanejada para a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS foi criado (Dec. nº 8.487, de 11.04.03) como órgão colegiado da SEAGRI, com a finalidade de promover, em consonância com programas do Governo Federal, o desenvolvimento rural sustentável do Estado, o fortalecimento da agricultura familiar, o acesso à terra e a diversificação das economias rurais.

A Reforma Administrativa, introduzida pela Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006, criou a Superintendência de Agricultura Familiar, com a finalidade de orientar, apoiar, coordenar, acompanhar, controlar e executar programas e atividades voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Mediante a Lei nº 12.626, de 28.12.2012, a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI passa a denominar-se Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura – SEAGRI e passa a ter a finalidade de formular e executar a política de desenvolvimento da agropecuária, incluída a agricultura familiar, da piscicultura e da aquicultura, cooperativismo, irrigação, e reforma agrária, bem como promover e executar a defesa sanitária animal e vegetal, o controle e a inspeção de produtos de origem agropecuária, da pesca e da aquicultura.

3.3.2 Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração - SICM

Em 1938, a antiga Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas foi desdobrada em Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio e Secretaria de Viação e Obras Públicas (Dec. nº 10.733/22 abr.). Em 1961, mediante a Lei nº 1.573, de 13.09, houve a regulamentação da aplicação dos artigos 108,

inciso I, alínea "b" e 109, inciso V da Constituição Estadual, com vistas a incentivar o desenvolvimento das atividades industriais do Estado, instituindo-se ainda o Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI que seria o órgão responsável pela definição da política industrial. Em 1966 (Lei nº 2.321/11 abr.), ocorreu a criação da Secretaria da Indústria e Comércio e Secretaria da Agricultura.

Em 1968, mediante a Lei nº 2.563, de 28.08, o Poder Executivo autorizou a criação da sociedade por ações, para exploração no Estado da Bahia da indústria e comércio hoteleiro de interesse e fomento ao turismo. A necessidade de formulação de diretrizes e deliberações sobre a Política Estadual de Turismo levou à criação, em 1971, do Conselho Estadual de Turismo (Dec. nº 22.377/18 maio) e consequente organização, na estrutura da Secretaria, da Coordenação de Fomento ao Turismo.

Em 1975, ocorreu a criação do Programa de Desenvolvimento de Complexos Agroindustriais do Estado da Bahia, objetivando a identificação das oportunidades concretas de investimentos e incentivo à atividade empresarial. No mesmo ano, houve a reorganização da Comissão Coordenadora do Pólo Petroquímico, atendendo à nova realidade do Pólo, inclusive, considerando que já se encontravam concluídos o Plano Diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari e os Planos Pilotos de Camaçari e de Dias D'ávila e, com a promulgação da Lei nº 3.396/09 jul., a Associação Comercial da Bahia passou a ter um representante no Conselho de Desenvolvimento Industrial.

Os efeitos econômicos decorrentes da crise energética, que o país atravessava na década, e a consequente necessidade do desenvolvimento de fontes substitutivas de combustíveis derivados de petróleo levaram, entre outras razões, à criação, em 1979, do Programa do Álcool no Estado da Bahia (Dec. nº 26.856/20 ago), na estrutura da Secretaria.

Em 1981, houve a criação da Bahia Álcool Empreendimentos Energéticos e Agroindustriais, mediante a Lei Delegada nº 20, de 07.04, a qual posteriormente foi sucedida pela AGROBAHIA. O esforço para o fortalecimento de programas de apoio às micro, pequenas e médias empresas privadas no âmbito estadual, levou o Estado da Bahia a participar, em 1981, mediante a Lei nº 3.907/25 jun., da constituição de uma Sociedade Civil denominada Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa da Bahia - CEAC, posteriormente substituída pelo SEBRAE - BA.

Mediante a Lei Delegada nº 39, de 14 de março de 1983, a Pasta passa a denominar-se Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Nesta época, houve a

incorporação à sua estrutura dos Centros de Desenvolvimento Industrial e Comercial, além do Complexo Petroquímico de Camaçari, bem como da Empresa de Turismo da Bahia S.A., constituindo-se, assim, a Comissão Estadual da Construção - CEICO.

Em 1986, ocorreu a criação do Conselho Estadual do Café (Lei nº 4.677/4 jul.) com a competência para coordenar a política cafeeira do Estado, quanto à produção, produtividade, infraestrutura, beneficiamento, comercialização, exportação e industrialização.

As modificações ocorridas no âmbito da administração pública, em 1987, levaram à incorporação de Empreendimentos Turísticos da Bahia S.A. e Centro de Convenções da Bahia S.A. pela Empresa de Turismo da Bahia S.A., todas da estrutura da Pasta.

O fomento e a disciplina do aproveitamento industrial das matérias-primas, conhecidas sob a denominação de caulim, a argila existente no território baiano, exigiram a criação do Programa de Apoio e Desenvolvimento da Indústria Cerâmica, em 1991, ficando a Secretaria responsável pela coordenação dos estudos técnicos de viabilidade econômica e do acompanhamento na implantação de unidades de produção, ligados a Fundações, Prefeituras e Entidades Comunitárias locais (Lei nº 6.350/19 dez.). Nesse mesmo ano, com a modificação da estrutura organizacional da administração pública estadual, a Secretaria passa a assumir, também, as atividades de mineração, incorporando à sua estrutura a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral e a Superintendência de Geologia e Recursos Minerais.

Ainda neste ano de 1991, houve a criação do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA (Lei nº 6.335/31 out. e Dec. nº 840/18 dez.), cuja finalidade foi promover a diversificação da matriz industrial do Estado, estimular a transformação no próprio Estado dos seus recursos naturais, interiorizar o processo industrial, bem como incentivar o aumento da capacitação tecnológica, da qualidade dos bens e da produtividade do Parque Industrial Baiano, visando sua maior competitividade.

Com a Lei nº 6.812, de 18 de janeiro de 1995 (art. 7º), a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo passou a denominar-se Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. Em relação a essa mesma Lei, a Empresa de Turismo da Bahia S.A. - BAHIAATURSA passou a integrar a estrutura da Secretaria da Cultura e Turismo. Em 1996 (Lei nº 6.980/25 jul.), houve a alteração da natureza jurídica, da denominação e

da organização do Instituto de Pesos e Medidas da Bahia - IPEMBA, que passou a denominar-se Instituto Baiano de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - IBAMETRO.

A Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, determinou a inclusão de modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, criando as Diretorias Gerais nas Secretarias de Estado e na Procuradoria Geral de Estado para coordenar os órgãos setoriais e seccionais dos Sistemas formalmente instituídos, denominados Diretoria de Orçamento Público, Diretoria Administrativa, Diretoria de Finanças e Coordenação de Modernização. Nesta mesma Lei, houve a criação das Superintendências, das suas Diretorias e Coordenações, com o objetivo de executar o controle das atividades finalísticas das Secretarias. Mediante a Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002, a Empresa Baiana de Alimentos S.A. – EBAL passou a integrar a estrutura organizacional da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM.

No ano de 2010, o Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI teve sua composição alterada pelo Decreto nº 12.043/07 abril (Regimento da SICM) e seu Regimento aprovado pelo Decreto nº 12.046/09 abril.

Mediante a Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011, a SICM teve sua estrutura organizacional e de cargos em comissão modificadas, mediante a alteração da finalidade da Secretaria e da Superintendência de Comércio e Serviços, bem como da denominação do Conselho de Desenvolvimento Industrial para Conselho de Desenvolvimento da Indústria e do Comércio – CDIC e, criação da Superintendência de Desenvolvimento Econômico.

3.3.3 Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR

A Reforma Administrativa introduzida pela Lei nº 10.549, de dezembro de 2006, criou a Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR, com a finalidade de planejar e coordenar a execução da política estadual de desenvolvimento regional integrado; formular, em parceria com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social, os planos e programas regionais de desenvolvimento; estabelecer estratégias de integração das economias regionais e acompanhar, bem como avaliar os programas integrados de desenvolvimento regional. Em relação a esta mesma Lei, houve a transferência da Secretaria de

Planejamento – SEPLAN para Pasta referente a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

3.4 SECRETARIAS: função Infraestrutura

3.4.1 Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA

Mediante a Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, que permitiu a modificação da organização e estrutura das Secretarias Estaduais, houve a autorização para a extinção das Secretarias de Energia, Transportes e Comunicações e Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação, criando, assim, a Secretaria de Infra-Estrutura que absorveu as entidades da administração indireta a elas vinculadas, exceto a URBIS, que passou para a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia.

A Lei nº 7.936, de 09 de outubro de 2001, alterou de 02 (dois) para 03 (três) o limite de Superintendências para a SEINFRA, criando-se a Superintendência de Transportes, cuja finalidade foi planejar, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar a política de transportes do Estado, bem como promover e articular a integração dos diversos modais de transportes, envolvendo os setores públicos e privados.

Mediante a Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002, que modificou a estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, houve a alteração da finalidade da Secretaria, transferindo as atividades de recursos hídricos para a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e as ações de saneamento para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, ora criadas. Houve a extinção, na estrutura da Secretaria, da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento e remanejados, para a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a Superintendência de Recursos Hídricos – SRH, a Companhia de Engenharia Rural da Bahia – CERB e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e, para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – EMBASA e o Conselho Estadual de Saneamento.

Mediante o Decreto nº 14.485, de 21.05.2013, 1º Decreto Autônomo do Poder Executivo, ocorreu a transferência da vinculação da Coordenação de Transmissão e de cargos em comissão, desta Secretaria, para o Instituto de Radiodifusão Educativa

da Bahia – IRDEB, autarquia vinculada à estrutura da Secretaria de Comunicação Social – SECOM.

3.4.2 Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR

Mediante a Lei nº 8.538, de 20.12.2002, que modificou a estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, ocorreu a criação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, com a finalidade de formular e executar a política de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e assistência técnica aos municípios. A nova Secretaria desenvolveu ações que contribuíram para o aprimoramento da capacidade de gestão local, fortalecendo a infraestrutura urbana nas áreas de habitação, saneamento, destinação final de resíduos sólidos e, também, o fortalecimento dos núcleos urbanos e da rede de cidades no interior, visando um desenvolvimento econômico e social mais equilibrado. Passaram a integrar a sua estrutura organizacional a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER (Empresa Pública anteriormente vinculada a SEPLANTEC), a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – EMBASA e o Conselho de Saneamento Básico (vinculados anteriormente a SEINFRA). Houve a criação, nesta Secretaria, do Conselho Estadual de Habitação.

Em 2003, mediante a Lei nº 8.628, de 05 de junho, a Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – SUCAB, Autarquia antes vinculada à Secretaria da Administração, passou a integrar a estrutura da administração indireta desta Secretaria. A Lei nº 9.388, de 20.01.05, extinguiu a Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Habitação e criou 02 (duas) novas Superintendências: de Desenvolvimento Urbano e de Habitação.

Por meio da Lei nº 10.704, de 12.11.2007, houve a criação do Conselho Estadual das Cidades da Bahia – ConCidades/BA, com a finalidade de debater, formular e deliberar diretrizes para a política estadual de desenvolvimento urbano, bem como monitorar e avaliar a sua execução e a de programas, exercendo a integração e o controle social das políticas específicas de habitação, gestão fundiária, saneamento básico, planejamento e gestão territorial e de mobilidade urbana que a compõem.

A Lei nº 11.041, de 07.05.2008, que institui a Política e o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social e criou o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, extinguiu o Conselho Estadual de Habitação e criou o Conselho Gestor do

Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social. A Lei nº 11.172, de 01.12.2008, criou, na estrutura da SEDUR, a Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Estado da Bahia – CORESAB, com a competência de exercer as atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, mediante delegação enquanto não houver entre regulador criado pelo Município, ou agrupamento dos Municípios, por meio de cooperação ou coordenação federativa (art. 18 a 23).

Em 2009, mediante a Lei nº 11.361, de 20.01, houve a reorganização da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR e alteração quanto à finalidade da CONDER. Mediante a Lei nº 11.471, de 15.04.2009, a CORESAB foi transformada em Órgão em Regime Especial de Administração Direta.

A Lei Complementar nº 35, de 06.07.2011, instituiu a Região Metropolitana de Feira de Santana – RMFS, como Unidade Regional do Estado da Bahia, constituída pelo grupamento dos Municípios de Feira de Santana, Amélia Rodrigues, Conceição de Feira, Conceição de Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho, com vistas à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas e serviços de interesse comum da Região, bem como criou o Conselho de Desenvolvimento da RMFS, como Órgão de caráter normativo, consultivo, deliberativo e de planejamento.

A Lei nº 12.602, de 29 de novembro de 2012, dispôs sobre a criação da Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia – AGERSA, autarquia sob regime especial, vinculada à Pasta, bem como extinguiu a Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Estado da Bahia – CORESAB, com a incorporação de seu acervo documental e patrimônio à AGERSA, ora criada.

A Lei nº 12.911, de 11 de outubro de 2013, dispôs sobre a inclusão da Companhia de Transporte de Salvador - CTS, na estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual. A CTS passou a denominar-se Companhia de Transportes do Estado da Bahia – CTB, empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada a esta Pasta.

3.4.3 Secretaria do Meio Ambiente - SEMA

Mediante a Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002, houve a criação da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, voltada para o trato do ordenamento

ambiental, desenvolvimento florestal e recursos hídricos, visando uma ação pública mais eficiente, com melhores resultados para a população. Passaram a integrar a sua estrutura organizacional o Centro de Recursos Ambientais – CRA e o Conselho Estadual de Meio Ambiente (vinculados anteriormente a SEPLANTEC), a Superintendência de Recursos Hídricos – SRH, a Companhia de Engenharia Rural da Bahia – CERB e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (anteriormente vinculados a SEINFRA).

No ano de 2005, mediante a Lei nº 9.525, de 21 de junho, a SEMARH sofreu uma reestruturação, alterando sua finalidade, estrutura organizacional e de cargos em comissão.

A Lei nº 11.050, de 06 de junho de 2008, alterou a denominação, a finalidade, a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e das entidades da Administração Indireta a ela vinculadas. A SEMARH passou a denominar-se Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, o CRA para Instituto do Meio Ambiente – IMA, a SRH para Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ e a Companhia de Engenharia Rural da Bahia - CERB para Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia – CERB.

A Reforma Administrativa, constituída em função da Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011, promoveu alterações na finalidade, competência e estrutura da Pasta, bem como extinguiu o Instituto do Meio Ambiente – IMA e o Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ. Também criou uma nova Autarquia, o Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, com a finalidade de executar a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, a Política Estadual de Recursos Hídricos, a Política Estadual sobre Mudança do Clima e a Política Estadual de Educação Ambiental, bem como alterou a denominação da Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia – CERB para Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia - CERB.

3.5 SECRETARIAS: função Social

3.5.1 Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE

A Secretaria do Trabalho e Bem-Estar foi criada no bojo de uma reforma administrativa, voltada para execução da política do Governo, no que diz respeito à

mobilização dos recursos humanos para o desenvolvimento e a produção do bem-estar social da população, abrangendo mão-de-obra para o trabalho, recrutamento, colocação, formação e treinamento do trabalhador, assistência social e apoio às comunidades, bem como o incremento ao artesanato, atividade desenvolvida pelo Instituto Visconde de Mauá.

O Decreto nº 21.740, de 05 de março de 1970, aprovou o Regimento dos Centros Executivos Regionais da Secretaria, que foram transformados nos Centros Sociais Urbanos - CSU.

Em 1970, mediante a Lei nº 2.853, de 19 de novembro, houve a criação da autarquia VILA OLÍMPICA DA BAHIA - VOB, voltada, inicialmente, para a administração do Estádio Octávio Mangabeira e, posteriormente, as suas competências foram ampliadas para a administração de ginásio de esportes na Capital e em grandes municípios do Estado.

Em 15 de julho de 1975, mediante o Decreto nº 24.769, houve a criação da Coordenação de Assistência Judiciária, passo importante para a prestação de assistência judiciária gratuita no âmbito do Estado, atividade precursora da atual Defensoria Pública, criada pela Constituição Federal, atividade, na época, vinculada à Secretaria da Justiça e Direitos Humanos.

Neste mesmo ano, houve a criação da Fundação para o Desenvolvimento das Comunidades do Estado da Bahia - FUNDESCO, mediante a Lei nº 3.460, de 22 de dezembro de 1975, com a finalidade de coordenar a política estadual de recuperação de comunidades da população de baixa renda e desenvolvimento de programas, visando a integração social nos centros urbanos.

No ano seguinte, mediante o Decreto nº 25.126, de 18 de fevereiro de 1976, houve a ordenação das diretrizes com vista à dinamização do fomento ao artesanato, criando-se núcleos de pesquisas, estudos, promoção e sua comercialização.

Em 1977, a necessidade da adoção de medidas relativas à organização e ampliação do mercado de trabalho, com vistas a uma política estadual de emprego, levou à institucionalização da Fundação Baiana para o Trabalho (Lei nº 3.620/23 dez.) com autonomia administrativa e financeira e personalidade jurídica de direito privado. Com as alterações ocorridas na Administração do Poder Executivo, em 1979, a Habitação e Urbanização da Bahia S/A - URBIS, e Alagados Melhoramentos S/A vincularam-se à Secretaria (Lei nº 3.700/31 maio).

Em 1983, a Pasta sofreu reorganização, passando a ter o Conselho Regional de Desportos do Estado da Bahia integrado à sua estrutura, e alterando para Habitação Melhoramentos S/A - HAMESA a razão social da Alagados Melhoramentos, com a finalidade de promover, coordenar e executar o programa estadual de erradicação de habitações em áreas subnormais no município de Salvador (Lei Delegada nº 38/14 mar.).

As modificações estruturais na Administração Estadual, ocorridas em 1987, levariam à incorporação da Habitação e Melhoramentos do Estado da Bahia S/A - HAMESA pela Habitação e Urbanismo da Bahia S/A - URBIS, e à alteração da denominação da Pasta para Secretaria do Trabalho, fazendo surgir, em razão do seu desdobramento, a Secretaria do Desenvolvimento Social, com a finalidade de formular e executar a política de promoção social e de prestar assistência aos menores (Lei nº 4.697/15 jul.).

Em 1989, houve a criação do Conselho de Defesa do Consumidor, atendendo a princípios constitucionais (Dec. nº 2.399 /11 maio) e à necessidade da atuação integrada dos órgãos e entidades do Governo do Estado e extinta a Superintendência para o Desenvolvimento das Comunidades do Estado da Bahia - SUDESCO, autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social (Lei nº 5.121 /06 jul.).

Com as recentes modificações na estrutura organizacional da Administração do Estado, em 1991, a Pasta passou à denominação Secretaria do Trabalho e Ação Social, sendo extinta a Secretaria do Desenvolvimento Social (Lei nº 6.074 /22 maio). Com a reforma de 1991 (Lei nº 6.074 /22 maio), a Autarquia Instituto de Artesanato Visconde de Mauá passou à Coordenação de Artesanato, integrando a estrutura da referida Pasta. Em 1992, mediante a Lei nº 6.410 /19 jun. houve a extinção da Coordenação, ficando acrescida às Entidades de Administração Indireta da Secretaria do Trabalho e Ação Social o Instituto de Artesanato Visconde de Mauá.

Em 1995, mediante a Lei nº 6.930/ 28 dez., ocorreu a criação do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, responsável pela Coordenação da Política Estadual de Assistência Social. Em referência a esta mesma Lei, ocorreu a criação do Fundo Estadual de Assistência Social, cuja finalidade foi prover os recursos necessários à execução da Política Estadual de Assistência Social.

A Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, determinou as modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, criando as Diretorias Gerais nas Secretarias de Estado e na Procuradoria Geral de Estado para coordenar os órgãos setoriais e seccionais dos Sistemas formalmente instituídos, denominados Diretoria de Orçamento Público, Diretoria Administrativa, Diretoria de Finanças e Coordenação de Modernização. Referente a mesma Lei, houve a criação das Superintendências, de suas Diretorias e Coordenações, com o objetivo de executar o controle das atividades finalísticas das Secretarias.

A Lei nº 9.424, de 27.01.05, alterou a finalidade, estrutura organizacional e de cargos em comissão da SETRAS, que passou a denominar-se Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte – SETRAS.

A Reforma Administrativa, constituída em função da Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006, alterou a denominação desta Secretaria para Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE e transferiu as atividades, bem como as funções, fundos, órgãos e entidades para a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES (ora criada): Superintendência de Assistência Social, Fundo Estadual de Assistência Social, Fundo Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente, Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC, Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CECA, Comissão Interinstitucional de Defesa Civil – CIDEC e Coordenação de Defesa Civil – CORDEC. Ainda em referência a esta mesma Lei, houve a criação da Superintendência de Economia Solidária, com a finalidade de planejar, coordenar, executar e acompanhar as ações e programas de fomento à economia solidária.

A Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, alterou a denominação do Conselho Estadual de Desportos – CED para Conselho Estadual de Esporte e Lazer.

Em 2009, a Lei nº 11.362/26 jan., que “Institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo”, estabeleceu a criação do Conselho Estadual de Cooperativismo – CECOOP, Órgão de natureza consultiva e deliberativa, vinculado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, com a finalidade de planejar e avaliar as ações desenvolvidas no âmbito da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

A Lei nº 12.368, de 13.12.2011, proporcionou a criação do Conselho Estadual de Economia Solidária – CEES/BA, Órgão colegiado com funções consultivas e deliberativas.

3.5 2 Secretaria da Segurança Pública - SSP

Os serviços da administração pública da esfera e competência do Governo da Bahia eram distribuídos por quatro secretarias no final do século passado. Uma dessas secretarias era a de Polícia e Segurança Pública, à qual pertenciam os serviços da polícia administrativa e judiciária, a força policial do Estado e o regime penitenciário, correccional e detentivo, e as prisões em geral.

Em 1930, (Dec. nº 7.066/01 nov.), fundiram-se as outras secretarias, passando a denominar-se Secretaria do Interior, Justiça, Instrução, Polícia, Segurança, Saúde e Assistência Pública. Em 1931, (Dec. nº 7.284 /03 maio) voltou à denominação anterior. Em 1935 (Dec. nº 9.479/24 abr.), passou a denominar-se Secretaria da Segurança Pública.

Em 1973, ocorreu a criação da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes (Dec. nº 23.446/10 maio), atendendo à necessidade de prevenção, recuperação e combate ao uso e tráfico de tóxicos e entorpecentes. Isso determinou a estruturação do Departamento de Polícia Técnica, com finalidades específicas, realizando perícias, exames, pesquisas e estudos no campo da polícia técnico-científica (Lei nº 3.113/27 jun.), e aprovação do regimento interno do Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN, com a competência básica de zelar pelo cumprimento da legislação de trânsito (Dec. nº 23.603/09 ago.).

A necessária e constante renovação estrutural da Secretaria levou à criação, em 1974, da Delegacia de Defraudações e Falsificações (Dec. nº 24.141/09 jul.), bem como à extinção da Seção de Controle e Repressão da Vadiagem, cujas atividades passaram a ser realizadas por todas as Delegacias de Polícia do Estado; e à criação da Delegacia de Furtos de Veículos (Dec. nº 24.510/ 06 dez.). Já, em 1976, houve a ampla reestruturação organizacional (Lei. nº 3.497/08 jul.).

O crescimento acelerado da Região Metropolitana de Salvador levou à instituição, em 1979, do Grupamento Especial de Prevenção, visando a melhor garantia e maior proteção à comunidade e ao cidadão (Dec. nº 26.702/23 abr.); e da Delegacia Especial de Terras, considerando a necessidade de melhor preservar a

inviolabilidade do patrimônio imobiliário contra ações representativas de grilagens, usurpações e ocupações (Dec. nº 26.890/12 set.).

Ainda no mesmo ano, houve a estruturação das Divisões Regionais de Polícia do Interior, do Departamento de Polícia do Interior e da Polícia Civil da Bahia, considerando, entre outras, a necessidade de interiorizar a atuação dos órgãos técnicos da Polícia Civil (Dec. nº 26.896/21 set.).

A reorganização da Secretaria, ocorrida em 1983, trouxe no seu bojo a instituição do Sistema Estadual de Segurança Pública, compreendendo a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Departamento Estadual de Trânsito (Lei Delegada nº 78/03 junho). Em 1986, a criação da Delegacia de Proteção à Mulher constituiu-se num passo concreto em direção à realidade social do momento, visto que sempre se considerou a mulher como vítima constante e indefesa de vários tipos de violência (Dec. nº 33.038/28 abr.) e, por sua vez, o reforço à atuação da Polícia Judiciária em relação aos crimes de homicídio doloso de autoria incerta, não determinada ou ignorada, ocorridos na Região Metropolitana de Salvador. Esse contexto proporcionou a criação da Delegacia de Homicídios, em 1989 (Dec. nº 2.781/14 set.). No ano seguinte, houve a criação do Comitê de Informática (Port. nº 63/8 jan.), com a finalidade de assessorar o Secretário na definição e implementação da política de informática, no âmbito da Pasta.

Em 1991, a consideração ao mandamento constitucional de preservar o equilíbrio do meio ambiente, defendendo-o e preservando-o de ações nocivas, levou à criação de Delegacias de Proteção Ambiental no Estado (Dec. nº 4.357/23 jan.), sendo duas com sede na Região Metropolitana, em Salvador e Mata de São João, e as demais com sede nos municípios de Porto Seguro, Morro do Chapéu, Itabuna e Caravelas.

Pela Lei nº 6.459, de 16.03.93, a Secretaria da Segurança Pública passou por uma transformação em sua estrutura, sendo alteradas a denominação e a subordinação de alguns órgãos: o Conselho Superior da Polícia denominado Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEG e a Coordenação de Planejamento e Operações Policiais denominados Coordenação Integrada de Segurança Pública – CISEP, com a finalidade de assessorar o Secretário de Segurança na coordenação e integração dos diferentes órgãos de segurança.

O Centro de Informações e o Centro de Operações Policiais, ambos da estrutura da Coordenação de Planejamento e Operações Policiais, passaram a integrar, respectivamente, o Gabinete do Secretário e o Gabinete do Delegado-Chefe da

Polícia Civil, ficando este último com a denominação de Centro de Operações Especiais de Polícia Judiciária. O Centro de Estatística Policial e Criminal passou a integrar o Gabinete do Delegado Chefe da Polícia Civil por esta mesma Lei.

A Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, estabeleceu as modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, criando as Diretorias Gerais nas Secretarias de Estado e na Procuradoria Geral de Estado para coordenar os órgãos setoriais e seccionais dos Sistemas formalmente instituídos, denominados Diretoria de Orçamento Público, Diretoria Administrativa, Diretoria de Finanças e Coordenação de Modernização. Em referência a esta mesma Lei, houve a criação das Superintendências, de suas Diretorias e Coordenações, com o objetivo de executar o controle das atividades finalísticas das Secretarias.

Mediante a Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002, ocorreu a modificação da estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, sendo criados a Corregedoria Geral de Segurança Pública, o órgão de assessoria quanto ao acompanhamento, controle e avaliação da regularidade do funcionamento e operação dos órgãos policiais, civis e militares, integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública, bem como o Departamento de Inteligência Policial, cuja finalidade foi planejar, coordenar, dirigir, orientar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública, no âmbito estadual, visando a implementação da polícia e das ações relativas à manutenção da ordem pública, prevenção e controle da criminalidade, em consonância com a legislação pertinente. Em função desta mesma Lei, o Centro de Informações foi extinto.

No ano de 2005, mediante a Lei nº 9.436, de 23 de março de 2005, o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN (Autarquia) e o Conselho estadual de Trânsito – CETRAN (Colegiado) passaram a integrar a estrutura da Secretaria da Administração – SAEB. Ainda no mesmo ano, mediante a Lei nº 9.439, de 11 de abril de 2005, houve a criação da Superintendência de Gestão Tecnológica e Organizacional, com a finalidade de desenvolver as atividades de tecnologia da informação e gestão organizacional, no âmbito da referida Secretaria, em estreita articulação com as Unidades Centrais do Sistema Estadual de Administração e do Subsistema de Desenvolvimento da Administração e extinta a Coordenação de Modernização da Secretaria, unidade integrante da Diretoria Geral.

A Lei nº 11.370, de 04.02.09, que institui a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia, definiu um novo modelo institucional para a Polícia Civil, transformando-a em Órgão em Regime Especial de Administração Direta, vinculada à referida Pasta.

A Lei nº 12.357, de 26.09.2011, instituiu o Sistema de Defesa Social, com a finalidade de formular, implantar, monitorar e avaliar a Política Pública de Defesa Social, bem como o Programa Pacto pela Vida que reúne um conjunto de projetos e atividades desenvolvidas por diversos órgãos do Poder Público e em interação com a sociedade civil, cuja finalidade foi reduzir a criminalidade e a violência, no Estado, com ênfase na prevenção e combate aos Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI.

Neste mesmo ano, pela Lei nº 12.374, de 23.12.2011, houve a criação da Superintendência de Prevenção à Violência – SPREV, com a finalidade de elaborar, apoiar e executar ações de prevenção à violência, no âmbito do Estado.

3.5.3 Secretaria da Saúde – SESAB

Em 1967, houve a instalação dos Centros Executivos Regionais da Secretaria (Dec. nº 20.356/25 set.) e, no ano seguinte, a reorganização da Fundação Hospitalar do Estado da Bahia e da Fundação Gonçalo Muniz (Decretos nº 20.681/15 maio e nº 20.726/12 jun.). Em 1970, houve a criação do Conselho de Saúde do Estado (Lei nº 2.783/23 jan.).

Em 1971, o Código de Saúde foi estabelecido para a regulação das obrigações de ordem sanitária em todo território estadual (Lei nº 2.904, de 15.02.71). Em 1973, mediante a reorganização da Secretaria, ocorreu a criação da Fundação de Saúde do Estado da Bahia. Em 1980, houve a autorização da criação da Empresa de Produtos Farmacêuticos da Bahia Ltda - BAHIAFARMA (Lei Delegada nº 10/04 nov.) e criação do Instituto de Saúde do Estado da Bahia - ISEB, entidade da administração descentralizada, vinculada à Pasta (Lei Delegada nº 12/30 dez.).

A criação do sistema regionalizado e hierarquizado de saúde, em 1981, proporcionou o atendimento do sistema de fluxo da população da região metropolitana de Salvador. Com a construção, em áreas de grande densidade populacional e de expansão urbana, de novas e diversificadas unidades de saúde, ocorreu a divisão da região metropolitana em setores da saúde, havendo a

instalação de hospitais , em setores indicados, que passaram a funcionar como unidades de referência do sistema (Dec.nº28.013/16 jun.).

A definição de uma política estadual de saúde, consoante à política nacional para o setor, objetivando a constituição do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde - SUDS, levou, em 1987, à criação do Conselho Estadual de Saúde, como produto do convênio do SUDS, assinado pelo Governo Federal com o Governo Estadual. No mesmo ano, houve a criação do Núcleo de Odontologia Sanitária, em uma ação da Comissão Interinstitucional de Saúde, visando o planejamento, a coordenação e a supervisão das ações do SUDS no campo da odontologia.

A institucionalização do Programa de Municipalização e Distritalização da Saúde, em 1989, teve como objetivo a implementação da integração dos serviços de saúde atuantes no município e o fortalecimento do processo de descentralização (Dec. nº 2.548/07 jul.). Com a preocupação de controlar a qualidade do sangue e seus hemoderivados, no âmbito do Estado da Bahia, houve a criação (Lei nº 5.183, 26/jul.) da Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia com a finalidade de coordenar a execução da Política Nacional de Sangue.

A responsabilidade pela qualidade de assistência hospitalar, seja na rede privada ou na pública, propiciou a criação, ainda em 1989, da Comissão Estadual de Controle de Infecção Hospitalar. Em 1990, ocorreu a criação do Sistema Único de Saúde - SUS (Lei Federal nº 8.080/19 set.), que dispôs sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e a organização e funcionamento dos serviços. Todas as Secretarias de Saúde dos estados e municípios do país tiveram que se adequar às disposições dessa Lei, conhecida como Lei Orgânica da Saúde. No mesmo ano, a Lei Federal nº 8.124, de 28 de dezembro, dispôs sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros. Foi essa Lei que institucionalizou as Conferências Nacionais e Estaduais de Saúde e os Conselhos de Saúde, e também criou o Conselho Nacional de Saúde, a ele incorporando representantes do CONASS e do CONASEMS, respectivamente Conselho Nacional de Secretários de Saúde e Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde. Em 1991, em função das modificações introduzidas na estrutura organizacional da administração pública do Estado, foram extintas a Comissão Interinstitucional de Saúde, a Diretoria de Saúde e a Superintendência de Saúde.

Mediante a Lei nº 6.680, de 14.11.94, houve a criação, na estrutura básica da Secretaria de Saúde, das novas unidades administrativas, para atender ao perfil do modelo assistencial de saúde hierarquizado, do Sistema Único de Saúde - SUS/BA.

No ano seguinte, mediante a Lei nº 6.812, de 18.01.95, houve a criação da Auditoria do Sistema Único de Saúde, cuja competência foi estabelecer sistemas de fiscalização e controle interno das atividades relativas à prestação de serviços do SUS.

A Comissão Especial de Desestatização, criada pelo Dec. nº 5.441, de 28.05.96, publicou, no Diário Oficial de 05.03.98, o edital de Alienação de Quotas do Capital Social da Empresa de Produtos Farmacêuticos da Bahia Ltda - BAHIAFARMA.

A Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, permitiu a introdução das modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, criando as Diretorias Gerais nas Secretarias de Estado e na Procuradoria Geral de Estado para coordenar os órgãos setoriais e seccionais dos Sistemas formalmente instituídos, denominados Diretoria de Orçamento Público, Diretoria Administrativa, Diretoria de Finanças e Coordenação de Modernização. Em referência a mesma Lei, houve a criação das Superintendências, de suas Diretorias e Coordenações, com o objetivo de executar o controle das atividades finalísticas das Secretarias e de autorizar a extinção da Empresa de Produtos Farmacêuticos da Bahia Ltda – BAHIAFARMA. Ainda em função desta Lei, propiciou-se a autorização da transferência das atividades e patrimônio do Serviço de Engenharia e Manutenção de Unidades de Saúde – SEMUS, órgão em regime especial desta Secretaria, para a Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – SUCAB.

Em 2000, houve a criação, na estrutura da Secretaria, da Coordenação Estadual de Transplantes – CET-BA e da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos – CNCDO-BA (Lei nº 7.643, de 26.04.2000), como unidades executivas integrantes do Sistema Nacional de Transplantes – SNT, vinculado ao Ministério da Saúde, no âmbito do Estado da Bahia.

A Lei nº 9.831, de 01 de dezembro de 2005, alterou a finalidade e a estrutura organizacional e a de cargos em comissão da SESAB.

Pela Lei nº 11.055, de 26 de junho de 2008, a SESAB alterou a sua estrutura organizacional e de cargos em comissão, sendo criadas novas unidades administrativas, visando a eficiência administrativa quanto ao cumprimento dos seus papéis e funções institucionais e ao alinhamento às ações governamentais,

permitindo a elevação dos padrões de eficiência e eficácia na prestação dos serviços oferecidos na área de saúde.

Em 2009, mediante a Lei n 11.371, de 04.02.09, o Poder Executivo Estadual pôde instituir a Fundação Baiana de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, Fornecimento e Distribuição de Medicamentos – BAHIAFARMA, fundação estatal, com personalidade jurídica de direito privado. Mediante a Lei nº 11.373, de 05 de fevereiro, houve a alteração dos dispositivos da Lei nº 11.371, (finalidades de unidades administrativas) e da denominação do Centro de Referência Estadual para Prevenção e Controle da DST – AIDS (COAS) para Centro Estadual Especializado em Diagnósticos, Assistência e Pesquisa – CEDAP, Unidade Especial de Atenção à Saúde (art. 35 e 36).

3.5.4 Secretaria da Educação - SEC

A denominação anterior de Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública foi alterada, em 1930, para Secretaria do Interior, Justiça, Instrução Pública, Polícia, Segurança, Saúde e Assistência Pública (Dec. Nº 7.066/01 nov.). Em 1931 (Dec. Nº 7.284/03 mar.), com o restabelecimento da Secretaria de Polícia e Segurança Pública, passou a denominar-se Secretaria do Interior, Justiça, Instrução, Saúde e Assistência Pública. Em 1935 (Dec. Nº 9.471/22 abr.) recebeu a denominação de Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Pública. Em 1938 (Dec. Nº 10.859/15 jul.) passou a Secretaria de Educação e Saúde.

A partir de 1951 (Lei nº 375/01 fev.), ocorreu o desdobramento dessa Secretaria em Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde Pública e Assistência Social. Em 1966, passou a denominar-se Secretaria da Educação e Cultura (Lei nº 2.321/11 abr.). Em 1967, houve a promulgação da Lei Orgânica do Ensino. No ano seguinte, houve a criação do Museu de Azulejaria e Cerâmica e do Museu do Recôncavo, denominado Wanderley de Pinho (Dec. Nº 20.528/04 jan.). Em 1971, ocorreu a criação da Fundação Museus do Estado da Bahia (Lei nº 2.879/20 jan.). Em 1972 (Lei nº 3.095/28 dez.), a Pasta sofreu reorganização em função da promulgação da Lei Federal nº 5.692/71. Em 1975, foi instituído o regime jurídico do magistério público do Estado, consubstanciando o seu estatuto especial, previsto na Constituição Estadual (Lei nº 3.375/31 jan.).

No mesmo ano, com o objetivo de atender a uma clientela de adolescentes e adultos, desde a iniciação até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos, houve a criação, na estrutura da Secretaria, o Departamento de Ensino Supletivo (Lei nº 3.454/17 dez.).

Em 1987, ocorreu a estruturação do Plano de Carreira do Magistério Público Estadual de 1º e 2º Graus (Lei nº 4.694/09 jun.). Com as modificações introduzidas na estrutura da administração pública estadual, em 1987 (Lei nº 4.697/15 jul.), foram extintos o Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos e o Departamento de Educação Física e Recreação; e alterada a denominação da Pasta para a Secretaria da Educação, proporcionando a criação da Secretaria da Cultura. No mesmo ano, houve a regulamentação da Lei nº 4.694, que estruturou o Plano de Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus (Dec. Nº 506/10 nov.).

Em 1989, o Decreto nº 2.283, de 27 de janeiro, regulamentou a Lei nº 4.793, de 25 de julho de 1988, que dispôs sobre o Estatuto do Magistério Superior do Estado. No ano seguinte, houve a reestruturação do Sistema de Bibliotecas do Estado (Dec. Nº 4.114/25 out.) e destinado ao Museu o Palácio da Aclamação (Dec. Nº 4.148/30 out.).

As modificações na estrutura organizacional da administração do Estado, em 1991, levaram à extinção da Secretaria da Cultura, sendo as atividades e acervo do órgão em regime especial de administração centralizada Teatro Castro Alves, do Departamento de Bibliotecas e do Departamento de Museus, da extinta Secretaria da Cultura, transferidos para a Fundação Cultural do Estado da Bahia, da estrutura da Secretaria da Educação e Cultura, assim recém-denominada (Lei nº 6.074/22 maio).

Em 1995, mediante a Lei nº 6.812, de 18 jan., a Secretaria da Educação e Cultura, desmembrada, voltou a denominar-se Secretaria da Educação, com alterações na sua estrutura organizacional. Por esta mesma lei, houve a criação da Coordenação de Educação Superior.

No ano de 1997, findaram o SAE - Serviço de Assistência ao Educando, o Departamento de Organizacional Escolar - DOE e o Departamento de Ensino - DEE, sendo absorvidas suas atividades pela Superintendência de Desenvolvimento Educacional e pelo Serviço de Administração Geral (Lei nº 7.028/31 jan.).

A Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, propiciou a introdução das modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, criando as Diretorias

Gerais nas Secretarias de Estado e na Procuradoria Geral de Estado para coordenar os órgãos setoriais e seccionais dos Sistemas formalmente instituídos, denominados Diretoria de Orçamento Público, Diretoria Administrativa, Diretoria de Finanças e Coordenação de Modernização. Em referência a mesma Lei, houve a criação das Superintendências, de suas Diretorias e Coordenações, com o objetivo de executar o controle das atividades finalísticas das Secretarias e autorização da transferência das atividades e patrimônio do Serviço de Construções Escolares – CONESC, órgão em regime especial desta Secretaria, para a Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – SUCAB. Ainda nessa Lei, houve autorização para a extinção do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CEPED, fundação vinculada à Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, transferindo-se suas atividades e acervo à Universidade do Estado da Bahia – UNEB, autarquia vinculada a esta Secretaria.

A Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002, que alterou a estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, excluiu da finalidade desta Secretaria a função de promoção da radiodifusão educativa, remanejando o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB para a Secretaria da Cultura e Turismo.

A partir da Lei nº 8.631, de 12 de junho de 2003, ocorreu a criação, na estrutura da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, autarquia vinculada a esta Secretaria, do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, como órgão suplementar, com a finalidade de realizar estudos e pesquisas científicas e tecnológicas, visando o desenvolvimento do Estado, bem como a prestação de serviços tecnológicos.

Em 2004, mediante a Lei nº 8.970, de 05 de janeiro, a Secretaria da Educação alterou a sua estrutura organizacional e de cargos em comissão.

A reforma administrativa, implementada pela Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, alterou a estrutura organizacional e de cargos em comissão desta Secretaria, mediante a criação da Superintendência de Educação Profissional, com a finalidade de planejar, coordenar, promover, executar, acompanhar, supervisionar e avaliar, no âmbito do Estado, as políticas, programas, projetos e ações de educação profissional, incluindo orientação e certificação profissional, visto que extinguiu a Coordenação de Projetos Especiais e excluiu da finalidade da Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica as ações de Educação Profissional.

No ano de 2010, a Lei nº 11.633, de 08 de janeiro, alterou a estrutura organizacional e de cargos em comissão da SEC, criando a Coordenação de Projetos Especiais e a Corregedoria.

3.5.5 Secretaria de Cultura - SECULT

Em 1995 (Lei nº 6.812, de 18/jan.), houve a criação da Secretaria da Cultura e Turismo, com a finalidade de executar a política governamental destinada a apoiar a cultura, preservar a memória e o patrimônio cultural do Estado, bem como promover o desenvolvimento do turismo e do lazer.

A Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, propiciou a introdução de modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, criando as Diretorias Gerais nas Secretarias de Estado e na Procuradoria Geral de Estado para coordenar os órgãos setoriais e seccionais dos Sistemas formalmente instituídos, denominados Diretoria de Orçamento Público, Diretoria Administrativa, Diretoria de Finanças e Coordenação de Modernização. Em referência a mesma Lei, houve a criação das Superintendências, de suas Diretorias e Coordenações, com o objetivo de executar o controle das atividades finalísticas das Secretarias.

Com as modificações estruturais, proporcionadas mediante a Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002, ocorreu a extinção do Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, transferindo suas atividades e acervo para a Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia e criação da Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos, com o objetivo de, em articulação com entidades governamentais e não governamentais, coordenar e promover a execução de infraestrutura e outros investimentos em regiões e municípios com potencial turístico. Em referência a mesma Lei, houve a inclusão, como finalidade da Secretaria, da função de promoção da radiodifusão educativa, passando a integrar à sua estrutura organizacional a Fundação – Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB (vinculada anteriormente a SEC). Houve remanejamento para a Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia - das unidades de biblioteca, antes integrantes da estrutura da Fundação Cultural do Estado da Bahia – FUNCEB e, para o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC das unidades de museus, antes integrantes da mesma Fundação.

Mediante a Lei nº 9.582, de 12 de julho de 2005, a Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia - teve sua personalidade jurídica alterada, passando de fundação de direito privado para fundação de direito público.

Em 2005, mediante a Lei nº 9.846, de 28 de dezembro, extinguiu-se a Superintendência de Desenvolvimento do Turismo e criou-se a Superintendência de Promoção Cultural, com a finalidade de planejar e promover a execução de infraestrutura, e outros investimentos em regiões e municípios com potencial cultural, além de gerir o Programa Estadual de Incentivo à Cultura – FAZCULTURA e o Fundo de Cultura da Bahia – FCBA.

A Reforma Administrativa, introduzida mediante a Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006, transferiu as atividades de turismo para a Secretaria de Turismo (ora criada), bem como a vinculação da Empresa de Turismo da Bahia S.A - BAHIA TURSA, separando os segmentos Turismo e Cultura, passando esta Secretaria a denominar-se Secretaria de Cultura – SECULT.

Em 2007, mediante a Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, houve a criação do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador e do Conselho Gestor do Centro Antigo de Salvador, com a finalidade de aprovar os planos estratégicos e estabelecer diretrizes de ação para o Centro Antigo de Salvador, bem como acompanhar e avaliar as atividades do referido Escritório. No Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC, Autarquia vinculada a esta Pasta, ocorreu a criação do Palacete das Artes – Rodin Bahia.

A Reforma Administrativa, introduzida mediante a Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011, promoveu modificações na estrutura da Pasta, em função da criação do Centro de Culturas Populares e Identitárias, alterações da vinculação do IRDEB para a Secretaria de Comunicação Social – SECOM, criada pela mesma Lei e da denominação da Superintendência de Cultura para Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura, bem como promoveu alterações pontuadas na FUNCEB, FPC e IPAC. Dessa forma, houve a exclusão da finalidade e competências da Pasta, bem como das atividades de radiodifusão cultural e educativa.

Com a publicação da Lei nº 12.803, de 11 de março de 2013, passou a vincular a esta Pasta o Museu Artístico e Ecológico Frans Krajcberg, Fundação Estatal de Direito Público, que tem por finalidade preservar, por sua contínua reinserção na realidade cultural presente, o acervo cultural constituído, expondo-o, com o objetivo

de promover a cultura, fomentar o interesse pela expressão das artes e difundir a obra do artista Frans Krajcberg, de modo a possibilitar que dela efetivamente participem os vários setores da comunidade baiana.

3.5.6 Secretaria de Turismo - SETUR

Em 1995 (Lei nº 6.812, de 18/jan.), houve a criação da Secretaria da Cultura e Turismo, com a finalidade de executar a política governamental destinada a apoiar a cultura, preservar a memória e o patrimônio cultural do Estado, bem como promover o desenvolvimento do turismo e do lazer.

Com a Reforma Administrativa, introduzida mediante a Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006, a Pasta do Turismo foi separada da Cultura, criando-se a Secretaria de Turismo – SETUR, com a finalidade de planejar, coordenar e executar políticas de promoção e fomento ao turismo.

Mediante a Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, a Empresa de Turismo da Bahia S.A. – BAHIAATURSA, Sociedade de Economia Mista, vinculada à esta Pasta, teve sua finalidade alterada: “executar a política de fomento ao turismo, no âmbito do Estado da Bahia “ (art. 44).

3.5.7 Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Em 2001, mediante a Lei nº 7.988, de 21 de dezembro, houve a criação da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais e do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza com o grande desafio de enfrentar relevantes questões sociais, bem como a criação de condições de inclusão social, erradicando a miséria, a indigência e as desigualdades sociais, possibilitando a melhoria do acesso das pessoas em situação de pobreza ou de exclusão social, e criando mecanismos, oportunidades e recursos capazes de produzir mudanças em suas trajetórias de vida.

Mediante o Decreto nº 8.524, de 14 de maio de 2003, houve a criação, na estrutura da Secretaria, do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia - CONSEA/BA, com o objetivo de propor políticas, programas e ações para assegurar o direito humano à alimentação, garantido constitucionalmente.

A Lei nº 9.509, de 20 de maio de 2005, alterou a Lei nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001, em que se refere à estrutura organizacional e de cargos em comissão da SECOMP e ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

A Reforma Administrativa, introduzida mediante a Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006, alterou a denominação desta Secretaria, que passou à Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES, sendo transferido para sua gestão as seguintes atividades, funções, fundos, órgãos e entidades: Superintendência de Assistência Social, o Fundo Social de Assistência Social, o Fundo Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente, a Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC, o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente – CECA, a Comissão Interinstitucional de Defesa Civil – CIDEC e a Coordenação de Defesa Civil – CORDEC. Em referência a essa mesma Lei, ocorreu a transferência, para a Casa Civil (ora criada), do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FUNCEP, da Diretoria Executiva do FUNCEP (exceto a Diretoria de Orçamento), do Conselho de Políticas de Inclusão Social e da Câmara Técnica de Gestão de Programas.

Em 2007, mediante a Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, houve a criação da Coordenação de Gestão da Informação e Acompanhamento de Programas, com a finalidade de criar e manter canais de comunicação com instituições e com o público beneficiado, e gerenciar sistemas de informações para o acompanhamento e integração dos programas e ações voltados para a inclusão social.

Mediante a Lei nº 12.921, de 27.11.2013, a Coordenação de Defesa Civil – CORDEC, Órgão em Regime Especial de Administração Direta, vinculada a esta Pasta, passou a denominar-se Superintendência de Proteção e Defesa Civil – SUDEC, tendo sua finalidade e estrutura organizacional alteradas.

3.5.8 Secretaria de Comunicação Social - SECOM

A Reforma Administrativa, introduzida mediante a Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011, criou a Secretaria de Comunicação Social - SECOM, com a finalidade de propor, coordenar e executar a política de comunicação social do Governo, bem como promover a radiodifusão pública. Anteriormente, as atividades de comunicação social eram desenvolvidas pela Assessoria Geral de Comunicação Social – AGECOM, unidade integrante da Casa Civil, extinta pela referida Lei.

3.5.9 Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH

Em 1895, a Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública foi uma das quatro Pastas que abrangeram os serviços da administração pública da esfera e competência do Estado (Lei nº115/16 ago.). Em 1966, a função judiciária foi organizada na Secretaria da Justiça (Lei nº2321/11 abr.), ao que se seguiu a aprovação do seu Regimento (Decreto nº19.927/19 set.).

A reorganização do Conselho Penitenciário, em 1969, ocorreu com a finalidade de auxiliar o controle e a fiscalização da execução do sistema penitenciário, dos egressos, liberados condicionais ou não, e dos processados. Em 1981, houve a ampliação do sistema penitenciário, com a criação do Presídio Regional de Feira de Santana e, em 1983, a Secretaria foi reorganizada (Lei Delegada nº45/26 abr.), definindo-se a finalidade da Pasta com a execução da política do Governo, relacionada com a ordem jurídica e social, o estudo e o acompanhamento das questões legais e dos assuntos concernentes à cidadania, às garantias constitucionais, ao livre exercício dos poderes constituídos e às relações do Poder Executivo com os demais poderes do Estado e da União.

Em 1986, houve a instalação da Defensoria Pública do Estado (Lei nº4.658/26 dez.), instituindo a assistência gratuita às pessoas carentes e, logo após (Lei nº4.684/28 nov.), houve a autorização da criação do Sistema Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, tendo como órgão central o Conselho Estadual de Entorpecentes.

Em 1987 (Lei nº4.697/15 jul.), a Pasta passou a denominar-se Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, sofrendo alteração estrutural e acréscimo dos órgãos Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher, Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra e Conselho de Proteção dos Direitos Humanos.

A modificação da estrutura organizacional da administração pública do Estado, em 1991 (Lei nº6.074/22 mai.), extinguiu o Serviço de Administração da Justiça, alterou a denominação do Manicômio Judiciário para Hospital de Custódia e Tratamento, e criou a Coordenação de Defesa do Consumidor - PROCON, que, mediante a Lei nº 7.028, de 31.01.97, passou a denominar-se Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.

Mediante a Lei nº 6.459, de 16.03.93, houve a instituição, na estrutura da Defensoria Pública, da Corregedoria Geral, à qual competirá a fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Em 1996, houve a criação do Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor (Lei nº 6.936, 24 jan.), com objetivo de dar suporte financeiro às políticas, ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores, no âmbito estadual.

A Lei nº 7.144, de 05.08.97, propiciou a criação do Presídio Regional de Jequié na estrutura do Departamento de Assuntos Penais, com a finalidade de custodiar presos provisórios e dar cumprimento às penas privativas de liberdade, nos vários regimes aplicados em sentença criminal condenatória, em conformidade com a legislação federal específica. A Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, propiciou a introdução de modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, criando as Diretorias Gerais nas Secretarias de Estado e Procuradoria Geral do Estado para coordenar os órgãos setoriais e seccionais dos Sistemas formalmente instituídos, denominados Diretoria de Orçamento Público, Diretoria Administrativa, Diretoria de Finanças e Coordenação de Modernização.

Em referência a mesma Lei citada, houve a criação das Superintendências, de suas Diretorias e Coordenações, com o objetivo de executar o controle das atividades finalísticas das Secretarias.

O Departamento de Assuntos Penais – DAP, órgão integrante da Secretaria, passou a denominar-se Superintendência de Assuntos Penais – SAP, mediante a Lei nº 7.435, de 30.12.98 e regulamentada pelo Decreto nº 7.521, de 08.02.99.

Mediante a Lei nº 7.621, de 05.04.2000, houve a criação, na estrutura organizacional da Superintendência de Assuntos Penais – SAP, do Presídio Penal de Teixeira de Freitas, no município do mesmo nome.

O Conselho Estadual do Idoso foi criado mediante o Decreto nº 8.188, de 22.03.2002, na estrutura da Secretaria, com a finalidade de promover e proteger os direitos dos idosos, bem como formular políticas públicas destinadas à assistência dos idosos no Estado. A Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado (Lei nº 8.253, de 02.05.2002) reorganizou o órgão, visando adequar a legislação estadual à legislação federal. A estruturação objetiva modernizar e revitalizar a Defensoria, dotando-a de mecanismos mais eficazes, com vistas ao atendimento das suas

funções essenciais, de prestar assistência jurídica gratuita, judicial e extra-judicial, aos necessitados.

Em 04 de julho de 2002, mediante a Lei nº 8.268, ocorreu a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, com a finalidade de formular políticas e diretrizes, bem como avaliar os programas e ações governamentais, voltados para a defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência. A Lei nº 8.353, de 05.09.02, propiciou a criação do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor e do Conjunto Penal de Valença.

Em 09 de abril de 2003, mediante a Lei nº 8.595, houve a criação, na estrutura da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, da Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos, com a finalidade de planejar, coordenar, promover, supervisionar, articular, avaliar e fiscalizar as políticas públicas estaduais, voltadas para a promoção e proteção dos direitos humanos, além de executar as deliberações emanadas dos Conselhos Estaduais vinculados à referida Secretaria.

A Lei Complementar nº 26, de 28.06.06, tornou a Defensoria Pública do Estado da Bahia em uma Instituição autônoma e independente, desvinculada da SJDH e do Poder Executivo, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a promoção das políticas públicas, preventivas e postulatórias, de assistência e orientação jurídica, integral e gratuita aos necessitados, dos direitos humanos, dos direitos e interesses individuais e coletivos e difusos e a defesa judicial, extrajudicial e administrativa, em todos os graus e instâncias, consoante o art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal.

A Reforma Administrativa, introduzida mediante a Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006, alterou a denominação desta Secretaria para Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH e criou, na sua estrutura organizacional, a Coordenação Executiva dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Coordenação de Políticas para os Povos Indígenas. Em referência a essa mesma Lei, houve a transferência dos Conselhos de Desenvolvimento da Comunidade Negra e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher para a Secretaria de Promoção da Igualdade – SEPROMI.

A Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, alterou a estrutura organizacional e de cargos em comissão desta Pasta, criando o Centro de Educação em Direitos Humanos e Assuntos Penais – CEDHAP, com a finalidade de executar programas,

projetos e atividades de formação e aperfeiçoamento técnico para agentes públicos que exerçam funções de defesa e proteção dos Direitos Humanos e Execução Penal.

Mediante a Lei nº 11.629, de 30 de dezembro de 2009, houve a alteração da nomenclatura do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência para Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. No ano de 2010, mediante a Lei nº 11.897, de 16 de março, houve a criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Povos Indígenas do Estado da Bahia – COPIBA, na estrutura desta Pasta, com a finalidade de formular diretrizes para a Política Estadual de Proteção aos Povos Indígenas, como acompanhar, fiscalizar e avaliar os programas e ações governamentais, garantindo os direitos constitucionalmente assegurados aos povos indígenas. A Lei nº 11.903, de 23 de abril de 2010, propiciou a criação da Corregedoria, com a finalidade de acompanhar, controlar e avaliar a regularidade da atuação funcional e da conduta dos servidores da SJCDH, em articulação com o Órgão central do Sistema de Correição Estadual.

A Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011, alterou a estrutura da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH, com a desvinculação da Superintendência de Assuntos Penais – SAP e do conselho Penitenciário – CP que passaram a fazer parte da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP, e houve a extinção da Coordenação Executiva de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Corregedoria e a criação da Superintendência de Prevenção e Acolhimento aos Usuários de Drogas e Apoio Familiar e da Superintendência dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Dessa forma, houve a exclusão da finalidade e competências da Pasta, das atividades pertinentes à execução da política e da administração do Sistema Penitenciário do Estado.

O Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais foi criado mediante a Lei nº 12.946, de 10.02.2014, como Órgão Colegiado de natureza consultiva, vinculado a esta Pasta, com a finalidade de formular e propor diretrizes e políticas voltadas para o combate à discriminação e à promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

3.5.10 Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPRMI

A Reforma Administrativa, introduzida mediante a Lei nº 10.549, de 28 dezembro de 2006, criou a Secretaria de Promoção da Igualdade – SEPROMI, com a finalidade de planejar e executar políticas de promoção da igualdade racial e proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos atingidos pela discriminação e demais formas de intolerância, bem como planejar e executar as políticas públicas de caráter transversal para as mulheres.

A Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011, alterou a denominação da Secretaria para Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI, bem como sua finalidade, mediante a exclusão do planejamento e execução das políticas públicas de caráter transversal para as mulheres, que passaram a ser responsabilidade da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, criada pela mesma Lei.

3.5.11 Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM

A Reforma Administrativa, introduzida mediante a Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011, criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, com a finalidade de planejar, coordenar e articular a execução de políticas públicas para as mulheres.

Anteriormente, a Secretaria de Promoção da Igualdade – SEPROMI (Lei nº 10.549, de 28.12.2006) era responsável pelas políticas públicas de caráter transversal para as mulheres, tendo sob sua vinculação o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM e a Superintendência de Políticas para as Mulheres.

3.5.12 Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização - SEAP

Mediante a Lei nº 2.321, de 11 de abril de 1966, houve a criação do Departamento de Assuntos Penais – DAP, na estrutura da Secretaria da Justiça, com a finalidade de orientar, dirigir, coordenar e controlar, em harmonia com o Poder Judiciário e com a Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, o regime penal e a administração dos estabelecimentos penais, visando desenvolver um sistema de acordo com os modernos princípios da criminologia.

Com a Reforma Administrativa, introduzida mediante a Lei nº 4.697, de 15 de julho de 1987, o Departamento de Assuntos Penais passou a ser órgão em regime especial de Administração Direta da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, com a mesma estrutura prevista na Lei Delegada nº 45, de 26.04.83 e a Penitenciária

Lemos Brito deixou de ser órgão em regime especial, permanecendo como unidade da estrutura do DAP.

A Lei nº 6.074, de 22 de maio de 1991, alterou a denominação do Manicômio Judiciário do DAP para Hospital de Custódia e Tratamento.

No ano de 1993, mediante a Lei nº 6.465, de 13 maio, ocorreu a autorização para a criação de Unidades Prisionais de Pequeno Porte e, em 1997, mediante a Lei nº 7.144, de 05 agosto, criou-se o Presídio Regional de Jequié. Com as modificações ocorridas na estrutura organizacional da Administração Pública do Estado, mediante a Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, o DAP foi transformado em Superintendência de Assuntos Penais – SAP.

A Lei nº 7.621, de 05 de abril de 2000, permitiu a criação, na estrutura da SAP, do conjunto Penal de Teixeira de Freitas, no município do mesmo nome, e mediante a Lei nº 8.353, de 05.09.02, houve a criação do Conjunto Penal de Valença. A Lei nº 8.353, de 05 de setembro de 2002, propiciou a criação do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor e do Conjunto Penal de Valença. E, em 2004, a Lei nº 9.010, de 11 de fevereiro, permitiu a criação do Conjunto Penal de Juazeiro.

Mediante a Lei nº 9.516, de 07 de junho de 2005, houve a criação do Conjunto Penal de Serrinha, da Colônia Penal de Simões Filho e da Unidade Especial Disciplinar (município de Salvador) e alteração da denominação da Penitenciária Feminina, que passou a Conjunto Penal Feminino. Em 2006, Lei nº 10.428, de 15 de dezembro, houve a criação do Conjunto Penal de Itabuna e do Conjunto Penal de Lauro de Freitas.

A Lei nº 10.693, de 05 de setembro de 2007, propiciou a criação da Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas da Bahia, coordenação integrante da SAP, com a finalidade de acompanhar a execução de medidas e penas alternativas aplicadas pelos órgãos do Poder Judiciário do Estado da Bahia. Em 2008, mediante a Lei nº 11.042, de 09 de maio, houve a criação dos Núcleos de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas, aos quais competirá o acompanhamento das referidas medidas e penas alternativas, em 10 municípios do Estado.

Mediante a Lei nº 11.903, de 23.04.2010, houve a criação da Cadeia Pública e de seu Anexo, do Conjunto Penal Feminino, do Presídio de Jovens e Adultos e dos Presídios de Eunápolis, Vitória da Conquista e Barreiras.

A Reforma Administrativa, introduzida mediante a Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011, extinguiu a Superintendência de Assuntos Penais – SAP, na estrutura da SJCDH e criou a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização - SEAP, com a finalidade de formular políticas de ações penais e de ressocialização de sentenciados, bem como de planejar, coordenar e executar, em harmonia com o Poder Judiciário, os serviços penais do Estado.

3.5.13 Secretaria Estadual para assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 - SECOPA

O cargo de Secretário Extraordinário foi criado, mediante a Lei nº 6.074/1991, e os demais cargos integrantes de seu Gabinete mediante a Lei nº 6.812/1995. A Lei nº 6.074, além de estabelecer o caráter transitório à missão do Secretário Extraordinário, delegou ao Poder Executivo a definição, por Decreto, da forma de execução do exercício das suas atribuições.

No ano de 2009, houve a nomeação do Secretário Extraordinário para a Copa de 2014 com o intuito de coordenar ações e projetos preparatórios para o maior evento esportivo mundial – a Copa Brasil 2014, cujas ações foram vinculadas à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE.

Existiu o cargo de Secretário Extraordinário para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, à frente de ações e projetos necessários à realização do evento no Estado, com vistas ao cumprimento do calendário definido pela Federation Internationale de Football Association – FIFA e pelo Comitê Organizador Local – COL, envolvendo ações governamentais para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

A Reforma Administrativa, introduzida mediante a Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011, criou, de forma efetiva, a Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 – SECOPA, com a finalidade de coordenar, articular, promover, acompanhar e integrar as ações e projetos prioritários da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, e, automaticamente, extinta a vigência da Secretaria Extraordinária.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.W. **Dialéctica negativa**. Trad. José Ripalda. Madrid: Tauros, 1975.
- ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, Max. **Dialéctica do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ASTI VERA, Arnaldo. Metodologia da pesquisa científica. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.
- BARROS, Aidil Jesus Paes de ; SOUZA, Neide Aparecida de. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.
- CERVO, Amado Luiz ; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.
- COSTA, F. C. Métodos científico: **Os caminhos da investigação**. São Paulo: Harbra, 2001.
- CHAGAS, Eduardo F. Artigo: **O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto**. Revista de Filosofia. V. 38 N. 120 (2011): 55-70. <http://faje.edu.br/periodicos2/index.php/Sintese/issue/view/415>
- CHASIN, José. "Lukács: vivência e reflexão da particularidade". **Revista Ensaio**, nº 9. São Paulo, 1982. p. 55-69.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- DILLENBURG, Fernando Frota. **Método dialético e política em Lukács**. Dissertação de Mestrado. Campinas-SP: UNICAMP, 2006.
- DONAIRE, Denis. A utilização do estudo de casos como método de pesquisa na área da administração. **Revista IMES**, Santo André, n. 40, maio-agosto/1997.
- EISENHARDT, K. Making fast strategic decisions in high-velocity environments. *Academy of Management Journal*, v. 32, n. 3, p. 543-576, September 1989.
- FOULQUIÉ, Paul. **A Dialética**. 3 ed. [S.l.]: Europa-América, 1966. 128 p. vol. 60
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- GODOY, A . S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995.
- GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.
- _____. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. Cadernos do cárcere. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRUPPI, L. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- HUTCHINS, John. (1987). Summarization: Some problems and Methods. In: Jones. Meaning: The frontier of informatics. Cambridge. London.
- JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. 28 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 88 p. vol. 23.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LÉNINE, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução. A doutrina do Marxismo sobre o Estado e as Tarefas do Proletariado na Revolução**. 1 ed. Petrogrado na editora: Jizn i Znánie, 1917. tradução na versão das Obras Escolhidas de V.I.Lénine Edição em Português da Editorial Avante, 1977, t2, pp 219-305 Traduzido das O. Completas de V.I.Lénine 5ª Ed. russo t.33 pp 1-120.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

LUKÀCS, George. **Existencialismo ou Marxismo?** São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

_____. "Existencialismo" - tradução "Esistenzialismo" In: **Ontologia Dell'Essere Sociale**, Roma:Riuniti, 1976-1981. Texto traduzido por Maria Izabel Porto de Souza (manuscrito), s/d(a).

_____. **História e Consciência de Classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. "Alienação"- tradução de "L'estraniamento" In: **Ontologia Dell'Essere Sociale**, Roma:Riuniti, 1976-1981. Texto traduzido por Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda.(manuscrito) s/d(b).

_____. **Existencialismo ou Marxismo?** São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

_____. **Ontologia del ser social - el trabajo**. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

_____. **Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. **O jovem Hegel e outros escritos de filosofia**. Org. e Apres. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Neto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MANI, I. and MAYBURY, M.T. **Advances in automatic text summarization**. The MIT Press, Cambridge, MA. 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. "Crítica à filosofia do direito de Hegel". In: **Revista Temas de Ciências Humanas**, vol. 2, São Paulo: Grijalbo, 1977.

MATIAS-PEREIRA, José. A boa governança e a ética na administração pública no desenvolvimento do Brasil. **Revista de Conjuntura** – Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, Distrito Federal, n.34, p.18-25, abr./jun. 2008.

MATTOS, P. L. C. L. (2006). Análise de entrevistas não estruturadas: da formalização à pragmática da linguagem. In C. K. Godoi, R. Bandeira-de-Mello, & A. B. Silva (Orgs.), **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva.

MAYRING, Philipp. (1983). "Feminists" knowledge and the knowledge of feminisms: epistemology, theory methodology, and method. In T. May & M. Williams (Eds.), **Knowing the social world**. Buckingham: Open University Press.

MAYRING, Philipp. Qualitative Content Analysis. In: FLICK, Uwe; VON KARDOFF, Ernst; STEINKE, Ines (Ed.). **A companion to qualitative research**. Sage, 2004.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. São Paulo: Editora Escala, 2006. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal)

MINAYO, M. C. S. (Org.). (2001). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes.

OLDRINI, Guido. "Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács". In LESSA, Sérgio; PINASSI, Maria Orlanda (orgs.). **Lukács e a atualidade do Marxismo**. Trad. Ivo Tonet. São Paulo: Boitempo, 2002a. pp. 49-76.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira, 1997.

POPPER, K. (2004). **Lógica das ciências sociais**. 3a ed. (E. R. Martins, A. C. M. Acquarone Filho & V. O. M. Silva, Trans.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. (Obra original publicada em 1902)

RINO, L.H.M.; PARDO, T.A.S. A Sumarização Automática de Textos: Principais Características e Metodologias. In: **Anais do XXIII Congresso da Sociedade Brasileira de Computação**, Vol. VIII: III Jornada de Minicursos de Inteligência Artificial, pp. 203-245. Campinas-SP, Brasil. 2 a 8 de Agosto. 2003.

SARTORI, Rejane. **Governança em Agentes de Fomento dos Sistemas Regionais de CT&I**. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Florianópolis-SC, 2011.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da Razão Dialética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOTELO, Ignacio. **Sartre y la Razon Dialectica**, Madri: Editorial Tecnos, 1967.

TAYLOR, F.W. **Princípios de Administração Científica**. Arlindo Vieira Ramos. (Trad.). 6.ed. São Paulo: Atlas, 1966.

TERTULIAN, Nicolas. "Adorno-Lukács: polêmicas e mal-entendidos". **Revista margem esquerda**, nº 9. São Paulo, jun. 2007a, pp. 61-81.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

WALDO, D. **O estudo da Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

ANEXO A - Secretarias Estaduais: natureza da Administração Direta**1 SECRETARIAS: função Institucional**

- A - Casa Civil
 - Empresa Gráfica da Bahia – EGBA
- B - Secretaria da Administração - SAEB
 - Superintendência de Atendimento ao Cidadão - SAC
 - Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – PRODEB
 - Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
- C - Secretaria da Fazenda - SEFAZ
 - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. – DESENBAHIA
- D - Secretaria do Planejamento - SEPLAN
 - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI
- E - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI
 - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB
- F - Secretaria de Relações Institucionais - SERIN

2 SECRETARIAS: função econômica

- A - Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura – SEAGRI
 - Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA
 - Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB
 - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. - EBDA
 - Bahia Pesca S.A. - BAHIAPESCA
- B - Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração - SICM
 - Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade- IBAMETRO
 - Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB
 - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial - SUDIC
 - Centro Industrial de Subaé - CIS
 - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM
 - Empresa Baiana de Alimentos S.A. - EBAL
- C - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR
 - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR

3 - SECRETARIAS: função Infraestrutura

- A - Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA
 - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – AGERBA.
 - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia - DERBA
 - Companhia de Gás da Bahia - BAHIAGÁS
- B - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR
 - Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia – AGERSA
 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER
 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento Básico - EMBASA
 - Superintendência de Construções Administrativas da Bahia - SUCAB
- C - Secretaria de Meio Ambiente - SEMA
 - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA
 - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia - CERB

4 - SECRETARIAS: função social

- A - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE
 - Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia - SUDESB
 - Instituto de Artesanato Visconde de Mauá - MAUÁ
- B - Secretaria da Segurança Pública - SSP
 - Polícia Militar da Bahia - PM/BA
 - Polícia Civil do Estado da Bahia - PC/BA
- C - Secretaria da Saúde - SESAB
 - Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia - HEMOBA
 - Fundação Baiana de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, Fornecimento e Distribuição de Medicamentos – BAHIAFARMA.
- D - Secretaria da Educação - SEC

- Instituto Anísio Teixeira - IAT
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC
- E - Secretaria da Cultura- SECULT
Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC
Fundação Cultural do Estado da Bahia - FUNCEB
Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia – FPC
Museu Artístico e Ecológico Frans Krajcberg - KRAJCBERG
- F - Secretaria de Turismo - SETUR
Empresa de Turismo da Bahia S.A. - BAHIATURSA
- G - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES
Coordenação de Defesa Civil - CORDEC
Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC
- H - Secretaria de Comunicação Social – SECOM
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB
- I - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH
- J - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPROMI
- K - Secretaria de Políticas Para as Mulheres – SPM
- L - Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP
- M -Secretaria Estadual Para Assuntos da Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014 – SECOPA

Implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas: Principais Impactos no Desenvolvimento do Turismo em Teixeira de Freitas/Bahia

Enivaldo Piloto Santos¹

Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva²

Marcelo Santana Silva³

Jerisnaldo Matos Lopes⁴

Resumo

A Implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (MPes) visa estimular e promover o desenvolvimento municipal. Este artigo tem como objetivo identificar quais os principais impactos da implementação desta lei no desenvolvimento do turismo em Teixeira de Freitas/BA. Como objetivos específicos, pretende-se elencar quais eixos da lei geral foram executados pelo município e quais os seus principais impactos nas empresas do segmento de turismo na referida cidade. O turismo é um dos segmentos que vem ganhando importância para a economia do Brasil, na cidade pesquisada as atividades empresariais como restaurantes e hotéis tem se estabelecido, devido ao turismo de negócios, considerando a importância geográfica e econômica da cidade. Como método de pesquisa foi feito um levantamento de informações secundárias, através de pesquisas em publicações técnicas, revistas, livros e sites institucionais; elaboração de roteiros para coleta de dados; pesquisa direta com os representantes dos conselhos. A pesquisa foi desenvolvida através de um estudo de caso, para coleta de dados a base foram as entrevistas com membros do Conselho Municipal de Turismo e membro do Comitê Gestor da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Em conformidade com a pesquisa realizada, foi considerado que a realização de eventos na cidade, a reativação do Conselho Municipal de Turismo e as capacitações realizadas, foram os principais impactos que a Lei Geral das MPes promoveu no segmento do turismo.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico. Desenvolvimento Local. Turismo. Lei Geral das MPes.

Abstract

Implementation of the General Law of Micro and Small Enterprises (MSEs) aims to encourage and promote local development. This article aims to identify the main impacts of the implementation of this law in the development of tourism in Teixeira de Freitas / BA. The specific objectives, it is intended to list which axes the general law were implemented by the municipality and what are its main impacts on the tourism sector companies in that city. Tourism is one of the segments is becoming increasingly important to the economy of Brazil,

¹ Especialista em Gestão Pública Municipal e Consultor Sebrae – Itamaraju-BA. Email: enivaldo.piloto@ba.sebrae.com.br

² Doutora em Administração e prof^a da Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Faculdade de Ciências Contábeis (mvalasca.ufba@gmail.com)

³ Doutor em Energia e prof^o do Instituto Federal da Bahia, Campus de Santo Amaro (marcelosilva@ifba.edu.br)

⁴ Doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbano. Professor do Mestrado Profissional em Bioenergia (FTC) (jerislopes@hotmail.com)

in the city surveyed business activities as restaurants and hotels has been established due to business tourism, considering the geographical and economic importance of the city. As a research method was made a survey of secondary information through research in technical publications, magazines, books and institutional sites; development of scripts for data collection; direct research with representatives of the councils. The research was developed through a case study, to collect data base were the interviews with members of the Municipal Tourism Council and Steering Committee member of the General Law of Micro and Small Enterprises. In accordance with the survey, it was considered that the holding of events in the city, the reactivation of the Municipal Tourism Council and the training carried out, were the main impacts of the General Law of MSEs promoted in the tourism segment.

Keywords: Economic Development. Local Development. Tourism. General Law of MSE.

Introdução

O segmento do turismo é um dos segmentos que vem ganhando importância para a economia do Brasil, na cidade de Teixeira de Freitas as atividades como restaurantes e hotéis tem se estabelecido, nos últimos três anos, devido ao turismo de negócios, considerando a importância geográfica e econômica da cidade.

Este artigo visa identificar quais são os principais impactos causados pela lei geral das micro e pequenas empresas no desenvolvimento do turismo. Busca-se especificamente: conhecer quais eixos da lei geral foram executados pelo município e os seus principais impactos nas empresas do segmento de turismo na cidade de Teixeira de Freitas.

A Implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (LC 123/2006) nos seus quatro eixos, a saber: Sala do Empreendedor; Agente de Desenvolvimento, Desburocratização e Compras Governamentais, visa estimular e promover o desenvolvimento municipal, através de ação direta do gestor público.

Os pequenos negócios, nos vários segmentos, dão dinamicidade à economia dos municípios brasileiros. É no município que o processo de desenvolvimento se dá, e os atores locais têm mais condições de tratar das oportunidades é também no município que os problemas sociais estão. Diante desse breve contexto, o problema da pesquisa ora identificado é: Quais são os principais impactos da Implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no desenvolvimento do turismo em Teixeira de Freitas/BA?

A presente pesquisa nos dará subsídios, para que novas práticas, tanto no atendimento as micros e pequenas empresas quanto na indução do desenvolvimento local e regional possa trazer contribuições positivas no turismo em Teixeira de Freitas.

Este artigo está dividido em cinco partes, a saber: Introdução, o desenvolvimento, no qual tratar-se-á do segmento do turismo em Teixeira de Freitas, sua importância, principais ramos empresariais; Aspectos da Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas; Principais impactos da implementação da Lei Geral no segmento do turismo; e por fim, as Considerações finais.

Caracterização do objeto de estudado

A cidade de Teixeira de Freitas surgiu às margens de uma estrada aberta pela madeireira Elecunha, que tinha como proprietário o senhor Eleosíbio Cunha. O surgimento do povoado se deu por consequência da grande quantidade de madeira retirada das matas ali existentes. Na década de 50, com a existência de mata Atlântica na região, as primeiras famílias começaram a chegar dando origem ao povoado de São José do Itanhém, por ficar próximo as margens do rio Itanhém. Com o intenso comércio de madeiras, o povoado teve grande crescimento, atraindo para as regiões comerciantes, pecuaristas, agricultores, e outros empreendedores. PMTF (2013).

No ano de 1984, o povoado é emancipado dos municípios de Alcobaça e Caravelas através da Lei 4.452 de 09 de maio de 1982. O município se torna referência na indústria, comércio e habitação para as cidades circunvizinhas, bem como nos segmentos de saúde e educação.

Teixeira de Freitas possui uma população estimada em 157 mil habitantes, dos quais 90 mil são eleitores, possui 59 bairros com 40.954 domicílios residenciais, cortada pelas rodovias BR-101, BA-290 e margeada pela BR-418. 24. É hoje a 6ª maior cidade do interior da Bahia e se tornou o centro das atenções do extremo sul baiano, nordeste de Minas Gerais e extremo norte do Espírito Santo, por sediar o desenvolvimento socioeconômico de uma região que pensa em geração de emprego e renda, e onde o setor da construção civil cresce em igual proporção.

Com uma gestão descentralizada do turismo nacionalmente, o Ministério do Turismo (MTur), conta com uma rede de parceiros e instâncias / fóruns para a gestão do setor, sendo: Conselho Nacional do Turismo; Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo; Fórum e Conselhos Estaduais de Turismo; Instâncias de Governanças Macro Regionais e Regionais e os Conselhos Municipais de Turismo.

O Programa de Regionalização do Turismo, ação macro do governo federal para a gestão, estruturação e promoção do turismo, tem oito ações estratégicas, a saber: gestão

descentralizada do turismo; planejamento e posicionamento de mercado; qualificação profissional, dos serviços e da produção associada; empreendedorismo, captação e promoção de investimentos; infraestrutura turística; informação ao turista; promoção e apoio à comercialização e monitoramento. É considerando este programa e ações estratégicas que os estados e municípios se relacionam com o Ministério do Turismo, para o fortalecimento do turismo em suas jurisdições.

Segundo dados FIPE (2011), a Bahia teve um fluxo global de turista de 11.015.000 (onze milhões e quinze mil turísticas) em 2011, sendo o 4º estado brasileiro em turismo doméstico, com 8,3% do volume total das viagens realizados dentro do país, ficando atrás de São Paulo, com 25,5%, Minas Gerais, com 9,1%, e Rio de Janeiro com 8,9% do turismo doméstico.

Teixeira de Freitas é um dos sete municípios integrantes da Câmara de Turismo da Costa das Baleias, ambiente que tem como missão: contribuir e impulsionar o desenvolvimento do turismo sustentável da Costa das Baleias através da articulação e integração dos órgãos governamentais, entidades empresariais e da sociedade civil e, da proposição de políticas, planos e projetos. O Conselho Municipal de Turismo da cidade foi constituído pela Lei 419/2007.

Foi elaborado em 2004 para a Costa das Baleias o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS), estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com o apoio da Superintendência de Desenvolvimento Turístico (SUINVEST), por solicitação da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia. O plano foi estruturado em sete tópicos, a saber: Avaliação do PRODETUR NE I; Diagnóstico da área de planejamento; Matriz SWOT; Estratégias de desenvolvimento turístico; Quadros prospectivos; Planos de ação e Participação da comunidade.

Já em 2010 o MTur, o SEBRAE e as instâncias de governanças do turismo regional, financiaram e produziram o Plano Estratégico de Marketing Turístico da Costa das Baleias, documento norteador para os municípios e empresários promover e comercializar o turismo regional.

Os deslocamentos de pessoas para fazerem transações comerciais ocorrem deste a antiguidade. Pela sua característica geográfica e importância economia na região de Extremo Sul da Bahia, Teixeira de Freitas vem se despontando pelo Turismo de Negócios, bem como o turismo de Saúde e de Estudos e Intercambio, considerando a infraestrutura que considerando a infraestrutura que tem dos hospitais, clínicas, laboratórios, e das faculdades públicas e

privadas que atende os municípios do entorno. Sobre o Turismo de Negócios e Eventos, Mtur considera:

Turismo de negócio e eventos compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, técnico, científico e social. (BRASIL, p. 46, 2006)

O segmento de Turismo de Negócios é um dos que mais cresce na cidade de Teixeira de Freitas, estimulando a abertura de novas empresas no ramo de hotéis e restaurante.

Andrade (2007), assim define turismo de eventos.

O turismo de eventos se caracteriza como um conjunto das ações definidas previamente, gerando um acontecimento, o evento pode desempenhar funções importantes, tais como: disseminar conhecimento, oferecer lazer e entretenimento, estimular negócios, movimentar a economia da localidade onde ele acontece e conscientizar as comunidades. (ANDRADE, p.99, 2007)

Referencial Teórico

A Lei Geral das MPE's

O artigo 146 da Constituição Federal do Brasil, determina que: Cabe à lei complementar: [...] III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre: [...] d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte [...]. Os artigos 170 e 179 da Constituição Federal do Brasil determinam que União, Estados, Distrito Federal e Municípios deveriam dar tratamento favorecido e diferenciado aos pequenos negócios.

A lei complementar 123/2006, conhecida com Estatuto das Micro e Pequenas Empresas, foi uma conquista das entidades representativas das micro e pequenas empresas para que elas pudessem ter nos municípios um atendimento diferenciado e favorecido.

Após 18 (dezoito) anos de discussão a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas foi sancionada em 2006. Em 2014, depois de 08 (oito) anos da sanção da lei ainda tem 3.895 dos municípios no Brasil sem a devida regularização dos benefícios às empresas. A Lei Geral das MPEs, visa estimular e promover o desenvolvimento municipal, através de ação direta do gestor público. Os pequenos negócios, nos vários segmentos, dão dinamicidade à economia dos municípios brasileiros.

O SEBRAE / CNM (2012) publicou um manual de Boas Práticas Municipais na aplicação da Lei Geral das MPEs considerando quatros dos 14 capítulos da lei, a saber:

Desburocratização, Empreendedor Individual, Compras Públicas e Agente de Desenvolvimento, contudo em 2014 dos 5.570 municípios no Brasil, 1.675 tem a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas implementada, na Bahia dos 417 municípios, 102 estão com a lei implementada.

A capacidade institucional dos agentes implementadores; problemas de natureza política; boicotes realizados por agentes do estado negativamente afetado pela política são problemas enfrentados na operacionalização de políticas públicas, dificultando que o governo alcance os objetivos estabelecidos. Ruas assim define o quem vem a ser a fase da implementação de políticas públicas:

A implementação, portanto, compreende o conjunto dos eventos e atividades que acontecem após a definição das diretrizes de uma política, que incluem tanto o esforço para administrá-la, como seus substantivos impactos sobre pessoas e eventos. (RUAS, p. 94, 2009)

Acompanhar o planejado visando fazer o registro dos fatos que possam influenciar no desvio do percurso a ser seguido é de fundamental importância na gestão de qualquer ação, projeto ou programa. Para Ruas o monitoramento é apoiado a tomada de decisão:

Todo monitoramento tem de incluir os procedimentos para a imediata apropriação dos achados produzidos e sua incorporação ao processo da gestão. É o exame contínuo de processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas. (RUAS, p. 111, 2009)

No artigo 77 da Lei Geral das MPE's, sancionada em 14 de dezembro de 2006 traz o seguinte texto:

Promulgada esta Lei Complementar, o Comitê Gestor expedirá, em 6 (seis) meses, as instruções que se fizerem necessárias à sua execução. § 1º O Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria da Receita Previdenciária, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão editar, em 1 (um) ano, as leis e demais atos necessários para assegurar o pronto e imediato tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte.

A implementação da lei é uma obrigação legal, e o prazo para os municípios fazerem a implementação venceu em 2007. Dessa forma tanto o ministério público ou os empresários que se sentirem lesados pelo fato de não terem os benefícios da lei, podem acionar juridicamente o prefeito municipal por descumprimento da lei. O direito público obriga aos agentes público a cumprir somente o que consta em lei, contudo, não cumprir a lei é um ato que dever ser punido. O administrador público, em consonância com o inciso II, do artigo 11,

da Lei nº 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

...

II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

O ambiente em que se formula e executa as ações nem sempre é o mais favorável, havendo conflito de interesse. A análise empírica de políticas públicas revela que os formuladores de política operam em um ambiente carregado de incerteza que se manifestam em vários níveis (Silva e Melo 2000, p.9). Já para Wildavsky (1979, p. 15), a Análise de Política é uma empreitada multidisciplinar que visa interpretar as causas e consequências da ação do governo.

O envolvimento dos interessados, stakeholders, na formulação e execução das políticas públicas dará maior controle social, legitimidade e sustentabilidade nas ações a serem desenvolvidas. Mitigando assim, alguns problemas que surgem na sua operacionalização, a saber: falta de conhecimento teórico dos formuladores, ambiente onde não se pode prever contingência, falta de uma postura que estimule a inovação e criatividade, cumprindo rigorosamente somente o que está escrito.

Visando auxiliar a efetivação da política pública, Lei Geral das MPE's, o Sebrae após diversos alinhamentos e considerando os principais capítulos da Lei Geral das MPE's, criou um sistema onde é possível evidenciar se a lei saiu ou não do papel, se o município esta executando, os artigos da lei.

O Sistema de Monitoramento da Lei Geral vem de encontro, ao último ciclo da formulação de uma política pública, que é avaliar se a intenção do governo está dando resultados para os beneficiários, as empresas e por consequência a população com os benefícios diretos e indiretos em decorrência da execução da lei. O Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros tem um sitio na internet, <http://app.pr.sebrae.com.br/leigeralnacional>, o qual pode ser acessado por qualquer empresário e pela população.

O Monitoramento da Lei Geral das MPE's focou em quatro eixos estratégicos: Uso do poder de compra; Desburocratização; Empreendedor Individual e Agente de Desenvolvimento, que abarcaria os mais importantes capítulos da Lei Geral das MPE's,

estando estes em efetiva atuação nos municípios, é possível dizer que o processo de desenvolvimento e apoio às empresas estava acontecendo.

Para cada eixo da regulamentação foram atribuídas necessidades de comprovação das ações, as evidências, conforme estabelecida na lei, bem como foram estabelecidos pontuação. Sendo: Uso de Poder de Compras, até 4,3 pontos; Desburocratização, até 2,3 pontos; Empreendedor Individual, até 2 pontos e Agente de Desenvolvimento, até 1,4 pontos.

A avaliação de cada um desses eixos dará a partir do acompanhamento e monitoramento da ação pública sob quatro aspectos: regulamentação; operacionalização; esforço e resultados.

Será apresentado neste artigo os impactos que a Lei Geral das MPEs promoveram no segmento de turismo em Teixeira de Freitas.

Autores como Franco (1998) tem uma visão mais ampla do processo de desenvolvimento de um território, seja estado ou município, considera que o desenvolvimento local integrado e sustentável é um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais, FRANCO (1998).

Para Milani (2003), o desenvolvimento local não acontece descontextualizado das influências regionais e nacionais, as iniciativas locais são necessárias mais a percepção do entorno é fundamental.

Pensar o desenvolvimento implica extravasar o local limitado por espaços geográficos e pensar sua identificação a partir da desconstrução da falta antinomia entre micro e o macro. O local constitui-se em território (levado a que alguns pensem mais bem em termos de desenvolvimento territorial) e conduz-nos a analisar a endogenia (o desenvolvimento local torna efetivos e dinamiza potencialidades locais próprias) e a particularidade (fatores locais) do contexto em que se situa. O local é, nesse sentido, construído social e territorialmente, é delimitado pela permanência de um campo estável de interação entre atores sociais, econômicos e políticos. (MILANI, p. 11, 2003)

Os prefeitos durante o I Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, promovido pela Frente Nacional de Prefeitos em Brasília, de 27 a 29 de março de 2012, divulgaram uma carta intitulada Carta dos Municípios Brasileiros pelo Desenvolvimento Sustentável, contendo cinco desafios o terceiro é a Constituição, pelo poder público, de bom ambiente para o desenvolvimento local sustentável, onde está escrito:

É dever dos municípios assumir a condição de indutores e reguladores do desenvolvimento em seu território, favorecendo a adoção de práticas econômicas e processos produtivos inovadores. Para isso, é necessário buscar a inclusão produtiva das pessoas, reorganizando a legislação local para facilitar o desenvolvimento dessas atividades, facilitando a formalização dos empreendedores individuais. (FNP, p.3, 2012)

O SEBRAE (2005) considera cidades empreendedoras como sendo aquelas capazes de estabelecer prioridades, direcionar recursos para obras fundamentais consideradas estratégicas para fomentar o empreendedorismo e executá-las, coordenar esforços entre diferentes níveis de governo para captar recursos, estimular a participação da sociedade, estimular os pequenos negócios e se articular regionalmente em consórcios ou agências de desenvolvimento regional.

A Marcha a Brasília em defesa dos municípios que ocorre destes 2003, é um movimento para solicitar ao governo federal mais condições para que os municípios executem suas políticas públicas e tenha condições de atender os seus munícipes, incluindo aí os empreendedores.

O município e o gestor público tem um papel fundamental na indução do desenvolvimento econômico e social. Sendo indutor do desenvolvimento de várias formas: seja agindo como regulador, investidor quando usa seu poder de compra para priorizar as micro e pequenas empresas, ou quando no seu planejamento determina qual setor da economia irá priorizar, na sua formulação dos projetos e ações do seu governo.

A sociedade é complexa, tem necessidade ilimitada e os recursos dos órgãos públicos são limitados, o que exige cada vez mais eficiência na aplicação dos recursos disponíveis. Entender os problemas e os métodos de solucioná-los deveria ser competências básicas de todo gestor público

A forma como o Estado se organiza e trata as questões de interesse público é influenciada pelas aspirações e o nível de organização da população. A avaliação das ações do governo, como parte da estratégia de modernização da gestão pública é uma adequação do Estado para atender um novo perfil de sociedade.

É no município que o processo de desenvolvimento se dá, e os atores locais têm mais condições de catalisar as oportunidades, é também no município que os problemas sociais estão. Processos mais integrados torna a gestão pública mais eficiente diminuindo os custos para as empresas e da máquina administrativa.

O turismo é uma atividade comercial própria da iniciativa privada, contudo, o poder público tem o papel fundamental na formulação de políticas e ações, na organização e

articulação com as partes interessadas, o trade, garantindo infraestrutura na cidade e apoiando a promoção e qualificação dos profissionais do setor. Ações essas, que o atual gestor da cidade de Teixeira de Freitas, adotou através do Projeto Teixeira de Freitas Empreendedora, Minha, sua e de todos nós. Será detalhada em outra parte deste artigo.

A Organização Mundial do Turismo (1999), assim classifica a atividade:

Turismo sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro. (BRASIL, p.27, 2007)

A partir da sua pujança econômica e localização geográfica privilegiada, Teixeira de Freitas, a partir da segmentação de Turismo de Negócios vem justificando o incremento da hotelaria, alimentos & bebidas e dos demais diversos do comércio e serviços, em relação aos outros 12 municípios que compõem o território de identidade do Extremo Sul.

O turismo, em suas diversas variedades, constitui uma excelente oportunidade de negócios para a maioria dos municípios brasileiros. Trata-se da atividade econômica que mais cresce no mundo e que movimenta diversos segmentos empresariais e os setores da economia (agropecuária, indústria, comércio e serviços). Além de lazer e entretenimento, há também, em expansão acelerada, o chamado turismo de negócios, como a realização de eventos específicos, a exemplo de exposições agropecuárias, férias setoriais e rodadas de negócio (SEBRAE, p.44, 2013).

O Índice de Competitividade do Turismo Nacional, Destino Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional Relatório Brasil 2013, que está na sua 5ª edição é um instrumento que possibilita medir as políticas públicas do governo federal para o setor do turismo, com 13 indicadores, o estudo é fruto de uma parceria do Ministério do Turismo, o Sebrae e a Fundação Getúlio Vargas.

Para Beni (2006) o turismo é uma atividade social que implica decisões de caráter emocional e de custos de viagens:

Turismo é um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica, que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios. (BENI, p.37, 2006)

As Micro e Pequenas Empresas - MPE's

Na visão de Koteski (2004), as micro e pequenas empresas desenvolve um papel importante na sociedade pela sua capacidade de geração de emprego e sua capilaridade no território nacional:

As micro e pequenas empresas são um dos principais pilares de sustentação da economia brasileira, quer pela sua enorme capacidade geradora de empregos, quer pelo infindável número de estabelecimentos desconcentrados geograficamente. (KOTESKI, p. 16, 2004)

Quanto à conceituação de micro e pequenas empresas, não há unanimidade, devido sua classificação ter diferentes motivações: estudos, pesquisas, regulamentação, crédito, etc. Cada stakeholders a classifica de uma forma. Os critérios variam entre os setores de atuação das empresas, número de pessoas e faturamento. Abaixo uma classificação de empresas segunda a Lei Geral das MPEs e o BNDES, onde é levado em consideração o faturamento do negócio:

Classificação	BNDES	Lei Geral das MPE's
	Receita operacional bruta anual	Receita operacional bruta anual
Empreendedor Individual		Até 60.000,00
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões	Até 360.000,00
Pequena empresa	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões	De 360.000,01 até 3.600.000,00
Média empresa	Maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões	
Média-grande empresa	Maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões	
Grande empresa	Maior que R\$ 300 milhões	

Figura 1: Classificação de empresas pelo BNDES

Fonte: Website Porte de Empresa BNDES <http://www.bndes.gov.br> Acesso em 22 Mar. 2014

Lei Geral 123/2006

Para o IBGE (2003), as principais características das micro e pequenas empresas são:

i) baixa intensidade de capital; ii) altas taxas de natalidade e de mortalidade: demografia elevada; iii) forte presença de proprietários, sócios e membros da família como mão de obra ocupada nos negócios; iv) poder decisório centralizado; v) estreito vínculo entre os proprietários e as empresas, não se distinguindo, principalmente em termos contábeis e financeiros, pessoa física e jurídica; vi) registros contábeis pouco adequados; vii) contratação direta de mão de obra; viii) utilização de mão de obra não qualificada ou semiquificada; ix) baixo investimento em inovação tecnológica; x) maior dificuldade de acesso ao financiamento de capital de giro; e x) relação de complementaridade e subordinação com as empresas de grande porte. (IBGE, p. 18, 2003)

Há empreendedores que se queixam do excesso de formalismo para empreender no Brasil, chegando muitas das vezes inviabilizar o negócio ou estimulando que o empreendedor procure outro ambiente mais favorável, outra cidade, para implantar seus negócios.

No Brasil o excesso da burocracia se torna uma grande barreira para a abertura e ampliação dos negócios, impactando no desenvolvimento econômico e social do país e dos municípios. O processo para a abertura de empresas, envolvendo 12 órgãos das 03 esferas de governo, com um custo médio é de R\$ 2.038,00, (FIRJAN, 2010). Para um negócio de pequeno porte se trata de um valor significativo.

Em novembro de 2013, na cidade de Campinas no Estado de São Paulo a presidenta Dilma Rousseff assinou o contrato com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) para a construção do Portal Empresa Simples, com previsão funcionamento em junho de 2014, o portal visa reduzir para 05 dias o tempo de abertura de empresa, estima-se que 8 milhões de negócios serão beneficiados. (PORTAL BRASIL, 2013)

Em 1º de agosto de 2013, o Ministro de Estado Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, encaminhou carta aos prefeitos apresentando o documento PPA Municípios – É hora de incluir o Desenvolvimento Local nas prioridades do seu município. O Programa Plurianual é um instrumento de planejamento onde os prefeitos podem construir ações e projetos visando promover benefícios para a população.

Municípios que entenderam a importância do desenvolvimento, através das micro e pequenas empresas, conseguem mais êxito. Uma vez que as micro e pequenas empresas representam 99% das empresas existentes nos municípios e 60% dos empregos gerados, segundo dados IBGE, Dieese, Sebrae Nacional (2013).

As micro e pequenas empresas representam 20% de toda a riqueza que é produzida no país, representa 99% das empresas formalizadas e empregam 60% dos trabalhadores, conforme IBGE, Dieese, Sebrae Nacional (2013):

Dados do Censo Empresarial de Teixeira de Freitas, realizado em 2013, revelam que são 4.190 estabelecimentos formais e informais localizados na cidade.

A última pesquisa GEM - Global Entrepreneurship Monitor (2013), estudo realizado em mais de 80 100 países sobre empreendedorismo, revela que 71% dos brasileiros empreendem por oportunidade, melhor índice dos últimos 12 anos, e somente 28% montam um negócio por necessidade. Este fato demonstra que mesmo com todas as dificuldades para a formalização dos negócios, o Brasil é um país de pessoas empreendedoras. Colaboram para o índice de 71% de empreendedores por oportunidade, os seguintes fatores: aumento da escolaridade dos brasileiros; a expansão do mercado interno e as baixas taxas de desemprego;

assim como, a melhora do ambiente legal, compreendendo a implementação da Lei Geral, a criação da figura do Empreendedor Individual e a ampliação dos limites de faturamento das micro e pequenas empresas no Simples Nacional.

Ainda segundo dados da pesquisa GEM, o Brasil, por esse índice, empreender por oportunidade, esta na frente de alguns países do BRICS, tendo: 61% dos empreendedores da Índia empreender por oportunidade, contra 65% dos empreendedores da Rússia, 66 % na China e 70% dos empreendedores da África do Sul empreendem por oportunidade.

Abordagem Metodológica

Com dados empíricos, a pesquisa foi realizada a partir da coleta de dados primários com realização de entrevistas com membros do Comitê Gestor da Lei Geral das Micro e Pequena Empresas – COMGEMPE e membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, no período de 24 a 25/03/2014.

Para a análise dos dados utilizam-se dos tipos qualitativa e quantitativa, por entendermos que o método misto ser o mais adequado, para responder ao objetivo pesquisado. Como base conceitual foi utilizada a Lei Complementar 123/2006. Utilizou-se como procedimento metodológico levantamento de informações secundárias, através de pesquisas em publicações técnicas, revistas, livros e sites institucionais; elaboração de roteiros para coleta de dados; pesquisa direta com os representantes das entidades; tabulação e análise dos dados; estruturação de textos e figuras, e relatório final.

As principais fontes de pesquisa foram os módulos do Curso Gestão Pública Municipal, em especial o módulo de Políticas Públicas, elaborado pela Prof^a Dra. Maria das Graças Ruas, bem como autores como Augusto de Franco; Estatuto das Micro e Pequenas Empresas.

Em Franco e Ruas (1998), foram coletados conceitos e entendimento sobre desenvolvimento local e as formulações de políticas públicas, respectivamente.

Os dados referentes ao processo de mobilização e sensibilização dos empresários e sociedade em geral quanto as necessidades do país ter um ambiente mais favorável para a implantação de negócios foram fornecidas pelo SEBRAE. O monitoramento da lei geral que é feito pelo SEBRAE, dando uma contribuição para a sociedade no acompanhamento e apoio aos municípios para a sua efetiva implementação da lei.

Na FIRJAN e CNM, foram coletados dados sobre a burocracia para a abertura de negócios, seus custos e entraves que prejudicam a competitividade do país, bem como a postura nos novos prefeitos quanto ao seu papel no processo de desenvolvimento que passa pelos municípios.

Na Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas (PMTF), foi coletada informações referente a execução do Projeto Teixeira de Freitas Empreendedora denominada Minha, sua e de todos nós.

Resultados da Pesquisa

Em Teixeira de Freitas, pelo Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros, 03 (três) dos 04 (quatro) eixos da lei, foram implementados, sendo: Agente de Desenvolvimento, Empreendedor Individual e Desburocratização.

Das 27 (vinte e sete) ações mapeadas, que foram desenvolvidas pelo município, visando o fortalecimento da economia, 13 (treze) delas tem impacto direto no segmento do turismo. Abaixo evidencia-se as ações realizadas e classificadas conforme os eixos de implementação da Lei Geral.

Eixo 01	Conceito
Uso do poder de compras	Adequar seu processo licitatório de acordo com as orientações da Lei Geral, fomentar a economia local via compras junto às micro e pequenas empresas, com o monitoramento dos resultados.
Ações realizadas pelo município: <ul style="list-style-type: none">• As licitações no município são todas presenciais; aproximadamente 72% dos fornecedores do município são Micro e pequenas Empresas; o volume de contratos assinados no ano de 2013 foi em torno de R\$ 22 milhões;	
Eixo 02	Conceito
Desburocratização	Agilizar a abertura de empresas (não ultrapassar 20 dias) e seguir as orientações do CGSIM, além de emitir alvará provisório e definir atividades de grau de risco, conforme indicado na Lei Geral
Ações realizadas pelo município: <ul style="list-style-type: none">• Criação do Comitê Gestor da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas – COMGEMPE;• Renovação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR;• Incentivo a Acesso a Crédito através do Credibahia, com R\$ 2.273.000,00 financiados para as MPEs em 2013;	

Figura 2: Eixos para Implementação da Lei Geral das MPE's 1

Fonte: Adaptação do autor

Manual de Evidências Indicador de Implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, SEBRAE, 2011. Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas, 2013

Nos eixos uso de poder de compras e desburocratização, evidencia a realização de ações visando a economia local, contudo, na pesquisa direta, há críticas de que o COMGEMPE foi instituído, contudo, não há reuniões periódicas.

Eixo 03	Conceito
Empreendedor Individual	Manter a cobrança do IPTU residencial para os empreendedores individuais formalizados, bem como dispensar a cobrança do Habite-se e monitorar a inserção dos EI na base de empresas.
<p>Ações realizadas pelo município:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação da Sala do Empreendedor; • Qualificação nas áreas de gestão; inovação e tecnologia; acesso ao mercado e acesso a crédito, a 300 pequenos empreendimentos; • Semana do Empreendedor Individual, com capacitação de 411 Empreendedores Individuais; • Seminário para Empreendedor 	
Eixo 04	Conceito
Agente de Desenvolvimento	Dispor de um plano de trabalho para o Agente de Desenvolvimento nomeado, ou fortalecer uma estrutura organizacional (fórum, secretaria) que desempenhe funções previstas para o AD
<p>Ações realizadas pelo município:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nomeação do Agente de Desenvolvimento; • Realização do Diagnóstico – Contextualização da Economia do Município; • Divulgação e socialização dos principais problemas e necessidades da economia do município e descentralização da gestão; • Execução do Projeto de Desenvolvimento da Economia Local; • Censo Empresarial; • Circuito Empresarial - capacitação e mobilização de 1500 empresários e entidades de classe; • Cursos de gastronomia, qualificação de 315 profissionais para suprir as necessidades na área de gastronomia; • Feira da Economia Solidária, com 55 Expositores de diversos materiais como: trabalhos de E.V.A, bichinhos e bonecos de tecido, arte em jornal, pintura em tecido e bordado, cerâmica, biscuit, arte em feltro, MDF, bolsas, tapetes, pintura de rosto, escultura de balões, panos de pratos e boca, bolsas, toalhas com fitas, bordados e almofadas de tecidos. • Feira de Artesanato da Economia Criativa; • Feira da Economia Solidária; • Festa da Cidade; • 31ª Expô Agropecuária; • 1º Festival Gastronômico; • Natal - Luzes de Teixeira; • Realização da Oficina Produção Associada ao Turismo; • Encontro Empresarial Hospedagem e Gastronomia. • Convênio com a Fazenda Cascata, espaço de educação ambiental e turismo; • Capacitação e orientação de cerca de 300 pequenos empresários; 	

Figura 3: Eixos para Implementação da Lei Geral das MPE's 2

Fonte: Adaptação do autor

Manual de Evidências Indicador de Implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, SEBRAE, 2011. Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas, 2013.

Nos eixos: Empreendedor Individual e Agente de Desenvolvimento de houveram o maior número de ações realizadas pelo município na a busca de fomentar negócios.

Nos dias 24 e 25/03/2014 foram realizadas entrevistas, com 08 (oito) membros integrantes do Conselho Municipal de Turismo e do Comitê Gestor da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, sendo 04 (quatro) membros representantes do setor público, 03 (três) membros representantes do setor privado e 01 (hum) membro representante do legislativo municipal.

As respostas das entrevistas foram formatadas em tabelas as quais serão apresentadas e discutidas a seguir:

1 - Conhece a Lei Geral das MPE's?
<ul style="list-style-type: none">• Sim: 07• Não: 01
2 - Quais são os impactos da Lei Geral na Economia da cidade de Teixeira de Freitas?
<ul style="list-style-type: none">• Apoio da gestão pública às MPEs;• Formalização de parcerias para atendimento às MPEs, através de um Programa de Desenvolvimento Econômico;• Compras Públicas;• Desburocratização da abertura das empresas, através do REGIN;• Sala do Empreendedor em funcionamento;• Diretoria do Comércio com um Agente de Desenvolvimento capacitado;• Instalação do Comitê Gestor Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas – COMGEMPE;• Isenção de taxas municipais para abertura de negócios, com 06 (seis) mil empreendedores beneficiados;• Fomento na realização de eventos na cidade a exemplo do Natal – Luzes de Teixeira;• Fortalecimento da Secretaria de Indústria e Comércio;• O impacto foi muito pequeno, um setor de farmácia procurou o município para resolver questões do setor e não foi atendido pelo município. Quando o COMGEMPE foi procurado para intervir;• No ano de 2013 o município comprou R\$ 22 milhões, com um impacto direto e indireto nas MPEs;• Houve impacto, bem positivo, pouco percebido pelo poder público e pelos comerciantes. Por não ter havido ainda um mensuração da lei;
3 - A implementação da Lei Geral contribuiu em 2013 para o fortalecimento do setor do turismo?
<ul style="list-style-type: none">• Sim: 05• Não: 03

Figura 4: Entrevista Lei Geral 1
Fonte: Pesquisa direta, Mar. 2014.

Obseva-se na figura a cima que, 87% dos entrevistados afirmaram conhecer a Lei Geral das MPEs. Perguntado se a lei contribuiu no ano de 2013 para fortalecer o setor do turismo, 62,5% responderam positivamente.

4 - É possível identificar os benefícios da Lei Geral das MPEs para o setor do turismo. Se sim, quais?
<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas ficaram mais esperançosas em montar seus negócios; • Formalização dos empreendedores ambulantes na Praça da Bíblia, que atendem clientes de toda região; • Realização de eventos, com aumento do número de turista na cidade; • No Natal aumentou o fluxo de pessoas na cidade; • Retorno das atividades da Câmara de Turismo da Costa das Baleias; • Realização do Festival Gastronômico • Retomadas dos trabalhos do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR • Com a realização do Planejamento Estratégico do Turismo foi possível que o município fizesse vários eventos a exemplo Festival Gastronômico; • Não. Teixeira de Freitas não é uma cidade turística.
5 - Considerando o ano de 2013 em relação ao ano de 2012 houve alteração do apoio do governo municipal para o fortalecimento da economia local?
<ul style="list-style-type: none"> • Hoje há Secretária de Desenvolvimento Econômico tem evidências de trabalhos realizados; • Convênio para fortalecer a economia local; • Autonomia da Secretaria de Desenvolvimento Economia para fomentar negócios no município; • Eventos para apoiar as micro empresa como o Festival de Gastronomia e o Natal realizados em 2013; • Fez a Lei Geral das MPEs sair do papel; • Constituição do Comitê Gestor da Lei Geral das MPEs; • Hoje há um olhar de envolvimento social no planejamento do município, com atores sociais envolvidos em todo esse processo; • Aumentou o volume de pessoas na região para comprar mais na cidade;

Figura 5: Entrevista Lei Geral 2

Fonte: Pesquisa direta, Mar. 2014.

Os entrevistados consideraram que houve mudanças positivas do governo municipal quanto a implementação de ações visando o desenvolvimento da economia da cidade. E citou como ações positivas para o turismo a realização de eventos.

6 - Aspectos positivos na implementação da Lei Geral das MPE's:
<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação entre Gestão Pública x Empresariado. Estabeleceu-se um canal de comunicação com estes setores; • Mais confiança dos empreendedores em abrir seus negócios no município; • Ajuda do governo municipal; • O foco das entidades empresariais no comércio. Esqueceu a politicagem; • União das entidades empresariais favoreceu o desenvolvimento do comércio; • A prefeitura esta tentando agir de maneira mais concreta para incentivar as MPEs; • Atuação das entidades na formação do Comitê Gestor da Lei das MPEs; • Bom relacionamento do poder executivo com o legislativo; • Decisão do prefeito em implementar a Lei Geral das MPEs;
7 - Aspectos negativos na implementação da Lei Geral das MPE's:
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a comunicação entre os setores do município, a burocracia ainda é muito grande. Têm-se a expectativa que o REGIN possa ajudar a criar uma rede de parcerias entre estes setores; • A prefeitura deveria tomar medidas mais ativas quanto a valores cobrados as MPEs. Com cobrança de alvará, taxa de localização com aumento do valor, as taxas são muito altas, aumentou o valor sem consultar nenhum órgão; • Maior entendimento do empresário e das entidades empresariais quanto aos benefícios da lei; • Pouco conhecimento do empresariado da existência da Sala do Empreendedor;

- Campanha mais esclarecedora, levar a toda a sociedade os aspectos da Lei Geral das MPEs;
- Mudança da equipe do setor de licitação, tendo que recomeçar o trabalho com a nova equipe;
- As entidades e as empresas desconhecem a legislação para cobrar e exigir seus direitos;

Figura 6: Entrevista Lei Geral 3
Fonte: Pesquisa direta, Mar. 2014.

Os pesquisados também informaram pontos positivos e oportunidades de melhorias para o avanço das ações visando a implementação da Lei Geral no município. Pode-se destacar como ponto de melhoria um maior envolvimento da comunidade empresarial em conhecer a lei e seus benefícios.

Considerações Finais

Os impactos da implementação da Lei Geral das MPE's do segmento de turismo em Teixeira de Freitas são percebidos pela maioria (67,5%) dos entrevistados. Com ações de capacitação empresarial e profissional, envolvendo empresários, funcionários das empresas e pessoas que estão sendo qualificação para o mercado de trabalho. Assim, como as ações de promoção e marketing da cidade, trazendo fluxo turístico, movimentando a economia e atraindo novos negócios para o município.

Pelas ações aqui expostas, nota-se que a cidade de Teixeira de Freitas tem estimulado o empreendedorismo, fazendo estudo e levantamento de potencialidades econômicas; estimulando e capacitando os empreendedores; divulgando e promovendo a cidade, estimulando assim o fluxo de turística e negócios para o município.

O processo de planejamento e execução das atividades da administração pública municipal, focada no desenvolvimento da economia, vem sendo trabalhado no município, com parcerias, envolvimento da sociedade e busca por resultados. Demonstração que os agentes públicos cumpriram sua missão institucional quando cria um ambiente mais favorável para o surgimento e ampliação de negócios.

O processo de convencimento do poder público municipal, para a implementação de políticas públicas, passa por uma maior participação da sociedade. O fortalecimento do COMTUR e do COMGEMPE, pode ser mais um espaço para empoderar essa sociedade.

O estudo das temáticas Turismo e Lei Geral merecem serem aprofundados, não é objetivo deste artigo finalizar a discussão. São temas importantes que influenciam o processo de desenvolvimento das cidades.

Percebeu-se a necessidade de dar maior conhecimento aos empresários e a comunidades sobre os benefícios que a Lei Geral pode trazer. Um esforço que pode ser empreendido pelas entidades empresariais.

Em conformidade com a pesquisa realizada, foi considerada que a realização de eventos na cidade, a reativação do Conselho Municipal de Turismo e as capacitações realizadas, foram os principais impactos que a Lei Geral das MPEs promoveu no segmento do turismo.

Referências Bibliográficas

FRANCO, A. **Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável; Dez consensos;** PROPOSTA – Revista Trimestral de Debate da FASE - Nº 78; Rio de Janeiro: FASE. 1998.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 130p. : il.

Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), **Boas Práticas Municipais na Aplicação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas /** Vários autores – Brasília, 2012. 164 p.

Políticas públicas municipais de apoio às micro e pequenas empresas / [organização Ricardo W. Caldas e Silvério Crestana]. 1. ed.- São Paulo: SEBRAE, 2005.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Quanto custa abrir uma empresa no Brasil. **Estudos para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro,** Rio de Janeiro, FIRJAN, n. 6, jun. 2010.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Guia do Prefeito Empreendedor –** Gestão Municipal 2013 – 2016 10 passos e 100 ações – Agenda de Compromissos com os Pequenos Negócios para a Geração de Emprego e Renda. Brasília: SEBRAE, 2013.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Manual de Evidências Indicador de Implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.** Brasília: SEBRAE, 2011.

PMTF – Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas. **Projeto Teixeira Empreendedor: Minha, sua e de todos nós.** Teixeira de Freitas, PMTF. 2013.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amauru, **Introdução a Administração –** 5 ed. rev. e ampl. – São Paulo, Atlas, 2000.

Miranda, Cecília. **Responsividade Democrática e a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas - um olhar sobre o sistema de monitoramento de implementação.** Revista de Desenvolvimento Econômico e Territorial, Brasília: SEBRAE, 2ª Edição, jul 2013.

KOTESKI, M. A. **As micro e pequenas empresas no contexto econômico brasileiro.** Revista FAE Business, n. 8, maio 2004.

IBGE. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil: 2001.** Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade/** Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007. 126 p.: il.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo – Marcos Conceituais.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

MTUR, **Índice de competitividade do turismo nacional: destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: relatório Brasil 2013 /** Coordenação Luiz Gustavo Medeiros Barbosa. – Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2013. 92 p.

BENI, Mario. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: SENAC, 2000.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e Desenvolvimento: Planejamento e Organização.** 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005 p. 95.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **Trabalho apresentado na IV Conferência Regional ISTR-LAC, São José, Costa Rica.** 2003.
Website **Portal do Desenvolvimento:** <http://www.portaldodesenvolvimento.org.br/> Acesso em 04 Mar. 2014.

Website **Lei Geral:** <http://www.leigeral.com.br> Acesso em 08 Mar. 2014.

Website **Monitoramento da Lei Geral:** <http://app.pr.sebrae.com.br> Acesso em 05 Mar. 2014.

Website **Estatuto das Micro e Pequenas Empresas.** <http://www.comprasnet.gov.br> Acesso em 08 Mar. 2014.

Website **Mapa das Micro e Pequenas Empresas.** <http://www.brasil.gov.br> Acesso em 05 Mar. 2014.

Website **Carta dos Municípios Brasileiros pelo Desenvolvimento Sustentável.** Frente Nacional de Prefeitos <http://www.encontrodesenvolvimento.fnp.org.br> Acesso em 08 Mar. 2014.

Website **Porte de Empresa BNDES** <http://www.bndes.gov.br> Acesso em 22 Mar. 2014

Website **Portal Brasil - Dilma ressalta a importância do micro e pequeno empreendedor** <http://www.brasil.gov.br> Acesso 22 Mar. 2014

Implicações da violência sexual sofrida por crianças e adolescentes no decorrer da vida.

**Implications of sexual violence suffered by children
and teenagers during their lives.**

ANA PAULA DOS SANTOS MOTA

*ARILMA DE SOUZA FERREIRA

FACULDADE ANÍSI O TEIXEIRA EM FEIRA DE SANTANA-BA.

RESUMO

A temática inclui as implicações da violência sexual sofrida por crianças e adolescentes no decorrer de suas vidas. O objetivo desse estudo foi detectar e analisar as implicações e apontar as mudanças comportamentais de crianças e adolescentes relacionado a família e a sua vida social. Este presente estudo constitui-se numa revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa do tipo exploratório e descritivo. Foram analisados artigos científicos publicados entre o ano de 2001 a 2011, e que estão disponíveis na base de dados SCIELLO nas revistas de enfermagem Texto e Contexto e REBEN- Revista Brasileira de Enfermagem, que tratam a respeito da temática. Contudo, foi possível observar que na grande maioria dos casos, os vitimadores são pessoas bem próximas à vítima, o que aumenta as sequelas das mesmas, porém quando esse abuso parte de desconhecido, em sua maioria vem acompanhado de outros tipos de violência, como por exemplo, a violência física podendo levar até a morte. Concluímos que a violência sexual contra crianças e adolescentes tem se constituído um grave problema de saúde pública e que muito tem prejudicado as vítimas causando um impacto bastante considerável a nível psicológico, no desenvolvimento físico, nos laços familiares e afetivos e em sua vida social.

Palavras chave: Violência sexual; crianças; adolescentes.

ABSTRACT

The theme includes the implications of sexual violence suffered by children and teenagers during their lives. The aim of this study was to detect and analyze the implications and point

the behavioral changes in children and adolescents relating to the family and social life. The present research constitutes of a literature review with a descriptive and qualitative exploratory. Were analyzed scientific articles published between the years 2001-2011. That is available in the database SCIELLO, Nursing Journals Text and Context - NJTC and Brazilian Journal of Nursing BJN, which treat of the theme. However, it was observed that in most cases the victimizers are people very close to the victim, which increases the consequences of the same, but when this abuse rise of the unknown most often are followed by other types of violence such as physical violence lead to the death. We conclude that sexual violence against children and adolescents has been constituted a serious public health problem and that has been harmed victims causing impacts on psychological level, physical development, affectives and family bonds and in their social life.
Keywords: Sexual violence; children; teens.

INTRODUÇÃO

A infância é um período em que se desenvolve grande parte das potencialidades humanas. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (1990), é considerado criança, a pessoa na faixa etária de 0 a 12 anos e adolescente de 12 a 18 anos. Já o Ministério da Saúde afirma ser adolescente uma pessoa na faixa etária de 12 a 19 anos (BRASIL, 2002).

A criança passa por processo de formação física e psicológica desde o ventre materno dando continuidade do nascimento até a puberdade. Esse período é importantíssimo na determinação de como será o futuro desta criança. Os distúrbios que incidem nessa época são responsáveis por graves consequências para indivíduos e comunidades.

A adolescência é compreendida como um período da vida onde a pessoa passa por varias transformações, tanto físicas como psicológicas. Todas essas transformações veem acompanhadas de mudanças comportamentais que na maioria das vezes são de difícil compreensão por parte da família e demais pessoas que convivem com o adolescente.

Segundo Castro Filho *et al* (2006), para compreender melhor as peculiaridades desta faixa etária, é importante ressaltar a diferença entre os conceitos de puberdade e adolescência. A puberdade engloba o conjunto de modificações biológicas que transformam o corpo infantil em adulto, constituindo-se em um dos elementos da adolescência. A puberdade é constituída pelos seguintes componentes: crescimento físico: aceleração, desaceleração, até a parada do crescimento (2º estirão); maturação sexual; desenvolvimento dos órgãos reprodutores e aparecimento dos

caracteres sexuais secundários; mudanças na composição corporal; desenvolvimento dos aparelhos respiratório, cardiovascular e outros.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), define o abuso sexual de crianças e adolescentes como o envolvimento sexual onde ele ou ela não compreende totalmente, não tem capacidade para dar consentimento informado ou para o qual, por seu desenvolvimento não está preparada e não pode consentir o que viola as leis ou tabus sociais (PFEIFFER; SELVAGNE, 2005).

A Violência sexual constitui todo ato ou jogo sexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado do que o da Criança e do adolescente. O abuso sexual tem como intenção estimular sexualmente a criança e o adolescente ou utilizá-los para obter satisfação sexual. Baseia-se em relação de poder e pode incluir desde carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus, voyeurismo, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual (hetero ou homossexual) com ou sem penetração. Tais práticas eróticas e sexuais são impostas a criança e ao adolescente pela violência física, por ameaças ou pela indução de sua vontade (BORGES; DELL'AGLIO, 2009).

Por se tratar de um ato violento que de uma forma desumana e anormal conduz a criança e o adolescente a primeira experiência sexual, a vítima sofre traumas, tanto físicos como psicológicos. Esses traumas irão refletir diretamente no comportamento da pessoa durante toda a vida.

Atualmente o abuso sexual contra criança e o adolescente está evidenciado pelas mídias, sendo que casos novos estão aparecendo a todo o momento, por isso torna-se pertinente o levantamento do problema de pesquisa com a indagação: Como a violência sofrida por uma criança e um adolescente irá refletir no decorrer de sua vida?

A justificativa da nossa indagação é a evidência do aumento significativo deste tipo de violência, o que nos leva a buscar entender como os reflexos tem prejudicado a pessoa envolvida e sua família.

Martins e Jorge (2010), afirmam que a agressão sexual exerce grande impacto na saúde física e mental das vítimas, deixando marcas profundas e causando danos irreparáveis em seu desenvolvimento, com impacto na vida reprodutiva e sexual.

Salienta Ribeiro *et al* (2004), que inserida num contexto histórico-social e com profundas raízes culturais a violência sexual, uma das facetas do fenômeno violência, atinge todas as faixas etárias, classes sociais e pessoas de ambos os sexos.

A notificação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes é de responsabilidade do profissional de saúde que identificou o problema. Cabe ao profissional acionar o conselho tutelar do município onde ocorreu o fato. Para Castro Filho *e tal* (2006), a notificação

pode ser definida como a informação emitida pelo setor da saúde ou por qualquer outro órgão ou pessoa para o Conselho Tutelar ou a Vara da Infância e Juventude, com a finalidade de promover cuidados sócio-sanitários voltados à proteção de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. O ato de notificar desencadeia um processo que visa interromper as atitudes e comportamentos violentos dentro da família ou por parte de qualquer agressor.

As políticas sociais públicas são instrumentos de natureza jurídica que funcionam por meio de um conjunto de ações articuladas pelo Estado com a finalidade de cumprir um objetivo de interesse público e que, na prática, resultam em disputas sociais entre os interessados. Por isso tem caráter histórico e dependem de correlação de forças entre os interessados. Por isso tem caráter histórico e dependem da correlação de forças no interior da sociedade. Elas enquadram ações governo tanto na prestação direta de serviços pelo estado quanto pelo monitoramento de programas por outros agentes da sociedade civil (BORGES; DELL'AGLIO, 2009).

Para Silva *et al* (2011), vários problemas dificultam o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, como o posicionamento dos profissionais de saúde, muitas vezes permeado pelo medo e pelo desconhecimento da real magnitude e impacto desse fenômeno na sociedade, nas famílias e na vida de crianças e adolescentes. A atenção à saúde de crianças e adolescentes vitimizados sexualmente é abordada em várias produções científicas como uma ação multiprofissional e um desafio para o setor da saúde, tendo em vista a necessidade de mudança de paradigma para o enfrentamento do problema.

Conforme Castro Filho *et al* (2006), o reconhecimento dos sinais de violência sexual contra adolescentes deve fazer parte da rotina dos profissionais da saúde, assim como a abordagem dessa situação que é de extrema complexidade. Estar atento para suspeitar ou comprovar a existência desse tipo de violência requer, além de habilidade, sensibilidade e compromisso com essa questão. Todos os profissionais da saúde desempenham papel fundamental no levantamento da suspeita, confirmação do diagnóstico, tratamento das lesões e possíveis sequelas, no acompanhamento e desencadeamento das medidas de proteção legais cabíveis a cada caso.

MÉTODOS

A pesquisa realizada consiste em uma revisão bibliográfica, qualitativa exploratória e descritiva, onde analisaremos artigos científicos publicados que tratam a respeito da violência sexual sofrida por crianças e adolescentes .

Utilizamos artigos científicos pesquisados na base de dados SCIELO e nas revistas de enfermagem Texto e Contexto e Revista Brasileira de Enfermagem- REBEn, publicados nos

períodos de 2001 a 2011, foram pesquisados 25 artigos, onde foram selecionados 07 artigos para análise.

Os critérios utilizados para inclusão e exclusão destes artigos foram as especificações da temática proposta, onde foram analisados quanto as implicações da violência sexual sofrida por crianças e adolescentes. Foram utilizados os descritores Criança, adolescentes e violência sexual.

Os dados da pesquisa foram analisados pelo método da análise de conteúdo que segundo Bardin (1977), significa: Um conjunto de técnicas de análise de conteúdo visando obter, por procedimento sistemático e objetivos de descrição do conteúdo mensagens, indicadores a (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos as condições de produção/recepção destas mensagens.

Para análise de conteúdo nesta pesquisa classificamos os resultados em duas categorias descritas na sessão resultados e discussão, sendo estas:

- Categoria 1 – Impacto na vida familiar e social;
- Categoria 2–Consequências físicas e psicológicas.

Este método facilita a forma descritiva, aumentando as chances de descobertas, e permite a administração de provas.

Minayo (2004), afirma que a análise de conteúdo articula estruturas semânticas (significantes) e estruturas sociológicas (significados) das proposições, a descrição dos textos com suas características (variáveis psicossociais, contexto cultural e construção da mensagem).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A violência sexual sofrida por crianças e adolescentes irá refletir diretamente no decorrer de suas vidas. Pode afetar o desenvolvimento de crianças e adolescentes de diferentes formas, uma vez que algumas apresentam efeitos mínimos ou nenhum efeito aparente, enquanto outras desenvolvem graves problemas emocionais, sociais e/ou psiquiátricos (HABIGZANG *et al*, 2005).

Ao analisarmos os resultados de acordo com as categorias propostas neste estudo destacam-se a seguir:

Categoria 1: Impacto na vida familiar e social

Mesmo que nas vitimizações exista o exercício de poder e domínio, as situações de violência sexual intrafamiliar originam-se da utilização irresponsável de condições como as diferenças físicas

e de idade, do grau de maturidade psicológica, da capacidade social e das razões que motivam a agressão em termos interpessoais. Por essas características, a violência sexual abrange o campo da moral e da proteção aos direitos humanos e sexuais, já que ela compromete o crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes, produzindo sequelas e uma matriz reprodutora que insere futuros agressores no círculo da violência (RIBEIRO *et al*, 2004).

Drezett (2001), ressalta que a exemplo de muitas violências antigas na história humana, o estupro é severamente condenado pelos textos do direito clássico, mas pouco penalizado pela justiça. A expectativa de contar com provas materiais é frequentemente frustrada e, muitas vezes, entendida como falsa alegação. Paradoxalmente, a sociedade tem exigido que, além de violentada, a vítima apresente-se brutalmente ferida.

Quando crianças, si quer admitimos que sua palavra possa ter a mesma credibilidade daquela que oferecemos ao agressor. Tendemos a considerar seus relatos fantasiosos e incapazes de diferenciar o lúdico do real, protegendo, incompreensivelmente, o perpetrador.

A violência sexual contra crianças e adolescentes como de difícil notificação, envolver tabus e discriminação das vitimas considerando-as como culpadas, destacando que os fatores que contribuem para poucas denúncias das vitimizações sexuais envolvendo medo, falta de credibilidade no sistema legal e silêncio do cúmplice. Para manter a estabilidade e a segurança, a mãe passa a corroborar com a prática do abuso não reconhecendo o incesto, pois revela-lo representaria reconhecer o fracasso de seu papel como mãe e esposa (MARTINS; JORGE, 2010).

Apesar dos meninos serem também vitimas de violência sexual, a grande maioria dos casos envolve crianças e adolescentes do sexo feminino, evidenciando assim a questão de gênero, onde as diferenças relativas ao sexo são convertidas em desigualdades, possibilitando o processo de dominação e exploração (RIBEIRO *et al*, 2004).

O afastamento do agressor e o acompanhamento da criança e/ou do adolescente e de cuidadores não-abusivos para acompanhamento psicológico reduziria o impacto negativo que a violência sexual tem sobre a vitima e possibilitaria a família reestruturar a experiência abusiva e construir estratégias de proteção e apoio social e afetivo eficazes para crianças e o adolescentes (HABIGZANG *et al*, 2006).

O impacto da violência sexual na vida de crianças e adolescentes é indiscutível, quando ocorrido na infância pode resultar em maior risco de prostituição na vida adulta e de gravidez na adolescência, portanto o profissional de saúde deve estar preparado para o manejo clínico e psicológico dessa vítima, a negligencia para com esses aspectos pode resultar em revitimização do paciente pelos serviços de saúde (DREZETT, *et al*, 2001).

Categoria 2: Consequências físicas e psicológicas

Nas vitimizações sexuais, além das lesões físicas e genitais sofridas, as pessoas tornam-se mais vulneráveis a outros tipos de violência, aos distúrbios sexuais, ao uso de drogas, a prostituição, à depressão e ao suicídio. As vítimas enfrentam ainda, a possibilidade de adquirirem doenças sexualmente transmissíveis, o vírus da imunodeficiência humana (HIV) e o risco de uma gravidez indesejada decorrente do estupro. Diante dessa magnitude de eventos, a violência sexual adquiriu caráter endêmico, convertendo-se num complexo problema de saúde pública cujo enfrentamento torna-se um grande desafio para a sociedade (RIBEIRO *et al.*, 2004).

Neste aspecto, os autores ressaltam que a violência sexual exerce grande impacto na saúde física e mental das vítimas deixando marcas profundas e causando danos irreparáveis em seu desenvolvimento, com impacto na vida reprodutiva e sexual.

Pode ocasionar em suas vítimas distúrbios de alimentação e de sono, descontrole esfinteriano, problemas escolares, interesse sexual e atitude provocativas precoces, depressão fuga de casa, tentativa de suicídio e uso de drogas, ansiedade e agressividade. Apesar de não haver constatação de sequelas psicológicas imediatas no ato de notificação, essas crianças e adolescentes poderão desenvolver problemas psicológicos e distúrbios psiquiátricos em longo prazo. Além disso, a violência sexual pode levar a exploração e delinquência na adolescência e distúrbios psicossomáticos, desvios e transtornos sexuais, tais como frigidez, vaginismo, impotência, homossexualismo masculino e feminino, troca freqüente de parceiros entre outros (MARTINS; JORGE, 2010).

As vítimas de abuso sexual na infância podem tornar-se multiplicadores de maus tratos na vida adulta, a revelação do abuso sexual numa situação protegida permite diminuir as seqüelas emocionais decorrente do abuso, o trabalho terapêutico em grupo facilita o rompimento do segredo e do isolamento, a revelação feita por aproximação promove a diminuição da ansiedade e permite o desenvolvimento de habilidades de auto-proteção para a prevenção da revitimização (PADILHA; GOMIDE, 2004).

Várias são as consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes, os principais danos físicos são lesões genitais e anais, como lacerações, fissuras, sangramentos, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez entre outros. Os danos psicossociais são distintos, como por exemplo, distúrbios do sono e alimentação, baixo rendimento escolar, fugas de casa, depressão uso

abusivo de substâncias psicoativas, prostituição e risco de revitimização ao longo da vida (SILVA *et al*, 2011).

Dez características podem ser evidenciadas em pessoas que sofreram abuso sexual na infância: “Síndrome dos bens danificados” (sentimento de que a inocência foi perdida, de que os sonhos foram destruídos), culpa, depressão, baixo auto-estima, habilidades sociais empobrecidas, raiva e hostilidade reprimidas, capacidade para confiar prejudicada, limites poucos claros entre os papéis, pseudo maturidade e problemas de auto domínio e controle (PADILHA; GOMIDE, 2004).

Apesar da complexidade e da quantidade de variáveis envolvidas no impacto do abuso sexual, esta experiência é considerada um importante fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologia. A literatura aponta que crianças e adolescentes podem desenvolver quadros de depressão, transtornos de ansiedade, alimentares dissociativos, hiperatividade e déficit de atenção e transtorno de personalidade borderline. Entretanto a psicopatologia decorrente do abuso sexual mais citada é o transtorno do estresse pós-traumático. Além disso, estas podem apresentar crenças disfuncionais envolvendo sentimento de culpa, diferença em relação aos pares e desconfiança (HABIGZANG *et al*, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este presente estudo foi possível concluir que nos dias atuais a violência sexual contra crianças e adolescentes tem se tornado um grande problema de saúde pública, que tem atingido a sociedade de um modo geral sem distinção de classe social, raça e gênero. Mesmo diante de muitas lutas sociais e políticas públicas, o crescimento desse agravo tem sido devastador, o que torna o tema muito debatido e estudado.

A violência sexual sofrida por crianças e adolescentes é marcada por uma grande desestruturação familiar. Os estudos demonstraram que a maior parte das agressões são cometidas por parentes bem próximos à vítima, ou seja, essas agressões são consideradas intrafamiliares, como por exemplo pai que lidera o maior número de casos, o padrasto que vem logo em seguida e daí vem o avô, o irmão, o tio, o primo e até mesmo o vizinho. O vínculo entre vítima e familiares é transformado por conta das sequelas adquiridas pela vítima que por sua vez passa a desconfiar de tudo e todos.

Dentre as complicações da violência sexual no decorrer da vida de uma criança e de um adolescente destacam-se as transformações psicológicas, as físicas e as afetivas. Por se tratar de um período da vida onde ocorrem várias transformações a nível corporal e mental em conjunto com a agressão provocam um estado de choque que pode levar essa vítima a reagir de maneiras

inesperadas, seja com hiperatividade ou totalmente ao contrário de forma introspectiva, temerosa, com timidez acentuada e deprimida.

As transformações psicológicas devem ser levadas a sério pelos profissionais de saúde que tem conhecimento do caso, pela família que na maioria das vezes não tem o conhecimento do quanto são significativas e da própria vítima que deve reconhecer essas transformações. O tratamento e o acompanhamento por profissionais é indispensável diminuindo assim as sequelas.

As transformações físicas ocorrem quando a agressão culmina-se no ato de penetração com o rompimento do hímen nas meninas e rompimento de canal vaginal ou anal, nesses casos existe a possibilidade da contaminação por DSTs e HIV, bem como o surgimento da gravidez indesejada o que são marcos para toda uma vida. Nesses casos vale ressaltar a importância da profilaxia da gravidez indesejada em meninas que já estão aptas a engravidar e das DSTs/HIV em todas as vítimas, porém isto só é possível quando a agressão é descoberta a tempo. Nos casos de agressões recentes ou anteriores é indispensável a realização de exames que descartem a possibilidade ou não de ter adquirido uma doença ou até mesmo uma gravidez.

Dentre as transformações afetivas está comprovado que ocorrem rompimento nos laços familiares, pois a vítima passa a não conseguir se relacionar afetivamente com as pessoas mesmo aquelas mais próxima, na vida adulta encontra dificuldade em relacionamento conjugal, e em especial ocorrem distúrbios sexuais não conseguindo a vítima a entregar-se sexualmente a um conjugue.

Neste estudo foi comprovado que vários são os distúrbios adquiridos no decorrer da vida da vítima, em alguns casos a vítima passa a vitimizadora, outros por sua vez entregam-se as drogas, tornam-se agressivos, na grande maioria dos casos em que são denunciados a vítima reprime-se e se sente envergonhado diante de outras pessoas e situações. O sentimento de culpa é constante, alguns partem para auto mutilação, tentam transformar a imagem corporal tornando o corpo o menos atraente possível.

Contudo, este estudo foi de grande relevância para o nosso conhecimento a respeito da temática o que nos leva a ter uma postura diferenciada ao nos depararmos com algum caso desse tipo. Acreditamos também que será de muito proveito para qualquer leitor que deseje conhecer um pouco mais do tema debatido. Portanto podemos concluir que o nosso problema de pesquisa foi devidamente respondido, quando encontramos no estudo feito a descrição dos reflexos na vida das pessoas vitimizadas e também de suas famílias. Os nossos objetivos foram alcançados conforme nossas expectativas, pois conseguimos analisar o material proposto e podemos apontar as mudanças comportamentais que ocorrem no decorrer de suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Externamos a nossa gratidão a Deus pela vida que nos deu e a capacidade de descobertas que nos concedeu. Pelo início meio e fim deste trabalho de pesquisa e por todos os outros que construiremos no decorrer das nossas vidas.

Agradecemos também a nossa orientadora Liliane Lopes que esteve ao nosso lado a cada momento de descobertas e construção, podendo assim comemorar conosco cada vitória alcançada nesta caminhada.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70, 1977.

BORGES, J. L. DELL'AGLIO, D. D. Funções cognitivas e transtornos de estresse pós-traumático (TEPT) em meninas vítimas de abuso sexual. **Aletheia**. Vol. 01, n. 29, p. 88-102, jan.-jun. 2009.

BRASIL. Casa civil. **Estatuto da criança e do adolescente-ECA**. Brasília. Lei Nº 8.069 de 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de assistência à Saúde. **Notificação de maus tratos contra crianças e adolescentes**. Brasília; 2002.

CASTRO FILHO J. M. RANÑA F. F. FRANÇOSO L. A. **Manual de atenção a saúde do adolescente. Violência sexual**. São Paulo. 2006. p 303-312.

DREZETT, J.; CABALHEIRO, M.; JULIANO, Y.; PRIETO, E. T.; MARQUES, J. A.; FERNANDES, C. E. Estudo de Mecanismos e Fatores Relacionados com o Abuso Sexual em Crianças e Adolescentes do Sexo Feminino. **Jornal de pediatria**. 2001.

HABIGZANG, L. F.; AZEVEDO, G. A.; KOLLER, S. H.; MACHADO, Paula Xavier. Abuso sexual Infantil e Dinâmica Familiar: Aspectos Observados em Processos Jurídicos. **Psicologia: Teoria e pesquisa**. Set/Dez. 2005. Disponível em: www.sciello.br/prc.

HABIGZANG, L. F.; AZEVEDO, G. A.; KOLLER, S.H.; MACHADO, P. X. Fatores de Risco e de Proteção na Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 19 (3) 379-386, 2006. Disponível em: www.sciello.br/prc.

MARTINS, C. B. de G.; JORGE, M. H. P. M. Abuso sexual na infância e adolescência: Perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. **Texto e Contexto**. 2010 p. 246-255.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento; pesquisa qualitativa em saúde**. 8.ed.São Paulo. Hucite-Brasco, 2004.

PADILHA, M. G.S.; GOMIDE, P. I. C. Descrição de um processo Terapêutico em Grupo Para Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual.**Estudos de Psicologia**. 2004 p. 53-61.

PFEIFFER L.; SELVAGNI E. P.Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de pediatria**. 2005.

RIBEIRO, M.A.; FERRIANI,M. G.C.;REIS, J. N. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas a vitimização nas relações familiares. **Caderneta de saúde publica**. Rio de Janeiro. 2004 p.456-464.

SILVA, L. M. P.; FERRIANI, M. G. C.; SILVA, M. A.L.Atuação da Enfermagem Frenteà violência sexual contra crianças e adolescentes.**REBEn**. 2011 p. 919- 924.

POTENCIALIDADE DO SEBO BOVINO PARA PRODUÇÃO DE BIODIESEL NO ESTADO DA BAHIA

Luís Oscar Silva Martins*
Roberto Antônio Fortuna Carneiro

RESUMO

Os problemas ambientais têm levado os pesquisadores e a sociedade de modo geral a pensar sobre o futuro da humanidade. Nesse sentido, os estudos sobre energias renováveis têm sido pauta de importantes discussões nos âmbitos regionais e internacionais. O biodiesel mostra-se como alternativa viável de substituir o diesel de origem mineral visto as similaridades com este combustível. A grande dificuldade em relação ao biodiesel é a escolha da matéria-prima. O sebo bovino, que não concorre com o mercado de alimentos e possui excelente rendimento para produção de biodiesel, tem se destacado no cenário nacional como alternativa viável para complementar a produção e demanda nacional. No entanto, percebe-se que na Bahia, apesar das condições favoráveis, o sebo não é utilizado para produção de biodiesel. Assim este artigo estudou a potencialidade do estado para produção de biodiesel, especialmente, a partir de sebo bovino e elaborou, a partir de pesquisa de campo com os frigoríficos industriais e as plantas produtoras de biodiesel do estado, modelo de formação de preço de custo desse combustível, evidenciando a viabilidade econômica dessa matéria-prima.

Palavras chave: Biodiesel, sebo bovino, formação de preços.

ABSTRACT

Environmental problems have led researchers and society in general to think about the future of humanity. In this regard, studies on renewable energy have been important agenda of discussions at the regional and international. Biodiesel shows up as a viable alternative to replace mineral diesel seen the similarities with this fuel. The difficulty in relation to biodiesel is the choice of raw materials. The beef tallow, which does not compete with the food market and has an excellent yield for biodiesel production, has emerged on the national scene as a viable alternative to complement production and domestic demand. However, it is clear that in Bahia, despite favorable conditions, the sebum is not used for biodiesel production. So this article has studied the potential of the state for the production of biodiesel, especially from beef tallow and developed from field research with industrial refrigeration plants and biodiesel producing state, the pricing model of the cost of that fuel, demonstrating the economic viability of this raw material.

Keywords: Biodiesel, beef tallow, pricing.

1. Introdução

O aumento dos preços do petróleo, bem como a diminuição de suas reservas mundiais ao longo das próximas décadas, aliado aos problemas ambientais de aquecimento global causado pela emissão de gases de efeito estufa (GEE) proveniente da queima de combustíveis fósseis tem

aumentado a demanda por fontes de energias renováveis. Dentre essas fontes, destaca-se o biodiesel, um biocombustível renovável, não tóxico, e com possibilidade de substituir o óleo diesel sem a necessidade de modificação nos motores.

Como forma de estimular o uso de biodiesel no Brasil, em dezembro de 2004 o governo federal lançou o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), introduzindo-o na matriz energética. O programa conta com forte apelo social, uma vez que incentiva a participação dos agricultores familiares no processo de fornecimento de matéria prima para produção de biodiesel concedendo subsídios fiscais às empresas produtoras que adquirirem insumos dos agricultores familiares.

De acordo com Campos e Carmélio (apud Abramovay, 2009), a produção de biodiesel apresenta alguns problemas relacionados à escolha, disponibilidade e custo das diferentes matérias-primas que representam, segundo os autores, cerca de 70% a 80% do custo de fabricação do biodiesel. Este fato leva, portanto, à necessidade de uma análise minuciosa por parte dos produtores.

Zheng (2002) acrescenta, ainda, que além do custo econômico, deve-se levar em consideração a questão do balanço energético, que pode ser definido, segundo o autor, como a proporção de energia não renovável utilizada na produção de uma unidade de combustível e de seus subprodutos. Assim, para produção de biodiesel a partir de uma determinada oleaginosa é considerada a energia exigida para produzir a colheita, insumos como fertilizantes, pesticidas e diesel utilizado nos tratores, por exemplo. Adiciona-se a esse processo a energia necessária para processar a oleaginosa colhida e transformá-la em biodiesel. Por fim, compara-se esse valor de energia não renovável utilizada com o volume de biocombustível produzido. Estudos de Macedo & Nogueira (2004), demonstraram uma relação produção / consumo de 1,42¹ para o biodiesel produzido a partir do óleo de soja, de 4,20 e 5,63 para os de macaúba e dendê, respectivamente e de 1,3 para o biodiesel produzido da mamona.

O sebo bovino, conforme Lopes (2006) apresenta balanço energético de 5,94%, além disso, possui a vantagem de não concorrer com o mercado de alimentos e possui, segundo Levy (2011), baixo custo e rendimento de aproximadamente 93%. Essas características contribuíram fortemente para a utilização do sebo bovino como a segunda matéria-prima do país para a fabricação de biodiesel, ficando atrás apenas da soja, que possui cadeia produtiva bem estruturada no Brasil, resultado de mais de quarenta anos de pesquisa, investimentos e desenvolvimento de

¹Existe uma relação de 1,42 unidades de energia renovável produzida para cada unidade de energia investida na produção. Lopes (2006).

mercado (Campos e Carmélio apud Abramovay, 2009). A Figura 1, abaixo, demonstra o atual panorama de utilização de matérias primas para fabricação de biodiesel no país, demonstrando a importância da gordura bovina na cadeia produtiva de biodiesel.

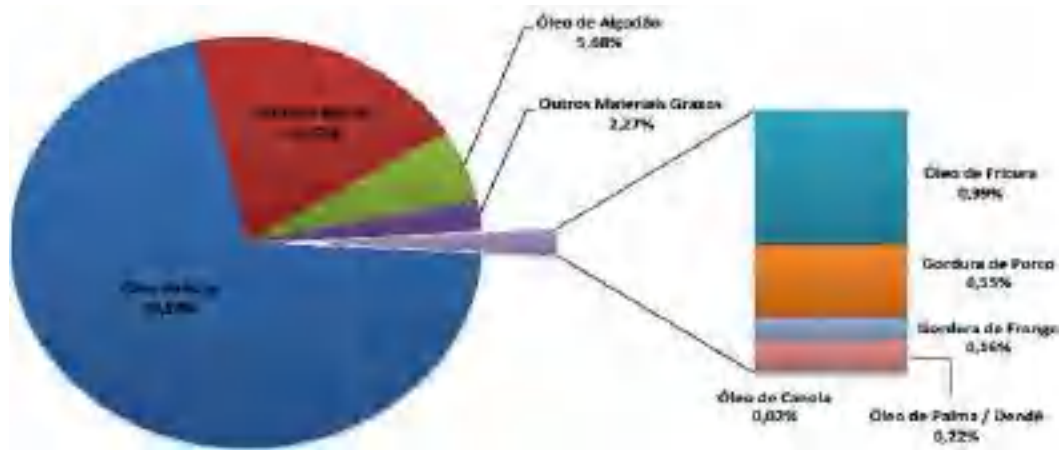


Figura 1 – Matérias-primas utilizadas na fabricação de biodiesel em 2012

Fonte: ANP (2012).

Em 2012, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o sebo bovino representou cerca de 20% da produção de todo o biodiesel do país, apesar de não possuir as vantagens tributárias do Selo Combustível Social, instituído pelo PNPB.

Regionalmente, percebe-se o mesmo movimento. A região Norte é a que mais utiliza a gordura bovina na produção de biodiesel, cerca de 76%. As regiões Centro-oeste e Sul, devido ao fato de serem grandes produtores de soja, utilizam em menor quantidade o sebo bovino, aproximadamente 7% e 25% respectivamente. A região Sudeste utiliza em 30% de sua produção, enquanto que a região Nordeste só o faz na ordem de 23% (Figura 2).

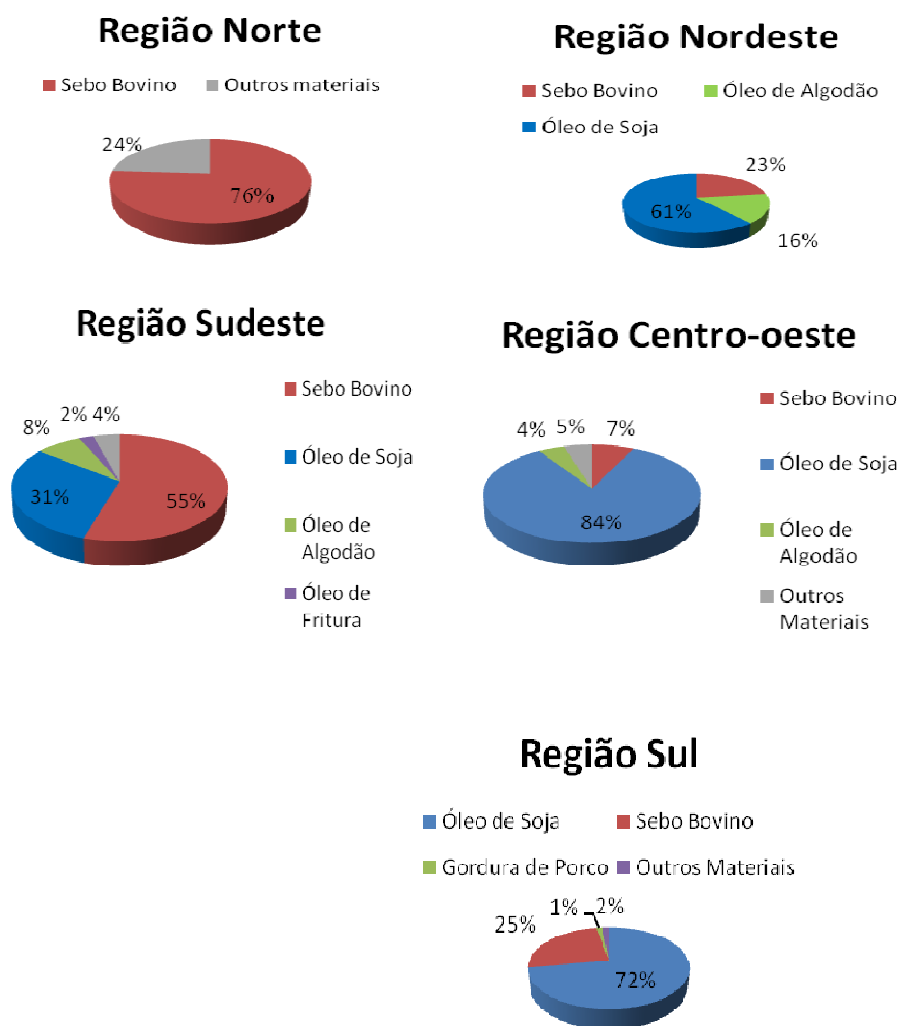


Figura 2 – Perfil regional das matérias-primas utilizadas na fabricação de biodiesel.
 Fonte: Adaptado de anuário estatístico da ANP, dados de 2012.

Com relação ao preço de mercado, historicamente o preço do sebo bovino tem uma relação direta com a cotação da arroba do boi gordo. Com a participação do sebo na produção de biodiesel, a paridade entre os dois mercados sofreu alterações, principalmente nos anos de 2007 e 2008, quando o sebo bovino passa a ocupar espaço na produção de biodiesel, assim, nesse período, o valor do sebo salta de R\$774,00 a tonelada, preço médio de 2006, para R\$1.870,00 por tonelada, cotação média para 2008; nos dois anos seguintes é possível verificar que a tendência de preço na alta se mantém, porém, mantendo-se estável, aproximando-se novamente do comportamento do preço da arroba do boi gordo (Martins et al., 2011).

Das usinas de biodiesel autorizadas para operar pela ANP, pelo menos oito delas utilizam o sebo bovino como matéria-prima. Essas usinas estão localizadas em quatro estados: São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Alguns grupos se destacam: JBS, Biocapital,

Fertibom, AmazonBio, Biopar, CLV Agrodiesel e Biocar Biodiesel. Dentre essas usinas, pelo menos duas delas, localizadas no Estado de São Paulo, têm o sebo bovino como sua principal matéria-prima, a JBS e a Biocapital. Juntas, em 2010, elas produziram 240 mil m³, praticamente 50% para cada uma, que corresponde a 73% do biodiesel produzido a partir de sebo bovino. Nesse cenário, o sebo bovino não se traduz numa opção para a inclusão dos pequenos produtores familiares, tanto que não faz parte das regras do Selo Combustível Social. Por outro lado, quando são consideradas as possibilidades de oferta e a distribuição regional de matéria-prima, as perspectivas são promissoras, mesmo considerando-se a competição com os outros segmentos industriais que também utilizam esse insumo.

Especificamente em relação ao Estado da Bahia, verifica-se não há produção de biodiesel a partir de sebo bovino, apesar de, segundo dados de 2011 da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), o estado possuir o maior rebanho bovino da Região Nordeste e o sexto maior do país, com cerca de 10,5 milhões de cabeças de gado.

Dentro desse contexto de necessidade de diversificar a matriz de matérias primas com escala industrial para a produção de biodiesel na Bahia, para evitar a dependência excessiva da soja, o objetivo principal desse artigo é entender o porquê da não utilização do sebo bovino na da Bahia, ao contrário do que acontece outros estados.

Existe o potencial da utilização do sebo bovino como matéria-prima capaz de complementar a produção das usinas de biodiesel no estado da Bahia? Para responder essa questão foi mapeado o rebanho bovino de corte no estado, as zonas de criação, além da localização geográfica das unidades de abate e as indústrias produtoras de biodiesel. Por fim, foi diagnosticada a infraestrutura logística disponível, verificando se há relação econômica viável entre as áreas de criação de abate e as usinas produtoras de biodiesel.

A segunda cessão desse artigo aborda o potencial da Bahia para a produção de biodiesel, a partir de diversas oleaginosas e, também, a partir do sebo bovino. Na cessão posterior, baseado em pesquisa de campo realizada por meio da aplicação de questionários enviados as 11 maiores unidades industriais de frigorífico do estado e para as três empresas produtoras de biodiesel em atividade, foi abordado à infraestrutura e a logística da Bahia, verificando a relação econômica viável entre as zonas de criação de gado, os frigoríficos as biorefinarias e as distribuidoras. Na quarta parte, foi utilizado modelo de simulação de formação de preço de custo para o biodiesel produzido a partir de sebo bovino, considerando frete, impostos, custo da matéria-prima (custo de oportunidade) e custo de fabricação, para dois cenários mercadológicos: o primeiro considerando a

capacidade produtiva instalada, e o segundo que analisa a produção de biodiesel a partir de sebo bovino levando em conta a situação atual. Os resultados encontrados foram comparados com os valores praticados dos últimos dez leilões de biodiesel realizados no país.

Ao fim, de posse dos resultados, foram feitas algumas recomendações que podem otimizar a utilização do sebo como insumo capaz de complementar a demanda crescente por biodiesel no estado.

2. Potencial da Bahia para a Produção de Biodiesel.

O Estado da Bahia apresenta características apropriadas para a produção de biodiesel em diversos aspectos. Segundo dados do IBGE (2013), disponíveis no Censo Agropecuário de 2006, o estado possui população rural de 4,5 milhões de pessoas (três milhões vinculadas à agricultura familiar), e 700 mil estabelecimentos rurais, sendo 620 mil provenientes da agricultura familiar. Além disso, dispõe de área rural de 11,5 milhões de hectares. Ainda segundo o Censo, o PIB do agronegócio é da ordem de 28 bilhões de reais, sendo que 34% são gerados pela agricultura familiar, enquanto que a pecuária gera cerca de 3,3 bilhões de reais.

Além da realidade apresentada pelo IBGE, estudo desenvolvido por Silva, Fernandes e Silva (2009) informa que a Bahia possui ainda razoável capacidade de pesquisa instalada para dar suporte ao setor, tais como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), a Universidade de Salvador (UNIFACS) e a Faculdade de Tecnologia e Ciências de Salvador (FTC).

Esses fatores levaram a Bahia a ser pioneira no desenvolvimento de programas de fomento à produção de biodiesel. O primeiro deles foi concebido em março de 2004², denominado Programa de Biodiesel do Estado da Bahia (Pro biodiesel Bahia). O objetivo do programa era introduzir na matriz energética estadual um combustível proveniente de matéria-prima 100% renovável.

² Nota-se o pioneirismo do Estado da Bahia, visto que o programa é de março de 2004, portanto anterior ao PNPB do governo federal, que data de dezembro de 2004. Nota do autor.

As ações estratégicas do Probiodiesel Bahia basearam-se na criação e fomento da Rede Baiana de Biocombustíveis (RBB)³, prover suporte aos projetos de P&D, realizar treinamentos, fomentar a ampliação da área plantada com oleaginosas, apoiar a implantação de novas unidades de produção, apoiar projetos de geração de energia em comunidades rurais e fomentar a produção da agricultura familiar voltadas à produção de biodiesel.

Atualmente, o Estado da Bahia dispõe de dois programas: o Bio-sustentável e o BahiaBio, ambos criados em 2007. O primeiro tem por objetivo inserir os agricultores familiares na base de produção das matérias-primas para produção de biodiesel. Já o BahiaBio, instituído em dezembro de 2007, almeja o desenvolvimento da agricultura familiar e prevê o desenvolvimento de oito pólos para produção de 6,2 milhões de m³ de etanol, 1,24 milhões de m³ de biodiesel com a implantação de um parque de extração de óleo e a exploração de 1,237 milhões de hectares de oleaginosas (BahiaBio, 2008).

Segundo a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI), as oleaginosas com potencial para produção de biodiesel no estado são: soja, mamona, algodão, girassol e amendoim. A Tabela 1 abaixo apresenta a área cultivada com essas oleaginosas, a produtividade de biodiesel em m³/ha e a eventual produção total de biodiesel no estado, caso a área cultivada fosse utilizada para a produção do biocombustível. A Bahia tem um potencial imenso, podendo chegar até 723,27 mil m³/ano, isto se fosse deslocada toda a sua matéria-prima para a geração de biodiesel. Estes dados são essenciais para representar o tamanho da capacidade de produção, haja vista que, na prática, as várias oleaginosas já têm mercado consolidado.

Tabela 1

Potencial da Bahia para produção de Biodiesel

Oleaginosas	Área cultivada (mil hectares)	Produtividade de Biodiesel (m ³ /hectares)	Produção de Biodiesel (mil m ³)
Soja	850,8	0,483	410,94
Mamona	121,1	0,360	44,6
Dendê	44,8	4,000	179,2
Algodão	293,5	0,285	83,65
Girassol	0,5	0,654	0,33
Amendoim	6,5	0,700	4,55
Total			723,27

Fonte: BahiaBio (2008).

³ A RBB foi criada por iniciativa da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) em maio de 2004. O órgão tinha por objetivo aumentar a participação das energias renováveis na matriz energética da Bahia.

As metas do programa BahiaBio, previam produção de 197 mil m³ de biodiesel para o ano de 2008, 517 mil para o ano de 2010 e, a partir de 2012, o Estado teria que produzir 773 mil m³. Os anos posteriores à implantação do programa demonstraram que essas metas eram ambiciosas em demasia, principalmente pelo fato das oleaginosas em questão apresentarem mercado consolidado, em especial o mercado de alimentos, que via de regra pagam valores maiores por seus produtos em comparação com a produção de biodiesel.

No entanto, segundo a ANP, em 2012 a demanda por óleo diesel no estado da Bahia foi de 3.165.971 m³, enquanto que a produção de biodiesel foi de 131.819 m³. Na atual legislação, que exige 5% de mistura de biodiesel no diesel, o B5, a Bahia necessitou importar biodiesel para complementar sua demanda. Isso ocorre pelo fato do estado contar com apenas três empresas produtoras de biodiesel em atividade, que são a Vanguarda Biodiesel⁴, localizada na cidade de Iraquara, próximo a Irecê, a Comanche Clean Energy, que apesar da produção reduzida em 2012, segundo a ANP, continua em atividade, na cidade de Simões Filho e a unidade da Petrobrás Biocombustíveis (PBIO) em Candeias. A Tabela 2 demonstra a capacidade de produção de cada indústria, a produção e a taxa de ociosidade das mesmas no ano de 2012.

Tabela 2

Empresas produtoras de Biodiesel no Estado da Bahia e sua respectiva capacidade, produção e taxa de ociosidade no ano de 2012.

Empresas	Capacidade (m ³)	Produção (m ³)	Ociosidade (%)
Vanguarda Biodiesel	129.600	19.770	84,75
Comanche	120.600	3.347	97,22
PBIO	217.231	108.774	49,93
Total	467.431	131.891	-

Fonte: Adaptado de ANP (2012).

2.1. Rendimento do sebo bovino para fabricação de biodiesel

⁴ A Vanguarda vendeu as unidades da Bahia e Tocantins para a empresa Óleos vegetais planalto (OLEOPLAN S.A). Brasil Econômico. www.brasileconomico.com.br.

Segundo a FNP Consultoria & Comércio (2010), o rendimento médio do sebo bovino é de 23 kg por cabeça. Em uma produção de biodiesel a partir de sebo bovino, para cada unidade de matéria-prima obtém-se uma unidade de massa de biodiesel. O volume obtido de glicerina é, praticamente, equivalente ao volume do álcool incorporado ao processo. No entanto, segundo o Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Estado da Bahia (SINCAR), devido ao baixo volume de carcaça do rebanho, o rendimento médio do sebo no estado é de 15 kg por cabeça. A Tabela 3 demonstra o potencial de produção de sebo bovino no território baiano a partir das zonas de criação e quantidade de abates legais realizados em cada uma delas.

Tabela 3

Distribuição geográfica do rebanho bovino no estado da Bahia – 2010.

Região	Quantidade de bovinos	Bovinos abatidos	Volume de Sebo (t)
Centro Sul Baiano	2.951.551	67.405	1.011,75
Sul Baiano	2.225.997	34.184	512,76
Centro Norte Baiano	1.707.874	42.270	634,05
Extremo Oeste Baiano	1.478.868	16.713	250,69
Nordeste Baiano	1.143.930	32.753	491,29
Vale do São - Francisco	698.295	16.036	240,54
Metropolitana de Salvador	321.904	8.431	126,46
Bahia	10.528.419	217.792	3.266,88

Fonte: IBGE, 2010.

Para produção de biodiesel a partir de gordura bovina, são necessárias de 7,5 a 8 libras (2,7 a 2,9 quilos) para fabricar um galão (3,8 litros). (BIODIESEL BR, 2007). Segundo Andrade Filho (2007), a Bahia tem um potencial de produção de sebo bovino de aproximadamente 21 mil t/ano, o que pode corresponder a um montante de 28,5 mil m³ de biodiesel B100. Convém salientar que esse total representa praticamente o déficit de produção do estado em 2012.

O aproveitamento dessa matéria-prima seria, portanto, estratégico para as ambições do estado em termos de produção de biodiesel.

3. Logística e infraestrutura do Estado da Bahia para suporte à produção de biodiesel a partir de sebo bovino

A maior parte do custo do biodiesel, cerca de 70 a 80%, concentra-se na matéria-prima. Dessa forma, para que o valor do biodiesel seja viável, é necessário além de preços competitivos dos insumos, preconizados por custos agrícolas e pecuários mais baixos, que exista infraestrutura logística eficiente para o transporte das matérias-primas até a indústria de biodiesel, para que sejam transformadas nas usinas, daí o biodiesel é enviado às distribuidoras e, por fim, aos consumidores finais nas redes de postos de combustíveis. Particularmente na Bahia, existem algumas situações onde o insumo é enviado para indústrias esmagadoras antes de seguirem para as plantas produtoras de biodiesel, incluindo mais uma etapa no processo logístico.

A Bahia é estado privilegiado no que tange à infraestrutura de transportes. Possui rodovias integradas a portos e aeroportos além de uma ferrovia que corta seu território, integrando às regiões Norte e Oeste à região metropolitana. Em relação ao transporte de biodiesel há de se considerar algumas vertentes. A primeira delas é a localização das usinas de prensagem e fabricação de biodiesel em relação às bases de distribuição. Como visto anteriormente, existem, segundo a ANP (2013), três indústrias autorizadas e em funcionamento na Bahia: a Petrobrás Biodiesel (PBIO), localizada em Candeias, a Comanche, localizada em Simões Filho e a Vanguarda, na cidade de Iraquara. A essas empresas foi enviado questionário (Anexo I), que demonstrou o seguinte quadro, representado na Tabela 4 abaixo:

Tabela 4

Indústrias produtoras de biodiesel em atividade no estado da Bahia.

Plantas de Biodiesel	Capacidade de Produção Autorizada	Matérias-primas utilizadas	Rota Tecnológica
Vanguarda Biodiesel	108 milhões de litros / ano	Mamona, soja, algodão e girassol	Metilica
Comanche	100,5 milhões de litros / ano	Mamona, soja, algodão e dendê	Metilica

Petrobrás Biodiesel 240 milhões de litros / ano

Mamona, soja, algodão,
dendê e girassol

Metflica

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Ainda conforme a ANP há quatro bases de distribuição de combustíveis no território baiano: Juazeiro, Jequié, Itabuna e São Francisco do Conde. O segundo elemento a ser considerado é a questão do álcool (metanol ou etanol) que entra no processo de produção do biodiesel, cerca de 10% a 15% em volume total do combustível em questão. O custo de transporte desse insumo é fator relevante na constituição do custo do biodiesel. Com base em dados da ANP (2013) e da Petrobrás (2013), a maior parte do biodiesel produzido no Brasil e também na Bahia, é realizado por rota metflica devido aos menores custos de produção.

A terceira vertente a ser considerada neste modelo de simulação é a localização geográfica das unidades de frigoríficos industriais. Esta localização é ponto crítico, visto que os custos com transportes são altamente influenciados pelas distâncias dos frigoríficos das zonas de criação bem como para as empresas produtoras de biodiesel. Nesta pesquisa foram enviados questionários (Anexo II) as 11 principais unidades frigoríficas da Bahia, escolhidas devido à sua representatividade regional e, também, pelo fato de possuírem certificação federal para funcionamento⁵. Dos 11 questionários enviados, nove empresas enviaram resposta, fornecendo base confiável para realização do estudo. É interessante destacar que muitos desses frigoríficos abatem não somente bovinos, mas também caprinos e suínos. No entanto, devido aos objetivos da pesquisa, foi considerada apenas a produtividade relativa aos bovinos. Na Tabela 5 abaixo seguem as informações dos frigoríficos e suas respectivas localizações geográficas, capacidade de produção e taxa de ociosidade.

Tabela 5

Unidades frigoríficas industriais: Localização geográfica, capacidade de produção e taxa de ociosidade.

Frigorífico	Localização	Capacidade de abate (dia)	% Ociosidade
Abatal	Juazeiro	900	86
Boi do Cerrado	Sta. Maria da Vitória	300	60

⁵Todas as unidades entrevistadas são certificadas através do Sistema de Inspeção Federal (SIF), que se trata de um certificado sanitário internacional, que habilita os frigoríficos comercializarem seus produtos além das fronteiras regionais, e permitem que exportem para outros países. ANVISA (2013).

Campo do Gado	Feira de Santana	1250	57
Confrigo	Vitória da Conquista	800	32
Fribarreiras	Barreiras	400	34
Frigamar	Amargosa	400	27
Frigosaj	Sto. Antônio de Jesus	600	41
Frigoserra	Serrinha	400	52
Frimasa	Simões Filho	1500	40
Total		6550	

Fonte: Pesquisa de campo com unidades frigoríficas industriais.

Percebe-se pela tabela acima que as plantas industriais operam muito abaixo de sua capacidade instalada. Uma das justificativas fornecidas pelos administradores dos frigoríficos seria o alto índice de abate clandestino na Bahia. A carne de origem clandestina apresenta preços menores por não cumprirem as exigências de controle fito sanitário além de não incidir carga sobre ela a devida carga tributária. Números apresentados pelo SINCAR no ano de 2010 estimam que o abate clandestino seja responsável pelo fornecimento de 47% da carne bovina consumida no estado.

Lima e Oliveira (2007. P. 135 e 136) acrescentam ainda:

A cadeia produtiva de carne no Brasil e, principalmente, na Bahia, apresenta grandes diferenças regionais, com destaque para baixa integração vertical, presença de agentes intermediários, deficiências na fiscalização e controle sanitário, concorrência entre frigoríficos fiscalizados e abatedouros clandestinos, altos índices de capacidade ociosa dos frigoríficos, ineficiência dos contratos e limitada diferenciação de produtos. A cadeia envolve a produção de insumos utilizados na pecuária, os sistemas de criação e abate, os canais da industrialização e distribuição da carne e subprodutos, bem como os consumidores finais e as atividades de apoio.

Além dos problemas relacionados ao abate clandestino, presença de intermediários e falta de verticalização do mercado local de carne bovina, que afetam diretamente a produtividade dos frigoríficos, verifica-se que o principal comprador desse insumo são as indústrias de higiene e limpeza, que o adquirem para fabricação de sabão e detergente, que pagam, em média R\$ 1733,33/t de sebo bovino. A Tabela 6 demonstra o preço médio do sebo negociado pelos principais frigoríficos do estado.

Tabela 6

Preço médio do sebo bovino praticado pelos principais frigoríficos industriais do Estado da Bahia.

Frigorífico	Preço (R\$) / (t)
Abatal	1.800,00

Boi do Cerrado	1.600,00
Campo do Gado	1.800,00
Confrigo	1.500,00
Fribarreiras	1.600,00
Frigamar	2.000,00
Frigosaj	2.000,00
Frigoserra	1.700,00
Frimasa	1.600,00
Preço Médio	1.733,33

Fonte: Pesquisa de campo com unidades frigoríficas industriais.

Ressalta-se ainda, que todos os frigoríficos pesquisados, visando adquirir maior valor de revenda do insumo em questão, além de ser exigido pela indústria compradora, realizam tratamento no mesmo, utilizando uma espécie de argila ou terra clarificante denominada bentonita. Esse processo aumenta os custos de produção do sebo em cerca de 5%, todavia, geram um valor de revenda 10% maior, conforme entrevista realizada com os frigoríficos baianos.

Problemas de ordem estrutural de mercado, bem como dificuldades de políticas públicas para inspeção de frigoríficos, abates ilegais e presença de intermediários no processo de produção de carne bovina, além da consolidação do mercado de higiene e limpeza no estado, explicam a não utilização do sebo bovino como matéria-prima estratégica para produção de biodiesel. A quantidade reduzida de frigoríficos legalizados bem como a mesma situação de empresas produtoras de biodiesel também não auxilia na consolidação da cadeia de produção, ao contrário de outras regiões do país.

No entanto, verificando a localização geográfica dos diversos elos dessa cadeia: frigoríficos, empresas produtoras de biodiesel, de metanol, distribuidoras e zonas de criação, percebe-se que há correlação, permitindo a realização de modelo de simulação de formação de preço de custo de biodiesel a partir de sebo bovino no território da Bahia, caso o potencial de produção fosse destinado à fabricação desse biocombustível. O que foi verificado na sessão posterior. A Figura 5 mostra a correlação geográfica entre os participantes desse mercado.

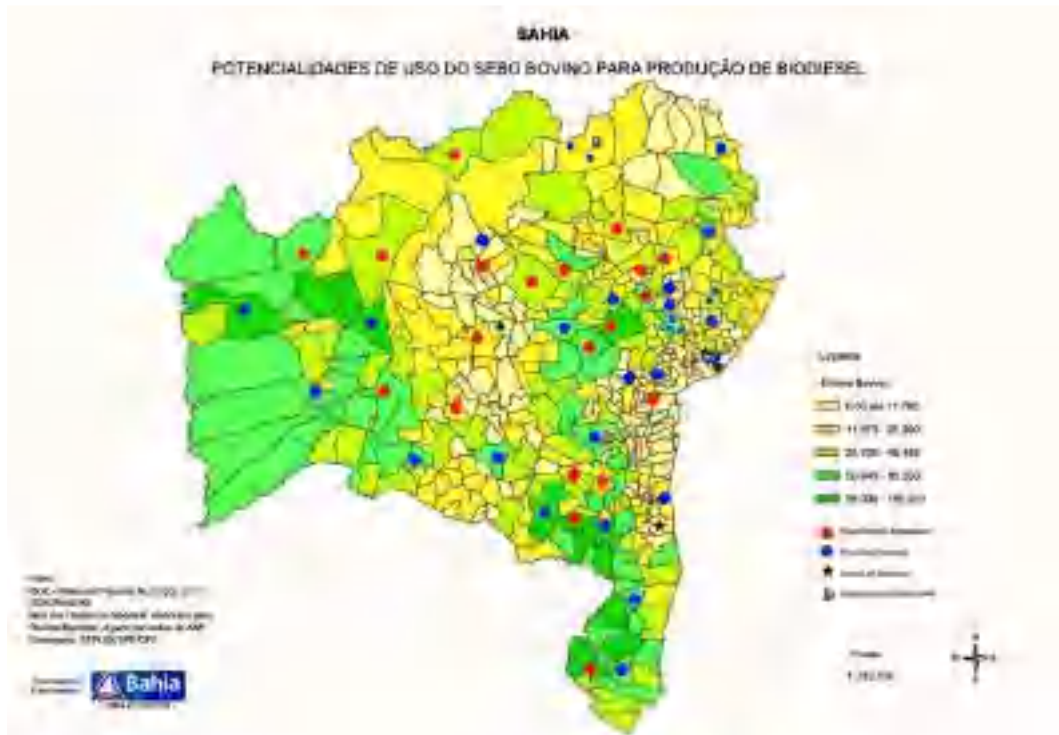


Figura 3 – Correlação geográfica em entre os participantes do eventual mercado de fabricação de biodiesel a partir de sebo bovino no Estado da Bahia.

Fonte: IBGE – Pesquisa pecuária municipal, 2011 SEAGRI/ADAB. Mapa das usinas de biodiesel, elaborado pela revista biodiesel, a partir de dados da ANP (2011).

4. Modelo de simulação de formação de preço de custo do biodiesel a partir de sebo bovino no Estado da Bahia

Nesta sessão será apresentado modelo de simulação de formação de preço de custo do biodiesel a partir de dois cenários mercadológicos. O primeiro será considerado a partir da capacidade instalada de produção de sebo dos frigoríficos, enquanto que o segundo cenário considerará a situação atual de ociosidade dos mesmos.

A demonstração dos cenários é importante, pois pode servir de parâmetro para subsidiar decisões de investimentos privados nesse setor, além de viabilizar o desenvolvimento de políticas públicas que visem introduzir mais uma matéria prima para fabricação de biodiesel no território baiano. A comparação com os valores dos últimos 10 leilões de biodiesel, realizada ao fim dessa seção, propiciou visualizar a viabilidade financeira do insumo em estudo.

Para o presente modelo foram consideradas as seguintes variáveis:

- Preço do óleo diesel (para esta pesquisa foi utilizado o preço médio de mercado de R\$ 2,30);

- b. Valor da carga tributária (para a Região Nordeste o valor de PIS, PASEP e COFINS é de R\$ 0,22/l para o insumo em questão) ⁶;
- c. Localização geográfica e capacidade de produção de sebo das unidades de frigorífico industrial, bem como suas taxas de ociosidade;
- d. Distância média entre os frigoríficos industriais, plantas produtoras e bases distribuidoras no Estado da Bahia;
- e. Custo de oportunidade matéria-prima (foi considerado o valor médio de R\$ 1.646,66/t) ⁷;
- f. Custo estimado do processo industrial de produção de biodiesel;

Segundo Barros et al (2006), os coeficientes industriais variam de acordo com a escala da planta. Os valores químicos, reparos e manutenção de máquinas, mão-de-obra, depreciação (10 anos) e outros custos de processamento perfazem R\$ 278,00 por tonelada de biodiesel processado numa planta de capacidade de 10 mil toneladas por ano, R\$ 168,00 numa planta de 40 mil toneladas e R\$ 136,00 numa planta de 100 mil toneladas por ano. Apesar das três plantas instaladas na Bahia possuem capacidade para mais de 100 mil toneladas por ano, elas trabalham com alta capacidade ociosa. Assim, para efeito de cálculo nesta pesquisa, foi estimado o custo de fabricação numa planta com capacidade de 10 mil toneladas ano, ou seja, com custo estimado de R\$ 278,00 por tonelada.

Após o cálculo do preço de mercado do biodiesel a partir de sebo bovino no território baiano, esses valores foram comparados com os praticados nos últimos 10 leilões de biodiesel realizados pela ANP. Isto possibilitou analisar de modo racional até que valor é viável a inserção do sebo bovino como matéria-prima estratégica para produção de biodiesel, dada as atuais condições de mercado. É importante ressaltar que esta pesquisa utilizou como parâmetro a capacidade de produção de matéria-prima (sebo bovino) dos frigoríficos com base na atual estrutura logística e de mercado do Estado da Bahia e o preço final foi calculado em função do litro de biodiesel produzido.

O modelo de simulação de formação de preço se dará pelo somatório do custo da matéria-prima com os valores médios dos fretes dos frigoríficos para as plantas industriais de biodiesel e, daí, para as distribuidoras, adicionando-se o valor da carga tributária e o custo estimado do processo industrial. É interessante destacar que no custo do processo industrial estão incluídos os

⁶ Ver Martins e Fortuna (2013). O Sebo bovino como insumo estratégico da cadeia de biodiesel: uma análise crítica.

⁷ Valor médio da tonelada, conforme dados da pesquisa de R\$ 1.1733,33, deduzindo o valor de 5% sobre o beneficiamento do sebo exigido pela indústria de fabricação de sabão.

valores do álcool (metanol), mão-de-obra, catalisador, energia, tratamento de co-produto (glicerina), depreciação e outros gastos operacionais.

Definidas as variáveis, o cálculo do preço médio de mercado do biodiesel produzido a partir de sebo bovino no território baiano se dará da seguinte forma: para se produzir um litro de biodiesel a partir de sebo bovino é necessário 0,74 Kg desse insumo. Assim, o custo da matéria-prima será R\$ 1,213/l⁸. Esse será o valor considerado para introdução no modelo de simulação de formação de preço. A distância média, na Bahia, entre os frigoríficos industriais, plantas de biodiesel e distribuidoras é de 376 km⁹, sendo esta quilometragem média utilizada como base de cálculo do frete.

4.1. Cenário I: Produção de biodiesel a partir de sebo bovino considerando a capacidade instalada dos frigoríficos industriais.

A capacidade de produção estimada de sebo bovino, no cenário I é de 98.250 kg por dia, advindos do abate de 6.550 unidades bovinas. Sendo assim, a capacidade de produção de biodiesel, com base em sebo bovino, é de 133.325,25 litros por dia. Este valor será a base para o cálculo do valor médio do frete do biodiesel transportado, resultando no valor de R\$ 0,0065 por litro¹⁰. Adicionando o valor dos impostos mais o valor do custo médio de fabricação, tem-se o valor médio total do biodiesel a partir de sebo bovino. A Tabela 6 demonstra detalhadamente as etapas do processo de formação de preço de custo.

Tabela 7

Estimativa de preço de custo do biodiesel produzido a partir de sebo bovino no Estado da Bahia.

Variável	Preço / litro (R\$)
Custo da matéria-prima	1,213
Custo do frete	0,0065
Custo de Fabricação	0,278
Impostos	0,22
Custo total	1,718

Fonte: Dados da pesquisa.

⁸ 2,8 kg são necessários para produzir um galão (3,8L). BIODIESEL BR (2007).

⁹ Foi considerada a distância média dos nove frigoríficos que responderam o questionário em relação às plantas industriais e dessas para as distribuidoras mais próximas. Fonte: dados da pesquisa (www.aondefica.com/centerflet_ba_.asp).

¹⁰ A distância média de 376,00 multiplicada pelo valor do frete (R\$ 2,30/km) dividida pela capacidade de produção.

Considerando-se as variáveis estudadas, o custo médio por litro do biodiesel a partir de sebo bovino produzido na Bahia seria de R\$ 1,718. A Tabela 7 apresenta, a partir de informações da ANP (2013), os valores médios apurados nos dez últimos leilões realizados. A partir do 23º leilão no ano de 2011, os valores foram divididos por região, assim para efeito comparativo foram utilizados os valores médios apresentados pela Região Nordeste.

Tabela 8

Valores médios apurados nos leilões de biodiesel de 11/2010 a 02/2013 (Total de 10 leilões).

Leilão	Preço médio por litro (R\$)
21	2,046
22	2,207
23	2,439
24	2,179
25	2,236
26	2,699
27	2,824
28	2,793
29	2,696
30	2,031
Preço Médio	2,415

Fonte: Adaptado de ANP (2013)

Percebe-se que apesar do alto custo de produção de biodiesel de sebo bovino no Estado da Bahia, existe viabilidade financeira para o mesmo, pois o menor valor apurado em leilão foi no 30º que apresentou valor médio de R\$ 2,031 / l, uma diferença de R\$ 0,313. A diferença média foi na ordem de R\$ 0,723, oferecendo uma margem de lucro média de 42%, valor este mais que suficiente para viabilizar a produção.

4.2. Cenário II: Produção de biodiesel a partir de sebo bovino considerando a capacidade ociosa atual dos frigoríficos industriais.

No cenário mercadológico II foram consideradas as mesmas condições para as variáveis custo da matéria-prima, custo de fabricação e impostos. No entanto, como a produção estimada é menor, devido à capacidade ociosa instalada dos frigoríficos industriais, o custo do frete por litro de biodiesel transportado ficou maior, apesar da manutenção do preço de R\$ 2,30 por km rodado. A Tabela 7 abaixo demonstra a capacidade instalada de produção, a taxa de ociosidade, o abate diário

efetivo, bem como a produção de biodiesel a partir desse cenário de acordo com metodologia e objetivos dessa pesquisa.

Tabela 9

Capacidade Instalada, taxa de ociosidade, abate efetivo e estimativa de produção de biodiesel.

Frigorífico	Capacidade Instalada	Ociosidade (%)	Abate Efetivo	Produção de Biodiesel (l)
Abatal	900	86	126	2.565
Boi do Cerrado	300	60	120	2.443
Campo do Gado	1250	57	538	10.941
Confrigo	800	32	544	11.073
Fribarreiras	400	34	264	5.374
Frigamar	400	27	292	5.944
Frigosaj	600	41	354	7.206
Frigoserra	400	52	192	3.908
Frimasa	1500	40	900	18.320
Total/ociosidade média	6.550	48	3.330	67.772

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Dessa forma, nesse cenário, a estimativa de produção de sebo bovino é de 49.950 kg por dia, proveniente do abate de 3.330 unidades bovinas. Desse modo, a capacidade de produção de biodiesel é de 67.772 litros por dia. Este valor, considerando a atual situação de mercado será a base para o cálculo médio do frete do biodiesel transportado, resultando no valor de R\$ 0,013 por litro. Adicionando o valor dos impostos mais o valor do custo médio de fabricação, tem-se o valor médio total do biodiesel a partir de sebo bovino de R\$ 1,724/l.

Percebe-se que mesmo com um valor maior de frete, devido ao menor volume transportado, o biodiesel proveniente de sebo bovino ainda persiste em patamar competitivo. Comparando-se com o valor médio apresentado nos últimos 10 leilões de biodiesel da ANP (Tabela 6), a diferença de preço é da ordem de 28%, margem, portanto, ainda atraente para o setor de combustíveis.

Considerações finais

Este trabalho objetivou identificar os motivos da não utilização do sebo bovino como insumo estratégico para complementar a produção de biodiesel no Estado da Bahia. Para isto, mapeou o rebanho bovino do estado, identificando suas zonas de criação e a correlação geográfica destes com os frigoríficos industriais, as plantas de produção de biodiesel e as empresas distribuidoras, diagnosticando a infraestrutura do território para produção de biodiesel a partir deste insumo. A partir dessas informações, foi possível estabelecer modelo de simulação de cálculo de custos para o biodiesel de sebo bovino no território baiano, demonstrando sua viabilidade. Reconhecem-se algumas limitações inerentes a essa abrangência, mas destaca-se também o pioneirismo de se calcular os custos do biodiesel a partir de sebo de boi na Bahia e a importância desse valor como um dos parâmetros para investimentos privados e para políticas públicas do setor.

A não utilização do sebo bovino como insumo para produção de biodiesel na Bahia ocorre basicamente pela junção de quatro fatores. O primeiro deles seria o alto índice de abate clandestino caracterizado pelos baixos custos de produção e baixa exigência de controle fito sanitário, que desestimula, por sua vez, o segundo, que é a falta de investimentos em frigoríficos industriais. O provável terceiro motivo seria o reduzido número de plantas produtoras de biodiesel. Apesar da PBIO nos últimos meses ter aumentado a demanda por sebo bovino para fabricação de biodiesel, teve dificuldades em encontrá-lo em grande escala, provavelmente devido à consolidação do mercado de higiene e limpeza. E, por fim, a precária infraestrutura da logística de transportes do território, caracterizada pela má conservação das estradas e existência de poucas ferrovias.

No entanto, devido à importância do segmento energético e a demanda por biodiesel do estado, faz-se necessário a elaboração de estratégias para o desenvolvimento desse biocombustível no território baiano. O sebo bovino, por suas características de não concorrência com o mercado de alimentos, além de seu excelente rendimento para produção de biodiesel, mostra-se como uma alternativa viável, inclusive financeiramente, para diversificação da matriz de produção de biodiesel no Estado, seguindo o exemplo de outras regiões do país.

Diante desse cenário, e com o intuito de orientar pesquisas posteriores, bem como investimentos do setor privado e políticas públicas, este trabalho sugere as seguintes recomendações para o setor público e privado:

Setor Público:

- Intensificar a fiscalização do abate clandestino, fortalecendo a ADAB, através da contratação de pessoal especializado e realização de ações de conscientização sobre os perigos de se consumir carne de origem duvidosa, o que estimularia o aumento do abate legal;
- Realizar ações policiais em regiões específicas do estado, especialmente onde há maior incidência de abate clandestino, o que inibiria essa prática;
- Ampliar as áreas de atuação da SEAGRI e da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), dando-lhes autonomia para atuar no setor pecuário, buscando melhoramento genético do rebanho de corte o que aumentaria seu volume de carcaça;
- Estimular, através do governo do estado, ações de atração de grandes frigoríficos a partir de incentivos fiscais, que em conjunto com as sugestões anteriores, tornariam o cenário interessante para o desenvolvimento desse mercado.

Setor Privado:

- Em conjunto com as ações públicas, os grandes frigoríficos poderiam se organizar por meio da formação de um cluster empresarial que garanta fidelização e parceria entre as unidades de abate e os criadores de gado de corte, mediante o estabelecimento de regras claras que garantam o fornecimento da matéria-prima;
- Investimentos em plantas de biodiesel, estrategicamente localizadas próximas as zonas de criação e dos grandes frigoríficos, de modo a diminuir os custos com transportes, aumentando a margem de lucro das indústrias.

Essas medidas em conjunto, ajudariam a estimular o desenvolvimento do mercado de biodiesel a partir do sebo bovino, uma vez que, deixaria o ambiente comercial mais atrativo, estimulando o capital privado a investir no setor energético. Os frigoríficos também se beneficiariam com essas medidas, em especial a fiscalização efetiva, o que diminuiria o abate clandestino e o conseqüente aumento de utilização da capacidade instalada para abate, diminuindo seus custos de produção.

Além disso, o mercado do sebo bovino seria diversificado, pois com a maior quantidade de abate legal, maior seria a oferta do insumo, abrindo espaço para comercialização além da indústria de higiene e limpeza. A diversificação do mercado tende a criar maior competitividade no setor, potencializando o insumo na cadeia produtiva de biodiesel.

Referências

Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado da Bahia – ADAB. Resposta ao ofício SPE/DPE N^o001/12.

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP – Dados estatísticos mensais. Disponível em <http://www.anp.gov.br/?pg=64555&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1365366447714>. Acesso em: 03/03/2013.

ANDRADE FILHO, M. **Aspectos técnicos e econômicos da produção de biodiesel:** o caso do sebo bovino como matéria-prima, 2007, 120 p. Dissertação (Mestrado em Energia) - Universidade Salvador, Bahia, 2007.

BAHIA. Secretaria de Agricultura, Reforma Agrária e Irrigação. **Programa de Bioenergia - BAHIABIO.** 2008. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/bahiabio.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

BARROS, G. S. C., SILVA, A. P., PONCHIO, L. A., ALVES, L. R. A., OSAKI, M., CENAMO, M. **Custos de produção de biodiesel no Brasil.** Revista de política agrícola. Disponível em http://cepea.esalq.usp.br/pdf/pol_agr_03-2006.pdf. Acesso em: 07/04/2013.

BIODIESELBR. **Demanda por gordura bombeia os preços para cima.** 2008. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/noticias/biodiesel/demanda-gordura-bombeia-precos-cima-15-10-07.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

BIODIESELBR. **Sebo bovino no pódio do biodiesel.** 2012. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/noticias/materia-prima/sebo/sebo-bovino-podio-biodiesel-220512.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

BRASIL ECONÔMICO. **Vanguarda vende à Oleoplan duas usinas de biodiesel por R\$ 100 milhões.** Disponível em <<http://www.brasileconomico.com.br/noticias/nprint/110248.html>>. Acesso em: 02 jul. 2013.

CAMPOS, A.A., CARMÉLIO, E.C. **Construir a diversidade da matriz energética: o biodiesel no Brasil.** In: ABRAMOVAY, R. (Org.). Biocombustíveis a energia da controvérsia. São Paulo - SP: Editora SENAC, 2009. P. 60-97.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2006:** IBGE revela retrato do Brasil agrário. Nos pequenos estabelecimentos estão quase 85% dos trabalhadores. Disponível em www.ibge.gov.br/.../noticia_visualiza.php?id. Acesso em 9 de mar. de 2013.

LEIRAS, A. **A cadeia produtiva do biodiesel: uma avaliação econômica para o caso da Bahia.** 2006, 156 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Industrial). PUC – Rio de Janeiro. 2006.

LEVY, Gabriel. **A inserção do sebo bovino na indústria brasileira de biodiesel: Análise sob a ótica da Economia dos Custos de Mensuração** – Piracicaba, 2011. 117 p.: il.

LIMA, M. A., OLIVEIRA, S. C. S., **A indústria de frigoríficos na Bahia: Mapeamento e proposta de regionalização.** Revista DESENBAHIA, 2007. Disponível em IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2006:** IBGE revela retrato do Brasil agrário. Nos pequenos estabelecimentos estão quase 85% dos trabalhadores. Disponível em www.ibge.gov.br/.../noticia_visualiza.php?id. Acesso em 9 de mar. de 2013.

LOPES, E. M. **Análise energética e da viabilidade técnica da produção de biodiesel a partir de sebo bovino.** 2006. 106 f. Dissertação – Instituto de Engenharia e Energia, Universidade Federal de Itajubá, Minas Gerais. 2006.

MACEDO, I.C. & NOGUEIRA, L. A. H. **Cadernos NAE / Núcleo de assuntos estratégicos da Presidência da República – Nº 2 (jan. de 2004).** Brasília: Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, 2004.

MARTINS, L.O.S., FORTUNA, R.A.C. **O sebo bovino como insumo estratégico da cadeia de biodiesel: uma análise crítica.** In: EXLER, R. B., SAMPAIO, P. L., TEIXEIRA, L. P. B. (Org.). Bioenergia: um diálogo renovável. Salvador – BA: Editora Vento Leste, 2013. P. 64 a 80.

MARTINS, R.; NACHILUK, K.; BUENO, C. R. F.; FREITAS, S. M. **O biodiesel de sebo bovino no Brasil.** *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 41, n.5, maio 2011.

SEAGRI-BA – Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia (2013). Disponível em <http://seagri.ba.gov.br>. Acesso em 05/03/2013.

SILVA, S. M., FERNANDES, M.F., SILVA, O.J. **Potencialidade da Bahia para produção de biodiesel.** IV Congresso de pesquisa e inovação da rede norte e nordeste de educação tecnológica. Belém – PA – 2009.

Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Estado da Bahia – SINCAR.

SOUZA, M. A. A. (ANP). **1º Seminário Módulo Tecnológico. Apresentado na primeira reunião da rede brasileira de tecnologia de biodiesel (maio de 2005).** Disponível em <http://www.biodiesel.gov.br/rede.html>. Acesso em 05/03/2013.

ZHENG, D.; HANNA, M. A. **Preparation and properties of methyl esters of beef tallow.** Nebraska: University of Nebraska Agricultural Research Division, 2002. (Journal Series Number 11010)

Transformação na tradução de *seven-sided poem*
Transformation in translation of *seven-sided poem*

Neidiane Brito da Silva Sá*¹
(Uesc)
Élida Paulina Ferreira²
(Uesc)

Resumo - Propomos neste artigo, partindo da concepção derridiana de que a transformação é constitutiva da tradução (DERRIDA, 1999), discutir a tarefa singular e, ao mesmo tempo, complexa do tradutor na busca constante do sentido “original”, ao analisar duas traduções para o inglês do “Poema de sete faces”, de Carlos Drummond de Andrade (1995). Trata-se de uma análise comparativa da versão realizada por Elizabeth Bishop (1986) com aquela realizada por Mark Strand (2009). Há diferenças entre as traduções, o que evidencia a intervenção na tradução, mostrando o que Derrida (1985) chama de tarefa necessária e impossível do tradutor ou, simplesmente, tarefa do tradutor, assim como Benjamin (2006) a designa. Dessa perspectiva, propomos realçar o papel da transformação da língua e do texto traduzido, evidenciando as diferenças entre o texto de partida e o de chegada. Esta análise permite refletirmos sobre o processo da significação, apontando para a sua natureza múltipla e complexa, ao mesmo tempo em que discutimos a problemática questão da própria tradução de poesia, ampliando a reflexão que no Brasil compromete os estudos de tradução com a desconstrução (ARROJO, 1999; CARVALHO, 1992; DERRIDA, 1975; 1999; 2006; FERREIRA, 2007; 2008; OTTONI, 2005; RAJAGOPALAN, 2000; RODRIGUES, 2006, dentre outros).

Palavras-chave: Tradução, transformação, língua.

Abstract - Considering the Derridian conception that transformation is constitutive of translation (DERRIDA, 1999) process, I propose, in this paper, to discuss the singular as well as the complex task of the translator in the search for the original meaning, by analyzing two translations into English of a poem by Carlos Drummond de Andrade (1995). A comparative analysis of Seven-Sided Poem by Elizabeth Bishop (1986) and by Mark Strand (2009) will be carried out. The differences in the translated texts show us the translators’ intervention in the translation, evincing what Derrida (1985) calls a necessary and impossible task of the translator or, simply, translator’s task as Benjamin asserts (2006). In this perspective, I propose to emphasize the roll of transformation process of the language and the translated text, presenting the differences between the source text and the target one. This analysis permit us reflect on signification, pointing to its complexity and multiplicity, at the same time

¹ Mestrado em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Atualmente é coordenadora pedagógica da Faculdade do Sul- UNIME, além de professora na mesma instituição. Atua como Professora Pesquisadora Bolsista pela Plataforma Freire, PARFOR- UESC. Atua, ainda, na área de ensino de Língua Inglesa pela Uesc e na área de Metodologia Científica pela Unime, neidiane.brito@hotmail.com.

² Doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professora adjunta da Uesc. Tem experiência na área de Linguística Aplicada, atuando principalmente na área de tradução, numa interface com a desconstrução de Jacques Derrida. Atua ainda na área de ensino de Língua estrangeira, epferreira@uesc.br.

that brings to question the problematic condition of poetry translation, enlarging the reflection that in Brazil binds translation studies and deconstruction (ARROJO, 1999; CARVALHO, 1992; DERRIDA, 1975; 1999; 2006; FERREIRA, 2007; 2008; OTTONI, 2005; RAJAGOPALAN, 2000; RODRIGUES, 2006, at all).

Key- words: Translation, transforming, language.

INTRODUÇÃO

Abordaremos a tradução como transformação, discutindo-a num cruzamento entre a língua e a identidade. Parte-se da concepção de que a língua, em nenhum momento é pura, ou mesmo transparente. Dessa perspectiva, consideraremos que a tradução também não o é e que onde há língua, há tradução e, assim, transformação (FERREIRA, 2006). Segundo Bhabha (1998, p. 84), a identidade é definida como “a representação de um tempo que está sempre em outro lugar, uma repetição que repete sem reproduzir, que é sempre criação, na imbricação do mesmo e do diferente”.

Nesse sentido, o processo identitário implicará, então, sempre e inevitavelmente, a intervenção do sujeito. Como a identidade é interpretação de si pelos outros e traduzir é interpretar e, portanto, transformar, parece coerente pensarmos, por exemplo, na identidade de quem traduz. O tradutor, por isso mesmo, não deixa de marcar em seus escritos algo novo, sobre o que talvez, nem mesmo ele tenha pensado.

O poema que ora analisamos é o *Poema de sete faces* de Carlos Drummond de Andrade (1995) traduzido por Elizabeth Bishop (1986) e por Mark Strand (2009). Na perspectiva da tradução como transformação, nos dedicaremos a mostrar como o tradutor intervém na língua na passagem de uma língua para outra em face dos desafios de tradução detectados no texto em português.

Assim, a abordagem que estamos propondo neste artigo incide sobre a transformação na tradução no poema. Estamos adotando aqui, o conceito de tradução a partir de Derrida (1975), que afirma:

Nos limites em que ela é possível, em que pelo menos parece possível, a tradução pratica a diferença entre significado e significante. Mas se essa diferença não é nunca pura, tampouco o é a tradução, e seria necessário substituir a noção de tradução pela de transformação: uma transformação regulada de uma língua por outra, de um texto por outro (p. 26).

Além disso, para Derrida (1999), a transformação emerge na tradução. Assim, ele diz:

Nunca os textos traduzidos dizem o mesmo que o original. Sempre ocorre algo novo. Inclusive e sobretudo, nas boas

traduções. Há transformações que correspondem, de um lado, à transmissão em um contexto cultural, político e ideológico diferente, a uma tradição diferente e que fazem com que o “mesmo texto”-não existe um mesmo texto, inclusive o original não é idêntico a si mesmo -, numa mesma cultura tenha efeitos diferentes. Por outro lado, a melhor tradução deve transformar a língua de chegada, isto é ser ela mesma escritura inventiva, e assim transformar o texto (p. 62).

O conceito de tradução com o qual trabalhamos vai além das questões da literalidade e fidelidade tão presentes na reflexão dita tradicional dos estudos da tradução. Na perspectiva adotada, não se considera existir para cada significante um significado uno, literal e, portanto abre a possibilidade de se discutir o processo de diferenciação na tradução. A tradução tem um caráter fugidio, que transforma, transborda para além da materialidade do sentido como nos ensina Benjamin (2008):

Pode-se comprovar não ser possível existir uma tradução, caso ela em sua essência última, ambicione alcançar alguma semelhança com o original. Pois na continuação de sua vida (que não mereceria tal nome, se não se constituísse em transformação e renovação de tudo aquilo que vive), o original se modifica (p. 70).

Percebemos traços de aproximação entre Benjamin e Derrida, principalmente quando ambos apontam para o processo de modificação do original. Assim, o pressuposto defendido é que não há um texto original “enquanto tal”, um sentido transcendental e fixo, pois, a partir das concepções de língua como heterogênea, mutável, própria do sujeito, a tradução, por sua vez, só pode ser discutida no campo da diferença, da dívida mútua, da sua característica intrínseca à transformação.

O tradutor, para Derrida (2006), se apresenta como tradutor na situação da dívida; e sua tarefa é de devolver, de devolver o que devia ter sido dado (p. 27). Desta tentativa que parte do tradutor, na tradução, o resultado desta tarefa é um sujeito endividado.

E, tomando os teóricos supramencionados, consideramos, portanto, que ao traduzirmos, em busca de falarmos “o mesmo” que encontramos no “original”, não nos desvencilhamos das possíveis transformações presentes no ato tradutório. (FERREIRA, 2006).

No diálogo estabelecido entre os textos: *Torres de Babel* de Jacques Derrida e *A tarefa do tradutor* de Walter Benjamin vimos que, para Derrida (2006), o que se dá são tentativas de restituir o sentido, dito original das palavras ou expressões, pelo tradutor. E, pensando neste e na sua tarefa, lembramos de Walter Benjamin (2008), quando dizia: “redimir na própria a pura língua, exilada na estrangeira, liberar a língua do cativo da obra por meio da recriação- essa é a tarefa do tradutor” (p. 79).

Assim, apesar de Benjamin salientar que a língua deve ser libertada, de certa maneira ele parece limitar o querer dizer de Derrida ao falar, por exemplo, de pura língua. Derrida não trabalha com conceitos fechados como parece fazer o teórico Benjamin.

A concepção de linguagem adotada aqui se fundamenta na própria concepção de linguagem vista em Derrida (2004, p.69), quando diz: “que a linguagem original, natural etc., nunca tivesse existido, nunca tivesse sido intacta, intocada pela escritura, que sempre tivesse sido ela mesma uma escritura”.

Partindo, então da ideia de que a linguagem original nunca tivesse existido, e pensando na língua como algo incompleto, notamos que o viés da transformação emerge na língua. Na *tarefa do tradutor*, Benjamin (2008) escreve:

Pois nas línguas tomadas isoladamente, incompletas, aquilo que nelas é designado nunca se encontra de maneira relativamente autônoma, como nas palavras e frases isoladas; encontra-se em constante transformação, até que da harmonia de todos aqueles modos de designar ele consiga emergir como pura língua. Até então, permanece oculto nas línguas. Entretanto, se elas evoluírem de tal forma até o fim messiânico de sua história será a tradução- que se inflama na eterna continuação da vida das obras e no infinito reviver das línguas- que tocará questionar aquela sacra evolução das línguas: A que distância está da revelação aquilo que elas ocultam? Em que medida pode, sabendo-se dessa distância tornar-se presente? (p. 73-74).

Vejamos que, algumas vezes, na tradução, o tradutor precisa reformular um conceito em relação à palavra, estendendo o seu significado para campos, muitas vezes, até impossíveis. No embate com o texto, o sujeito constroi um conceito de verdade “original” e “estável” e, de repente, tem que desconstruí-lo (ARROJO, 1992).

É como afirmara Derrida (2006), “a linguagem da tradução envelopa seu teor, inadequada, forçada, estrangeira” (p.54). Uma vez que a tradução aconteça, ela não se adéqua como num encaixe perfeito. Ela assemelha-se, mas não o é. Ela toca na linguagem primeira, mas não é a mesma linguagem da origem.

Uma vez que o tradutor transforma significativamente o texto original fazendo alterações que são bastante relevantes na tradução, “o original se modifica, necessariamente na sua “sobrevivência”, nome que seria impróprio se não indicasse a metamorfose e renovação de algo na vida” (BENJAMIN, 1979 apud CAMACHO).

Diante disto, o tradutor deixa sua marca nos seus textos. Ele apresenta uma escrita autoral e é visto como partícipe no todo do processo. Por ele é operado o “novo”, o “segredo” do idioma.

Por isso, o nosso interesse em trabalhar com esta forma de escrita, e não de outra, cresceu, tendo em vista que a poesia joga ainda mais no limite da significação, possibilitando uma reflexão em torno dos processos ou estratégias de transformação do texto traduzido.

Todavia, é no liame desta linguagem poética, essencialmente denotativa, desta marca rítmica do léxico, e do sistema harmônico das palavras que se encontram alguns, e não raros, “desafios” na tradução. Desafios estes, que diante da fronteira que se estabelece entre os termos: significado e significante colocam o tradutor numa situação de conflito, como demonstra Ferreira (2006):

[...] a problematização da fronteira entre o significado e o significante, e da sua separação pura e simples, coloca o tradutor num conflito constante, de tal forma que ele/ela estará sempre entre a necessidade e a impossibilidade de restituição do “mesmo” (p. 2).

Outrora, se pensássemos não apenas no conflito vivenciado pela figura do tradutor nas escolhas (necessárias e impossíveis) que faz, mas também no conflito estabelecido por Derrida ao desconstruir a noção de origem pura e unificada, refutaríamos, por exemplo, a ideia da metafísica da presença, a qual abriga a ideia da tradução literal.

Isso nos levaria a pressupor a existência de uma essência “original”, a um sentido único, aos quais o tradutor devia se manter bem próximo. Carvalho, afirma:

[...] a mais importante compreensão que a obra de Derrida propiciou aos estudos pós-colonialistas é a noção de que a origem é sempre heterogênea, que ela não é alguma fonte pura e unificada de sentido e da história (1992, p. 39).

Essa contribuição não se resume aos estudos pós-colonialistas. Percebemos, a partir do pressuposto dito acima que o que se defende aqui é que não há um texto original dado, em si, nem mesmo um sentido transcendental e fixo, pois, a partir das concepções de língua como heterogênea, mutável, inerente ao sujeito, a tradução, por sua vez, só pode ser discutida no âmbito da diferença, da dívida comum às partes, da sua característica intrínseca à transformação.

Dessa perspectiva, o que se percebe é que não há uma presença original que possa ser resgatada, uma vez que o signo original é a escrita de uma escrita. Agora, a origem é por natureza uma tradução. Assim, como para o filósofo em questão, pensaremos na língua, isso que imaginamos ser uma e única, que a mesma não se encontra em estado puro e, ao mesmo instante, intocada para ser tomada.

Como afirma Ferreira (2007) junto com Derrida, acontece no interior da própria língua algo da ordem da tradução. Isso nos leva a romper com a ideia da unicidade e homogeneidade da língua. Para ampliar essa discussão, passamos à análise das traduções feitas para o inglês do *poema de sete faces* de Carlos Drummond de Andrade, bem como a própria versão drummoniana.

1 TRANSFORMAÇÃO EM *SEVEN-SIDED POEM*

“*When I was Born one of the crooked angels*”/ “*When I was born one of the crooked angels*”

Tr. Strand	Tr. Bishop	Tr. Drummond
When I was born, one of those crooked angels who live in shadow said: Go on, Carlos , be <i>gauche</i> in life.	When I was born, one of the crooked angels who live in shadow said: Carlos, go on! Be <i>gauche</i> in life.	Quando eu nasci, um anjo torto Desses que vivem na sombra disse: Vai, Carlos! Ser <i>gauche</i> na vida.

Na tradução do primeiro terceto do texto de Drummond, verificamos duas modificações nos escritos de Strand. A primeira é que ele transforma um terceto numa quadra. No momento em que ele opta por alterar o número de versos do poema ele já começa a dar ao seu texto uma “nova roupagem” e outro ritmo. Essa é a forma com que Strand se apropria dos escritos de Drummond. Ele, o tradutor, amplia seu texto, se apropria dele e o torna produto desta apropriação “mais ou menos respeitosa do outro” (SISCAR, 2000, p. 68). Dizemos isto em virtude da tarefa do tradutor, o qual acrescenta no texto traduzido algo da sua apropriação.

E, levando em conta a apropriação e também o que diz respeito ao processo de transformação, entenderíamos que este, pode estar exemplificado de diferentes formas, origens. Por exemplo, pode-se levar em consideração a sonoridade presente nas traduções. Na primeira estrofe, Strand se apropria de uma estrutura que se comparada à de Bishop, causa efeitos rítmicos diferentes. Strand opta por “**Go on, Carlos!**”, ao passo que Bishop opta por “**Carlos, go on**”. O interessante neste verso não é tratar apenas da inversão dos termos mantida pelos tradutores, que num primeiro momento da leitura pareceu-nos tão simples, mas atentarmos para o efeito de sentido criado depois. Strand opta por uma frase obedecendo o padrão e Bishop ao optar por “repetir” a estratégia textual operada por Drummond, quebra com a sintaxe da frase e seu ritmo.

Percebemos, particularmente, nesta situação, que a significação não está exclusivamente no significante e o que existe é uma forte relação entre forma e conteúdo. Este aspecto é de grande importância para o estudo da tradução de poesia.

Jakobson (1963, p. 72) já chama atenção para este respeito, conforme lemos a seguir:

Em poesia, as equações verbais são elevadas à categoria de princípio construtivo do texto. As categorias sintáticas e morfológicas, as raízes, os afixos, os fonemas e seus contribuintes (traços distintivos) - em suma, todos os constituintes do código verbal - são confrontados, justapostos, colocados em contigüidade de acordo com o princípio da similaridade e de contraste, e transmitem assim uma significação própria. A semelhança fonológica é sentida como um parentesco semântico. O trocadilho, ou, para empregar um termo mais erudito e talvez mais preciso, a paranomásia, reina na arte poética; quer esta dominação seja absoluta ou limitada, a poesia, por definição é intraduzível.

A sonoridade, por exemplo, é um efeito criado em cada língua e em cada tradução. Ao mesmo tempo em que a tradução pratica a diferença entre os dois signos lingüísticos, ela impõe ao tradutor uma busca de adequação ao original. É esta diferença que responde pela heterogeneidade do sentido.

É isso que está em questão na inversão sintática apresentada pelos tradutores, conforme se destaca nos trechos mencionados abaixo do Poema de sete faces.

1.2 “The houses look out on men”/ “The houses watch the men”

Tr. Strand	Tr. Bishop	Tr. Drummond
The houses look out on men Chasing after women. If the afternoon were blue there might be less desire.	The houses watch the men, Men who run after women. If the afternoon had been blue, There might have been less desire.	As casas espiam os homens Que correm atrás de mulheres A tarde talvez fosse azul, Não houvesse tantos desejos

No verso “**As casas espiam os homens**”, as traduções de Bishop e Strand são envolvidas por escolhas de significantes bem distintos. A palavra “**espiar**” na própria língua portuguesa já imprime desafios à tradução. A tradução no interior da mesma língua torna-se complexa e as diferenciações ocorrem diante de dificuldades como estas. Há ambivalência no verbo “**Espiar**”, que também em português, quer dizer espreitar, olhar às escondidas ou simplesmente olhar. A simplicidade e a riqueza na língua de Drummond confere aos seus escritos uma marca própria, um estilo

É possível compreender situações desta natureza no momento em que Bishop opta pelo uso do significante “**watch**” (assistir) ao contrário de Strand, que encontra na palavra “**look out**” (cuidado, olhar às escondidas, espreitar, espionar) o significado desejado. Assim, a diferença entre “**watch**” e “**look out**” é que “**watch**” terá o sentido de espionar se colocado como na expressão “**watch and warn**”. Ao passo que a expressão “**look out**” usada por Strand, significa dizer que já demonstra que a língua não dá conta deste fechamento. Por isso, existe a “variabilidade”. Todavia, se não há sinonímia perfeita no interior da própria língua o que dirá de uma língua à outra?

Associada à questão vocabular, nesta passagem, deve-se atentar para a fragmentação da sintaxe, particularmente a pontuação. A versão drummondiana apresenta uma sintaxe

fragmentada, comum na linguagem do poeta. Os tradutores, ao traduzir o trecho em questão, fazem, somente, criar efeitos de significação diferentes dos criados pelo original, numa tentativa constante de reposicionar o chamado “original”, reeditando-o.

No segundo verso “**Que corre atrás de mulheres**” tanto em Bishop quanto em Strand notamos a presença de estruturas diferenciadas. O tradutor usa o verbo “**chase**” que traz a ideia de perseguir, de caça (MICHAELLIS, 1961, p. 45). Trabalha, na verdade, com a expressão “**chasing after**” imprimindo a noção de correr atrás, perseguição ou caça (COLLINS, 1991, p. 52) buscando, necessariamente, rememorar a ideia presente no verso drummondiano e Bishop opta por usar “**run after**” que dá a ideia de “correr atrás”. O sentido do “**run after**” se distancia da ideia de perseguição ou caça estabelecida pelo poeta e lembrada por Mark Strand. Essas duas possibilidades de tradução mostram o modo como cada tradutor agiu para traduzir na língua de chegada uma expressão coloquial e idiomática. Evidenciam diferentes olhares sobre a língua e confirmam nossa hipótese sobre a interferência do tradutor.

Assim, entendemos durante a análise, que há dispersão do sentido já no próprio texto em português e as ações dos tradutores diante disto demonstram como os tradutores tentam “solucionar” esse impasse, uma vez que esses buscam abarcar a variação de sentido que se pode ler em português numa tentativa singular de apropriação.

1.3 “*The trolley passes full of legs:*”/ “*The trolley goes buy full of legs:*”

Tr. Strand	Tr. Bishop	Tr. Drummond
The trolley passes full of legs: White, black, yellow legs. My God, Why all the legs? my heart asks. But my eyes Ask nothing.	The trolley goes by full of legs: White legs, black legs, yellow legs. My God, why all the legs? my heart asks. But my eyes ask nothing at all.	O bonde passa cheio de pernas: Pernas brancas pretas amarelas. Para que tanta perna, meu Deus, pergunta meu coração. Porém meus olhos Não perguntam nada.

Na terceira estrofe do poema anteriormente mencionado e se encontra aqui destacada, é percebida uma transformação nas traduções. Drummond dá velocidade ao poema ao deixar de usar vírgulas, por exemplo, para separar os adjetivos ligados ao substantivo “**pernas**”. Ele

prima por uma estrutura na construção do verso, que relembra um pouco da História da Literatura vivida na época.

Ele dá velocidade ao texto ao pensar no bonde. Isso nos recorda o Modernismo brasileiro vivido na época. A estética simultaneísta como fonte de certos procedimentos estilísticos específicos com a falta de pontuação, por exemplo. Drummond escreve “**Pernas brancas pretas amarelas**”, ao passo que nas traduções estudadas Bishop traz “**White legs, black legs, yellow legs**” e Strand faz a opção por “**White Black yellow legs**”.

Strand tentou se aproximar do texto drummondiano mantendo a ausência das vírgulas, indicando, com isso, que todos os adjetivos referem-se ao vocábulo “**legs**”. Percebemos, então, que a ausência dos sinais de pontuação não se constituiu em algo relevante, ou seja, não comprometeu a compreensão do sentido do poema pelo leitor em língua inglesa.

A estrutura criada por Strand demonstra que o que não se faz relevante, no exato momento, é seguir as normas sintáticas da língua inglesa. Mesmo porque em poesia existem algumas liberdades dadas aos escritores e, no caso em questão, aos tradutores. O efeito de sentido, a sintaxe fragmentada, criados com isso é, necessariamente, o que importa agora. A velocidade drummondiana é percebida e relançada. Agora com uma outra cara, com um outro jeito.

Acontece outro fato significativo contemplado nos versos da estrofe acima. A solução encontrada pelos tradutores em questão foi desmembrar duas estrofes do poema original condensando-as apenas em uma. Bishop, em especial, talvez buscando resgatar um pouco da velocidade perdida com a utilização das vírgulas, tenha optado por aumentar o número de versos. Essas diferentes formas de traduzir revelam os diferentes estilos de cada tradutor, enquanto um modifica mais a estrutura do texto, o outro opta por fazer menos alterações.

Diante dessas alterações na estrutura do texto, inferimos que os tradutores também alteram possíveis sentidos que poderiam estar lá no “original”, pois o valor poético do verso decorre de suas relações com o ritmo, com a sintaxe, com as sonoridades, com o sentido das palavras.

1.4 “*World, wide world*”/ “*Universe, vast universe*”

Tr. Strand	Tr. Bishop	Tr. Drummond
-------------------	-------------------	---------------------

<p>World, wide world If my name were Harold</p> <p>It might be a rhyme, but no answer.</p> <p>World, wide world, My heart is bigger Than you are.</p>	<p>Universe, vast universe, if I had been named Eugene that would not be what I mean but it would go into verse faster.</p> <p>Universe, vast universe, My heart is vaster.</p>	<p>Mundo mundo vasto mundo, se eu me chamasse Raimundo seria uma rima, não seria uma solução.</p> <p>Mundo mundo vasto mundo, mais vasto é meu coração</p>
--	---	---

Refletir sobre o processo da tradução, pensando na sonoridade, no ritmo, na rima, na seqüência primeira dos fatos traz à tona a difícil tarefa do tradutor. Sendo Assim, faz-se relevante entender os conceitos destes recursos sonoros, quais sejam: a rima “é a semelhança de sons entre palavras que se localizam no fim ou no meio de versos diferentes” e que o ritmo de uma poesia é “que determina a melodia fundamental e indispensável na estrutura de um verso ou poema” para que possamos entender o labor dos tradutores (MESQUITA, 2007, p. 693).

Como se nota nos versos citados anteriormente, quando Mark Strand traduziu o verso sete do poema de Drummond, marcou sua produção, optando pelo nome “**Harold**” para relacionar com “**world**”. O lugar da combinação de sons foi o mesmo utilizado por Drummond e o resultado desta combinação feita “**world/Harold**” foi bastante próxima daquela estabelecida pelo poeta “**Rai(mundo)/mundo**”. O que se observa, na tradução, é o uso de um recurso literário chamado aliteração, que realiza-se por meio da repetição de sons semelhantes. Consiste na repetição de consoantes ou de sílabas - especialmente as sílabas tônicas - em duas (ou mais) palavras, dentro do mesmo verso, estrofe, ou numa frase. Ou seja, a figura de harmonia (aliteração) é percebida acima, no momento em que repete fonemas em palavras simetricamente dispostas (BECHARA, 2009, p. 643).

O recurso parece ser evidenciado nos dois pares sonoros utilizados acima por Drummond e Bishop. O efeito de sonoridade criado com as duas combinações imprimiu ritmo aos versos e, isso fez com que fosse modificada a estrutura da frase. A palavra “**mundo**” de Drummond se faz presente na própria palavra “**Raimundo**”. Bishop opta por rimar “**Universe**” com “**Eugene**” que ressoa com “**mean**”, que aparece no próximo verso. Ou seja, Bishop faz uso do recurso literário chamado assonância, que consiste na repetição de sons vocálicos, em sílabas tônicas de palavras distintas ou na mesma frase, que por sua vez, cria um efeito de rima. Assim sendo, tanto Strand quanto Bishop marcam os seus escritos com um estilo próprio e notadamente diferente.

É verdade também que ambos os tradutores optam pelo aumento no número de versos. A quintilha drummondiana é transformada em sextilha e septilha causando um efeito de sonoridade bem diferente daquele do texto de partida. Talvez devido ao fato mencionado anteriormente, os tradutores estudados primaram pelo mecanismo de compensação, devolvendo o mesmo recurso sonoro, aliteração. Entretanto, utilizando consoantes diferenciadas: Drummond usa o “m”, Bishop utiliza o “v” e Strand opta por “w”.

1.5 “*I shouldn’t tell you*”/ “*I oughtn’t to tell you*”

Tr. Strand	Tr. Bishop	Tr. Drummond
I shoudn’t tell you but this moon and this cognac are hell on a person’s feelings.	I oughtn’t to tell you, but this moon and this brandy play the devil with one’s emotions.	Eu não devia te dizer mas essa lua mas esse conhaque botam a gente comovido como o diabo.

Apesar do adjetivo “**comovido**” na estrofe exemplificada acima não estar explícito, os versos “**are hell on a person’s feelings**” e “**play the devil with one’s emotions**” dão conta de descrever a comoção exacerbada como o fez Drummond, ou seja, é relevante mencionar que os tradutores não traduzem as palavras, mas o sentido. Eles fazem diferente do, talvez, esperado. Eles tentam reproduzir o sentimento do autor. Solução interessante diante de dificuldades como esta: traduzir “**botam a gente comovido como o diabo**”. A solução encontrada mostra a inviabilidade de se traduzir palavra por palavra e a intervenção que precisa ser feita pelo tradutor quando se depara com algo da ordem do intraduzível. Em tais situações, o tradutor precisa de fato intervir para que a tradução ocorra.

Assim, a expressão “**comovido como o diabo**” é redimensionada, pelos tradutores, pois os mesmos se esforçaram na tentativa de garimpar palavras que devolvessem, de certa forma, o sentido presente no texto de origem. Isso não impede de incitar no leitor da cultura de chegada que seja criado, a partir da tradução, outro contexto interpretativo. Assim, retomamos Siscar (2000, p. 59), quando o mesmo dizia que na reapropriação do sentido, que faz parte de toda tradução, está o elemento perturbador, o intraduzível, aquilo que perturba a nomeação e, sem dúvida aqui há algo da ordem do intraduzível, do “untranslatable” no verso em negrito deste parágrafo.

Diante da reflexão trazida por Siscar e por meio dos exemplos mencionados anteriormente, observamos que a tradução pode ser vista como um texto diferente do original

dada às mudanças de ordem sintática, de ênfase ou omissão de adjetivos, de supressão ou aumento de estrofes dentre outras, efetuadas pelos tradutores aqui analisados. Assim, ao olharmos com mais atenção para o texto traduzido percebemos que o tradutor deixa sua marca, ele não é invisível e simplesmente copia o original como prevê a tradição. As traduções, por ora estudadas, analisadas, se configuram como textos reescritos, mas não copiados. Transformados.

A tradução como transformação é percebida num cruzamento entre língua e identidade. A identidade construída na e através da língua como dizia Almiro Pisetta na sua tradução. Para Rajagopalan (2002 apud Ferreira), não existe identidade fora da língua. Não existe o fora da língua. O que existe é o tradutor que traduz e transforma as línguas envolvidas nesse ato, uma vez que o mesmo não está fora da língua ao teorizar e traduzir (FERREIRA, 2002, p.10).

CONCLUSÃO

Pareceu-nos particularmente interessante analisar no Poema de Sete Faces, especificamente o trecho em que poeta itabirano constrói a rima com as palavras Raimundo e mundo. O significante Raimundo traz o significante mundo em seu interior. Os tradutores resolveram essa questão fazendo uma combinação um pouco diferente. Strand estabelece esse jogo sonoro praticamente nos mesmos versos que Drummond fez, usando os termos “Harold/world”. Bishop, por sua vez, transforma um pouco mais, e constrói a rima em lugar diferente daquele estabelecido por Drummond, usando os vocábulos “universe/Eugene/mean”.

Podemos afirmar, a partir dessa análise, que não existe um traço que separa ou mesmo divide de maneira estanque tradução e transformação. Elas caminham juntas no processo uma vez que não enxergamos a tradução como transposição, sem interferência do tradutor, de uma língua para outra e cujo resultado é a reprodução fiel do original. Assim a separação estanque entre tradução e transformação é desconstruída, na medida em que os critérios utilizados para sustentar essa separação são tênues.

Uma vez que o próprio original não é idêntico a si mesmo (Derrida apud Ferreira, 2006), não esperamos no texto de chegada algo linear. E o tradutor no anseio de dizer o mesmo que o original não está longe ao ponto de tornar-se invisível na apropriação da língua

do outro. O que se tem neste momento são profissionais que optam por um vocábulo e não outro.

É percebido nos autores em questão a atenção dada às nuances e aos efeitos rítmicos. O apego à sonoridade. Sem dúvida opera-se, efetivamente, uma transformação na passagem do português para o inglês, pois na linguagem e na língua há, diversas vezes, margem para a transgressão, dada, precisamente, a heterogeneidade da língua (FERREIRA, 2007).

O que pretendemos fazer aqui é contribuir para o reforço da idéia de que o tradutor, ao traduzir, faz emergir dele “o novo” e talvez até “o nunca dito”. Algo da ordem do secreto. O fato de o tradutor estar no limite da sua própria língua, e no da outra, faz com que ele conviva com o secreto do idioma (Ottoni, aula inaugural 2006).

E, se há língua, há tradução e, assim, transformação. Ao enxergarmos que a língua se transforma e, que a identidade não é fixa, fica mais claro pensarmos assim, que a identidade é passível das mesmas mudanças.

É dessa forma que pensamos o tradutor. O vemos como partícipe no processo tradutório, uma vez que o mesmo transforma significativamente o texto original fazendo alterações que são bastante relevantes para o entendimento. Aqui o tradutor não é visto como pouco mais que um transcritor, ele assume uma criatividade autoral.

O trabalho em consonância com os estudos atuais de tradução contribui para refletir sobre o novo conceito de tradução e de redimensionamento do papel do tradutor de literatura. Cada tradução exige de quem traduz a capacidade de confrontar áreas específicas de dois idiomas e de culturas diferentes, e esse confronto é único, uma vez que suas variáveis são imprevisíveis.

Como tentamos demonstrar traduzir mais do que transferir é transformar: “transformar uma língua em outra e um texto em outro” como afirmou num dado momento na história Jacques Derrida (1978). Os textos traduzidos dizem outra coisa. Revela, inevitavelmente, uma leitura, uma interpretação do texto de origem que; por sua vez, será, apenas lido e interpretado, e nunca totalmente decifrado e controlado (ARROJO, 1999, p. 22).

Finalmente, o poema se monta sobre critérios rítmicos e sonoros que lhes são peculiares. Todavia, “proteger” os sentidos “originais” é tarefa difícil e muitas vezes até impossível- quiçá devolver o significado “primeiro”. Há que se pensar a prática tradutória enquanto transformação. Mas não é uma transformação qualquer, uma vez que toda tradução tem a necessidade de dizer o mesmo (DERRIDA, 1985; FERREIRA, 2006). Diante da impossibilidade de restituir o significado puro e intocável na passagem de uma língua para outra, o tradutor, ao apropriar-se da língua do outro, apresenta soluções para os limites

lingüísticos, culturais que transformam, reinventam e fazem o chamado original crescer, tornando complicado separar tradução e transformação.

REFERÊNCIAS

ARROJO, R. (org.) *O signo desconstruído* - implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Pontes: Campinas, 1992.

_____. *Oficina de tradução: A teoria na prática*. 4. ed. Campinas: Ed. Ática, 1999, Série Princípios.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Trad. de Myrian Ávila et al. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. - 37.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENJAMIN, W. *A tarefa do tradutor*. In: HUMBOLDT. v. 40. Tradução de Fernando Camacho. São Paulo: Goeth-Institute, 1979. p. 38-45.

CARVALHO, L. F. M. Desconstrução. In: JOBIM, J. L. (Org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

COLLINS, Cobuild. *English Language Dictionary*. London: Collins Publishers, The University of Birmingham, 1991.

DERRIDA, J. *Lo Ilegible* (entrevista a Carmen Gonzáles Marin). No *escribo sin luz artificial*. Valladolid: Cuatro Editores, 1999. p. 49-64.

_____. *Torres de Babel*. Trad. Júnia Barreto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

_____. *Des tours de Babel*. In Graham, Joseph (Ed.). *Difference in translation*. London: Cambridge University Press, 1985.

_____. *Posições*. Tradução de Maria Margarida Correia Calvente Barahona. Lisboa: Plátano editora, 1975.

_____. *Gramatologia*. Trad. Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1975.

DRUMMOND, C. *Antologia Poética*. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

FERREIRA, E. Tradução como transformação em *The Devil to pay in the backlands*. Vozes Olhares Silêncios, Editoração Eletrônica dos CDs das Comunicações apresentadas no IX Seminário de Lingüística Aplicada e IV Seminário de Tradução na Universidade Federal da Bahia, 2006.

_____. *Enigma-Récit da tradução ou a invenção da língua do outro*. Campinas: 33-44, Unicamp/IEL, 2007.

_____. Uma reconsideração radical da noção de identidade ou a promessa de uma língua? In: *Trabalhos em Lingüística Aplicada no Brasil*. 40. Campinas: IEL/Unicamp. 2002. p. 09-16.

LAGES, Suzana Kampff. *A tarefa do tradutor de Walter Benjamin: quatro traduções para o português*. Belo Horizonte. Fale/ UFMG, 2008. p. 66-81.

MESQUITA, Roberto Melo. *Gramática da língua portuguesa*. 9. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2007.

MICHAELLIS, *Illustrated dictionary*. v.2. Ed. Melhoramentos. São Paulo, 1961.

SISCAR, Marcos. Jacques Derrida, o intraduzível. **ALFA. Revista de Lingüística**, (Fundação Editora da UNESP). São Paulo, SP, Brasil, v. 44 (n. esp.), 2000.

STRAND, Mark. *Hedgeguard*. Disponível em: [http:// hedgeguard.blogspot.com/2006/0...](http://hedgeguard.blogspot.com/2006/0...)
Acesso em: 12 mar. 2009.

STRAND, Mark; COLCHIE, Thomas. *Traveling in the family*. The Ecco Press 100 West Broad Street. Hopewell, NJ, Distributed by W.W. Norton Company 500 fifth Avenue, New York, 1986.